



# Domínios de Lingu@gem

3º Trimestre 2015  
Volume 9, número 3

ISSN: 1980-5799

## Expediente

### Universidade Federal de Uberlândia

*Reitor*

Prof. Elmiro Santos Resende

*Vice-Reitor*

Prof. Eduardo Nunes Guimarães

*Diretora da EDUFU*

Profa. Joana Luiza Muylaert de Araújo

*Diretora do Instituto de Letras e Linguística*

Profa. Maria Inês Vasconcelos Felice

EDUFU – Editora e Livraria da Universidade Federal de Uberlândia  
Av. João Naves de Ávila, 2121 - Bloco 1S - Térreo - Campus Santa Mônica - CEP:  
38.408-144 - Uberlândia - MG  
Telefax: (34) 3239-4293  
Email : vendas@edufu.ufu.br | www.edufu.ufu.br

### Editoração e Diagramação: Prof. Guilherme Fromm

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

Domínios de Lingu@gem, v. 9, n. 3, 2015, Uberlândia, Universidade Federal  
de Uberlândia, Instituto de Letras e Linguística, 2007-

Trimestral.

Modo de acesso:

<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem>

Editoração: Guilherme Fromm.

Organização: Guilherme Fromm.

ISSN: 1980-5799

1. Linguística - Periódicos. 2. Linguística aplicada - Periódicos.  
I. Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Letras e Linguística.

CDU: 801(05)

---

*Todos os artigos desta revista são de inteira responsabilidade de seus autores, não cabendo qualquer responsabilidade legal sobre seu conteúdo à Revista, ao Instituto de Letras e Linguística ou à Edufu.*

## *Domínios de Lingu@gem*

### **Diretor**

Guilherme Fromm (UFU)

### **Conselho Editorial**

Ariel Novodvorski (UFU)

Betina Ribeiro Rodrigues da Cunha (UFU)

Eliana Dias (UFU)

Fabio Izaltino Laura (UFU)

Cristiane Carvalho de Paula Brito (UFU)

Marleide Dias Esqueda (UFU)

### **Comissão Científica**

Adriana Cristina Cristianini (UFU), Aldo Luiz Bizzocchi (FMU), Alice Cunha de Freitas (UFU), Ataliba T. de Castilho (USP/UNICAMP), Carla Nunes Vieira Tavares (UFU), Cecília Magalhães Mollica (UFRJ), Cintia Vianna (UFU), Cirineu Cecote Stein (UFPB), Claudia Maria Xatara (UNESP), Claudia Zavaglia (UNESP/SJ Rio Preto), Cláudio Márcio do Carmo (UFOP), Cleci Regina Bevilacqua (UFRGS), Clecio dos Santos Bunzen (UNIFESP), Cristiane Brito (UFU), Dánie Marcelo Jesus (UFMT), Deise Prina Dutra (UFMG), Dilma Maria de Mello (UFU), Dilys Karen Rees (UFG), Elisa Battisti (UFRGS), Elisete Carvalho Mesquita (UFU), Ernesto Sérgio Bertoldo (UFU), Fabiana Vanessa Gonzalis (UFU), Fernanda Costa Ribas (UFU), Francine de Assis Silveira (UFU), Francis Henrik Aubert (USP), Gabriel Antunes Araujo (USP), Gabriel de Avila Othero (UFRGS), Giacomo Figueredo (UFOP), Hardarik Bluehdorn (Institut für Deutsche Sprache Mannheim – Alemanha), Heliana Mello (UFMG), Heloisa Mara Mendes (UFU), Igor Antônio Lourenço da Silva (UFU), Irenilde Pereira dos Santos (USP), Jacqueline de Fatima dos Santos Moraes (UERJ), Janice Helena Chaves Marinho (UFMG), João Bôsko Cabral dos Santos (UFU), Jose Luiz Fiorin (USP), José Ribamar Lopes Batista Júnior (CAF/UFPI), José Sueli de Magalhães (UFU), Karylleila Santos Andrade (UFT), Luiz Carlos Travaglia (UFU), Liliane Santos (Université Charles-de-Gaulle - Lille 3 - França), Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida (USP), Marcelo Módolo (USP), Maria Angélica Furtado da Cunha (UFRN), Maria Aparecida Resende Ottoni (UFU), Maria Cecília de Lima (UFU), Maria Célia Lima-Hernandes (USP), Maria de Fátima Fonseca Guilherme (UFU), Maria do Perpétuo Socorro Cardoso da Silva (UEPA), Maria Helena de Paula (UFG), Maria José Bocorny Finatto (UFRGS), Maria Luisa Ortiz Alvarez (UnB), Maria Luiza Braga (UFRJ), Maria Suzana Moreira do Carmo (UFU), Marlúcia Maria Alves (UFU), Maurício Viana Araújo (UFU), Michael J. Ferreira (Georgetown University – EUA), Miguél Eugenio Almeida (UEMS), Montserrat Souto (Universidade Santiago de Compostela – Espanha), Nilza Barrozo Dias (UFF), Patricia de Jesus Carvalhinhos (USP), Paulo Osório (Universidade da Beira Interior – Portugal), Paulo Rogério Stella (UFAL), Pedro Malard Monteiro (UFU), Pedro Perini-Santos (PUC-Minas), Raquel Meister Ko. Freitag (UFS), Roberta Rego Rodrigues (CLC/UFPEL), Rolf Kemmler (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – Portugal), Sebastião Carlos Leite Gonçalves (UNESP/S.J. Rio Preto), Silvana Maria de Jesus, (UFU), Silvia Melo-Pfeifer (Universidade de Aveiro – Portugal; Universität Leipzig – Alemanha), Simone Floripi (UFU), Simone Tiemi Hashiguti (UFU), Sinara de Oliveira Branco (UFMG), Stéfano Paschoal (UFU), Stella Esther Ortweiler Tagnin (USP), Tommaso Raso (UFMG), Ubirajara Inácio Araújo (UFPR), Valeska Virgínia Soares Souza (IFTM), Vanessa Hagemeyer Burgo (UFMS), Vânia Cristina Casseb Galvão (UFG), Vera Lucia Menezes de Oliveira e Paiva (UFMG), Vitalina Maria Frosi (UCS), Waldenor Barros Moraes Filho (UFU).

**Participaram dessa edição como pareceristas *ad hoc***

Adriana Zavaglia (USP)

Angélica Karim Garcia Simão (UNESP/Rio Preto)

Caio Mira (Centro Universitário Padre Anchieta)

Cristiane Krause Kilian (UNISINOS)

Daniella de Souza Bezerra (IFGO)

Flavio Roberto Gomes Benites (UNEMAT)

Guilherme Veiga Rios (Inep/UnB)

Joana Plaza Pinto (UFG)

Letícia Jovelina Storto (UENP)

Madalena Telles Teixeira (Escola Superior de Educação de Santarém, Portugal)

Marcos Racilan (CEFET/MG)

Maria Cristina Giorgi (CEFET/RJ)

Maria Luceli Faria Batistote (UFMS)

Maria Socorro Coelho (UNIMONTES)

Maryualê Malvessi Mittmann (FACVEST)

Morgana Fabiola Cambrussi (UFFS)

Neiva Machado Soares (UEA)

Paola Giustina Baccin (USP)

Plinio Almeida Barbosa (UNICAMP)

Silvana Silva (UNIPAMPA)

Vania Maria Lescano Guerra (UFMS)

Zelina Márcia Pereira Beato (UESC)

## Sumário

<b>Expediente</b> .....	2
<b>Sumário</b> .....	5
<b>Apresentação</b> – Eliana Dias (UFU).....	6
<b>Artigos</b> .....	13
A palavra do outro na redação-Enem: Polifonia ou Sobreposição de discursos? - Hélder Sousa Santos (IFMG/UFU).....	13
Discurso: estrutura e acontecimento. Uma avaliação teórica - Maria Marta Furlanetto (UNISUL) .....	34
Clíticos de 2ª pessoa na escrita popular: a posição do português brasileiro - Thiago Laurentino de Oliveira (UFRJ) .....	61
O morfema INCH e a alternância causativo-incoativa em PB - Maria José de Oliveira (UFMG) .....	91
Quando o sujeito fal(h)a: reflexões a partir das noções de ideologia e formação discursiva - Giovani Forgiarini Aiub (IFRS/UFGRS) .....	104
Epidítico e(m) cenas da enunciação: a amplificação do discurso organizacional em publicidades - André William Alves de Assis (UFMG), Cristia Rodrigues Miranda (UFMG) .....	120
Sobre a construção de um recurso léxico de elementos nominais agentivos e de ação para o processamento computacional do português brasileiro - Andréa Feitosa dos Santos (UFC), Carlos Eduardo Atencio Torres (UFC), Hélio Leonam Barroso Silva (UFC)..	137
Contribuições para uma matriz de análise do Livro didático digital de Língua Portuguesa-PNLD 2015 - Joaquina Aparecida Nobre da Silva (IFNMG), Valeska Virgínia Soares Souza (IFTM).....	156
As representações de gramática construídas no discurso de graduandos em Letras: uma experiência com a oficina de Tópicos gramaticais para leitura e produção de textos - Janaína Zaidan Bicalho Fonseca (UFMS) .....	187
A natureza do complemento dos verbos aspectuais - Franciele da Silva Nascimento (UFFS), Núbia Ferreira Rech (UFSC).....	202
Culto televisivo <i>Show da fé</i> : tensionamento de vozes sociais - Kelli da Rosa Ribeiro (PUC/RS) .....	222
Competição entre <i>afinal</i> e <i>enfim</i> - Ivanete Mileski (PUC/RS), Konrad Szcześniak (Uniwersytet Śląski, Polónia) .....	245
A influência dos conhecimentos sobre o acento fonológico na acentuação gráfica - Taíse Simioni (UNIPAMPA), Flávia Azambuja Alves (UNIPAMPA) .....	263
Procedimentos para compilação de um <i>corpus</i> composto por legendas e construção de uma ferramenta de <i>corpus on-line</i> : o <i>Corpus of English Language Videos</i> - Lucas Maciel Peixoto (UFU), Luiz Fernando Afra Brito (UFU) .....	275
<b>Resenha</b> - Daniela Faria Grama (UFU) .....	300

## Apresentação

### Contribuições para o processo de produção e validação do conhecimento linguístico

Num tempo em que muitas mudanças ocorrem nas universidades, na vida cotidiana contemporânea e, principalmente, na linguagem humana, necessário se faz, cada vez mais: estudar, pesquisar teorias e metodologias novas para a análise de conteúdos que respeitam a interdisciplinaridade e seus múltiplos diálogos. Isso faz com que haja uma trama diversificada e interessante entre saberes científicos da linguagem humana e as implicações de sua prática. Dito de outra forma, é necessário que os estudiosos procurem, cada vez mais, uma maior abrangência temática no que se refere às pesquisas realizadas na área da linguagem.

Nesta perspectiva, muitos pesquisadores do campo da Linguística têm cada vez mais reconhecido a relevância da linguagem para compreender a vida social contemporânea e têm oferecido visões singulares sobre a linguagem humana. Nesse sentido, mais uma vez, a Domínios da Lingu@gem vem contribuir com a publicação de diferentes textos.

Neste volume da Revista, composto por 14 (quatorze) artigos e 1 (uma) resenha de professores especialistas, mestres, mestrandos, doutores e doutorandos de diferentes instituições de ensino superior brasileiras, foram publicados diferentes textos que permitem vislumbrar algumas questões e tendências, refletindo um pouco do trabalho feito hoje, em Linguística, nas universidades brasileiras.

Vale ressaltar que a ordenação dos artigos desse número se apoia numa sequência nitidamente aleatória com uma diversidade considerável de temas.

No primeiro artigo, Hélder Sousa Santos apresenta **A palavra do outro na redação-Enem: Polifonia ou Sobreposição de discursos?** O autor, ao (re)tomar enunciados constituídos sóciohistoricamente acerca do tema da prova do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio - 2011) ‘Viver em rede no século XXI: os limites entre o público e o privado’, busca compreender como a palavra do outro foi agenciada por um scriptor em uma redação “Nota 1000” do referido exame. Embasado em pressupostos teóricos de Bakhtin (1981; 1988a e 1988b; 1997), o autor analisa os mo(vi)mentos de tomada de posição desse scriptor (no nível de sua argumentação) ante à palavra do outro.

Como não foi encontrada multiplicidade vocal na produção escrita do scriptor – plenivalência e equipolência de vozes –, o autor considera que não se pode enquadrá-la na categoria polifônica. Neste ponto, segundo Santos, “a argumentação do scriptor (na R1) é dialógica, em partes, — dialoga com os TMs da prova de redação-ENEM e efetiva, com isso, um embate (já-dito) de posições acerca de um tema —, mas não polifônica, isto é, com menção à voz do outro, conjuntamente, sem neutralizá-la”.

Maria Marta Furlanetto apresenta o segundo artigo do volume, qual seja: o ensaio denominado **Discurso: estrutura e acontecimento. Uma avaliação teórica**. No texto, a autora focaliza as categorias ‘estrutura e acontecimento’ tendo como base a Análise de Discurso, que estabelece um novo objeto no campo de estudos da linguagem. Defende uma abordagem desses componentes de acordo com os últimos estudos do Pêcheux, e apresenta argumentos para considerar a relação ‘estrutura e acontecimento’ “como um princípio da teoria, em vez de uma possibilidade entre outras de construir a discursividade”. Ao final, a autora propõe algumas reflexões para que historiadores, linguistas e interessados associem e selecionem o ponto de vista mais específico para sua análise.

Na sequência, o terceiro artigo intitulado **Clíticos de 2ª pessoa na escrita popular: a posição do português brasileiro** foi escrito por Thiago Laurentino de Oliveira. Oliveira faz uma análise sobre a posição dos clíticos de 2ª pessoa do singular na escrita popular do início do século XX. Partiu da hipótese de que fatores discursivos atuam na realização da ênclise, pois esta não é a posição “natural” para o clítico no Português Brasileiro. Como *corpus* de análise, o autor utilizou um conjunto de cartas amorosas escritas por um casal de noivos na década de 1930. Como aporte teórico-metodológico, Oliveira adotou os pressupostos da Sociolinguística Histórica e das Tradições Discursivas.

O quarto artigo intitulado **O morfema INCH1 e a alternância causativo-incoativa em PB** de Maria José de Oliveira pautou-se em estudos recentes sobre a derivação dos verbos incoativos (ou verbos de mudança), realizados por Alboiu & Barrie (2005). O objetivo do artigo da autora foi o de “investigar as propriedades sintáticas e semânticas dos verbos que participam de estruturas causativas em português brasileiro”. A autora, assim como Kiparsky (1997), propõe que o evento resultante dessa operação é um evento autossustentável.

Giovani Forgiarini Aiub apresenta o quinto artigo denominado **Quando o sujeito fal(h)a: reflexões a partir das noções de ideologia e formação discursiva**. Filiado à

Análise do Discurso de linha francesa, esta pesquisa, de cunho teórico, mobiliza a noção de sujeito e reflete sobre o modo como a ideologia trabalha no processo discursivo. Apresenta uma discussão de como a ideologia é responsável pelo direcionamento dos sentidos; relaciona a noção de ideologia com a de formação discursiva e expõe a teoria sobre as modalidades de desdobramento da forma-sujeito pensadas por Michel Pêcheux. O autor conclui “que não se pode simplesmente considerar a noção de ideologia sem um forte embasamento teórico a respeito dela, principalmente pela forma como ela é pensada para a teoria da Análise do Discurso”.

**Epidítico e(m) cenas da enunciação: a amplificação do discurso organizacional em publicidades** de André William Alves de Assis e Cristia Rodrigues Miranda é o sexto texto publicado no volume. Os autores partem da hipótese de que o discurso epidítico funciona em um quadro enunciativo-cenográfico. Foram analisadas duas publicidades veiculadas no ‘Guia Exame de Sustentabilidade’ da Revista Exame. As análises foram ancoradas no escopo teórico da Análise do Discurso (MAINGUENEAU, 1997, 2006, 2008, 2011) e nos estudos da Argumentação (PERNOT, 1993; PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005; BRANDÃO, 2011; AMOSSY, 2011; entre outros). Os autores concluíram que “o epidítico, em segundo plano, funciona como um amplificador daquilo que é apresentado pela empresa, como prática sustentável, dando maior evidência, no primeiro plano, à cenografia que vende a ideia e o produto das empresas, virtudes selecionadas e elogiadas pela revista”.

O próximo texto, o sétimo, é de Andréa Feitosa dos Santos, Carlos Eduardo Atencio Torres e Hélio Leonam Barroso Silva. Denominado **Sobre a construção de um recurso léxico de elementos nominais agentivos e de ação para o processamento computacional do português brasileiro**, o estudo objetivou “descrever o processo de elaboração de um léxico computacional de elementos nominais agentivos e de ação do Português Brasileiro, construído principalmente para contribuir com a expansão dos recursos léxicos existentes para esta língua”. Além disso, a pesquisa teve como finalidade mostrar como a descrição das línguas encontra espaço dentro do Processamento de Linguagem Natural fazendo uso das Tecnologias de Estados Finitos. Assim, segundo o autor, “o léxico foi criado com um duplo objetivo: fornecer subsídios linguísticos para uma aplicação do Processamento de Linguagem Natural e contribuir com a caracterização de elementos nominais agentivos e de ação da língua portuguesa”.

Voltado para o ensino, o oitavo texto **Contribuições para uma matriz de análise do Livro didático digital de Língua Portuguesa- PNLD 2015** de Joaquina Aparecida

Nobre da Silva e Valeska Virgínia Soares Souza objetivou apresentar contribuições para uma proposta de análise do Livro didático digital no âmbito do PNLD 2015. Assim, as autoras propõem uma matriz com foco na aprendizagem que pode ser complementar à análise feita dos objetos educacionais digitais pelo edital do PNLD 2015. A referida matriz tomou como referência os estudos sobre integração e normalização de recursos digitais na área educacional. Foi analisada uma coleção de Livros de Língua Portuguesa para o Ensino Médio, com Livro didático digital, aprovada nos termos do edital acima referido. Segundo as autoras, os resultados mostraram que, “nos objetos educacionais digitais analisados, o foco é mais de exposição do que de propiciar interação, tendo em vista os propiciamentos que os recursos digitais oferecem”.

Na sequência, **As representações de gramática construídas no discurso de graduandos em Letras: uma experiência com a oficina de Tópicos gramaticais para leitura e produção de textos** é a nona publicação desse volume. O texto de Janaína Zaidan Bicalho Fonseca, por meio do estudo do gênero textual relato, objetivou apresentar e analisar, as representações de gramática acionadas no discurso de alunos de Letras. Tais estudantes participaram da oficina Tópicos Gramaticais para Leitura e Produção de Textos. Para compreender as representações construídas pelos alunos, a pesquisa se apoiou, teoricamente, nos estudos das representações sociais, conforme perspectiva da Psicologia Social e na perspectiva sociointeracionista. Tendo como fundamentos os preceitos da Linguística Textual, no que tange aos mecanismos linguísticos, foi possível concluir que “os acadêmicos de Letras representam a gramática como objeto de poder e desejo, já que os relatos revelaram um discurso fundamentado na falha, na dificuldade e na defasagem do aprendizado gramatical”.

O décimo estudo **A natureza do complemento dos verbos aspectuais** de Franciele da Silva Nascimento e Núbia Ferreira Rech visa a investigar o comportamento dos verbos aspectuais do português brasileiro (PB) ‘começar’, ‘continuar’, ‘parar’, ‘deixar’, ‘acabar’ e ‘terminar’ em contextos em que aparecem com predicados verbais e com nominalizações desses predicados na posição de seu complemento. Para fazer o mapeamento, foi adotada a subdivisão dos estativos proposta por Bertinetto (1986) para a língua italiana e estendida para o português por Ilari e Basso (2004). Esses autores distinguem os estativos em verbos tipicamente estativos, que não sofrem mudança em seu curso, Segundo as autoras, “os verbos aspectuais selecionam um complemento marcado, necessariamente, com os traços [+mudança] e [+durativo], oferecendo, por isso, restrições

a *achievements*, a predicados tipicamente estativos e aos nomes correspondentes a esses predicados”.

Kelli da Rosa Ribeiro escreveu o décimo primeiro artigo intitulado **Culto televisivo Show da fé: tensionamento de vozes sociais**. Neste artigo, a autora analisou os sentidos e os valores sociais no discurso do culto televisivo Show da fé, veiculado na TV Bandeirantes. Como embasamento teórico, recorreu às contribuições de M. Bakhtin e seu Círculo e às ideias do semiolinguista francês P. Charaudeau. As discussões feitas pela autora revelaram que “o discurso propagandista analisado apresenta uma tensão entre vozes concorrentes, complexificando as relações entre fé e consumo nas esferas discursivas em jogo”.

Publicado na sequência, o texto **Competição entre afinal e enfim** de Ivanete Mileski e Konrad Szcześniak é o décimo segundo do volume. O estudo concentra-se no uso dos marcadores discursivos afinal e enfim a partir de dados do *Corpus* do Português Davies-Ferreira. Os autores fizeram uma breve apresentação sobre marcadores discursivos, selecionaram os usos mais comuns de cada um deles para, logo após, abordar seu desenvolvimento diacrônico. Na análise dos dados, verificaram o número de usos de afinal e de enfim com o valor justificativo. Além disso, os autores alcançaram os seguintes resultados: “a) a frequência de ambos os marcadores diminuiu do século XIX para o século 20; b) o marcador enfim com valor justificativo, mais frequente que afinal com o mesmo valor no século 19, foi superado em frequência por afinal no século XX. A maior frequência de afinal justificativo em relação a enfim, no século XX, está de acordo com o Princípio de Contraste, postulado por Clark (1980)”.

A pesquisa publicada em décimo terceiro lugar neste volume **A influência dos conhecimentos sobre o acento fonológico na acentuação gráfica** de Taíse Simioni e Flávia Azambuja Alves partiu do “princípio de que as regras de acentuação gráfica de grande maioria das palavras em português segue uma lógica simples: palavras com acento fonológico não marcado não recebem acento gráfico, enquanto palavras com acento fonológico marcado são graficamente acentuadas (COLLISCHONN, 2005)”. Neste estudo, as autoras comparam os resultados apresentados em oficinas com metodologias distintas para o ensino da acentuação gráfica. Com esse estudo, as autoras puderam ressaltar a importância de “novas metodologias, que mostrem a lógica por trás de aspectos gramaticais e desvelem regras arbitrárias que não fazem sentido, restando aos alunos apenas as decorarem”.

Outra contribuição interessante e publicada em décimo quarto lugar foi o texto **Procedimentos para compilação de um *corpus* composto por legendas e construção de uma ferramenta de *corpus* on-line: o *Corpus of English Language Videos*** de Lucas Maciel Peixoto e Luiz Fernando Afra Brito. Os autores apresentam os procedimentos linguísticos e computacionais que foram realizados para o desenvolvimento do CELV, desde a coleta de textos até a construção da ferramenta. Buscaram embasamento teórico-metodológico na Linguística Computacional e áreas relacionadas, como a Linguística de *Corpus*, o Processamento de Linguagem Natural e a Recuperação de Informação. Segundo os estudiosos, a metodologia descrita no texto deverá apresentar “detalhes suficientes para demonstrar as etapas mais importantes na construção desse tipo de sistema, permitindo a replicação do processo por outros pesquisadores”.

E, por fim, para fechar a sequência de textos, o volume culmina com a décima quinta publicação que consiste na apresentação da resenha elaborada por Daniela Faria Grama. Grama resenha o texto **Introdução ao estudo do léxico: descrição e análise do Português** de Alina Villalva; João Paulo Silvestre da Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 2014, 247 p.

Enfim, resgato a afirmação de Émile Benveniste (1995), que resume bem a importância da linguagem: “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui”. Portanto, se a linguagem é a via de comunicação entre os seres humanos, notadamente, a Linguística é uma ciência bem ampla, onde há variados estudos sobre a linguagem, atividade essencialmente humana, histórica e social. Se bem conduzida, a linguagem pode ser uma aliada na luta contra os preconceitos sociais, visto que proporciona ao indivíduo a possibilidade de exercer atividade sobre o outro, sobre si mesmo e sobre o mundo. Enfim, é partir de seu uso que observamos, compreendemos e interagimos com o mundo natural.

Esse número da Domínios mostra bem isso. Desejo, então, que a leitura dos textos apresentados estimule diálogos profícuos e novas investigações na área, além de contribuições para que interessados possam melhor entender o funcionamento, as particularidades e as necessidades desse campo específico, assim como suas lacunas, e que as diferentes perspectivas de análise abordadas mostrem a riqueza e diversidade do tema.

Tenho a certeza de que a seleção de textos que o Conselho Editorial imprimiu a mais esta edição contribuirá sobremaneira para o enriquecimento do debate acadêmico nas instituições educacionais, em salas de aula de todo o país, levando os interessados à

disseminação de novas ideias, tão importantes para o **processo de produção e validação do conhecimento**.

Por fim, para além dos pareceristas de nosso Conselho Editorial, agradeço também ao incansável editor 'Prof. Dr. Guilherme Fromm' pelo trabalho à frente da Domínios.

Caro leitor, tenha uma boa leitura!

Prof<sup>a</sup>. Dra. Eliana Dias

Domínios de Lingu@gem

## Artigos

### A palavra do outro na redação-Enem: Polifonia ou Sobreposição de discursos?<sup>1</sup>

A word from the other in Enem-writing: Polyphony or Overlap of speeches?

Hélder Sousa Santos\*

**RESUMO:** No presente trabalho, buscamos compreender *como* a palavra do outro foi agenciada por um *scriptor* em uma redação caracterizada de “Nota 1000” pela instância corretora de vestibular ENEM — Exame Nacional do Ensino Médio (2011) —, ao (re)tomar enunciados constituídos sócio historicamente acerca do tema “Viver em rede no século XXI: os limites entre o público e o privado”. Dito de outro modo, vamos descrever e interpretar, pautados em pressupostos teóricos de Bakhtin (1981; 1988a e 1988b; 1997), mo(vi)mentos de tomada de posição desse *scriptor* (no nível de sua argumentação) ante à palavra do outro. Tais mo(vi)mentos permitir-nos-ão indicar se se tratam de (e)feitos de polifonia discursiva (consoante ao pensamento bakhtiniano) ou de sobreposição de discursos. Dessa feita, ser-nos-á possível corroborar a (in)verdade escutada e propalada na/pela máxima “todo discurso é polifônico”.

**PALAVRAS-CHAVE:** Dialogismo. Discurso. Polifonia. Sobreposição discursiva. Redação-ENEM.

**ABSTRACT:** In this work, we aim at studying how other's word was brokered by a scriptor in a writing featured as "maximum score" by the broker instance of ENEM - National High School Exam (2011) - when (re)making social statements made historically on the theme "Living networked in the XXI century: the boundaries between public and private". In other words, we describe and interpret, guided by Bakhtin's theoretical framework (1981; 1988a and 1988b; 1997), mo(ve)ments that have been adopted by this scriptor (at the level of its argumentation) before the word of the other. Such mo(ve)ments will allow us to indicate marks of discursive polyphony (according to Bakhtinian thoughts) or overlapping discourses. This will make possible to corroborate the (un)truth that is heard and diffused by the maxim "all discourse is polyphonic."

**KEYWORDS:** Dialogism. Speech. Polyphony. Discursive overlap. Writing Vestibular-ENEM.

<sup>1</sup> Este texto é resultado de meu trabalho de qualificação em **Área Complementar** (A.C.), desenvolvido conforme práticas acadêmicas do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) — curso de doutorado. Agradeço ao prof. Dr. João Bosco Cabral dos Santos (meu orientador), às professoras Dra. Carla Nunes Vieira Tavares e Dra. Cristiane Carvalho de Paula Brito a leitura atenciosa de nossas (re)formulações e a participação conjunta em mo(vi)mentos de escrita, sem as quais pouco do exposto a seguir teria se constituído.

\* Doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor de Língua Portuguesa, Literatura e Redação do Instituto Federal Minas Gerais (IFMG).

*Todas as palavras (enunciados, produções de discurso literárias), além das minhas próprias, são palavras do outro. Eu vivo num mundo de palavras do outro. E toda a minha vida é uma orientação neste mundo; é reação às palavras do outro (uma reação infinitamente diversificada) a começar pela assimilação deles (no processo de domínio inicial do discurso) e terminando na assimilação das riquezas da cultura humana.*

*Bakhtin (1997, p. 379).*

## 1. Considerações iniciais

Ao falar da presença da palavra do outro<sup>2</sup> na redação-ENEM<sup>3</sup> (BRASIL, 2012), ou seja, o dialogismo, colocamos em destaque uma das proposições centrais formuladas pelo filósofo russo Mikhail Bakhtin (1895-1975) em “Problemas da Poética de Dostoiévski” (2013 [1981]) — doravante, PPD —, obra que discute e analisa uma série de questões voltadas para a filosofia da linguagem, de modo geral, e para a linguagem literária. Na ocasião, um escrutínio de elaborações teóricas do autor permitir-nos-á fundamentar nossa compreensão, ancorada sobretudo no questionamento do estatuto (a ser) conferido ao outro no ato singular redacional de (re)dizê-lo. Trata-se de um efeito polifônico, dentro dos moldes bakhtinianos, ou de uma sobreposição discursiva, um efeito heterogêneo constitutivo da própria linguagem? — questionamo-nos.

Antes, cabe-nos produzir uma releitura atenta de teses nodais aos estudos de Bakhtin e de seu Círculo<sup>4</sup>, (re)pensando, em seguida, fundamentos singulares à sua visão dialógica de linguagem. Noutras palavras, é mister a retomada de noções, conceitos e teorias bakhtinianos para propormos um exame acurado da presença da palavra do outro na redação-ENEM. Tais elaborações do autor, a saber, a “heterogeneidade da palavra”<sup>5</sup>, o “dialogismo” e a “exotopia”,

---

<sup>2</sup> Esse outro — social, histórico, ideológico e psíquico — é discurso e interlocutor, e não o ser (alguém) no mundo. Ele é parte da configuração do diálogo na linguagem.

<sup>3</sup> No Brasil, o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) constitui-se de uma prova de seleção de candidatos (estudantes) a vagas em Universidades públicas.

<sup>4</sup> Trata-se de um grupo de estudiosos, que, nas primeiras décadas do século XX (1919-1929), discutiu e problematizou a tese bakhtiniana da interação na linguagem (seus alcances teórico-metodológicos prováveis à demonstração de uma realidade plausível de língua, o fundamento de sua existência: o homem e a sociedade).

<sup>5</sup> Esse conceito, problematizado por diferentes áreas da linguística, não resulta de uma construção autoral de Bakhtin. Trata-se, na verdade, de um princípio teórico axiomático assumido por linguistas atuais para validar a tese da dialogicidade da linguagem como princípio gerador de discursos. “Atribuímo-lo”, no entanto, a Bakhtin — à ideia de heteroglossia ou plurilinguismo dialogizado enfocada(o) pelo autor, isto é, o entrecruzamento multiforme de vozes sociais em textos — apenas como forma de traçar um percurso argumentativo nosso, qual

respectivamente, conduzir-nos-ão ao entendimento de questões da “teoria”<sup>6</sup> polifônica exposta e consagrada em PPD. Esta, conforme ainda veremos, possui particularidades teórico-metodológicas perante o sistema conceitual construído por Bakhtin para investigar o tema “vozes” no/do discurso literário.

Neste passo, deixamos explícitas as diretrizes metodológicas da problematização bancada pelo presente estudo ao se perguntar, de saída, sobre o lugar da palavra do outrem no fio do dizer, seu papel bancado — assumido e trabalhado — em um contexto específico: a redação-ENEM. Ora, uma questão daí entrevista é cara às nossas discussões: indagamos sobre o fato de que nem todo discurso seja polifônico — dentro da óptica bakhtiniana. Isto porque em Bakhtin (2013) há requisitos singulares envolvendo o conceito de polifonia; esses precisarão ser relidos cuidadosamente por nós a fim de evitar seu fetichismo, e, conseqüentemente, barrar a multiplicação de vulgadas prováveis (já) em circulação. O ato de nos volver a critérios formulados pelo autor ao tratar das várias vozes que constituem um discurso dar-nos-á, por conseguinte, acesso às relações que estão em causa aí.

Em vista do posicionamento exposto no parágrafo precedente, elaboramos uma hipótese de trabalho, qual seja: a despeito de haver, entre estudiosos de linguagem, apropriações “consensuais” de enunciados tais como “a consciência é polifônica” ou “todo discurso é polifônico”, indicamos aí a necessidade de revisão de sentidos, buscando, para tal, confrontar à explicação metalinguística “várias vozes = polifonia?” o seu avesso, a monofonia ou “sobreposição discursiva”; reiterados, no último caso, termos de Faraco (1988). Para tanto, faz-se pertinente a produção de leituras do arcabouço teórico bakhtiniano aludido, já que essa feita (nossa) obriga a posição leitor — também ocupada da revisita a pressupostos fundantes à categoria de polifonia no/do discurso — tecer conclusões.

Na sequência, aos poucos, colocamo-nos a perfilar os propósitos traçados acima. Primeiramente, falaremos do conceito de “heterogeneidade da palavra”, procurando ressaltar dali questões que nos permitam notar o fenômeno linguagem de uma forma-outra: não apenas pelo viés linguístico (verbal), mas também pelo caráter social-ideológico (extraverbal) que o constitui. Feito isso, procederemos à leitura da noção bakhtiniana de “dialogismo”, que decerto conscientizar-nos-á sobre quais fatos implicam a construção do conceito de polifonia (também

---

seja: partir da ideia de heterogeneidade discursiva, uma propriedade da linguagem, para tratar, na sequência, de dois conceitos importantes à empreitada bakhtiniana: dialogismo-polifonia e exotopia.

<sup>6</sup> Faraco (2008) questiona *se* seria, de fato, uma teoria as caracterizações e explicações construídas para o termo polifonia em PPD (2013). Por isso, optamos (no curso de nosso texto) por manter o termo entre aspas.

de Bakhtin). Em resumo, não podemos perder de vista que os pressupostos “heterogeneidade da palavra” e “dialogismo” são determinantes à introdução de questões novas aos estudos linguísticos; aquele, uma propriedade geral de existência do discurso, é (re)pensado bakhtinianamente pelo diálogo heurístico instituído e estruturado por este.

Abaixo, vejamos, então, especificidades desses conceitos, hoje, em voga em áreas diferentes de conhecimento.

## 2. Sobre o conceito de heterogeneidade da palavra

Bakhtin (1988a), em sua obra célebre “Marxismo e Filosofia da linguagem”, interpelando-se acerca do que seja a linguagem, a palavra do outro, desfere críticas às duas formas de pensamento lógico-linguístico que domina(ra)m os estudos de linguagem por anos: o subjetivismo idealista e o objetivismo abstrato. Isto porque — a despeito de compreensões até então arroladas em torno do objeto língua — a palavra não se reduz a categorias preestabelecidas em determinado campo cognitivo e explicável, a propósito, em termos psicológicos ou sociológicos. Há, ao contrário, outros fatores<sup>7</sup>, sociais e históricos, a princípio exteriores à sua natureza, afetando, assim, o (per)curso de significação do qual fazem parte — e não poderá ser de outro jeito — sentidos e sujeitos, sempre heterogêneos, decentrados em relação a si e em relação a uma origem apenas imaginária.

Examinando, com efeito, as posições defendidas pela primeira tendência — o subjetivismo idealista —, Bakhtin (idem, p. 75- 76) sumariza-as em quatro proposições, a saber:

1. A língua é uma atividade, um processo criativo ininterrupto de construção (“energia”), que se materializa sob a forma de atos individuais de fala.
2. As leis da criação linguística são essencialmente as leis da psicologia individual.
3. A criação linguística é uma criação significativa análoga à criação artística.
4. A língua, enquanto produto acabado (“ergon”), enquanto sistema estável (léxico, gramática, fonética), apresenta-se como um depósito inerte, tal como a lava fria da criação linguística, abstratamente construída pelos linguistas com vistas à sua aquisição prática como instrumento pronto para ser usado.

---

<sup>7</sup> Aqui, como forma elucidativa, lembramos que os trabalhos dos linguistas Austin (1962) e Benveniste (1966, 1974), respectivamente, são os primeiros a notar esse efeito de a-mais (outros fatores) constitutivo(s) da linguagem. Austin, em sua obra “Quando dizer é fazer” (idem), observa que no próprio ato de/do dizer há o engajamento do falante; este, conforme ressaltam várias problematizações do autor, está, então, marcado ali — na/pela (sua) prática concreta de linguagem. Já Benveniste (idem) fala-nos sobre o estatuto da relação eu-outro (actantes do discurso) como princípio de subjetividade na língua e na linguagem; o sujeito e a enunciação, poderíamos assim resumir, são igualmente importantes aos estudos linguísticos, pondera o autor.

Vejamos, a partir da citação em tela, que as explicações forjadas pela orientação subjetivista idealista — para caracterizar a natureza pressuposta ao objeto língua — são puramente psicológicas, enfatizando, a rigor, a ação e a criatividade do indivíduo frente às formas linguísticas. Em tese, tal qual pondera Bakhtin (idem, cf., p. 74), o psiquismo individual seria a fonte de toda a língua. Por isso, “as leis da criação linguística — sendo a língua uma evolução ininterrupta, uma criação contínua — são leis da psicologia individual, e são elas que devem ser estudadas pelo linguista e pelo filósofo da linguagem” (BAKHTIN, ib).

Ora, o psiquismo é senão a própria língua manifesta em atos de fala individuais de criação linguística, sempre constantes e irrepetíveis. Isso sob a forma monológica de enunciação, ou seja, uma enunciação cuja origem supõe ser o falante — aquele que poderá controlar uma totalidade de sentidos — e não a própria relação reconhecida pelo diálogo (a ser) instituído entre um Eu, que não é cognoscível, e o outro, o interlocutor e o (seu) discurso.

Por sua vez, à segunda tendência — o objetivismo abstrato —, Bakhtin (idem, p. 85) significa-a em vista de quatro proposições assim definidas:

1. A língua é um sistema estável, imutável, de formas linguísticas submetidas a uma norma fornecida tal qual à consciência individual e peremptória para esta.
2. As leis da língua são essencialmente leis linguísticas específicas, que estabelecem ligações entre os signos linguísticos no interior de um sistema fechado. Estas leis são objetivas relativamente a toda consciência subjetiva.
3. As ligações linguísticas específicas nada têm a ver com valores ideológicos (artísticos, cognitivos ou outros) Não se encontra, na base dos fatos linguísticos, nenhum motor ideológico. Entre a palavra e seu sentido não existe vínculo natural e compreensível para a consciência, nem vínculo artístico.
4. Os atos individuais de fala constituem, do ponto de vista da língua, simples refrações ou variações fortuitas ou mesmo deformações das formas normativas. Mas são justamente estes atos individuais de fala que explicam a mudança histórica das formas da língua; enquanto tal, a mudança é, do ponto de vista do sistema, irracional e mesmo desprovida de sentido. *Entre o sistema da língua e sua história não existe nem vínculo nem afinidade de motivos. Eles são estranhos entre si* (ITÁLICOS DO AUTOR).

As quatro proposições resumidoras da orientação lógico-filosófica em questão são, na verdade, a antítese das quatro primeiras proposições indicadas à primeira orientação por Bakhtin. Assim, se o subjetivismo idealista reflete a realidade dos fatos linguísticos, a partir da criatividade do falante, o objetivismo abstrato, de modo oposto, encerra-os no bojo — exclusivo — do sistema da língua. Todavia, ambas orientações argumentam em direção a uma questão

comum: prescindem a relação de dialogicidade inerente a todo uso da palavra motivado pelo falante. A segunda orientação, nesse caso, faz da língua um objeto de silêncio, (e)feito de monologismos nos quais a noção de signo — *sempre* ideológico para Bakhtin (1988a) — reduz-se, inadvertidamente, à ideia de mero sinal de comunicação, como um reflexo fixo das coisas no mundo.

Com efeito, nem o primado do indivíduo sobre o sistema da língua, nem o primado deste (com suas normas) sobre aquele conseguem tocar de perto a verdadeira natureza da linguagem. Isto porque nos fatos linguísticos, ao serem descritos e interpretados, urge observar o batimento (in)tensivo mantido entre o objeto língua e seu funcionamento exterior. Neste passo, diríamos que a perspectiva da heterogeneidade da palavra — relida aqui pelo crivo bakhtiniano — significa um modo outro de conceber a dimensão da linguagem. A esse respeito, Bakhtin (idem, p. 127) é categórico ao afirmar que:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social de *interação verbal*, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua (ITÁLICOS DO AUTOR).

Por esse motivo, Bakhtin recusa o monologismo latente nas duas orientações do pensamento lógico-filosófico. Como a verdadeira substância da língua está na interação verbal, fundamenta o autor, a palavra que aí se (re)formula é senão heterogênea. Ela é troca entre actantes do discurso: o Eu-sujeitudoinal não se limita (nem é limitado) a (por) um tu-interlocutor-discurso; ao contrário, significam-se no interstício — heterogêneo e dinâmico — impulsionado por ambos. A palavra, resumindo, não é senhora de si, posto que se ouvem e se fazem ouvir em sua matéria (dis)curso; ela se interroga e responde, em diferentes contextos, o outro/Outro. Daí o encontro de duas ou mais palavras — eu e outro(s) — corroborar, dentro do crivo bakhtiniano, o caráter heterogêneo decisivo à atividade interacional humana na linguagem.

Finalizando esta seção, vale frisar a importância da noção de heterogeneidade da palavra para os estudos linguísticos. Ora, desse prisma-outro de questões, uma linguística-outra, a da palavra em uso, emerge. Uma linguística ocupada com a compreensão daquilo que é mais singular e fundante à linguagem: o discurso e suas formas (em princípio, estáveis) de constituição. Reconhecer, a propósito, como fizeram a linguista Authier-Revuz (2004) e o

filósofo Michel Pêcheux (1995)<sup>8</sup> — a questão do heterogêneo que habita a palavra é possibilidade de sustentar acirradamente a ideia de plurivocidade de linguagens, ou seja, o efeito a-mais que (se) faz sentido ao (no) discurso. Isso porque:

Na linguagem, como objeto da linguística não há e nem pode haver quaisquer relações dialógicas: estas são impossíveis entre os elementos do sistema da língua (por exemplo, entre as palavras no dicionário, entre os morfemas, etc.) ou entre os elementos do “texto” num enfoque rigorosamente linguístico deste. Elas tampouco podem existir entre as unidades de um nível nem entre as unidades de diversos níveis. Não podem existir, evidentemente, entre as unidades sintáticas, por exemplo, entre as orações vistas de uma perspectiva rigorosamente linguística. Não pode haver relações dialógicas tampouco entre textos, vistos também sob uma perspectiva puramente linguística (BAKHTIN, 2013, p. 209).

Na sequência, vejamos um pouco mais sobre a questão da heterogeneidade da palavra, contudo, dentro de uma nova visada: através da noção bakhtiniana de dialogismo. Também, esta noção serve-nos para perceber, aqui, a importância que Bakhtin confere ao estatuto da linguagem — sua dimensão efetiva — face à condição humana, face o discurso intenso e interminável de sua significação.

### 3. Sobre o conceito de dialogismo

Como ressaltado há pouco, Bakhtin (2009) pensa a língua não exatamente enquanto sistema abstrato (objetivo e homogêneo) de (suas) formas, função de um centro único subjetivo-psicológico de enunciação (o do Eu), mas enquanto atividade humana, inter-ação trabalhada na e pela relação dialógica estabelecida pelo binômio Eu-outro. Disso decorre a noção de diálogo, problematizada pelo autor, de modo contundente, como condição de linguagem, sobretudo a partir do caráter ontológico que circunscreve as práticas linguísticas humanas. Assim, de acordo com o pensamento de Bakhtin (2013, p. 293), “ser significa comunicar-se pelo diálogo”.

Todavia, ao contrário do que poderíamos conjecturar, o diálogo sempre empreendido entre os protagonistas Eu-tu nunca estará restrito à ideia de comunicação verbal-vocal, face a face entre duas pessoas, formalmente. É diálogo no sentido amplo, envolvendo a língua (com

---

<sup>8</sup> Esses dois estudiosos de linguagem problematizaram a questão da heterogeneidade da palavra/discurso — mostrada e constitutiva —, respectivamente, pelos atravessamentos do Outro (o inconsciente), pesando-se aí o estatuto de conceitos bakhtinianos, e do Interdiscurso (um saber já-dito em outro lugar) no fio (in)tensivo de resignificação do dizer.

seu léxico, morfologia e sintaxe), os interlocutores e o contexto social, histórico e ideológico de produção de enunciados possíveis. Por isso, transcende concepção de objeto suposto tangível a sujeitos envolvidos ali. Afinal, pontua Bakhtin (1988b, p. 89), “todo discurso é orientado para a resposta e ele não pode esquivar-se à influência profunda do discurso da resposta antecipada”, já que há sempre outras falas para ele dirigidas e, ainda, a respeito dele. Em tese,

essa orientação da palavra em função do interlocutor tem uma importância muito grande. Na realidade, toda palavra comporta *duas faces*. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede *de* alguém, como pelo fato de que se dirige *para* alguém. Ela constitui justamente o *produto da interação do locutor e do ouvinte*. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros (BAKHTIN, 1988a, p. 113) (ITÁLICOS DO AUTOR).

Nessa perspectiva, a palavra — sua expressão e movimento duplamente orientados para o exterior, para a alteridade, para o discurso (do) outro — é função da dinâmica dialógica demandada pela ordem da linguagem. Seu diálogo (o da palavra) com o outro, inconcluso por natureza, implica, neste ponto, um processo (amplo e complexo) de ressignificação amiúde para o dizer; e nunca um produto interior às formas da língua ou mesmo um efeito localizável em textos por meio de marcas estruturais (travessões e os dois pontos — na escrita). Isto porque tal processo constitui-se não só de elementos linguísticos, mas também de sujeitos e de contextos sociais que têm ali seu lugar. Por razões assim, o dialogismo na/da linguagem — ou “teoria” do discurso, conforme exposta e examinada em Dostoiévski (PPD)— é, efetivamente, condição estruturante da palavra. Daí — ressalva Bakhtin (p. 293) — “o diálogo, em essência, não poder nem dever acabar”:

a todo instante se encontra nas conversas ‘uma citação’ ou ‘uma referência’ àquilo que disse uma determinada pessoa, ao que ‘se diz’ ou àquilo que ‘todos dizem’, às palavras de um interlocutor, às nossas próprias palavras anteriormente ditas, a um jornal, a um decreto, a um documento, a um livro, etc... (BAKHTIN, 1988b, p. 140).

Sinteticamente, diríamos que o conceito de dialogismo permite seu autor (Bakhtin) construir uma teoria linguístico-filosófica da linguagem; ela reavalia, fundamenta e assume de vez o modo de tessitura do discurso como heterogêneo. Sem delongas, observa-se, pois, que “toda a vida da linguagem, seja qual for o seu campo de emprego (a linguagem cotidiana, a

prática, a científica, artística, etc.), está impregnada de relações dialógicas” (BAKHTIN, 2013, p. 209).

Assim sendo, toda relação dialógica é potencialmente questionadora da ideia de monologismo, isto é, a força centrípeta e inibidora da palavra do outro, do estabelecimento de consciências conjuntas, da palavra que espera ser escutada pelo Eu sujeito de/do discurso. Essas (as relações dialógicas), com efeito, podem fazer com que emerja, discursivamente, algo daquilo que Bakhtin (2009) concebe por arquitetônica (ético-estética) da palavra: a relação valorativa das posições-sujeito “eu-para-mim”, “eu para o outro” e “outro para mim”. Esses valores denotam, em essência, a condição de duplicidade inerente à noção de dialogismo bakhtiniana. A antecipação compreensiva da resposta (a ser) dada pelo outro da interlocução e a relação Eu e outro que fala no sujeito (o superdestinatário) são demonstrações cabíveis a (e)feitos prováveis de serem produzidos na/pela linguagem.

Ademais, cumpre sublinhar que o conceito de dialogismo abarca, entre outras questões não necessariamente linguísticas — por exemplo, a vida humana, o diálogo motivado por gestos de interrogar, ouvir, responder o dizer —, a compreensão da noção de enunciado formulada por Bakhtin em “Estética da criação verbal” (1997). Ali, o autor, refletindo sobre o dinamismo de funcionamento da linguagem, pelo crivo dialógico, lembra-nos de que esta sempre se articula *entre* relações de enunciados, isto é, unidades de comunicação (irrepetíveis) produtoras de enunciações conclusas imaginariamente (BAKHTIN, idem, cf., p. 299). Tais unidades, os enunciados, são, por assim dizer, realidades constituídas historicamente, respondendo, nesse caso, um outro, o outro que constitui e institui a subjetividade do Eu. Por isso, todo enunciado significa, na óptica do filósofo Bakhtin (idem), o elemento fundante e, ao mesmo tempo, propulsor às relações dialógicas na linguagem. Consequentemente, poder-se-á afirmar que

(...) na composição de quase todo enunciado do homem social — desde a curta réplica do diálogo familiar até as grandes obras verbal-ideológicas (literárias e outras) existe, numa forma aberta ou velada, uma parte considerável de palavras significativas de outrem, transmitidas por um ou outro processo. No campo de quase todo enunciado ocorre uma interação tensa e um conflito entre sua palavra e a de outrem, um processo de delimitação ou de esclarecimento dialógico mútuo (...) (BAKHTIN, 1988b, p. 153).

Feitas essas primeiras observações sobre a noção de dialogismo, volvemo-nos, agora, a outro conceito crucial às teses de Bakhtin: o conceito de polifonia<sup>9</sup>. Antes, cabe pontuar o seguinte esclarecimento: a teoria polifônica bakhtiniana não subsome a perspectiva dialógica na/da linguagem relida, em linhas gerais, aqui. Trata-se de uma nova elaboração teórica do autor que, a despeito de constituir-se dentro de um quadro de questões dialógicas, distancia-se (e muito) daí; vai além da ideia de diálogo entre interlocutores e de plurivocalidade da palavra. Dialogismo, dito de outro modo, é uma propriedade determinante — relação necessária entre valores heterogêneos — da (na) linguagem. Polifonia, diferentemente, é uma realidade dialógica de linguagem notada e perscrutada por Bakhtin a partir do trabalho artístico-literário do escritor russo Fiódor Mikhailovich Dostoiévski (1821-1881), inventor do gênero romance polifônico.

Sendo assim, para início de discussão, recordamos que o conceito de polifonia — uma metáfora formulada no contexto da música<sup>10</sup>, *a priori* — decorre de problematizações engendradas por Bakhtin (2013) ao (re)pensar e, em seguida, fundamentar os tópicos heterogeneidade e dialogismo da palavra em um (con)texto específico: o discurso romanesco e sua inovação no campo literário impulsionada por Dostoiévski. Significa, noutras palavras, um conceito voltado para a compreensão do estatuto do outro na composição do dizer — com semelhanças devidas às de um sistema musical não-monódico: uso de linguagem dinâmica e mutável, flutuante e ativa, múltipla e ambígua. Enfim, uma linguagem em processo vivo e criativo, função de variados ritmos sociais que compõem, ininterruptamente, diálogos entre si.

Com efeito, a palavra (ex)posta em obras de Dostoiévski — sua confluência e congruência até outras palavras, consciências e tons — é um verdadeiro diálogo interminável.

---

<sup>9</sup> Embora não seja foco deste estudo demonstrar operacionalizações do conceito de polifonia na/da linguagem, cumpre ressaltar a importância do trabalho de Ducrot (1984), ocupado de tal empreitada. Neste ponto, é sabido que o autor esboçou, sob a perspectiva teórica da Semântica da Enunciação, um novo quadro de questões — essencialmente linguísticas — favoráveis à ideia de se localizar, no fio do dizer, vozes constitutivas de discursos. Para tanto, pôs-se, inicialmente, a observar a linguagem a partir de dois planos, a saber, pelo plano do locutor (o de quem fala) e pelo plano do enunciador (o de quem vê). Ali, em tese, na relação instituída entre (inter)locutores, é que se encontra o fundamento de sua teoria polifônica, a presença flagrante de vozes diferentes que não podem ser atribuídas a um sujeito psicológico, uno, senhor de si — conclui Ducrot (idem). Algo muito diferente daquilo que postulam as lucubrações do filósofo russo Bakhtin em PPD.

<sup>10</sup> Esse esclarecimento deve ser remetido a Roman (1992). O autor, propondo uma releitura e compreensão do trajeto de elaboração da metáfora polifonia em Bakhtin, lembra-nos de que tal proposição re(a)presenta e confronta ao canto gregoriano/monódico (no séc. XIII) um modo outro de compor e de tocar melodias: o estilo polifônico. Este, sob forma de linguagem dinâmica e irrepitível, é, na verdade, uma (re)elaboração bakhtiniana que, legitimando o princípio (heterogêneo) de não acabamento e de não perfeição do discurso, confere estatuto à ideia segundo a qual pode haver consciências humanas múltiplas escutando-se dialogicamente, sem que uma dessas (sobre)determine e apague outras.

Acolhe e se faz acolhida pela alteridade, significando-se, ali, não como objeto de controle de um autor, mas, em mesmo pé de igualdade, como sujeito que também cala para escutar o Eu que (se) diz, (d)enuncia (o) outro. Em tese, esse é o cerne da teoria polifônica bakhtiniana, da ideia de interação (des)envolvida a partir de várias consciências imiscíveis em um mesmo texto/discurso. Assim, no entendimento de Bakhtin (2013, p. 5):

*A multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis e a autêntica polifonia de vozes plenivalentes constituem, de fato, a peculiaridade fundamental dos romances de Dostoiévski. Não é multiplicidade de caracteres e destinos que, em um mundo objetivo uno, à luz da consciência de um autor, se desenvolve nos seus romances; é precisamente a multiplicidade de consciências equipolentes e seus mundos que aqui se combinam numa unidade de acontecimento, mantendo a sua imiscibilidade (ITÁLICOS DO AUTOR).*

Esta citação, que pontua em rigor questões constitutivas do conceito de polifonia compreendido por Bakhtin a partir do discurso dostoiévskiano — em particular, a partir da ideia de multiplicidade substancial de consciências *equipolentes* e da de vozes *plenivalentes* — serve-nos, no momento, para enfatizar peculiaridades dialógicas na/da linguagem literária. Neste ponto, reiteradas as palavras do autor (p. 4-5), em PPD, notar-se-ão as explicações seguintes (em notas de rodapé): 1ª) *Multiplicidade de consciências equipolentes* = “consciências e vozes que participam do diálogo com outras vozes em pé de absoluta igualdade; não se *objetificam*, isto é, não perdem o seu SER como vozes e consciências autônomas; 2ª) *polifonia de vozes plenivalentes* = vozes “plenas de valor, que mantêm com outras vozes do discurso uma relação de absoluta igualdade como participantes do grande diálogo”.

Ora, como se vê, há um fundamento singular implicando o processo dialógico polifônico perscrutado por Bakhtin na criação artística do escritor russo Dostoiévski, qual seja, a noção de interação entre vozes/consciências construídas discursivamente. Estas, na óptica do autor, sempre falam, escutam-se, interagem-se, em um mesmo espaço — havendo aí, no mínimo, duas vozes em jogo (a do autor que fala *com* sua personagem e a da própria personagem que questiona a posição-autor) —, e não simplesmente simulam esperada multiplicidade vocal; a multiplicidade que, configurada na forma monológica de diálogo, tende, em função de certo pensamento único/autoritário, a sufocar consciências, neutralizar vozes. A esse respeito, são esclarecedoras as afirmações seguintes do autor:

Dostoiévski é o criador do *romance polifônico*. Criou um gênero romanesco essencialmente novo. Por isso sua obra não cabe em nenhum limite, não se subordina a nenhum dos esquemas histórico-literários que costumamos aplicar às manifestações do romance europeu. Suas obras marcam o surgimento de um herói cuja voz se estrutura do mesmo modo como se estrutura a voz do próprio autor no romance comum. A voz do herói sobre si mesmo e o mundo é tão plena como a palavra comum do autor; não está subordinada à imagem objetificada do herói como uma de suas características, mas tampouco serve de intérprete da voz do autor. Ela possui independência excepcional na estrutura da obra, é como se soasse ao *lado* da palavra do autor, coadunando-se de modo especial com ela e com as vozes plenivalentes de outros heróis (BAKHTIN, idem, p. 5) (ITÁLICOS DO AUTOR).

Uma vez mais, notamos aqui especificidades do estatuto da noção de polifonia dentro arcabouço teórico bakhtiniano. A citação em tela, nesse passo, sublinha bem três princípios de sua constituição: a equipolência, a plenivalência e a imiscuidade de vozes/consciências no/do discurso. No que toca os três princípios, diríamos, então, que são ingredientes singulares à escrita de Dostoiévski, o cerne caracterizador de todo um procedimento discursivo — polifônico — que, pautado no diálogo aberto entre consciências múltiplas, constrói um todo, um ideal de linguagem (romanesca). O ato de fazer personagens e autor dialogarem entre si e com o outro do discurso, tornando-os plenos de direitos iguais, é, por conseguinte, peculiaridade do estilo dostoiévskiano. Por isso, ali, a ideia de polifonia significando “múltiplas vozes/consciências do/no discurso” torna-se um gesto redutor e insuficiente perante a questões ético-estéticas descritas por Bakhtin. Na literatura de Dostoiévski, em suma, há que ser notado o diálogo inconcluso de personagens; estes como sendo livres e podendo até mesmo discordar de seu criador (BAKHTIN, cf., p. 4). Nada, de certa forma, subordinado ao crivo individual de um autor.

Veja-se, mediante as observações precedentes, que o estatuto atribuído ao outro como estruturante do Eu na linguagem dostoiévskiana é patente às lucubrações de Bakhtin revisitadas aqui. Ora, a despeito de haver diferenças — extensões — fundantes aos conceitos de heterogeneidade da palavra, de dialogismo e de polifonia nos textos do autor, mesmo assim, o princípio unificador de toda sua empreitada teórica em questão é a relação Eu-outro, o diálogo interior e exterior à palavra; sendo este um efeito subsumido e trabalhado (sempre) pelo falante de língua. Sobre tal princípio, sabe-se que Bakhtin volve-se a ele, sob perspectiva filosófica — uma metalinguística — para tratar dialeticamente da relação palavra-palavra, pe(n)sando, para tanto, o ideal de complementariedade entre interlocutores no fio do discurso. Neste, a não indiferença à palavra-outra, interior e anterior ao Eu (a confluência de consciências com foco

na construção de um “mesmo” objeto de discurso), é justamente aquilo que define a ideia de uma exotopia<sup>11</sup> na/da linguagem literária, posto que se assume aí, radicalmente, a alteridade; realidade essa que recoloca o discurso em um processo *continuum* de ressignificação e de movimentos intersubjetivos de escuta do outro.

A seguir, propomos uma releitura da noção de exotopia, outra formulação que, em Bakhtin (1997), problematiza fatos de polifonia discursiva na linguagem (literária). Trata-se, resguardadas suas especificidades, de outro conceito do autor, ocupado — mais ainda — em fundamentar e demonstrar a ideia de dialogismo circunscrita à linguagem humana. Grosso modo, uma “polifonia” flagrada no discurso (in)tensivo de (re)criação literária, na produção ético-estética da palavra.

#### 4. Sobre o conceito de exotopia

Outra questão importante, também interligada à perspectiva dialógica bakhtiniana, é a ideia de excedente de visão — ou exotopia — que a relação Eu-outro pode suscitar à palavra. Para formulá-la, Bakhtin, in “Estética da criação verbal” (1997), interessado em saber mais sobre o binômio autor-personagem/herói<sup>12</sup> (sua trama vocal), coloca em discussão o princípio segundo o qual o outro é o meio (e não o fim) de (re)avaliação de dizeres do Eu. Noutras palavras, espera-se que o Eu vá ao encontro do outro de sorte a compreender fatos, realidades e acontecimentos ocorridos — também, pelo crivo de sua visão, a qual é única — e permitir-se, em contrapartida, (re)ver-se em formas-outras de se relacionar com o mundo. Com isso, o Eu amplia e fundamenta pontos de vista antes indefinidos para si. Na prática, avalia Bakhtin (idem, p. 23):

eu devo entrar em empatia com esse outro indivíduo, ver axiologicamente o mundo de dentro dele tal qual ele vê, colocar-me no lugar dele e, depois de ter retornado ao meu lugar, contemplar o horizonte dele com o excedente de visão que desse lugar se descortina fora dele.

Sendo assim, o princípio de exotopia na linguagem implica, concomitantemente, dois mo(vi)mentos importantes à sua realização: distanciamento e proximidade entre o Eu e o outro. Nesse passo, supõe-se uma “permuta” necessária às posições Eu-outro, já que em qualquer

---

<sup>11</sup> A interação Eu-outro autoriza-lhes o retorno a si, dentro de um horizonte de visão do outro. O efeito disso, a exotopia, dá ao Eu a possibilidade de notar o mundo de um lugar-outro: na/pela fronteira Eu-outro.

<sup>12</sup> Faraco (1988) nos faz lembrar que a palavra literária assume melhor o outro, a alteridade, a relação instituída com ela mesma. Neste ponto, cumpre dizer que, em Bakhtin, o exame do conceito de exotopia faz coro com prerrogativa assim.

discurso pode ocorrer abafamento da posição vocal do Eu ante o outro; fato que acaba reproduzindo este, de maneira irrefletida, na forma monológica. A esse respeito, Bakhtin (1997, p. 21) lembra-nos, ainda, de que:

em qualquer situação ou proximidade que esse outro que contemplo possa estar em relação a mim, sempre verei e saberei algo que ele, da sua posição fora e diante de mim, não pode ver [...] toda uma série de objetos e relações que, em função dessa ou daquela relação de reciprocidade entre nós, são acessíveis a mim e inacessíveis a ele.

O ato de ir ao outro e, em seguida, voltar a si constitui-se, por conseguinte, contraparte do processo dialógico. Nesta feita, a visão exotópica processada aí, pelo gesto de empatia do Eu com outro, traz um ponto de vista novo para cada uma dessas posições discursivas; ver o mundo (também) com a lente do outro é o fulcro de tal ato-processo. O Eu, na presença do outro, não é mais singular; é um Eu plural (Eu + outro). Nem o outro é outro nele mesmo, senhor de si, de uma verdade suposta, mas outro do Eu. Isso tudo, em resumo, se dá por um motivo único: o Eu e o outro, instâncias discursivas de significação, assumem para si um trabalho de compreensão responsiva e ativa da palavra (BAKHTIN, 1988). “Eu me identifico ativamente com uma individualidade e, conseqüentemente, eu não me perco completamente, nem perco meu lugar único de fora dela, sequer por um momento”, pondera Bakhtin (1997, p. 33).

Com efeito, ao Eu — indo ao encontro do outro, identificando-se com ele (mesmo que parcialmente) — cabe atenção para não se perder nesse ato volitivo-interativo, porque, do contrário, passará a ser outro (fusão), e não um complemento de si mesmo, uma nova perspectiva, possibilidade de acabamento do (seu) dizer a partir de elementos que lhe são exteriores. Assim, o Eu deverá posicionar-se ante o ponto de vista do outro, trabalhando-o e trabalhando a si mesmo, numa relação dialógica produtiva. O efeito disso encontra-se no ato ético de o Eu, na relação assumida com o outro, gerar uma consciência-outra, significar-se, pois, não mais de modo igual ao de antes (BAKHTIN, 1997).

Tudo isso, sem delongas, implica a gestação de uma palavra-outra, a que é produzida na/pela presença da alteridade. Uma palavra que não seja ela própria — dona de si — centralizada nem no Eu, unicamente, nem perdida no outro. Mas uma palavra acolhedora do outro, um (e)feito de escuta (embate) de discursos-outros. Não se marca, nesse caso, na e pela palavra-outra, uma oposição. Ora, esta, a propósito, poderia ser construída por meio de raciocínios lógicos, com foco na ideia suposta mal entendida, ou seja, por elementos que dentro

do esquema aristotélico “tese + antítese = síntese” são postos em confronto, para, em seguida, eliminar um ou mais pensamentos previstos para dado tema — raciocínio que não convém à palavra-outra, posto que pode ser, ao contrário do imaginado, igual ao outro na sua diferença.

Demais, a relação dialógica Eu-outro — enfatizada aqui pela produtividade exotópica suscetível à linguagem — não pode ser compreendida, em realidade alguma, como resposta a um ato subjetivo exterior a certo processo de significação. Diferentemente, envolve um olhar nosso para a posição assumida pelo Eu ante a outra palavra, a qual se (re) constrói (sempre) como irrepetível, plena de valores. Ali está implicado uma questão de ato responsável, pondera Bakhtin (2009). O “ato da palavra viva”, da palavra que não prescinde o outro, a que, sem afirmar uma plenivalência para o Eu ou mesmo fundir-se à ideia<sup>13</sup> da posição-autor, (des)envolve-se harmonicamente na ordem heterogênea da linguagem.

Enfim, antes de passar à análise, frisamos que os textos bakhtinianos relidos aqui conferem estatuto singular ao outro em processos de instituição da palavra, o seu diálogo interior e exterior. Neste ponto, sabemos que, no âmbito dos estudos linguísticos, não mais é novidade a afirmação “todo discurso é feito de relações dialógicas”. Todavia, o cuidado com extensões teórico-metodológicas engendradas daí — por exemplo, o conceito de polifonia, conforme aludido e (re)examinado na seção anterior — se faz sempre necessário a todo estudioso de linguagem. Afinal, certos fetichismos teóricos não podem (e não devem) vencer o olhar investigador, aquele a quem, mediante suspeitas constantes com o saber, cumpre sempre ouvir o outro — verdadeiro — fundante do Eu.

## 5. (Per)curso e mo(vi)mento de análise

Mediante as releituras do arcabouço teórico bakhtiniano (re)construídas nas seções precedentes, estabelecemos, agora, de modo mais preciso, uma possibilidade de discussão acerca da presença do outro — seu estatuto e caracterização prováveis (polifonia ou sobreposição de discursos?) — em um (con)texto particular: a redação ENEM (2011); orientando-nos, nesse passo, pelo batimento (in)tenso e necessário entre teoria e prática.

---

<sup>13</sup> Em PPD, Bakhtin enfatiza bastante o aspecto dialógico da linguagem. Para tal, utiliza-se de extensões teórico-metodológicas de sorte a (re)afirmar fatos que ganham consistência/sentido aí. Tem-se, a propósito, conforme desenvolvida pelo autor, no conceito de “ideia”, um outro fundamento implicado à palavra. Aqui, grosso modo, lembramos que esta (a ideia), nunca pronta, precisa ser notada como sendo coletiva — jamais a de um indivíduo —, já que é “acontecimento vivo” de linguagem: interroga-se no/pelo outro e, por isso, quer ser ouvida, respondia por outras ideias, outros enunciados (BAKHTIN, p. 94-95).

Resumindo, diríamos que o presente mo(vi)mento analítico vem corroborar afirmações feitas por nós — com base em estudos de Bakhtin (1988a e 1988b; 1997; 2013 [1981]) — em torno da matéria linguagem e sua realidade fundamentalmente dialógica. A relação *scriptor*<sup>14</sup> e enunciados constitui, doravante, o cerne de nossas compreensões.

No tocante ao material selecionado para análise, uma das seis redações “Nota 1000”<sup>15</sup> que compuseram o “Guia do Participante ENEM ” (BRASIL, 2012), cumpre dizer que há ali mo(vi)mentos argumentativos construídos por um *scriptor* que muito nos interessam. Esses mo(vi)mentos produzem-se a partir de informações fornecidas pela instância avaliativa ENEM (2011) ao vestibulando e instituem-se, concomitantemente, a partir de categorias argumentativas tais como já ditos (consensos), contra-argumentos e paráfrases. Antes de examiná-las aqui, atentemo-nos à leitura da redação abaixo (R1):

**R1: Redes sociais:** o uso exige cautela

Uma característica inerente às sociedades humanas é sempre buscar novas maneiras de se comunicar: cartas, telegramas e telefonemas são apenas alguns dos vários exemplos de meios comunicativos que o homem desenvolveu com base nessa perspectiva. E, atualmente, o mais recente e talvez o mais fascinante desses meios, são as redes virtuais, consagradas pelo uso, que se tornam cada vez mais comuns. Orkut, Twiter e Facebook são alguns exemplos das redes sociais (virtuais) mais acessadas do mundo e, convenhamos, a popularidade das mesmas se tornou tamanha que não ter uma página nessas redes é praticamente como não estar integrado ao atual mundo globalizado. Através desse novo meio as pessoas fazem amizades pelo mundo inteiro, compartilham ideias e opiniões, organizam movimentos, como os que derrubaram governos autoritários no mundo árabe e, literalmente, se mostram para a sociedade. Nesse momento é que nos convém cautela e reflexão para saber até que ponto se expor nas redes sociais representa uma vantagem.

Não saber os limites da nossa exposição nas redes virtuais pode nos custar caro e colocar em risco a integridade da nossa imagem perante a sociedade. Afinal, a partir do momento em que colocamos informações na rede, foge do nosso controle a

---

<sup>14</sup> Conceito elaborado por Calil (2008). Refere-se à possibilidade de um sujeito de linguagem ocupar, ao mesmo tempo, a posição de leitor e escrevente de textos.

<sup>15</sup> Esse rótulo caracteriza, explica “Guia Participante - ENEM” (BRASIL, 2012, p.31), as “(...) redações que receberam pontuação máxima — 1000 pontos — no Enem 2011”, por terem cumprido todas as 5 competências prescritas ali (“Competência n.1: Demonstrar domínio da norma padrão da língua escrita”; “Competência n.2: Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento, para desenvolver o tema dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo”; “Competência n.3: Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista”; “Competência n. 4: Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação”; “Competência n. 5: Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos”).

consciência das dimensões de até onde elas podem chegar. Sendo assim, apresentar informações pessoais em tais redes pode nos tornar um tanto quanto vulneráveis moralmente.

Percebemos, portanto, que o novo fenômeno das redes sociais se revela como uma eficiente e inovadora ferramenta de comunicação da sociedade, mas que traz seus riscos e revela sua faceta perversa àqueles que não bem distinguem os limites entre as esferas públicas e privadas “jogando” na rede informações que podem prejudicar sua própria reputação e se tornar objeto para denegrir a imagem de outros, o que, sem dúvidas, é um grande problema.

Dado isso, é essencial que nessa nova era do mundo virtual, os usuários da rede tenham plena consciência de que tornar pública determinadas informações requer cuidado e, acima de tudo, bom senso, para que nem a própria imagem, nem a do próximo possa ser prejudicada. Isso poderia ser feito pelos próprios governos de cada país, e pelas próprias comunidades virtuais através das redes sociais, afinal, se essas revelaram sua eficiência e sucesso como objeto da comunicação, serão, certamente, o melhor meio para alertar os usuários a respeito dos riscos de seu uso e os cuidados necessários para tal.

Produzida a leitura da R1, propomos um primeiro gesto de análise para a categoria de já-ditos presente ali. Neste ponto, realizado o cotejo de informações expostas nos TMs<sup>16</sup> com a redação em tela, pudemos notar que seu *scriptor* recupera o outro do senso comum (sua voz) — a propósito, no título da R1 — de sorte a redizer, pelo diálogo, a seguinte opinião escutada no TM2: “Um dos maiores desafios dos usuários de internet é saber ponderar o que se publica nela”. Ora, sem delongas, vê-se aí o uso comum de uma afirmação constitutiva de discursos pedagógicos; nesse, conforme sabemos, enunciam-se coisas que, moralmente, não devem ou deveriam ser feitas por nós ao escrever textos. Fato que é recuperado, de saída, pela palavra do *scriptor*, que se alinha a tal pensamento em defesa de uma tese.

Com efeito, o gesto-*scriptor*, que retoma palavras construídas socialmente, configura-se, no plano da argumentação, como um caso de monofonismo. Ou seja, existe aí um discurso já-dito (formalizado e reconhecido) sobre o mau uso das redes sociais (Orkut, Twitter e Facebook) por usuários — “A internet é um meio público no qual não devemos falar tudo de nós para todos, abertamente”, pronuncia o discurso social — impondo-se à escrita da R1, sem ser questionado. Isso, em decorrência, expurga a exotopia, relação Eu-outro (a função autor) passível a (em) fatos de linguagem, dado que um discurso outro deixa de emergir ali, pelo lado de fora. Na R1, então, o *scriptor*, fazendo uso de tal discurso, recupera um ponto de vista aceito em nossa sociedade — um já-dito também dito no TM2 — e absolutiza-o. Com isso, não se

---

<sup>16</sup> Textos motivadores (TM1, 2 e 3) (Cf., Anexo 1).

busca um contexto-outro, que poderia produzir novo efeito de conclusibilidade imaginária para enunciados dos TMs.

Seguindo este (per)curso de análise, outras observações podem ser feitas aqui; agora, para o uso do recurso contra-argumentação mediante o qual, também, o *scriptor* da R1 dialogou para produzir a R1. Esse recurso, uma injunção da instância ENEM à redação do vestibulando (BRASIL, 2012, p.7), é, na verdade, uma demanda que responde ao esquema formal-textual [tema → tese + argumentos (antítese) = síntese]. No caso, vê-se que, na redação exibida, a reformulação de enunciados do TM2 (onde são sublinhadas realidades de uso da rede internet) foi agenciada por seu *scriptor* (certamente) como forma de dialogar com a proposta redacional ENEM. Ou seja, ele vai ao encontro da palavra do outro, que nos informa acerca de aspectos positivos das redes sociais, para extrair daí pontos favoráveis à sua argumentação. Assim, flagramos na R1, uma vez mais, a determinação do discurso motivador (TMs) sobre o dizer do *scriptor*. Ali, assiste-se, pois, um direcionamento (pelo formato textual dissertativo-argumentativo) de uma voz única: o da voz que, em meio a outras, (re)luta para ser reafirmada.

Ademais, no tocante à categoria argumentativa utilizada pelo *scriptor* na R1 — a paráfrase de enunciados dos TM2 —, consideramos que seus efeitos não muito se distanciam da de já-ditos e contra-argumentação. Na R1, em vários espaços, verifica-se que o *scriptor* confrontou os discursos dos TMs — o primeiro deles (re)diz sobre o sucesso da internet mundialmente, o segundo sobre a cautela que devemos ter ante o uso de redes sociais e o terceiro, em tom crítico, sobre a contradição dessa realidade: em ambiente de rede, monitoramos a vida alheia, mas também somos monitorados pelo outro — via paráfrases, satisfazendo, com efeito, uma ordem externa (a da banca de correção de redações ENEM). Porém, tal gesto (o ato de confrontar discursos) não se abre para emergência de um discurso-outro questionador da voz enunciada na coletânea de TMs. Em tese, cria-se, com isso, uma unilateralidade de pensamento; ora, na R1, inexistem enunciados que se reúnem para discutir posições — por que não? — contrárias acerca do tema “Viver em rede no século XXI” (conforme se efetiva em atividades dialéticas produtivas).

Enfim, às três categorias argumentativas examinadas aqui pela escrita da R1 indicamos um traço comum: todas elas trabalham no sentido de homofonizar/plasmar o discurso que poderia dialogar harmonicamente com palavras (vozes) outras — discurso esse que barraria a institucionalização de dizeres, a ação banal à produção de escritas no ENEM, na qual se veem *scriptors* reproduzindo posicionamentos improfícuos ao tomar partido por uma e outra

realidade já discursivizadas socialmente. Aqui, uma ponderação cabe ser feita: nossa análise não pressupõe uma questão valorativa à escrita da R1. Esta (R1), melhor dizer, institui-se mediante um discurso particular: o monofônico. E não mediante a adensamento de vozes (polifonias), consoante constatou Bakhtin (2013), por exemplo, em PPD.

## 6. Palavras (in)conclusivas: algumas ponderações

Vê-se, por conseguinte, que a redação analisada, apesar de atenta a injunções (externas) da palavra do outro, é monofônica. Ora, os recursos argumentativos que instituem seu (dis)curso, salientados em nossa análise, consolidam, de fato, a existência de pensamentos construídos ali por sobreposição discursiva (pelo discurso da instância avaliativa ENEM). Como não encontramos multiplicidade vocal na produção escrita do *scriptor* (R1) — plenivalência e equipolência de vozes —, não podemos enquadrá-la na categoria polifônica, conforme compreendida por Bakhtin (2013). Neste ponto, a argumentação do *scriptor* (na R1) é dialógica, em partes, — dialoga com os TMs da prova de redação-ENEM e efetiva, com isso, um embate (já-dito) de posições acerca de um tema —, mas não polifônica, isto é, com menção à voz do outro, conjuntamente, sem neutralizá-la.

Por esse motivo, a ponderação seguinte, do estudioso de linguagem Faraco (2008), mostra-se pertinente a toda a discussão (pro)movida por nós no (com o) presente estudo. De acordo com o pensamento do autor (*idem*, p. 49), nota-se, então, que “o termo polifonia vale hoje mais pela sedução derivada de livres associações do que como categoria coerente de um certo arcabouço teórico”. Isto ocorre porque a categoria polifônica bakhtiniana (sua natureza) é inacabada conceitualmente (FARACO, *cf. ib.*). Caso Bakhtin — em PPD (2013) — tivesse enfatizado os procedimentos teórico-metodológicos de uso desse conceito, aí, sim, estariam mais bem (res)guardadas especificidades que o constituem. Em suma, as vulgatas, hoje (ainda) em circulação, existiriam em menor realidade, desfazendo-se, pois, da indiferença neutralizadora do outro, a alteridade constitutiva da palavra. A escuta epistemológica, em todo caso, será sempre cara e necessária à pesquisa científica.

## Referências

AUTHIER, R., J.. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido; apresentação Marlene Teixeira; revisão técnica da tradução: Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. — Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1988a.

\_\_\_\_\_. **Questões de literatura e estética**: a teoria do romance. São Paulo: Hucitec, 1988b.

\_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

\_\_\_\_\_. Para uma filosofia do ato: válido e inserido no contexto. In: BRAIT, B. **Bakhtin**: dialogismo e polifonia. São Paulo: Contexto, 2009. p. 17-43.

\_\_\_\_\_. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

BENVENISTE, É. **Problèmes de linguistique générale I**. Paris: Gallimard, 1966.

\_\_\_\_\_. **Problèmes de linguistique générale II**. Paris: Gallimard, 1974.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Diretoria de Avaliação da Educação Básica (DAEB). **A Redação no ENEM 2011**. Guia do Participante. Brasília-DF, 2012. 45p. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/Enem/guia](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/Enem/guia)>. Acesso em: 26.06.2014.

CALIL, E. **Escutar o invisível**: escritura e poesia na sala de aula. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2008.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas, São Paulo: Pontes, 1984.

FARACO, C. A. A invasão silenciosa e a má-leitura. In: \_\_\_\_\_. **Uma introdução a Bakhtin**. Curitiba, Hatier, 1988, p. 19-36.

\_\_\_\_\_. Autor e autoria. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2008.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

ROMAN, A. R. **O conceito de polifonia em Bakhtin** – O trajeto polifônico de uma metáfora. Letras, Curitiba, n. 4, p. 207-220, novembro, 1992.

#### ANEXO (1):

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **VIVER EM REDE NO SÉCULO XXI: OS LIMITES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO**, apresentando proposta de conscientização social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

#### TM1 - Liberdade Sem Fio

A ONU acaba de declarar o acesso à rede um direito fundamental do ser humano – assim como saúde, moradia e educação. No mundo todo, pessoas começam a abrir seus sinais privados de *wi-fi*, organizações e governos se mobilizam para expandir a rede para espaços públicos e regiões onde ela ainda não chega, com acesso livre e gratuito.

ROSA, G.; SANTOS, P. Galileu. Nº 240, jul. 2011 (fragmento).

## TM2 - A internet tem ouvidos e memória

Uma pesquisa da consultoria Forrester Research revela que, nos Estados Unidos, a população já passou mais tempo conectada à internet do que em frente à televisão. Os hábitos estão mudando. No Brasil, as pessoas já gastam cerca de 20% de seu tempo on-line em redes sociais. A grande maioria dos internautas (72%, de acordo com o Ibope Mídia) pretende criar, acessar e manter um perfil em rede. “Faz parte da própria socialização do indivíduo do século XXI estar numa rede social. Não estar equivale a não ter uma identidade ou um número de telefone no passado”, acredita Alessandro Barbosa Lima, CEO da e.Life, empresa de monitoração e análise de mídias.

As redes sociais são ótimas para dissemiar ideias, tornar alguém popular e também arruinar reputações. Um dos maiores desafios dos usuários de internet é saber ponderar o que se publica nela. Especialistas recomendam que não se deve publicar o que não se fala em público, pois a internet é um ambiente social e, ao contrário do que se pensa, a rede não acoberta anonimato, uma vez que mesmo quem se esconde atrás de um pseudônimo pode ser rastreado e identificado. Aqueles que, por impulso, se exaltam e cometem gafes podem pagar caro.

Disponível em: <http://www.terra.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2011 (adaptado).

## TM3 -



DAHMER, A. Disponível em: <http://malvados.wordpress.com>. Acesso em: 30 jun. 2011.

Artigo recebido em: 03.01.2015

Artigo aprovado em: 15.01.2015

## Discurso: estrutura e acontecimento. Uma avaliação teórica Discourse: structure and event. A theoretical evaluation

Maria Marta Furlanetto\*

---

**RESUMO:** Neste ensaio, focalizo as categorias *estrutura* e *acontecimento* no aparato da Análise de Discurso, disciplina iniciada por Michel Pêcheux, que estabelece um novo objeto no campo de estudos da linguagem. Para isto, retomo historicamente os passos de Pêcheux na construção e deslocamento de categorias fundamentais da teoria, considerando os campos que pôs em contato. Defendo uma abordagem desses componentes em conformidade com os últimos estudos de Pêcheux, apresentando argumentos para considerar a relação estrutura/acontecimento como um princípio da teoria, em vez de uma possibilidade entre outras de construir a discursividade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Discurso. Estrutura. Acontecimento. Crítica.

---

**ABSTRACT:** In this essay, I focus on the categories *structure* and *event* in Discourse Analysis theory, a discipline started by Michel Pêcheux, establishing a new object in the field of language studies. For that, I historically retake Pêcheux's steps related to construction and displacement of some fundamental categories of the theory, taking into consideration the fields that he has put in touch. I advocate an approach of these components in accordance with Pêcheux's latest studies, presenting arguments to consider the relation structure/event as a principle of the theory, rather than a possibility among others to build the discursivity.

**KEYWORDS:** Discourse. Structure. Event. Criticism.

---

*Os grandes pensadores são um tanto sísmicos,  
não evoluem, procedem por crises, por choques.  
(Gilles Deleuze, O mistério de Ariana)*

### 1. Introduzindo

Como disciplina fundadora de uma discursividade, a Análise de Discurso (AD) desenvolvida por Michel Pêcheux produziu ruptura relativamente a várias abordagens linguísticas no final da década de 1960. Conforme Guilhaumou e Maldidier ([1990] 1994), encontravam-se à época estas abordagens de caráter linguístico:

a) *linguística do discurso*, que corresponde ao tratamento do plano do discurso conforme a perspectiva de Benveniste, que privilegia a apropriação da língua por um sujeito falante;

---

\* Doutora em Linguística Aplicada. Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem, Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL).

b) *formalismo*, para o qual a “intrusão” do sujeito cria dificuldades teóricas no estudo linguístico;

c) *gramática do discurso*, que estende os procedimentos gramaticais para além da frase (processos transfrásticos).

Nos limites da linguística e da história, a nova disciplina busca observar o discurso no encontro de processos próprios à língua e de processos externos ligados à história: a determinação histórica é constitutiva desse objeto singular, ultrapassando as questões linguísticas e investindo no caráter político e ideológico do discurso.

Depois de um curto período de grande turbulência – pouco mais de dez anos, desde o final dos anos 1960 até 1983, limite das últimas produções de Pêcheux – nos vemos frente ao último trabalho do fundador, em que ele propõe um desafio a seus seguidores. Meu objetivo é refletir sobre esse trabalho, e para efetivá-lo retomo historicamente os passos de Pêcheux na construção e deslocamento de categorias fundamentais da teoria, considerando os campos que pôs em contato.

Trata-se de um gesto de leitura do que Pêcheux desenvolveu sobre a noção de *acontecimento discursivo*, na obra *Le discours: structure ou événement?*<sup>1</sup>. O tema tornou-se bastante complexo tendo em vista a ocorrência de certas perspectivas abertas pela adjunção, a *acontecimento*, de especificadores: acontecimento histórico, acontecimento enunciativo, acontecimento linguístico, sem esquecer que não podemos silenciar na memória a presença de Foucault e de Benveniste. Procuro, então, rever o que possa ser configurado como repetições, deslizamentos, deslocamentos, tendo como perspectiva o jogo estrutura/acontecimento. Pêcheux nos forneceu indícios de como dar continuidade a seu percurso, trabalhando a memória da análise de Discurso (AD) – esse acontecimento discursivo que constituiu como objeto o discurso como prática simbólica.

Para começar, relembro que, em *A linguagem e seu funcionamento*, na apresentação feita à 1ª edição, de 1983, Orlandi (1987, p. 9) escreve que “aquilo que se diz, uma vez dito, vira coisa no mundo: ganha espessura, faz história. E a história traz em si a ambiguidade do que muda e do que permanece.” Reiterando:

Nos estudos discursivos [...] procura-se compreender a língua não só como uma estrutura mas sobretudo como acontecimento. Reunindo estrutura e

---

<sup>1</sup> Comunicação apresentada por Pêcheux em colóquio da Universidade Urbana-Champaign (Illinois – USA) em julho de 1983, e cuja versão francesa não foi revista para publicação, conforme explicitado em Maldidier (1990, p. 303).

acontecimento a forma material é vista como o acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história. (ORLANDI, 1999, p. 19)

todo discurso é um deslocamento na rede de filiações, mas este deslocamento é justamente deslocamento em relação a uma filiação (memória) que sustenta a possibilidade mesma de se produzir sentido. [...] Cada acontecimento discursivo é inédito e o retorno da memória não é simples reprodução. (ORLANDI, 1996, p. 92-93)

Orlandi destaca o *funcionamento*. O que supre a estrutura de movimento é o fato de ocorrer alguma coisa no registro do histórico: acontecimento. Contudo, tem-se observado que os pesquisadores, sem abandonar o termo ‘acontecimento’, têm analisado o evento/acontecimento com matizes, o que levanta reflexões adicionais, mostrando o quanto a interpretação e subsequente direcionamento muda também a abordagem. Destaco, a partir do último recorte acima, que a autora diz que não há necessariamente um sentido “novo” a cada acontecimento, uma franca ruptura; a própria repetição, como retorno e interpretação, contudo, abre a possibilidade de deslocamento. “Onde está o mesmo, está o diferente.” (1996, p. 93).

Para desenvolver minha reflexão, que fica aberta a réplicas, revisito Pêcheux em seu percurso teórico e releio e considero trabalhos de analistas sobre o tema, para, ao final, buscar eventuais direções de pesquisa nos estudos discursivos.

## 2. Revisitando Pêcheux

Retomei o texto *Le discours: structure ou événement?*<sup>2</sup> na edição francesa<sup>3</sup>.

Encontra-se ali (PÊCHEUX, [1983] 1990c, p. 304): "Para entrar na reflexão que empreendo aqui com vocês, sobre o discurso como estrutura e como acontecimento, imagino diversos caminhos muito diferentes." Pêcheux diz *e*, não *ou* – *ou* aparece no título, porém orientado para um questionamento. Ele decide, ao final, entrecruzar tais caminhos – o do acontecimento, o da estrutura e o da tensão entre descrição e interpretação, supondo a possibilidade de ajuste de uns a partir dos outros.

Em seguida, apresenta o já clássico exemplo do enunciado “On a gagné”/ “Ganhamos” como uma proferição coletiva relativamente ao resultado inédito das eleições presidenciais de 1981 na França: a escolha de François Mitterrand. Pêcheux repete que o fato de Mitterrand “ganhar” as eleições e tornar-se presidente da República é um acontecimento (histórico, no

---

<sup>2</sup> O título em português silencia o ponto de interrogação.

<sup>3</sup> Os trechos citados foram traduzidos por mim.

caso), que é apresentado por ele, observando a maquinaria midiática, como “resultado de uma supercopa de futebol político”. Tratava-se também de um “acontecimento improvável”<sup>4</sup> – os acontecimentos tratados como tais têm, em geral, uma carga de improvável – e que havia começado antes: estava se prefigurando discursivamente, tinha uma memória, assim como teve repercussão na circulação. Pêcheux destaca, é verdade, que o enunciado-chave (*Ganhamos*) é opaco em sua formulação pela própria composição linguística, em sua montagem estranha, digamos, ao campo político, passando-se a uma interpretação político-esportiva daquele evento. Pêcheux entende, pensando as relações entre o funcionamento da mídia e o da classe política, que o esporte aparece com “limpidez” “como a metáfora popular adequada ao campo político francês” (1990c, p. 308). Prenunciava ele uma “invasão” no que era admitido como constituindo uma formação discursiva?

Seria essa metáfora que imprimiria o caráter de *acontecimento* ao discurso, pelo fato de figurar (corporificar) a intersecção de fronteiras de arquivos? No entanto, se em 1981 isso ocorre, dois anos depois, em citação do próprio Pêcheux, Jacques Mandrin questionará o “ganhamos”, lembrando que já em 1936, em outro evento, o mesmo grito se produzira, os mesmos discursos surgiram. Ou seja: em 1981, o “ganhamos” já produzira efeitos e já se incorporara ao político. Por que haveria aí um acontecimento discursivo? Quero dizer, na suposição de que o acontecimento só se concretizasse sob a restrição de que um campo outro penetrasse, pelo movimento coletivo, num campo específico – no caso, o da política –, o que demonstraria um deslocamento, uma não reprodução de elementos do campo próprio da política naquele momento histórico (os slogans anteriores não teriam essa aparência, já estariam agregados ao campo político).

Se o exemplo detalhado por Pêcheux parece sugerir essa interpretação, a exploração subsequente do autor não é tão específica: “A partir do exemplo de um acontecimento [histórico], aquele de 10 de maio de 1981, a questão teórica que levanto é, pois, aquela do estatuto das discursividades que atravessam um acontecimento [histórico], entrecruzando proposições de aparência logicamente estável [...] e formulações irremediavelmente equívocas.” (p. 313). Parece não haver dúvida de que ele remete a “estrutura” e “acontecimento”, e que as duas categorias estarão presentes, amalgamadas. Cabe, ainda,

---

<sup>4</sup> Poderíamos, na atualidade, associá-lo à improvável escolha de um cardeal argentino para ser papa da cristandade católica, em 2013, após a renúncia de Bento XVI. O acontecimento discursivo não é esse evento em si, mas sua “prefiguração discursiva” e seu desdobramento discursivo, o que daria um nicho no espaço mediano: o acontecimento histórico propriamente.

observar a premência de aceitar que o não logicamente estável não é “um defeito, um simples furo no real” (1990c, p. 314). Esse “real” é o que é, e lidamos com ele de formas diversas, mas sempre simbolicamente, dando-lhe um revestimento aparentemente estável ou opaco.

Vemos aí que o acontecimento de caráter histórico não é o próprio foco (*discursividades que atravessam...*), mas o que o denuncia discursivamente e o como de sua repercussão em espaços variados (ou arquivos), ou seja, não é um mero referente com existência própria, indiscutível, estruturado. Ele precisa ser registrado, cartorizado. Por outro lado, o que já existe na formulação política também foi atravessada continuamente no passado. Não se trata do discurso (político) em si, mas do que representa e o que se dá a ver quando se oferece *resposta* a ele, em contínua interpretação. A aparência de estabilidade é a imagem de uma sincronia, um ponto fugidio no espaço-tempo.

Finalmente, marcando o trabalho específico da descrição (estrutura) e da interpretação (acontecimento) em franca tensão, pela qual se mostra que o discurso outro (heterogeneidade enunciativa) está virtualmente presente numa sequência e insiste sobre a materialidade discursiva, Pêcheux dirá que o acontecimento resulta de uma memória e de uma atualidade. Todo discurso, bastando para isso que exista,

marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes [de memória] e trajetos [sociais]: todo discurso é o índice potencial de uma mexida nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que constitui simultaneamente um efeito dessas filiações e um trabalho [...] de deslocamento em seu espaço [...] (PÊCHEUX, 1990c, p. 322-323).

Além de formular “todo discurso” e de salientar a possibilidade de se asfixiar o acontecimento na estrutura da série em que aparece, por que Pêcheux escreveria “Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso” (p. 322), em contraposição à possibilidade de ele emergir do quase nada (para dar valor ao não logicamente estável)? É que toda manifestação discursiva é prenhe de alteridade, não pode escapar à heterogeneidade constitutiva: tem um antes (memória), uma atualidade (o que emerge) e um depois (seu desdobramento reativo).

Não está dito ou presumido que o acontecimento é um fato raro. Neste ponto, ocorreu-me pensar em microacontecimentos e macroacontecimentos, como polos de uma série em gradação nuançada. Ao salientar filiações (memória), de um lado, e deslocamento de outro lado, Pêcheux parecia mais voltado ao processo de circulação discursiva em grande escala com farta

produção de efeitos de sentido, em contraponto ao logicamente estabelecido. Assim, estaria menos inclinado a fazer contraste entre acontecimento e ausência de acontecimento. Não me parece razoável que acontecimentos improváveis, como no caso analisado, possam produzir efetivamente metáforas transfiguradoras, e que, em correspondência invertida, acontecimentos previsíveis não possam fazer emergir tais efeitos. Afinal, há prefigurações na memória. Entendo que se trata mais de uma questão de grau, de possibilidades de circulação em espaços heterogêneos cujo cruzamento produza trajetórias excepcionais, conjugando o estabilizado e o instável e opaco. Aliás, Foucault prefigura essa perspectiva, na medida em que uma análise discursiva não pode reduzir o enunciado (nó numa rede) ao linguístico, ao sistema. Ele deve ser tratado como “irrupção histórica”.

Abro parêntese: Baronas e Aguiar (2009, p. 167), num estudo do tema (acontecimento histórico/acontecimento discursivo) voltado para a análise do político na charge, destacam a perspectiva de Pêcheux

de pensar por um lado o discurso como uma materialidade igualmente constituída por uma estrutura e por um acontecimento e, por outro, que esse *estruturamento* discursivo se dá sempre não na estabilidade da veiculação de valores ideológicos, mas, principalmente, na instabilidade produzida pela tensão, pelo conflito, pelo contínuo atravessamento de/entre esses valores.

*Estruturamento* é a palavra-valise que os autores propõem nesse texto, mostrando a natureza dual e tensiva do discurso. A questão refletida nisso, posta por Pêcheux, remete ao estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento (alteridade), umas aparentemente estáveis e objetivas (como se cercassem o real), outras atravessadas pelo equívoco.

Como o movimento de interpenetração de campos é a regra (sobretudo com a proliferação de agentes midiáticos), não parece impressionante tomar o *acontecimento* como algo teoricamente relevante, se for apenas no sentido de vinculá-lo a uma ocorrência esporádica. A discursividade afeta pessoas. Assim, julgo pertinente tomar o acontecimento por sua capacidade (maior ou menor) de produzir respostas e interpretações. Se é pertinente chamar isso de *acontecimento*, então reconhece-se que só aí a análise é interessante, não quando o *mesmo* (repetível, parafrástico) se desenrola sem aparente surpresa. Porém, se a falha ou equívoco é fatal, basta tomar o conceito como princípio e estudar suas manifestações. Afinal, os sentidos são constantemente administrados e domesticados (manuais, regimentos, resoluções, programas, leis...). A outra face disso é a proposta de criação de níveis (numa

ordem superior) para os acontecimentos: linguístico, enunciativo, discursivo, buscando-se categorizar as possibilidades de interpenetração e efeitos sociais nas práticas – se isso fizer sentido.

Penso, por hipótese, que há acontecimento discursivo interno (admitindo-se uma memória em permanente atualização) e acontecimento discursivo externo, sendo este mais interessante por sua maior complexidade: uma forma de integração e administração da alteridade – como se vê com a formulação da heterogeneidade enunciativa, conforme Authier-Revuz (1984) – de que a heterogeneidade discutida por Pêcheux é tributária. Fecho parêntese.

O que Pêcheux mostrou com o exemplo de “Ganhamos” parece relativamente simples (mas também necessário<sup>5</sup>): o povo fez circular a fala de seus espaços de convivência; interpretou em seus termos o evento. Afinal, “ganhar” já era polissêmico. E a mídia, por sua vez, viu o evento como campeonato, como um show. Por que seria importante o evento de reagir em seus próprios termos, considerados adequados na situação? Para mostrar o heterogêneo, o princípio da alteridade, do jogo entre estrutura e acontecimento. Tratava-se também de um prenúncio, creio, de que a noção de formação discursiva estava sendo questionada (memória da AD em movimento).

Por isso, talvez haja razão em se tentar expandir o espectro da noção de *acontecimento*, sustentando apenas que ele se torna presente pela proliferação de respostas discursivas que vão produzindo cruzamentos e interseções. Para o povo que reagiu com “Ganhamos”, a formulação “não política” seria a perspectiva esperada. É sua interpretação daquilo que o afetaria (contra o silêncio dos insatisfeitos).

Em *Especificidade de uma disciplina de interpretação* (PÊCHEUX, [1984], 2011b, p. 229) vemos o autor, ao referir-se à intertextualidade e à interdiscursividade como condição de produção da interpretação dos discursos – tendo já incorporado a noção de heterogeneidade enunciativa –, destacar como isso contribuiu “com o estudo dos *efeitos de mudança*” produzidos pela circulação desigual dos enunciados. No caso de “Ganhamos”, a mudança não está nessa manifestação em si; ela apenas atua posteriormente no discurso político (político-esportivo, diz Pêcheux), mas talvez nem isso, visto que não era uma absoluta novidade no campo político. Sua qualificação era o fato de ser aparentemente estável e profundamente opaco.

---

<sup>5</sup> Note-se que estamos mais de trinta anos distantes de sua formulação.

Em *Metáfora e interdiscurso* (PÊCHEUX, [1984] 2011a), ao desenvolver o tema da *produção discursiva de um enunciado*, o autor levanta algumas questões teóricas, ou seja, dificuldades para o estudo caso se tomasse o sujeito como ponto de partida evidente:

1. Assume que as teorias científicas “se estabelecem sempre sobre uma rede metafórica que lhes serve de apoio”, e não meramente no espaço de um discurso lógico; é uma forma de dizer que a cientificidade é um efeito de sentido<sup>6</sup>;

2. Com respeito à referência, diz que a questão de sua realidade é “colocada em suspenso” em muitos efeitos discursivos, p. ex. o boato e as narrativas de ficção.

Conclui que a discursividade não se constrói com regras semânticas e pragmáticas já disponíveis, e que a filosofia já colocara em causa a noção de sujeito-origem. Ele retoma, pois, a noção de assujeitamento ao discurso – efeito-sujeito. Assim, o tema terá de desdobrar-se buscando-se “as formas de existência histórica da discursividade” (p. 156). Nesse contexto, o interdiscurso aparece como um espaço de contradições, e não um espaço integrador, e como tal permite o surgimento da metáfora:

*é porque os elementos da sequência textual, funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados (meta-forizados) de uma sequência pertencente a uma outra formação discursiva que as referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente. (PÊCHEUX, [1984] 2011a, p. 158, grifos do autor)<sup>7</sup>*

A metáfora, então, implicada na discussão do *acontecimento* tal como desenvolvido acima, é explicada por Pêcheux como “uma *perturbação* que pode tomar a forma do lapso, do ato falho, do efeito poético, do Witz ou do enigma” (p. 160, grifo do autor). Ao lado dela e em correspondência, a metonímia valeria como “uma tentativa de ‘tratar’ esta perturbação, de *reconstruir* suas condições de aparecimento” (p. 160, grifo do autor). Pode-se expressar isso dizendo que a metonímia é um fenômeno de vizinhança, de familiaridade, e a metáfora, uma importação que produz estranheza. Não esqueçamos, contudo, que não se trata de “furo no

---

<sup>6</sup> A propósito, cf. o estudo de Oliveira (2010): *La métaphore est-elle la marque de l'insuffisance de l'esprit?* A autora discute o que seria uma metáfora em língua de especialidade. Entre as muitas formas de cercá-la, afirma que a metáfora é uma ponte entre o inconsciente e o consciente.

<sup>7</sup> Causa estranheza que neste texto publicado em 1984 ainda apareça a noção de formação discursiva; não há informação do ano de sua escritura. Em todo caso, em sua relação com o interdiscurso, o que Pêcheux salienta é que a referência discursiva de objetos, construída nas regiões que chama de formações discursivas, não tem nenhuma delas como origem. É a partir desse ponto que surge a citação que apresento.

real”, como já observado. O real se simboliza para tornar-se materialidade de discurso. O real não é descoberto: nós nos vemos frente a ele, e ele pede interpretação.

Ao falar, de modo focado, no *acontecimento*, que presume histórias singulares e faz contraponto com a estrutura, Pêcheux estava enfrentando um momento de torção em sua trajetória – daí a insistência e daí também, talvez, a escrita-programa, que precisaria ser movimentada com urgência. De fato, a Análise de Discurso precisava ser desconstruída/reconstruída: a teoria, a metodologia, os objetos de estudo. Não pode dar-se como *estruturada*.

Isso também está destacado em outro dos últimos textos de Pêcheux: *Lecture et mémoire: projet de recherche* ([1983] 1990a, p. 289, grifo no original, tradução minha), em que ele vê a memória numa perspectiva sócio-história, insistindo

na existência de um corpo sócio-histórico de traços discursivos constituindo o espaço de memória da sequência. O termo *interdiscurso* [inclusive o *conversacional*, lembra Pêcheux] caracteriza esse corpo de traços como materialidade discursiva, exterior e anterior à existência de uma sequência dada, na medida em que essa materialidade intervém para constituí-la.

A língua natural, nos espaços que ele chama “discursividades de segundo tipo” – universos discursivos não estabilizados logicamente (filosofia, política, estética, registros quotidianos) –, se oferece como “o espaço privilegiado de inscrição de traços languageiros discursivos, formando uma memória sócio-histórica” (p. 289), um corpo discursivo objeto para a análise de discurso, em reconfiguração permanente, disponível para leitura interativa em vários níveis: sintático, lexical, enunciativo, discursivo. O campo da leitura de arquivo e o da análise linguística do fio do discurso (conexões intradiscursivas) estão ambos implicados na tarefa de análise de discurso – isso tudo implicado no fenômeno da presença do discurso outro (heterogeneidade).

Em *Papel da memória*, apresentado num colóquio da Escola Normal Superior de Paris (PÊCHEUX [1983] 1999), há outra observação pertinente para esta discussão<sup>8</sup>. Nessa exposição, Pêcheux fala do “processo de inscrição do acontecimento no espaço da memória” (p. 50), e intervém detectando que

a) há acontecimentos que não chegam a inscrever-se no espaço de memória;

---

<sup>8</sup> Aqui Pêcheux também discute o estatuto do icônico e do gestual em termos combinatórios, mas isso ficará de lado no momento.

b) há acontecimentos que são absorvidos na memória, como se não tivessem ocorrido.

Mais genericamente, o que está em questão é o nó entre a “memória como estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização” (p. 52). Assim, “a memória discursiva seria aquilo que, face a um *texto que surge como acontecimento a ler*, vem restabelecer os ‘implícitos’ [...] de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível” (p. 52, grifo meu). Convém notar que, nesse texto, ele se pergunta se os implícitos seriam um registro do oculto, algo resguardado num fundo de gaveta. Ele admite, seguindo Pierre Achard, que haveria uma “regularização” formada pela repetição que se sedimentaria e tenderia a formar uma “lei da série do legível” – regularização, entretanto, que pode “ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória” (p. 52). Embora a memória tenda a absorver o acontecimento (deixa, então, de ser acontecimento?), este pode provocar ruptura na regularização para produzir outra série como produto do acontecimento (é só aqui que se deve usar o termo ‘acontecimento’?). Nesse caso, diz Pêcheux, o acontecimento “desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior.” (p. 52). Há acontecimento em toda parte, embora eles possam ser sufocados, negados ou esquecidos.

Sob o choque do acontecimento, diz Pêcheux, haveria um jogo de força na memória:

a) no sentido de manter a regularização já existente, que pode levar à absorção do acontecimento, negando sua alteridade – a identidade do arquivo se mantém, sob o conforto da estabilidade (ou da aparência?);

b) no sentido de desregular, o que significa um choque com os implícitos (a memória) – a identidade anterior sofre fissuras. Produz-se, no mínimo, um sintoma de algo a vir<sup>9</sup>. Neste caso há uma circunstância a considerar (Pêcheux remete a Jean-Marie Marandin): o jogo da metáfora, que não deixa de ser uma repetição (da memória), marca-se como “repetição vertical”, e a memória fica perfurada. Entendo que foi o que verificamos com o exemplo de *Ganhamos*. O que não fica em dúvida é que há efeito de opacidade (o mesmo – a metáfora).

Se Pêcheux remete a todos esses pontos é que está em jogo, para ele – e, por extensão, para o campo teórico –, o distanciamento das evidências (conceito de proposição, de frase, de paráfrase). E ele também aponta os gestos de designação antes que diretamente aquilo que é designado, como algo que teria existência indiscutível. Cabe observar ainda “o choque opaco

---

<sup>9</sup> Neste ponto podemos relembrar o filme *O ovo da serpente*, de 1977, dirigido por Ingmar Bergman. Manifesta-se ali uma espécie de memória fundadora da força e do poder do nazismo.

do acontecimento televisual” (p. 55) e das imagens em geral relativamente ao texto, de que Pêcheux deu exemplo com a vitória de Mitterrand nas eleições de 1981. A partir daí, ele conclui tentando dar imagem à memória como um espaço não homogêneo, eventualmente polêmico: o outro está, e não como intruso, no espaço da memória, “marca do real histórico”. A memória já é um tecido esgarçado, no qual, facilmente, podem aparecer sintomas.

Achard ([1983] 1999) finaliza seu texto, na mesma obra, ressaltando que o analista de discurso, como sujeito histórico, desloca-se em relação ao modelo, ou seja, à hipótese de sujeito histórico que construiu. Como tal, quer explicar como a memória suposta pelo discurso se constrói na enunciação, enunciação que não vem diretamente (historicamente) de um locutor, mas de um espaço que regula a retomada e a circulação do discurso.

Sobre a fuga de Pêcheux ao estrutural, faço um segundo parêntese para buscar Barthes: ele aproxima a discursividade ao que chama Texto (com maiúscula) – e tem uma percepção de estrutura como “ideia paradoxal”. *Da obra ao Texto* é um pequeno ensaio de 1971. Desejo apenas oferecer uma analogia (atravessando regiões).

Em síntese, obra é concretude, fragmento que ocupa uma porção do espaço dos livros; é vista, pode ser segurada; está localizada; apresenta-se numa hierarquia; traz uma unidade organizada, com significado; é tomada num processo de filiação legitimada (o autor é pai e proprietário); é objeto de consumo; o prazer que pode provocar é apenas de consumo, não leva à escritura. O Texto é outra coisa: um campo metodológico, não um objeto computável; só existe tomado num discurso, em produção; tem um movimento constitutivo: é *travessia*; implica uma experiência do limite (limite das regras enunciativas); leva ao jogo, à liberação da energia simbólica; é estruturado, mas descentralizado, sem fechamento; é irredutivelmente plural, passagem, heterogeneidade; não tem origem, pode ser lido sem a garantia do Pai; é jogo, trabalho, produção; tende-se a abolir a distância (construída historicamente) entre a escritura e a leitura; o leitor pode *jogar* com o texto, não apenas consumir; leva ao prazer. Ao lado disso, Barthes diz que a obra é apenas “a cauda imaginária do Texto”. Talvez se possa dizer “sintoma”.

Ao trazer o Texto ao encontro da estrutura, Barthes (2004, p. 69) diz, entre parênteses:

(notemos, para responder à suspeita desdenhosa de “moda” que se levanta às vezes contra o estruturalismo, que o privilégio epistemológico reconhecido atualmente à linguagem deve-se precisamente ao fato de termos nele descoberto uma ideia paradoxal de estrutura: um sistema sem fim nem centro).

Assim caracterizado, o Texto se me afigura como o discurso em sua qualidade de objeto de conhecimento para a AD: efeito de sentido e possibilidade de abertura e de tensão, junto com a tensão estrutural que ele traz, que me parece ser, finalmente, o que Pêcheux reconhecia na estrutura: um sistema sem fim nem centro. Era necessário efetivar essa extensão, para permitir uma passagem para a consecução do interdiscurso, emaranhado de vozes à espera de uma nova vibração: a da produção ininterrupta de sentido.

O que Barthes traz nesse texto se projeta mais adiante, na mesma linha: Gadet (1981), em *Tricher la langue* [Driblando a língua/trapaceando], fala de certo imaginário sobre a sintaxe que faz com que ela se construa por uma racionalidade impiedosa (uma armadura), que, para suportar a criatividade, precisaria ser subvertida, abalada, trapaceada. Ela lembra a ideia de fascismo da língua (por nos impor esquemas de uso) que encontramos na *Aula* de Barthes, e rebate: afinal de contas, não fazemos alguma coisa à língua, apenas nos servimos dela – e, em o fazendo, observamos que a própria língua (é o que repisa Gadet) comporta um espaço de jogo. Portanto, a relação liberdade/coerção estaria na própria ideia de jogo, entre o sistema (a estrutura) e o jogo que permite. No fundo, vejo aí Gadet confirmando o próprio achado de Barthes quando lemos nele o que ele vê no Texto.

Passo agora a alguns investimentos de pesquisadores que tematizaram o acontecimento discursivo – ou apenas o “acontecimento” –, tentando reter o fundamental de seu olhar interpretativo. Supõe-se, claro, que os textos de Pêcheux não têm a limpidez que poderíamos, como sujeitos pragmáticos, ser tentados a ver.

### 3. Revisitando analistas de discurso

#### 3.1 Discurso, acontecimento e arquivo

Em *AD: Descrever – interpretar acontecimentos cuja materialidade funde linguagem e história* (GREGOLIN, 2006), dada a proposta de falar sobre desenvolvimentos recentes da AD e possibilidades de análise hoje, a autora comenta o *acontecimento* que produziu, em seu contexto, o enunciado analisado por Pêcheux em sua última obra; ele estaria realizando uma síntese sobre natureza, tarefas e métodos da AD. Deve-se concordar com isso.

O enunciado *Ganhamos* [*On a gagné*] seria o ponto de partida para sua retomada (repetição), seu desdobramento, adaptação e deslocamento (memória e atualidade); ele é transparente e opaco ao mesmo tempo, dadas as circunstâncias. Mas ele não é especial a não ser porque é uma reação a um contexto maior, que é o político, e no qual uma série de

enunciados profere a eleição de Mitterrand como fato histórico. Ele é, então, opaco, flutuando entre outros enunciados, nos jogos enunciativos; pode, também, sofrer apagamento, valoração, sacralização...

Qualquer enunciado, contudo, faz parte de uma série, na qual desempenha um papel no jogo inteiro da série. “O acontecimento é pensado como a emergência de enunciados que se inter-relacionam e produzem efeitos de sentido. Esse projeto teórico compreende o enunciado em sua singularidade de acontecimento, em sua irrupção histórica.” (GREGOLIN, 2006, p. 27). Neste trecho, Gregolin está remetendo mais diretamente a Foucault, n’ *A arqueologia do saber*, mas em vista do texto de Pêcheux especificamente. É a inserção na história que está implicada nessa articulação proposta por Pêcheux: língua/história/discurso.

Na análise de Pêcheux, *Ganhamos* será percebido como uma peculiaridade no campo do político, que entrou por força da influência da mídia, transformando a política em campeonato, em show. A autora mostra que se trata, na análise, de interrogar “o estatuto de certas discursividades que trabalham um acontecimento e que cruzam sentidos logicamente estabilizados e outros, cujo sentido é polissêmico” (p. 30). Pergunta-se, então, que trajetórias (filiações) vão produzir estabilização, ou consenso, e mesmo figuras estereotípicas na memória. O discurso, diz Gregolin, é “um acontecimento que possui uma forma material”, ou seja, “essa materialidade e esse acontecimento são inseparáveis” (p. 30), dado que o acontecimento é a face histórica da materialidade linguística.

Tomando a discursividade como *acontecimento*, Gregolin repete que “o discurso acontece sempre no interior de uma série de outros discursos, com os quais estabelece correlações, deslocamentos, vizinhanças” (p. 32). Note-se que a autora não trata de formações discursivas na análise.

Em outro artigo – *Formação discursiva, redes de memória e trajetórias sociais de sentido : mídia e produção de identidades* –, Gregolin (2008) retoma a noção de formação discursiva [FD] (implicada na de acontecimento, visto envolver sistematicidade e dispersão) para refletir sobre a transformação ocorrida nesse “lugar teórico”, tópico de rediscussão pelo próprio Pêcheux, a ponto de ele dispensar o seu uso no último trabalho, utilizando então as noções de redes de memória e trajetórias de sentido. Pêcheux percebe que as discursividades são múltiplas e deve realizar uma torção, mas não penso que a percepção de novos objetos de análise apenas levasse a deslocar a noção; a abandoná-la, sim. Gregolin, contudo, deseja pensar a

produtividade do conceito tendo em vista os novos meios, especialmente o espetáculo midiático, a que ela dispensa especial atenção.

Entendo que, se a noção de FD (com suas regularidades) foi um pilar do edifício teórico da AD – junto às de formação social e formação ideológica –, esse pilar acabou por desestabilizar o edifício inteiro, no jogo entre o estável e o instável, que terminou provocando em Pêcheux o reconhecimento de que, em última análise, o caminho tomado era paradoxal ao inclinar-se justamente para a fuga ao estrutural.

Gregolin repassa o primeiro movimento de reformulação (já em *Semântica e discurso*, de 1975), em que intervém a noção de interdiscurso como um manancial de memória onde “escolhas” podem/devem ser feitas para a formulação enunciativa. A FD torna-se um território heterogêneo e instável, abrigando conflitos de classe. Courtine, como destaca Gregolin, traz a perspectiva de Foucault para o interior do aparato da AD, que então incorpora as noções de acontecimento, arquivo, práticas discursivas, história (regularidade e dispersão).

Como saber, no entanto, se certa “massa de textos” remete a uma FD X? O que domina o campo das formulações é a alteridade: em algum espaço da memória, o dialogismo de Bakhtin é trazido à luz por Authier-Revuz. A radicalização desse processo sucede com o texto sobre estrutura e acontecimento, de 1983, quando Pêcheux destaca a deriva, a desestruturação-reestruturação de trajetos, deslocamentos previsíveis. É então que ele afirma que “talvez” a noção de FD esteja obsoleta. Só aí ele usa tal denominação no texto, sem propor nova formulação.

Na seção de análise de seu texto, Gregolin passa a topicalizar “arquivo” como feixes de sentido com trajetos temáticos em que os acontecimentos discursivos surgem. O conceito de FD em Foucault está amarrado ao de arquivo, e supõe a busca, entre enunciados (não necessariamente próximos), de um “sistema de dispersão”, porém com certas regularidades entre determinadas categorias. Aí se detectaria uma FD – mas isso não é um ponto de partida. Um arquivo se detecta por uma aposta...

Retorna-se de algum modo ao arquivo e à FD do programa de Foucault. Mas ela continua ali – em trajetória inversa: agora de Pêcheux a Foucault, marcando a heterogeneidade da pesquisa científica.

### 3.2 Leitura de arquivo

Em *Arquivo e acontecimento: a construção do corpus discursivo em Análise do Discurso*, Sargentini (2006) mostra que a leitura de arquivo passou a substituir a análise de enunciados a partir de formações discursivas<sup>10</sup>. Arquivo não se oferece como mero documento para análise, mas pressupõe dispositivos e configurações que permitem ampliar o estudo do sócio-histórico associado à materialidade discursiva.

A partir de um texto de Guilhaumou e Maldidier (*Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da História*), que tematizaram a questão social da subsistência na França em determinado período histórico, Sargentini observa que os autores fazem a distinção entre horizonte de expectativas (possibilidades atestadas no período em questão) “e o acontecimento discursivo que realiza uma dessas possibilidades”, marcada como referência. Assim, diz Sargentini (p. 41), o acontecimento discursivo é apreendido “na consistência de enunciados que se entrecruzam num momento dado. O acontecimento não é o fato como contado por um poder, nem por um historiador e nem se confunde com a notícia; ele se dá nesse entrecruzamento.” (p. 41). Em seguida, a autora relembra a análise efetuada por Pêcheux, mas, adiante, observa que as duas noções (arquivo e acontecimento) “trouxeram consigo ares de polemicidade” (p. 42), mais especificamente quanto ao método de análise de Foucault. Na AD, que passou a trabalhar com o arquivo como metodologia de coleta, tornou-se relevante “analisar a irrupção de um acontecimento”.

### 3.3 Acontecimento e história

Em *A noção de acontecimento*, Possenti (2009) afirma que a AD não deu ao acontecimento lugar privilegiado, parecendo haver mais preocupação em detectar o repetível num arquivo (ou FD), suas regularidades<sup>11</sup>. Pode-se dizer que o texto de Pêcheux sobre estrutura e acontecimento representou uma inflexão necessária para destacar a impossibilidade de regular/estruturar tudo.

---

<sup>10</sup> Esse “passou a substituir” não significa que a noção tenha sido absorvida pela memória; pelo contrário, o uso dessa categoria continua atual em nosso meio.

<sup>11</sup> Maldidier (1993, tradução minha), comentando o percurso de Pêcheux, diz: “A AD, mediante a construção de seus *corpora* e o lugar metodológico dado à paráfrase, estava voltada à repetição, ao mesmo e ao homogêneo. Ela deve, daí em diante, dar primazia ao *outro* em detrimento do *mesmo*, ou seja, trabalhar a heterogeneidade.” Isso significa abrir-se para novos trajetos nas redes que constituem os enunciados.

Possenti elege a categoria “história”, embutida no programa da AD, como possibilidade para repensar a noção de acontecimento. Para isso, selecionou um historiador, Peter Burke, e Foucault em sua percepção da história.

Em Burke, Possenti reviu um dilema (falso) que dividia sociólogos e historiadores: tratar das estruturas ou dos acontecimentos? Burke dialetiza essas duas posições, mostrando um renascimento da narrativa (entenda-se: acontecimento) na história. Ele sugere o abandono do modelo de narrativa do século XIX, em proveito daquele de autores modernos (Proust, Joyce, Huxley, Kafka). Uma das apostas seria fazer uma narrativa histórica a partir de vários pontos de vista, coletivos ou individuais.

Um segundo ponto-chave para o historiador e para os analistas de discurso é a impossibilidade de reproduzir fatos ou acontecimentos: toda a história, em última análise, é feita de narrativas, e narrativas são perspectivadas<sup>12</sup>. Por outro lado, para os defensores do caráter estrutural, uma recomendação seria a densificação da narrativa (descrição precisa e concreta de práticas, por exemplo). Também há historiadores que trabalham em micronarrativas, elegendo figuras do povo em casos específicos, com uma ambição maior: detectar o peso de uma estrutura social, política, econômica, moral...

Sobre a perspectiva histórica em Foucault<sup>13</sup>, Possenti diz que se trata, nesse pensador, de “mostrar que o estruturalismo não se opõe à história, mas tem com ela uma relação específica, e até produtiva” (2009, p. 123), uma vez que há métodos que permitem rever a noção de acontecimento no contexto da história. Ele quer promover a história como análise de transformações que as sociedades realizaram em seus fundamentos, determinando que suas categorias fundamentais seriam “a mudança e o acontecimento”, não mais o tempo (a cronologia) e o passado (cf. também LE GOFF, 1990). Em outras palavras, trata-se de manipular e tratar documentos em série para aí detectar acontecimentos que de outra forma permaneceriam ocultos. É um trabalho que, a partir do mais visível, reconheceria várias camadas de acontecimentos aparentemente invisíveis.

O acontecimento fundamental nem sempre seria aquele plenamente visível (um manifesto, um programa de governo, uma proposta política). A questão, pois, na AD, não seria apenas a possibilidade de um acontecimento levar a uma retomada ou repetição (estrutura): “poderíamos considerar como acontecimentos discursivos – e não apenas como reformulações

---

<sup>12</sup> Isso está bastante destacado em *História e memória*, obra de Le Goff (1990).

<sup>13</sup> O texto de Foucault a que Possenti remete é *Retornar à história*, parte de *Ditos e escritos II*.

ou novas enunciações do mesmo, isto é, apenas como discursos – por exemplo, o estruturalismo, o feminismo, o nacionalismo etc.” (POSSENTI, 2009, p. 125). *Feminismo*, por exemplo, poderia envolver um evento como acontecimento discursivo que presumiria um grande arquivo histórico a respeito – uma memória – organizado em todo tipo de suporte e gênero; em outra camada, mais interna, aparece um discurso do corpo, da sexualidade, da saúde, da vida conjugal; um discurso sobre o trabalho feminino etc. em camadas superpostas, que envolveriam também textos sobre humor.

Sobre acontecimentos menos ou mais visíveis, isso poderia ter uma relação ao tempo e à memória (ativada ou dormente) – duração diferenciada, que marca mais ou menos os acontecimentos. Podemos relacionar a questão de ciclos (desde muito curtos até extremamente longos) ao que tenho chamado microacontecimentos e macroacontecimentos, estes, certamente, ficando ativados por mais tempo na memória discursiva.

Possenti finaliza entrevedo que essa noção plural de acontecimento poderia fazer repensar a concepção de sujeito em AD, relacionada às de esquecimento e de memória. É uma perspectiva promissora.

### 3.4 Acontecimento histórico e acontecimento discursivo

Em *Do acontecimento histórico ao acontecimento discursivo: uma análise da “Marcha das vadias”*, Rassi (2012) relaciona as noções de acontecimento histórico, acontecimento discursivo e acontecimento linguístico na constituição de sentidos da identidade feminina. A autora identifica, de saída, a “marcha das vadias” como acontecimento discursivo, que por sua vez levou a um acontecimento linguístico.

Ela parte de um fato ocorrido no Canadá, o estupro de mulheres na Universidade de Toronto em 2011, e da declaração de um policial, de que “As mulheres deveriam evitar se vestir como vadias para não serem vítimas” – declaração que circulou fartamente na mídia (local e mundial), produzindo efeitos de sentido “até chegar a ser considerado um *acontecimento*” (RASSI, 2012, p. 43).

Para conceituar os três tipos de acontecimento com que lida, a autora inicia retomando Pêcheux (como já visto aqui): acontecimento – “ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória” – significando que se trata de uma correlação entre fato e modo de percepção e circulação, e forma de manutenção na memória coletiva.

Discursivamente, um acontecimento histórico interessa pela possibilidade de ser discursivizado (para aparecer como *escrita*, digamos), resultando em efeitos de sentido variados. Rassi situa a palavra ‘vadia’ usada pelo policial com referência ao fato dos estupros, afirmando que seus efeitos de sentido se modificaram nas manifestações que atualizaram o fato, transformando-se a *Marcha das vadias* em *acontecimento discursivo*, cuja natureza diz respeito a um “gesto de leitura” da trama de enunciados formulados num interstício temporal, que, em última análise, provêm uma ruptura da memória, anunciando uma mudança no conceito de “ser mulher”. Quanto a acontecimento linguístico, incidiria sobre uma mudança linguística resultante da atualização de discursos numa prática.

Rassi trabalha a expressão “vadia”/“vagabunda” apontando uma faceta da masculinidade como “não culpada”, o que resultou nos movimentos de protesto femininos em vários países. Originou-se daí a denominação: “Marcha das vadias”. As mulheres “vestem a camisa”, como paródia (há uma adoção modalizada da voz do outro, para torná-la ridícula)<sup>14</sup> e saem às ruas com cartazes e pintura corporal, atualizando e reatualizando os dizeres a cada manifesto: é assim que a expressão ‘vadias’ é recusada e atualizada em palavra de ordem. Enunciados que circularam na ocasião – “O único responsável por um estupro é o próprio estuprador”; “Lugar de mulher é onde ela quiser” – trazem indícios de um acontecimento discursivo.

Observo que nem sempre, relativamente a um acontecimento histórico, a reação é tão contundente, produzindo impacto estrutural na sociedade e na cultura. Contudo, é também por deixarmos um acontecimento “passar” e “sumir” na memória que não se tornam perceptíveis movimentos subterrâneos capazes de causar impacto em algum momento.

O acontecimento linguístico correspondente ao movimento é mostrado como consequência do processo, via perspectiva de Guilhaumou (historiador do discurso), que evoca a gramatização (no sentido de Sylvain Aurox) das línguas e em seus interstícios as possibilidades de mudança/ inovação nos espaços intersubjetivos. Observo que a neologia é fenômeno de impacto nesse processo, que está vinculado aos acontecimentos históricos e discursivos, fornecendo camadas de análise ao pesquisador, a partir da compreensão de como, numa *hiperlíngua* (cf. AUROUX, 1994), os sujeitos se comportam.

---

<sup>14</sup> Cf. o vídeo (produzido na Índia) “It’s your fault”: Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=PdPefSCx-uc>>. Nesse vídeo, a tela final estampa: “Stop blaming the victim” (Pare de culpar a vítima).

### 3.5 Memória e acontecimento discursivo

Orlandi (2012) escolhe, no texto *Documentário: acontecimento discursivo, memória e interpretação*, dar foco ao político em um discurso do campo da arte, um documentário que prima por ser um “memorial”: “uma manifestação de desempregados, na busca de apoio da sociedade para a solução de seus problemas, entre os quais, e não menor, estava a fome” (2012, p. 55) – num momento político de instalação da ditadura no Brasil. O documentário *São Carlos/1968* foi produzido pelo cineasta João Massarolo. A questão está vinculada às interpretações que ele provocou: na cidade, na sociedade, no Poder. É preciso lidar com o real da história, o real do acontecimento nas malhas do imaginário, que não vê ou silencia o caráter político da manifestação.

Para explicar o acontecimento discursivo neste caso, Orlandi examina a natureza do material analisado: movimento, sons, cores, imagens, dizeres – e é por esses meios que o autor do documentário se inscreve em filiações discursivas. Ela mostra que o documentário foi produzido com diferentes materialidades discursivas (ponto de encontro de uma memória e uma atualidade), e que recorta uma memória, produzindo um efeito, trazendo a memória para a atualidade, recortando o real, significando. No processo, engloba a historicidade, o interdiscurso, o esquecimento.

Para produzir um efeito pelo documentário que apresenta, tornando-o um acontecimento, o material trabalha um passado, presentificando, atualizando, criando, mexendo com o interdiscurso e a memória institucional (arquivo): “para significar o acontecimento, o documentário põe em contradição o que se esquece e o que não é para esquecer. [...] realiza em seu funcionamento uma ruptura do mesmo, mostrando-o” (p. 59). Ele historiciza, constrói uma versão. “O documentário é um acontecimento discursivo que faz com que *algo* apareça como acontecimento. Ele constrói o acontecimento de que fala” (p. 59), e por esse gesto “*produz* um passado” (p. 59).

Salvo melhor juízo, não há nesse texto referência explícita à noção de formação discursiva.

### 4. Discutindo...

Pelas materialidades exploradas, pode-se perceber certa instabilidade: interpretação, associação de noções, silenciamento, acepções de orientação diversa, marcando estudos em progresso.

Tomando como relevante a noção de *acontecimento* como princípio de funcionamento discursivo, vejamos como soa a seguinte percepção, presumindo a manutenção das categorias memória/atualidade/abertura ao devir (trajetos).

O ponto de partida seria um campo, um arquivo estabelecido hipoteticamente pelo pesquisador.

1. *Acontecimento discursivo a partir do interior*: uma irrupção do interior numa filiação (uma esfera tópica institucional, um gênero, uma comunidade discursiva) – algo estranho (heterogêneo no próprio registro), porque historicamente esquecido, pode produzir reações. Por exemplo, uma palavra não usual tal como *fazimento/refazimento*, uma expressão de afetação não mais bem aceita; um lema, um slogan, um programa que aparentemente inova numa área<sup>15</sup>, uma ideia extravagante<sup>16</sup>). Seria uma metáfora, nesse sentido, mobilizada nos contornos do próprio arquivo, ou seja, um deslizamento; por hipótese, ter-se-ia a percepção inicial de um microacontecimento.

2. *Acontecimento discursivo a partir da exterioridade*: produzido com material de outro campo/arquivo tal como formado historicamente, ou seja, com suas próprias filiações – metáfora viva. Não se trataria de simples deslizamento, mas de transposição de campo, de arquivo, de FD, como se quiser. Por hipótese, ter-se-ia a percepção de um macroacontecimento. Retomo Pêcheux para justificar:

*é porque* os elementos da sequência textual, funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados (meta-forizados) de uma sequência pertencente a *uma outra* formação discursiva que as referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente. (PÊCHEUX, [1984] 2011a, p. 158, grifos do autor)

Trago novamente Orlandi (1996):

Onde está o mesmo, está o diferente. A separação entre paráfrase e polissemia não é clara nem permanente. (p. 93)

Cada acontecimento discursivo é inédito e o retorno da memória não é simples reprodução. No entanto, isto não significa, por si, que haja transformação do sentido (sentido “novo”), ruptura. (p. 93)

---

<sup>15</sup> A Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) admite a organização do ensino em séries ou em ciclos, e escolas brasileiras têm experimentado a segunda opção como algo que pode ser visto como inovação.

<sup>16</sup> Sempre pode haver um retrô bem-sucedido, como se tem observado ultimamente em várias áreas.

a noção de repetição – empírica, formal e histórica – supõe tanto o fechamento quanto a possibilidade de deslocamento, embora ambos sejam retorno, interpretação. (p. 93);

como não trabalhamos só com a estrutura mas também com o acontecimento da linguagem, esses aspectos que tocam o acaso, o equívoco e a forma histórica da interpretação são levados em conta na compreensão de cada gesto de interpretação. (p. 98).

Incluo outra formulação da autora (ORLANDI, 2001, p. 21), quando enfatiza que na opacidade do texto estão presentes o político, o simbólico, o ideológico, o fato mesmo do *funcionamento*, implicado pela inscrição da língua na história:

A ideia de funcionamento supõe a relação estrutura/acontecimento [...], articulação do que é da ordem da língua e do que deriva de sua historicidade, relação entre o que, em linguagem, é considerado estável com o que é sujeito a equívoco.

Isto é, sem o componente histórico o acontecimento é negado.

Como dito antes, a metáfora está implicada na movimentação que impele o acontecimento discursivo; ela mobiliza o espaço-tempo. Não se trata de situá-la num ponto específico da cadeia enunciativa (ou no movimento não linear produzido em contexto icônico, como numa charge), que configuraria apenas um ponto visível ou cicatriz textual, pista para o processo interpretativo, que por sua vez levaria ao funcionamento ideológico espaçotemporal. Entretanto, assim como temos a percepção de viver a língua numa sincronia, também os acontecimentos discursivos não são sempre imediatamente perceptíveis. Eles o são quando há mudanças marcantes a partir de acontecimentos históricos notáveis ou de longa duração, e também não observados por toda uma comunidade. Contudo, mesmo os movimentos sutis produzidos por manifestações rotineiras discretas ou silenciosas (subterrâneas) são marcas que, mais tarde, afetarão mais ou menos as filiações, a gênese, e portanto as subjetividades.

Não existe apenas estrutura (a estabilidade é utópica), mesmo quando impera alguma limitação extrema às manifestações discursivas. Para mostrar isso, Pêcheux buscava encontrar uma direção que não alijasse o histórico da língua, nas ciências humanas – ou seja, nas ciências que não dispensam a interpretação e não prescindem da historicidade, em seu caráter de prática discursiva no conjunto das relações de poder.

Ao focalizar estrutura/acontecimento, Pêcheux também estava questionando o estatuto teórico e heurístico da noção de formação discursiva, que prima pela alteridade; no que chamou

de terceira época da AD, ele focou justamente a “desconstrução das maquinarias discursivas” (cf. 1990b, p. 298). Diz também, em *Le discours: structure ou événement?*, que a noção de formação discursiva derivou comumente “para a ideia de uma máquina discursiva de assujeitamento dotada de uma estrutura semiótica interna e por isso mesmo votada à repetição” (1990b, p. 322, tradução minha), e que, com isso, tal concepção estrutural da discursividade levaria a um apagamento do acontecimento.

Pêcheux estaria demonstrando, com seu exemplo, como a alteridade funciona no discurso político, *do exterior* do discurso político, no caso, pelo povo (Ganhamos!) e pela mídia (espetáculo, show – como nos atuais rituais de formatura). O próprio espaço do discurso político se moveu e assumiu a espetacularização como parte de seu funcionamento e identidade. Mas por esse fato o espaço do político não se transformou essencialmente em outra coisa. Tais movimentos acabam deixando um sintoma na língua (acontecimento linguístico), marcando o que a história registra, por meio de certas manobras lexicais que criam cruzamentos produtivos, mas o acontecimento linguístico já resulta do acontecimento discursivo em sua historicidade, tal como mostra Rassi (2012).

Então, o que a AD se dá como tarefa é trabalhar seu objeto como interdiscursividade, com redes de memória e trajetos temáticos num momento histórico. A questão toda, parece-me, seria *como, em que níveis e com que impacto* os acontecimentos discursivos se efetuam e como produzem efeitos (devir).

Para marcar isso, relembro uma análise emblemática, feita por Barthes (2004).

## 5. Barthes e “A escrita do acontecimento”

O texto de Barthes (2004), de 1968, é um comentário ao evento de Maio de 68. Ele diz que esse “abalo nacional” na França teria sido escrito de três modos diferentes, e a conjugação dessas formas lhe daria sua originalidade histórica. Para mim, o que ressalta a caracterização e a importância disso em termos de acontecimento discursivo é o que segue:

a) *a fala radiofônica* (em rádios não estatais) se colava ao acontecimento à medida que ele ia se produzindo, de modo direto, pela palavra oral (Barthes chamou isso de “história auditiva”). Ela aparece “misturada com o acontecimento, com a opacidade mesma do seu presente [...] ela era o próprio acontecimento” (p. 191, 192), ato e discurso, sem distância a controlar, mudando com os fatos;

b) *as relações de força entre grupos/partidos* envolvidos na crise foram essencialmente faladas (comunicado, conferência, declaração). “Não só a crise teve a sua linguagem, mas também a crise foi linguagem” (p. 193);

c) *a palavra estudantil* jorrou, inscrevendo-se em toda parte. Foi, diz Barthes, uma espécie de *Tomada da palavra* (rememorando a *Tomada da Bastilha*). Se ao estudante se lhe frustrava a palavra, agora ele fazia dela um uso ativo, circulando em três modalidades: 1. uma palavra selvagem, baseada em achados da forma (*É proibido proibir*), que tomou os muros como forma de inscrição; 2. uma palavra instrumentalmente missionária, fazendo circular estereótipos da cultura política; 3. uma palavra funcionalista, trazendo projetos de reforma para a Universidade.

A essa Palavra se associou um conjunto de símbolos: bandeiras, cores, barricada, monumentos – tudo linguagem) – o que lhe deu um alcance coletivo, que parece o lance principal para a efetivação do acontecimento.

Barthes (p. 197, 198) amarra esse conjunto a dois postulados (polêmicos), lembrando (com Derrida): 1) que fala também é aquilo que se transcreve ou translitera, *voz de qualquer reivindicação*, enquanto *escritura* implica ruptura com um sistema simbólico. Com isso, lembra que um acontecimento só pode fornecer “fragmentos marginais de escritura”, que não garantem que não vá se conservar o antigo sistema simbólico; 2) não haverá mutação simbólica se nós mesmos não rompermos primeiro o sistema de sentido que o acontecimento pretende abalar – o que “demanda um trabalho contínuo” de provocação de novas regras, de um novo discurso mexendo com “estruturas múltiplas”.

A partir dessa perspectiva (como continuidade), o texto de Orlandi (1999) em *Papel da memória* tematiza o silêncio da memória no Maio de 68. Olhando a violência e a censura, ela escreve que “interessa vê-lo [o Maio 68], enquanto acontecimento discursivo [...], como fato desencadeador de um processo de produção de sentidos que, reprimido, vai desembocar na absoluta dominância do discurso (neo)liberal.” (p. 59). O fato histórico explosivo, enquanto tal, “abria para uma nova discursividade”, mas o novo discurso foi frustrado, silenciado. E pergunta-se o que significaria Maio de 68 hoje, lembrando o alerta de Pêcheux para “a fragilidade no processo de inscrição do acontecimento no espaço de memória” (p. 60). Assim é que o movimento pela “liberdade” (palavra-chave) se parafraseia por palavras de ordem ou slogans.

Contudo, ela se propõe a analisar outro fato, no caso da história brasileira dos anos 1960. Aqui o “É proibido proibir” era proibido, interditado ao povo em geral, visto estarmos numa ditadura – a censura do poder era história.

## 6. Fechando...

O que me motivou a realizar este ensaio foram os conflitos ressentidos a partir da observação dos vários gestos interpretativos para compreender, no campo da AD, as duas categorias complementares reconhecidas como *estrutura* e *acontecimento*, especialmente a partir da última obra de Pêcheux. Para refletir sobre elas, na rede que se formou no campo, retomei os passos de Michel Pêcheux na construção, deslocamento ou desconstrução de outras categorias, conduzindo a um novo percurso em sua relação com os campos que pôs em contato. Defendi, então, uma abordagem de tais componentes teóricos em conformidade com os últimos estudos de Pêcheux, apresentando argumentos para considerar a relação estrutura/acontecimento como um princípio da teoria, resguardado pela historicidade, em vez de uma possibilidade entre outras de construir a discursividade.

Lembro que, no campo da História, com o ressurgimento do debate sobre se os historiadores devem dar prioridade, em suas obras, ao estrutural ou ao narrativo (acontecimento), entre outros problemas da área, Peter Burke (1992) escreve que “não deveríamos nos esquecer de questionar a relação entre acontecimentos e estruturas. Trabalhando nesta área central, pode ser possível ir além das duas posições opostas para alcançar uma síntese.” (BURKE, 1992, p. 334). Pêcheux estaria às voltas com essas contradições, em suas últimas reflexões.

Chegando a este ponto, em que as reflexões continuam produzindo efeitos em surdina, ocorrem-me questões instigantes que derivam daí.

1. O acontecimento discursivo poderia, eventualmente, ser olhado apenas a partir do acontecimento histórico, sem o qual ele não surgiria? Nesse sentido (do histórico para o discursivo), não estaria restringindo o fenômeno do discurso a casos particulares de eventos selecionados como notícia, passando para o espaço da mídia, que os canaliza para o grande público?

3. Se discurso deve ser abordado em sua condição de efeitos de sentido entre posições-sujeito, a noção restritiva de acontecimento discursivo não tiraria à miríade de discursos do cotidiano a possibilidade de sua existência, independentemente de suas filiações?

4. Se, no âmago da noção de acontecimento, não permanecer o que estava em sua origem – a noção de enunciação benvenistiana como fenômeno único – o que restará para a concepção de discurso? Há manifestação enunciativa que não comporte a possibilidade de produzir efeitos de sentido e ruptura de sentido?

5. Como afirmar, para um momento histórico, que se quebrou de fato uma rede estabelecida de filiações com suas regularidades? Ou uma série enunciativa?

6. Enfim: qual a vantagem/pertinência teórica dessas noções intercalares – acontecimento histórico/acontecimento enunciativo/acontecimento discursivo/ acontecimento linguístico em um regime discursivo?

Um estudo sempre abre para outras questões. Deixo estas para reflexões vindouras, que associem o ponto de vista mais específico dos historiadores-linguistas.

### Referências bibliográficas

ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, P. *et alii*. **Papel da memória**. Trad. e intr. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, [1983] 1999. p. 11-21.

AUROUX, S. A hiperlíngua e a externalidade da referência. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994. p. 241-251.

AUTHIER-REVUZ, D. Hétérogénéité(s) énonciative(s). **Langages**, n. 73, p. 98-111, 1984. **crossref** <http://dx.doi.org/10.3406/lgge.1984.1167>

BARONAS, R. L.; AGUIAR, G. F. de. Do acontecimento histórico ao acontecimento discursivo : o político na charge. **Bakhtiniana**, v. 1, n. 2, p. 165-182, 2º sem. 2009.

BARTHES, R. *O rumor da língua*. 2. ed. São Paulo : Martins Fontes, 2004.

BURKE, P. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In : \_\_\_\_\_ (Org.). **A escrita da história** : novas perspectivas. São Paulo : Ed. da Unesp, [1991] 1992. p. 327-348.

DELEUZE, G. **O mistério de Ariana**. Trad. Edmundo Cordeiro. Lisboa : Ed. Vega Ltda., 1996.

GADET, F. Tricher la langue. In: CONEIN, B. *et al*. **Matérialités discursives** – Colloque des 24, 25, 26 avril 1980. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981. p. 117-126.

GREGOLIN, M. do R. AD: descrever-interpretar acontecimentos cuja materialidade funde linguagem e história. In: NAVARRO, P. (Org.). **Estudos do texto e do discurso**: mapeando conceitos e métodos. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 19-34.

\_\_\_\_\_. Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido : mídia e produção de identidades. **WebRevista Discursividade**, n. 2, s.p., dez. 2008. Disponível em : <[www.uems.br/na/discursividade/Arquivos/edicao02](http://www.uems.br/na/discursividade/Arquivos/edicao02)>. Acesso em: 2 jan. 2014.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. De nouveaux gestes de lecture ou le point de vue de l'analyse de discours sur le sens. In: GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D.; ROBIN, R. (Orgs.). **Discours et archive**: expérimentations en analyse du discours. Liège: Pierre Mardaga, [1990] 1994. p. 193-202.

LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.

MALDIDIER, D. **L'inquiétude du discours** – textes de Michel Pêcheux choisis et présentés par Denise Maldidier. Paris: Editions des Cendres, 1990.

\_\_\_\_\_. L'inquiétude du discours. Un trajet dans l'histoire de l'analyse du discours : le travail de Michel Pêcheux. **Semen**, n. 8, 1993. Disponível em : <<http://semen.revues.org/4351>>. Acesso em: 25 jan. 2014.

OLIVEIRA, I. La métaphore est-elle la marque de l'insuffisance de l'esprit? **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 203-210, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59865/62974>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

ORLANDI, E. P. Apresentação. In: \_\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 2. ed. rev. e aum. Campinas: Pontes, 1987. p. 9-10.

\_\_\_\_\_. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999. p. 59-69.

\_\_\_\_\_. **Discurso e texto**: formulação e circulação de sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

\_\_\_\_\_. Documentário : acontecimento discursivo, memória e interpretação. In : \_\_\_\_\_. **Discurso em análise** : sujeito, sentido, ideologia. Campinas : Pontes, 2012. p. 55-67.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In : ORLANI, E.P. (Org.). **Gestos de leitura** : da história no discurso. Campinas (SP) : Ed. Unicamp, [1982] 1994. p. 55-66.

\_\_\_\_\_. Lecture et mémoire : projet de recherche. In : MALDIDIER, D. **L'inquiétude du discours**. Paris : Editions des Cendres, [1983] 1990a, p. 285-293.

\_\_\_\_\_. Analyse de discours : trois époques. In: MALDIDIER, D. **L'inquiétude du discours** – textes de Michel Pêcheux choisis et présentés par Denise Maldidier. Paris: Editions des Cendres, [1983] 1990b, p. 295-302.

\_\_\_\_\_. Le discours: structure ou événement? In: MALDIDIER, D. **L'inquiétude du discours** – textes de Michel Pêcheux choisis et présentés par Denise Maldidier. Paris: Editions des Cendres, [1983] 1990c, p. 303-323.

\_\_\_\_\_. Papel da memória. In: ACHARD, P. et alii. **Papel da memória**. Trad. e intr.. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, [1983] 1999. p. 49-57.

\_\_\_\_\_. Metáfora e interdiscurso. In: ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. Textos escolhidos por Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, [1984] 2011a. p. 151-161.

\_\_\_\_\_. Especificidade de uma disciplina de interpretação (A Análise de Discurso na França). In: ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. Textos escolhidos por Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, [1984] 2011b. p. 227-230.

POSSENTI, S. A noção de acontecimento. In: \_\_\_\_\_. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola, 2009. p. 119-126.

RASSI, A. P. Do acontecimento histórico ao acontecimento discursivo: uma análise da “Marcha das vadias”. **Rev. Hist. UEG**, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 43-63, jan./jun. 2012.

SARGENTINI, V. M. O. Arquivo e acontecimento: a construção do corpus discursivo em Análise do Discurso. In: NAVARRO, P. (Org.). **Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos**. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 35-44.

Artigo recebido em: 20.01.2015

Artigo aprovado em: 08.06.2015

# Clíticos de 2ª pessoa na escrita popular: a posição do português brasileiro

## Clitics 2<sup>nd</sup> person in the popular writing: the position of Brazilian Portuguese

Thiago Laurentino de Oliveira\*

---

**RESUMO:** Este artigo analisa a posição dos clíticos de 2ª pessoa do singular na escrita popular do início do século XX. Busca-se identificar quais são os fatores linguísticos que influenciam a realização da próclise/ênclise. Por hipótese, acredita-se que fatores discursivos atuam na realização da ênclise, pois esta não é a posição “natural” para o clítico no Português Brasileiro. Como aporte teórico-metodológico, adotam-se os pressupostos da Sociolinguística Histórica e das Tradições Discursivas. Como *corpus* de análise, utiliza-se um conjunto de cartas amorosas escritas por um casal de noivos na década de 1930.

**PALAVRAS-CHAVE:** Colocação pronominal. 2ª pessoa do singular. Cartas pessoais.

---

**ABSTRACT:** This paper analyzes the position of clitics 2<sup>nd</sup> person singular in the popular writing of the early 20<sup>th</sup> century. The aim is to identify which linguistic factors lead to anteposition or postposition of the clitic in relation to the verb. It is hypothesized that discursive motivations operate in favor to pronoun postposition, since this is not the “natural” position for the clitic in Brazilian Portuguese. It is adopted the assumptions of Historical Sociolinguistics and Discourse Traditions as theoretical and methodological support. A set of love letters written by an engaged couple in the 1930s is used as a corpus for analysis.

**KEYWORDS:** Clitic’s position. 2<sup>nd</sup> person singular. Private letters.

---

### 1. Apresentação

A colocação dos clíticos, tradicionalmente conhecidos como pronomes oblíquos átonos, constitui há tempos, no português do Brasil (PB), um tema de grande interesse para as investigações linguísticas. Tal interesse se justifica na medida em que o tema corresponde a um dos pontos de maior distanciamento nas regras de uso entre as variedades lusitana e brasileira. Além disso, a posição dos clíticos é também um dos tópicos em que se observa a forte dicotomia criada entre fala e escrita na variedade brasileira, uma vez que, em vários contextos, a prescrição de uso na escrita opõe-se à norma de uso observada na fala.

O presente artigo trata, especificamente, da posição dos clíticos de referência à segunda pessoa do singular (2SG). Estes são a principal estratégia de representação da segunda pessoa,

---

\* Mestre e doutorando em Letras Vernáculas da Faculdade de Letras (UFRJ). Bolsista do CNPq – Processo: 140721/2014-2

registrando altos índices de frequência de uso (cf. BRITO, 2001; OLIVEIRA, 2014; SOUZA, 2014). Como objetivo principal, pretende-se descrever a posição dos clíticos em cartas pessoais trocadas entre um casal de noivos<sup>1</sup> durante a década de 1930 na cidade do Rio de Janeiro. Serão investigados os fatores linguísticos que influenciam a realização da próclise/ênclise. Por hipótese, acredita-se que fatores de ordem discursiva são decisivos na realização da ênclise, já que esta não é a posição “natural” para o clítico no PB. Dessa maneira, o grau de contato dos informantes com os modelos de escrita torna-se relevante, visto que as normas de colocação pronominal da escrita pouco refletem as normas de uso da fala. As cartas pessoais representam, então, um material de análise adequado para verificar a preferência/tendência de uso da ênclise na escrita informal do PB das primeiras décadas do século XX. Como aporte teórico-metodológico, adotam-se os pressupostos da Sociolinguística Histórica e das Tradições Discursivas.

O trabalho está organizado da seguinte forma: após a apresentação, revisa-se, em (2), o tema da colocação pronominal em gramáticos da virada do século XIX para o XX e em estudos linguísticos descritivos; em (3), comentam-se os estudos sobre o uso dos clíticos de 2ª pessoa do singular no PB; os pressupostos teórico-metodológicos do trabalho são expostos em (4); apresenta-se, em (5), a análise dos dados; em (6), retomam-se, na conclusão, os principais pontos da discussão; as referências bibliográficas encerram o trabalho.

## 2. Um caso normativo “mal resolvido”

Dentre vários aspectos que distanciam a variedade do português brasileiro da variedade do português europeu, a colocação pronominal é um dos pontos mais polêmicos e controversos. A “polêmica” iniciou-se nas últimas décadas do século XIX, quando os gramáticos brasileiros elaboraram manuais prescritivos segundo a norma lusitana, desconsiderando a norma de uso brasileira. Segundo Pagotto & Duarte (2005),

Sabe-se que o século XIX foi o período de consolidação do português brasileiro, mas também se sabe que foi o período em que se forja a norma com a qual os gramáticos vão operar ao longo do século XX. O século XIX se apresenta como um turbilhão linguístico, no qual, (...) muitos dos dialetos no território brasileiro passam por um processo de contato e de autorreconhecimento, especialmente na capital do Império, consolidando (...) a sua estrutura na direção do que viria a ser o português brasileiro moderno. (PAGOTTO & DUARTE, 2005, p. 68)

---

<sup>1</sup> A fim de preservar a identidade dos informantes, refere-se ao noivo como JOS e à noiva como MRC.

Esse “turbilhão linguístico”, responsável pela identidade brasileira que se firma durante o século XX, foi negligenciado pelos autores das gramáticas normativas, que moldaram um padrão de língua estranho aos falares brasileiros, mesmo àqueles considerados cultos. Na colocação pronominal, esse estranhamento se agrava, visto que “este é um dos lugares da gramática em que o embate normativo mais foi transparente, dada a própria flutuação de tais formas e a dificuldade de operar normativamente sobre elas” (PAGOTTO & DUARTE, 2005, p. 68). Quanto a essa questão, Vieira (2009) observa que as prescrições presentes nas gramáticas atuais para o uso dos clíticos pouco (ou nada) diferem daquelas apresentadas nos compêndios do início do século passado:

Apesar de já haver no início do século, (...), a consciência de que as regras de colocação pronominal brasileiras divergem das portuguesas, as gramáticas prescritivas atuais ainda estabelecem normas que, aparentemente, se aplicariam tanto no Brasil quanto em Portugal. Essas gramáticas, embora admitam casos conflitantes entre PB e PE, propõem a ênclise como regra geral, “a posição normal, lógica” (cf. Cunha & Cintra, 1985: 300). (VIEIRA, 2009, p. 124)

A colocação pronominal parece representar, nas gramáticas tradicionais brasileiras, um caso normativo “mal resolvido”, em que se confrontam questões linguísticas e sociais. De acordo com Cavalcante, Duarte e Pagotto (2011, p. 171) “o padrão de colocação pronominal preconizado em nossas gramáticas tradicionais (...) é um padrão que não corresponde a gramática nenhuma”; ao selecionar diferentes regras para diferentes contextos nos quais se orienta o emprego da próclise ou da ênclise, não se respeitam os usos nem da variedade brasileira e nem da variedade portuguesa, o que resulta em uma prescrição artificial. Com isso, “mesmo que o falante culto siga com rigor as regras do padrão normativo culto, ele não estará nunca seguindo uma gramática (do português clássico, do PE ou do PB), mas estará aplicando regras de gramáticas distintas” (CAVALCANTE, DUARTE & PAGOTTO, 2011, p. 172).

Diante desse quadro, resgatam-se as descrições/prescrições feitas por gramáticos brasileiros do início do século XX. Eduardo Carlos Pereira, por exemplo, em sua *Grammatica expositiva* (1907), dedica cinco páginas à “Colocação dos pronomes obliquos”. Para o autor, a posição do pronome ao verbo constitui a colocação natural do clítico. Tal afirmativa é sustentada por um argumento sintático:

As fórmulas atonas dos pronomes obliquos aparecem, em geral, na frase como complementos de verbos, e por isso, a sua posição normal é depois do

verbo regente, isto é, a *enclise*; as outras posições desses pronomes em referencia a seus verbos regentes são deslocamentos, ou perturbação da *ordem directa*, determinada mais pela euphonia do que pela syntaxe. (PEREIRA, 1907, p. 241)

O gramático reconhece as diferenças de ordem fonética entre o PB e o PE, destacando que tais diferenças são responsáveis pelas diferentes regras de colocação pronominal observadas nos escritores das duas variedades: “(...) claro é que a collocação dessas particulas na phrase deve divergir entre escriptores brasileiros e portuguezes, visto ser sensivel a diferença da phonetica ou prosodia do Brasil e de Portugal”. (PEREIRA, 1907, p. 241-242). Ao listar as regras de colocação, entretanto, Pereira (1907) segue “o uso dos classicos portuguezes, e pouco observados, em geral, pelos escriptores brasileiros” (p. 242). O gramático elide da sua prescrição a norma de colocação dos escritores brasileiros, valendo-se de exemplos dos clássicos lusitanos. São prescritas onze regras de uso dos pronomes átonos, sinteticamente apresentadas no Quadro 01:

Quadro 01. Regras de colocação pronominal segundo Pereira (1907)

Contexto	Próclise	Ênclise	Mesóclise
<b>01. Início de período</b>		obrigatória	
<b>02. Particípio presente e gerúndio (exceto quando este é precedido de <i>em</i> ou de verbos em locução perifrástica)</b>		obrigatória	
<b>03. Particípios passados</b>	ao auxiliar	ao auxiliar	
<b>04. Frases negativas</b>	obrigatória		
<b>05. Relativos e conjunções de subordinação</b>	obrigatória		
<b>06. Adjetivos, pronomes adjetivos e advérbios</b>	condicionada	condicionada	
<b>07. Infinitivos regidos por <i>a</i></b>		obrigatória	
<b>08. Orações optativas</b>	obrigatória		
<b>09. Formas verbais proparoxítonas e oxítonas</b>	obrigatória		
<b>10. Conjugações perifrásticas</b>	ao auxiliar	ao auxiliar ou ao principal	
<b>11. Formas verbais do futuro do indicativo e do condicional</b>			obrigatória
<b>Obs.: Pronome reto e conjunção adversativa</b>		obrigatória	

Das onze regras<sup>2</sup> apontadas, quatro prescrevem a ênclise (início de período, verbos no particípio presente e gerúndio, verbos no infinitivo, preposicionados por *a*, e verbos antecidos por pronome reto e conjunção adversativa). Chama a atenção o fato de o gramático rejeitar a possibilidade de próclise quando o verbo é antecido por pronome reto: “É manifestamente levar ao exagero a topologia pronominal o ensinar que o pronome recto e as conjunções adversativas atraem o *obliquo*” (p. 245). Quanto ao uso obrigatório da próclise, quatro são os contextos previstos: em frases negativas, nos casos em que pronome relativo ou conjunção subordinativa antecede o verbo, em orações optativas e nos casos das formas verbais proparoxítonas e oxítonas.

Em três regras, legitima-se a possibilidade de haver anteposição ou posposição ao verbo. Os adjetivos, os pronomes adjetivos e os advérbios, afirma Pereira (1907), “teem a tendencia de attrahir para juncto de si os obliquos, que serão proclíticos ou enclíticos, conforme estiverem estas palavras antes do verbo, ou depois delle” (p. 243). Todavia, o autor só apresenta nos exemplos casos de próclise. Com relação aos particípios passados e às conjugações perifrásticas, o autor não menciona a possibilidade de o clítico antepor-se ao verbo principal, uso registrado entre os escritores brasileiros desde o Romantismo.

João Ribeiro é outro gramático que também se ocupou do problema da posição dos clíticos na *Grammatica portugueza: curso superior* (1933). Segundo ele,

A questão da collocação dos pronomes obliquos tem sido entre nós objecto de vivas questões, menos pelos erros no emprego d’esses pronomes do que em razão de regras falsas, arbitrariamente imaginadas e impostas com tyrannico e absurdo despotismo por varios grammaticos de hoje (RIBEIRO, 1933, p. 344)

Adotando um olhar crítico acerca do assunto, Ribeiro (1933) é um pouco mais flexível quanto às regras prescritas, porém longe de adotar os “brasileirismos” mais polêmicos. O autor lista dez regras de colocação, sintetizadas no Quadro 02:

---

<sup>2</sup> As onze regras referem-se à oposição próclise/ênclise, visto que a mesóclise é um caso restrito às formas verbais nos tempos de futuro.

**Quadro 02.** Regras de colocação pronominal segundo Ribeiro (1933)

Contexto	Próclise	Ênclise	Mesóclise
<b>01. Orações negativas e subordinadas</b>	obrigatória		
<b>02. Particípio passado</b>	“obrigatória”		
<b>03. Futuros simples</b>			obrigatória
<b>04. Início de frase ou período</b>		obrigatória	
<b>05. Gerúndio</b>	condicionada	condicionada	
<b>06. Partículas adverbiais</b>	obrigatória		
<b>07. Orações optativas com sujeito antecedendo o verbo</b>	obrigatória		
<b>08. Adjetivos <i>todo, nada, ninguém, nenhum, cada, qualquer</i> Quantitativos <i>tanto, quanto, muito, pouco</i></b>	obrigatória		
<b>09. <i>Que</i> (conjunção ou pronome) e variantes <i>qual, quem, cujo</i> etc</b>	obrigatória		
<b>10. Complementos de <i>lugar onde, d’onde</i></b>	obrigatória		

Observando o Quadro 02, vê-se que as regras de colocação prescritas por Ribeiro (1933) mais delimitam os contextos em que se deve utilizar a próclise do que os contextos de uso apropriados à ênclise: sete das dez regras descrevem casos de anteposição do pronome oblíquo, sendo algumas delas desdobramentos de outras, como admite o próprio gramático, por exemplo, no caso de próclise aos adjetivos *todo, nada, ninguém, nenhum, cada, qualquer* e aos quantitativos *tanto, quanto, muito, pouco*, que seria uma consequência das regras 01 (próclise em orações negativas ou subordinadas) e 06 (próclise a partículas com valor adverbial). O autor reconhece a possibilidade de ênclise em três casos (01, 06 e 10, do Quadro 02). Diferentemente de Pereira (1907), Ribeiro (1933) interpreta o sujeito como atrator de pronome, o que justificaria os casos de próclise nesses contextos.

O gramático recomenda o uso da ênclise sempre em começo de frase ou período: “*Me dê*’, *me faça*’, etc., são brasileirismos que devem ser evitados” (p. 345). O autor não trata explicitamente dos casos das perífrases verbais, não havendo considerações sobre a próclise ao verbo principal. Ribeiro (1933) conclui que “a questão de colocação dos pronomes ainda não ficou resolvida, ou porque o fenómeno não fosse observado perfeitamente, ou porque não é susceptível de disciplina exacta e positiva”. (p. 347).

Tomando como referência os dois gramáticos do início do século XX, com um espaço temporal de aproximadamente 30 anos entre eles, nota-se que a colocação pronominal não possui um consenso sobre as regras dentro da tradição gramatical. Além disso, os casos que

representam traços particulares da variedade brasileira (como a anteposição no início de frase/período) são desconsiderados e tratados como “vícios” a serem evitados.

### 3. Os clíticos de referência à segunda pessoa do singular

Dentre as variantes de 2SG encontradas atualmente no PB, o clítico *te* é a única que sempre cumpriu tal função, desde a língua latina (cf. CAMARA Jr., 1985). Essa forma, empregada hoje como complemento verbal acusativo e dativo no português, advém do pronome-objeto acusativo *tē* do latim; verifica-se, portanto, que houve um processo de enriquecimento funcional, já que uma mesma forma passou a cumprir mais de uma função.

O *te* não é, contudo, o único clítico de 2SG presente no sistema pronominal do português. Com a gramaticalização do *você* na posição de sujeito, os clíticos de 3ª pessoa do singular (3SG) *o/a* e *lhe* passam a se referir também à 2SG. Isso porque o *você*, embora faça referência à 2SG, originou-se de uma expressão nominal (*Vossa Mercê*) o que permitiu que esse pronome se correlacionasse com formas de 3SG (os possessivos *seu/sua* e os clíticos de 3SG). Nesse sentido, pode-se afirmar que, ao lado do clítico *te*, oriundo do paradigma do pronome *tu*, coexistem os clíticos *o/a* (e suas variantes) e *lhe*, relacionados ao paradigma que se constitui após a inserção do *você*.

Cabe destacar que tanto o clítico *o/a* quanto o clítico *lhe* são fruto da gramaticalização do antigo pronome latino *ille* em posição de complemento (cf. CAMARA Jr., 1985). Diferentemente da mudança ocorrida com o *te*, que neutralizou a distinção entre acusativo e dativo, a gramaticalização de *ille* distingue os dois casos, com *o/a* funcionando apenas como acusativo e *lhe*, como dativo. Tal separação parece se perder quando esses clíticos referem-se à 2SG: o clítico *o/a* raramente é empregado nesse contexto e, por isso, o clítico *lhe* atua tanto como dativo quanto como acusativo de 2SG (cf. SOUZA, 2014).

Diante das três possibilidades de clítico com referência à 2SG, resta saber com que frequência cada uma delas é utilizada no PB. Em um estudo sociolinguístico, Souza (2014) analisou as formas variantes de acusativo de 2SG em cartas pessoais no intervalo de um século (1880-1980) e registrou o uso dos clíticos *te*, *o/a* e *lhe*. Em um total de 433 dados, a autora contabilizou 337 ocorrências da forma *te* (ou seja, 77,8% dos dados), seguida de 40 ocorrências da forma *o/a* (9,2%) e 17 ocorrências da forma *lhe* (4%). Tais resultados confirmam a preferência pela forma *te* para a representação da 2SG. É interessante observar que o emprego do clítico *te* se dá independentemente do tratamento adotado na posição de sujeito, ou seja, seu

uso não está restrito ao paradigma do pronome *tu*. É o que demonstra a Tabela 01, extraída de Souza (2014):

**Tabela 01.** Correlação entre o tratamento na posição de sujeito e as estratégias utilizadas como complemento acusativo

	<b>Te</b>	<b>Você</b>	<b>o/a</b>	<b>Lhe</b>	<b>Zero</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Tu exclusivo</b>	168 94,4%	4 2,2%	2 1,1%	1 0,6%	3 1,7%	178 41,1%
<b>Você exclusivo</b>	60 50,8%	19 16,1%	26 22%	10 8,5%	3 2,5%	118 27,3%
<b>Tu~Você</b>	103 81,7%	6 4,8%	7 5,6%	6 4,8%	4 3,2%	126 29,1%
<b>O Senhor</b>	-	-	4 100%	-	-	4 0,9%
<b>Sem referência</b>	6 85,7%	-	1 14,3%	-	-	7 1,6%
<b>TOTAL</b>	337 77,8%	29 6,7%	40 9,2%	17 3,9%	10 2,3%	433 100%

(Extraído de SOUZA, 2014, p. 96)

Como se pode notar, o clítico *te* é a variante mais frequente em quatro dos cinco contextos controlados por Souza (2014): 94,4% com uso exclusivo de *tu* em posição de sujeito; 50,8% com uso exclusivo de *você* em posição de sujeito; 81,7% com uso variável entre *tu* e *você* em posição de sujeito; 85,7% em contextos sem referência expressa na posição de sujeito. A presença do pronome *tu* na posição de sujeito não é uma condição necessária para que os indivíduos empreguem o *te* acusativo. Situação oposta verifica-se para as formas *o/a* e *lhe*, notadamente mais frequentes quando o pronome *você* aparece na posição de sujeito: 26 dos 40 dados de *o/a* foram registrados no contexto com uso exclusivo de *você* na posição de sujeito, e 10 dos 17 dados de *lhe* registraram-se no mesmo contexto.

Oliveira (2014) investigou as formas variantes de dativo de 2SG em *corpus* de cartas pessoais, no mesmo período de tempo (1880-1980), e encontrou resultados semelhantes aos de Souza (2014) em relação à forma *te*. O autor computou 811 dados para sete variantes dativas, dentre os quais 556 correspondem às estratégias clíticas. Dos 556 dados, a forma *te* somou 464 ocorrências (57,2% dos dados gerais), enquanto a forma *lhe* registrou 92 ocorrências (11,3% dos dados gerais). Não se registrou o uso do clítico *o/a*, confirmando que seu uso é restrito à função acusativa. Os resultados de Oliveira (2014) revelam a variante *te* como forma preferida para a referência à 2SG em função dativa. Registrou-se também o emprego do clítico *te* em

diferentes contextos de uso pronominal na posição de sujeito, corroborando o fato de que tal clítico não se restringe ao paradigma do pronome *tu*. A Tabela 02 correlaciona as formas variantes de dativo de 2SG aos contextos na posição de sujeito controlados por Oliveira (2014):

**Tabela 02.** Correlação entre o tratamento na posição de sujeito e as estratégias utilizadas como complemento dativo

	Te	zero	Lhe	a ti	para ti	a você	para você	TOTAL
<b>Somente Tu</b>	194 78,5%	35 14,2%	1 0,4%	12 4,9%	2 0,8%	2 0,8%	1 0,4%	247 30,4%
<b>Tu e Você</b>	184 70,2%	50 19,2%	7 2,7%	9 3,4%	1 0,4%	3 1,1%	8 3,0%	263 32,4%
<b>Somente Você</b>	85 30,9%	80 29,1%	75 27,3%	1 0,4%	- -	16 5,8%	18 6,5%	275 33,9%
<b>Outras Formas</b>	1 3,7%	16 59,3%	9 33,3%	- -	- -	- -	1 3,7%	27 3,3%
<b>TOTAL</b>	464 57,2%	181 22,3%	92 11,3%	22 2,7%	3 0,4%	21 2,6%	28 3,4%	811 100%

(Extraído de OLIVEIRA, 2014, p. 108)

Em três dos quatro contextos controlados, o clítico *te* foi a variante mais frequente: 78,5% com uso exclusivo de *tu* em posição de sujeito; 30,9% com uso exclusivo de *você* em posição de sujeito; 70,2% com uso variável entre *tu* e *você* em posição de sujeito. Cumpre ressaltar que, embora os percentuais de frequência sejam mais baixos do que aqueles registrados na função acusativa, a prevalência do *te* é, ainda assim, digna de nota, visto que a função dativa envolve mais variantes em concorrência (sete) do que o acusativo (cinco). Do mesmo modo, a presença do *tu* em posição de sujeito não se mostrou um condicionamento *sine qua non* para a utilização do *te* dativo. O clítico *lhe*, em contrapartida, foi sensivelmente mais produtivo quando o *você* aparecia no contexto: 75 dos 92 dados dessa variante foram contabilizados com o uso exclusivo de *você* na posição de sujeito.

Os resultados dos estudos supracitados revelam uma larga preferência de uso do clítico *te* para a representação da 2SG. Como também já foi mencionado, o *te* é o único clítico que traz a informação de 2SG desde a sua origem, diferentemente dos outros dois clíticos, fato que parece favorecer seu emprego. Ainda assim, cabe perguntar: qual seria a explicação gramatical para a manutenção tão expressiva dessa forma conservadora, mesmo nos contextos em que as variantes da forma inovadora estão presentes?

Brito (2001), em sua dissertação, investiga o “uso não uniforme” do pronome de 2SG em função de objeto, com destaque para a associação do clítico *te* à forma *você* na posição de

sujeito. Adotando como *corpora* de análise peças teatrais e cartas pessoais produzidas nos séculos XIX e XX, a autora verificou que o uso não uniforme do pronome objeto de 2SG é condicionado por variáveis distintas; dentre elas, a posição do pronome em relação ao verbo cumpre um papel decisivo, principalmente nos dados da segunda metade do século XX. Diante dessa constatação, Brito (2001) relaciona a alta frequência de uso do *te*, mesmo nos casos em que se utiliza o *você* como sujeito, a um processo de prefixação do clítico, favorecido pela generalização da próclise no PB:

A generalização da próclise torna o clítico, numa locução verbal, sempre fixo ao verbo principal, ou seja, o clítico torna-se um afixo (cf. Cyrino, 1992). E, como mencionamos, torna-se um afixo que reflete a concordância existente no sintagma objeto: *te*, portanto, reflete a concordância com a pessoa com quem se fala, tratada atualmente por *você*. (BRITO, 2001, p. 172)

A hipótese da afixação do clítico *te* reaparece em Lopes, Souza & Oliveira (2013), sob um enfoque funcionalista da mudança linguística por gramaticalização. Partindo de resultados obtidos por pesquisas sincrônicas e diacrônicas, os autores entendem que a elevada frequência da forma *te* proclítica ao verbo registrada ao longo dos séculos XIX e XX desencadeou a decategorização desse clítico, que perdeu gradualmente sua mobilidade. Além disso, há a especialização sofrida pelo pronome, que se converteu em uma marca morfológica de número-pessoa do objeto. Outros fatores são ainda apontados pelos autores, que sustentam a hipótese da persistência do *te* como resultado de um processo de afixação:

(...) o acusativo e o dativo de 2ª pessoa apresentam o mesmo *output* fonético: *eu te vi* (acusativo) e *eu te envie* Ø (dativo); isso pode ter motivado a automação da sequência estrutural (*te-Verbo*) como uma única unidade de processamento. Teríamos assim a ritualização de um tipo de construção muito frequente e mais integrada na língua. (LOPES, SOUZA & OLIVEIRA, 2013, p. 393)

Pode-se pensar, portanto, que a forma *te* torna-se a principal estratégia clítica de referência à 2SG graças à confluência de diferentes fatores: (i) a especialização na marcação da 2SG que remonta à língua latina; (ii) a polifuncionalidade, uma vez que pode atuar tanto como acusativo quanto como dativo; (iii) a fixação de uso em próclise, posição natural/preferencial do clítico no PB. Os clíticos *o/a* e *lhe*, em contrapartida, tem seu uso desfavorecido pela ausência desses e outros fatores. Sendo assim, é inegável a necessidade de um estudo que investigue a posição em que esses clíticos de 2SG podem aparecer, a fim de conferir maior peso à hipótese da prefixação do *te*.

#### 4. Pressupostos teórico-metodológicos: a sociolinguística histórica e as tradições discursivas

Para investigar a colocação dos pronomes clíticos de 2SG em cartas amorosas durante a década de 1930, dois aspectos serão considerados na análise: o fator sócio-histórico e o fator textual. Diante desses fatores, propõem-se alguns pressupostos teóricos e metodológicos da Sociolinguística Histórica (SH) e das Tradições Discursivas (TD).

Utiliza-se a SH para contemplar a dimensão sócio-histórica do fenômeno em análise. O *corpus* selecionado carece de uma contextualização mínima, já que seria um equívoco lidar com os dados de cartas escritas há aproximadamente oitenta anos como se fossem dados da atualidade; tal atitude caracterizaria um *anacronismo* (cf. BERGS, 2012), uma vez que se estaria avaliando um material do passado com um olhar do presente. Além disso, é preciso situar, no espaço e no tempo, os informantes, já que se pretende verificar se variáveis extralinguísticas – neste caso, o sexo/gênero e o grau de domínio sobre os modelos de escrita – podem influenciar na escolha pela próclise ou ênclise dos clíticos de 2SG.

Diferentemente de uma pesquisa sociolinguística sincrônica, lidar com dados históricos produzidos por informantes de outras épocas implica sempre um trabalho de reconstituição. Como afirmam Hernández-Campoy & Schilling (2012), o estudo de formas linguísticas históricas conta com registros linguísticos incompletos e, por isso, o conhecimento das situações do passado sociocultural deve ser reconstruído, dada a impossibilidade de uma observação direta pelo pesquisador. Os referidos autores destacam sete problemas principais inerentes à pesquisa sócio-histórica, dentre os quais se destacam a *autoria*, a *autenticidade* e a *validade social e histórica*. Esses três problemas estão diretamente relacionados à natureza do *corpus* e aos informantes.

Um dos maiores desafios quanto ao problema da *autoria* é saber se os documentos foram escritos, de fato, pelos informantes que os assinam. Em um passado não tão distante, os textos do passado eram frequentemente registrados pela mão de terceiros. As razões variam de uma época para outra, embora, de maneira geral, a principal causa fosse as altas taxas de analfabetismo. Esse tipo de material não é o mais adequado para a análise linguística, pois certas variantes podem ter sido introduzidas/bloqueadas por influência da “mão escritora”, filtrando determinados usos que o autor legítimo poderia fazer.

A questão da *autenticidade* diz respeito ao grau de pureza nos textos em relação aos usos autoconscientes (como é o caso das hipercorreções). Usos linguísticos conscientes podem bloquear a ocorrência de certas formas, principalmente daquelas mais vinculadas à língua

falada. Os textos escritos procuram se adequar a uma norma “padrão” que comumente se distancia da língua em uso; portanto, é necessário que o linguista “filtre” a interferência do padrão, buscando separá-lo dos usos mais próximos ao vernáculo e das atitudes autoconscientes que tenham gerado desvios na tentativa de adequação a alguma regra.

No que se refere à *validade social e histórica*, é fato que, em geral, se conhece pouco sobre o perfil social dos autores e mesmo sobre a estrutura da sociedade na qual esses autores estavam inseridos. Isso exige que se investigue minimamente o modo como se organizava a comunidade a que pertenciam os informantes. É fundamental recuperar algumas informações necessárias para que se possa interpretar os padrões de variação presentes nos textos.

Esses três problemas se fazem presentes na amostra de cartas pessoais selecionada para este estudo. Tais cartas foram editadas por Silva (2012), que relata a dificuldade de obter dados biográficos dos informantes, uma vez que se trata de um “casal não ilustre”:

Essa documentação que serviu de base para esta análise, ao contrário de outros materiais utilizados em estudos linguístico-históricos, não foi localizada em nenhum acervo ou arquivo de acesso público, e sim recolhido, ao acaso, no lixo, no bairro de Ramos, subúrbio do Rio de Janeiro. Por essa razão, todos os dados obtidos foram retirados das próprias cartas a fim de que fosse possível fazer uma descrição acerca dos autores das mesmas. (SILVA, 2012, p.43)

De acordo com Conde Silvestre (2007), documentos de pessoas não ilustres, de camadas sociais mais baixas, são raros e contêm escassos dados biográficos, o que torna os informantes praticamente anônimos. Diante disso, Silva (2012) extrai todos os dados biográficos das próprias cartas. A partir das 97 missivas que compõem a amostra, a autora observou que: i) quanto à autoria, parece que os informantes eram os próprios autores das cartas, devido à presença de assinaturas e à regularidade de certos desvios grafemáticos e gramaticais presentes nos textos; ii) quanto à autenticidade, verifica-se o uso de uma norma que se aproxima ao que se acredita ser o PB popular da época; iii) quanto à validade histórica e social, Silva (2012) constatou que ambos os informantes eram pessoas comuns, residentes na região metropolitana do Rio de Janeiro. O noivo trabalhava no centro da cidade, enquanto a noiva não trabalhava e era mãe de uma menina.

Na ausência de qualquer informação acerca do grau de escolaridade/letramento do casal, Silva (2012) utilizou informações disponíveis dentro das cartas para formular parâmetros que pudessem mensurar o grau de contato dos missivistas com a norma culta vigente na época. Como parâmetros, a autora utilizou o número e o tipo de edições feitas nos documentos, tais

como: junções, segmentações e modernizações de palavras escritas diferentemente da grafia padrão (indicadores de menor domínio de escrita); modernização de palavras etimologizadas e expansão de abreviaturas (indicadores de maior domínio de escrita). Os resultados mostraram que

(...) *[JOS]* apresenta em sua escrita mais evidências do seu maior contato com variados textos e modelos de escrita e, conseqüentemente, o seu maior grau de letramento se comparado com o perfil de escrita de sua noiva. *[MRC]*, por sua vez, não demonstra ter muito domínio da norma escrita, visto que comete mais desvios referentes à segmentação e à grafia das palavras. A presença significativa de palavras latinizantes nas cartas de *[JOS]* (...) demonstra grande contato de *[JOS]* com o texto escrito e sua preocupação em parecer mais letrado. (SILVA, 2012, p. 74-75)

Adotando a proposta de Barbosa (2005) para o estabelecimento do grau de letramento a partir de fontes escritas, Silva (2012) conclui que os noivos não possuíam nível de domínio sobre os modelos de escrita muito distanciado, mas é evidente que JOS era relativamente mais letrado do que MRC<sup>3</sup>:

(...) *[MRC]* era uma moça com cultura mediana, (...) pois sabia ler e escrever, mas tinha pouco domínio das regras de escrita. As cartas de *[MRC]* seriam uma fonte preciosa para o conhecimento da norma popular do português brasileiro da primeira metade do século XX. *[JOS]*, por outro lado, demonstra ter um grau de letramento um pouco maior que a noiva. Não se trata de um informante completamente escolarizado por também apresentar certos desvios de grafia e marcas de oralidade em seu texto, mas certamente teve mais acesso aos bancos escolares que sua noiva. (SILVA, 2012, p. 92)

Se, por um lado, os pressupostos da Sociolinguística Histórica atendem à dimensão sócio-histórica deste estudo, por outro, os pressupostos das Tradições Discursivas atendem à dimensão textual. De acordo com Kabatek (2006), entende-se por Tradições Discursivas (TD)

(...) a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar que adquire valor de signo próprio (portanto é significável). Pode-se formar em relação a qualquer finalidade de expressão ou qualquer elemento de conteúdo, cuja repetição estabelece uma relação de união entre atualização e tradição; qualquer relação que se pode estabelecer semioticamente entre dois elementos de tradição (atos de enunciação ou elementos referenciais) que evocam uma determinada forma textual ou determinados elementos linguísticos empregados. (KABATEK, 2006, p. 7)

---

<sup>3</sup> A questão do grau de letramento dos missivistas será retomada na seção de análise dos dados, haja vista que o conhecimento de certas regras de colocação pronominal pode ser tomado como um parâmetro gramatical para mensurar o domínio da norma culta veiculada à época em que os informantes viveram.

A partir da definição apresentada, pode-se dizer que o gênero carta pessoal constitui uma TD, bem como as diferentes seções da carta (saudação inicial, despedida), visto que a repetição dessa forma textual adquiriu – ao menos no universo da escrita ocidental – valor de signo próprio. Ou seja, há uma maneira de dizer típica das cartas pessoais e, nesse sentido, determinadas formas enunciativas e elementos linguísticos são evocados toda vez que um indivíduo se propõe a redigir uma carta pessoal.

Por essa razão, Kabatek (2006, p. 8) afirma que “uma TD é mais do que um simples enunciado; é um ato linguístico que relaciona um texto com uma realidade, uma situação, etc., mas também relaciona esse texto com outros textos da mesma tradição”. O conceito de TD tem se tornado imprescindível às pesquisas em torno da variação e mudança linguística, já que, ao considerar que os textos possuem uma história própria, independente da história das línguas, ganha-se em rigor metodológico; assim, considerar a existência das TD permite distinguir formas linguísticas relacionadas à tradição do texto de formas linguísticas efetivamente em variação/implementação/desaparecimento na língua.

Lopes (2011), por exemplo, alia o paradigma das TD aos pressupostos variacionistas para analisar os sistemas de tratamento do PB em vigor nas primeiras décadas do século XX baseando-se em cartas pessoais. A autora reconhece que as diferentes situações comunicativas influenciam na adoção das estratégias de tratamento:

Para identificar as variações de uso das estratégias de tratamento, (...) não basta realizar um levantamento quantitativo em termos de regras variáveis a fim de descrever que forma é frequente em que período numa amostra específica. Tal perspectiva metodológica, se não for associada a outros instrumentais de análise, indicaria um resultado não necessariamente válido, mas poderia evidenciar apenas que determinada estratégia é produtiva pelo fato de fazer parte de uma TD ou mais TDs predominante(s) em determinados textos e não porque seu emprego seja de fato o mais abrangente. Um dos principais aspectos a serem examinados é se houve uma expansão ou redução dos contextos comunicativos em que um tratamento específico é evocado. (LOPES, 2011, p. 368)

Por essa razão, Lopes (2011) propõe uma caracterização do gênero carta pessoal que distingue seções mais ou menos fixas; quanto mais fixa ou formulaica é uma seção, mais probabilidade há de que se verifique uma TD. Quanto à forma do texto, a autora observa que o gênero epistolar costuma apresentar uma macroestrutura composta por seção de *contato inicial* (com *saudação* e podendo haver *captação de benevolência*), *núcleo* da carta (que traz o assunto propriamente dito) e seção de *despedida*. Dentre essas seções, “o ‘núcleo da carta’ é uma parte

mais flexível em termos estruturais e temáticos. É nele que se tem o corpo do texto, a razão pela qual se está escrevendo a carta” (LOPES, 2011, p. 370). As outras seções apresentam certa fixidez e constituem TD do gênero epistolar. Em relação a elas, Lopes (2011, p. 370) adverte que “É preciso levar em conta que a alta frequência de um dado linguístico em análise presente nesses trechos fixos precisa ser observada com maior apuro para não se caracterizar como uso de época uma estrutura típica da tradição discursiva do gênero”.

Ao final do artigo, Lopes (2011) avalia como produtiva a conjugação entre a análise variacionista e o paradigma das Tradições Discursivas:

A combinação das duas perspectivas de análise (...) trouxe resultados mais seguros que permitiram visualizar a distribuição dos dados em cada documento. A aplicação metodológica possibilitou identificar com clareza que formas tratamentais empregadas nos documentos eram motivadas pelas tradições do texto e quais poderiam ser consideradas como indícios da norma linguística da época em questão. (LOPES, 2011, p. 388)

Visando a alcançar tal rigor metodológico na investigação da colocação pronominal dos clíticos de referência à 2SG, conciliam-se os pressupostos da Sociolinguística Histórica e das Tradições Discursivas na descrição e análise dos dados apresentados na próxima seção.

## 5. A colocação dos clíticos em dados: análise dos resultados

### 5.1 Resultados gerais

Para a análise da posição dos clíticos com referência à 2SG, levantou-se um total de 412 estruturas, sendo 276 com formas verbais simples e 136 com formas complexas<sup>4</sup>. Quanto ao tipo de clítico, das 412 ocorrências, 407 (isto é, 98,8%) foram do clítico *te*, 04 (1%) do clítico *lhe* e 01 (0,2%) do clítico *o/a*. Por meio desse resultado global, pode-se confirmar que o *te* é a forma clítica preferida para a referência de 2SG nas posições de objeto. Na Tabela 03, distribuem-se as ocorrências dos clíticos quanto à posição e aos informantes da amostra:

---

<sup>4</sup> Dada a extensão limitada deste trabalho, serão analisadas apenas as ocorrências com lexias verbais simples.

**Tabela 03.** A posição dos clíticos de 2SG quanto aos informantes

		Próclise	Ênclise	Mesóclise	TOTAL
	<i>te</i>	148 54,8%	120 44,4%	02 0,8%	270 98,5%
<b>JOS</b>	<i>lhe</i>	02 66,7%	01 33,3%	-	03 0,4%
	<i>o/a</i>	-	01 100%	-	01 1,1%
<b>TOTAL</b>		150 54,7%	122 44,5%	02 0,8%	274
	<i>te</i>	92 67,2%	45 32,8%	-	137 99,3%
<b>MRC</b>	<i>lhe</i>	01 100%	-	-	01 0,7%
	<i>o/a</i>	-	-	-	00
<b>TOTAL</b>		93 67,4%	45 32,6%	-	138

Como ilustram os números da tabela, 274 das 412 estruturas foram extraídas das cartas do noivo, enquanto as outras 138 pertencem às cartas da noiva. A diferença em números absolutos deve-se à diferença no número de cartas disponíveis de cada informante: dos 95 documentos analisados, 65 foram escritos por JOS e 30 são de autoria de MRC. Quanto ao tipo de clítico de 2SG, ambos os informantes registram uso quase categórico da forma *te*. O único caso da variante *o/a* aparece em carta do noivo. Ambos registraram ocorrência de *lhe*, sendo 01 em carta de MRC e 03 em carta de JOS.

Observa-se, ainda, em termos globais, que MRC é nitidamente mais proclítica do que JOS: são quase 70% das ocorrências de clítico da noiva em próclise, contra aproximadamente 55% do seu noivo na mesma posição. Além disso, os dois únicos casos de mesóclise na amostra pertencem a JOS, fato que corrobora, através de um “parâmetro morfossintático”, as afirmações de Silva (2012) quanto à diferença no grau de domínio sobre os modelos da escrita entre os dois missivistas. Os exemplos ilustram as ocorrências de *lhe* (01), o único dado de *o/a* (02) e as mesóclises registradas na amostra (03):

(01) a. eu **lhe darei** um beijo como chegada, nos lábios não no rosto nos lábios só escondido (MJ-29-09-1936)

b. Deste que jamais **lhe esquecerá**, e que viverá somente para o seu amor (JM-30-06-1936)

c. Domingo sentirei as tuas mãos de veludo acariciarem as minhas, sentirei o contato do teu corpo com o meu, ouvirei o seu coração palpitando de desejos, e furtivamente **lhe beijarei** várias vezes (JM-14-10-1936)

d. **Quisera dizer-lhe** baixinho Pra ninguém mais escutar Se voce não matar da saudade A saudade vae me matar. (JM-22-08-1936)

(02) (...) a todo momento pareço ouvir-te falar, ou então ouvir-te chamar pelo meu nome, **pareço vê-la**, mas tudo isso não passa de uma ilusão, porque estas tão longe, e só tenho comigo dentro do peito o teu pobre coração. (JM-24-09-1936)

(03) a. Queres saber porque briguei com Senhor *M.*, isto não interessa, água passada não volta ao moinho, depois **falar-te-ei** quando for aí. (JM-26-09-1936)

b. Peço-te para me mandares aquele retratinho que me mostraste ontem, (...) por esses dias **mandar-te-ei** uns dos meus, porque o que tu tens, qualquer dia desaparece de tu tanto beijares (JM- 05-10-1936)

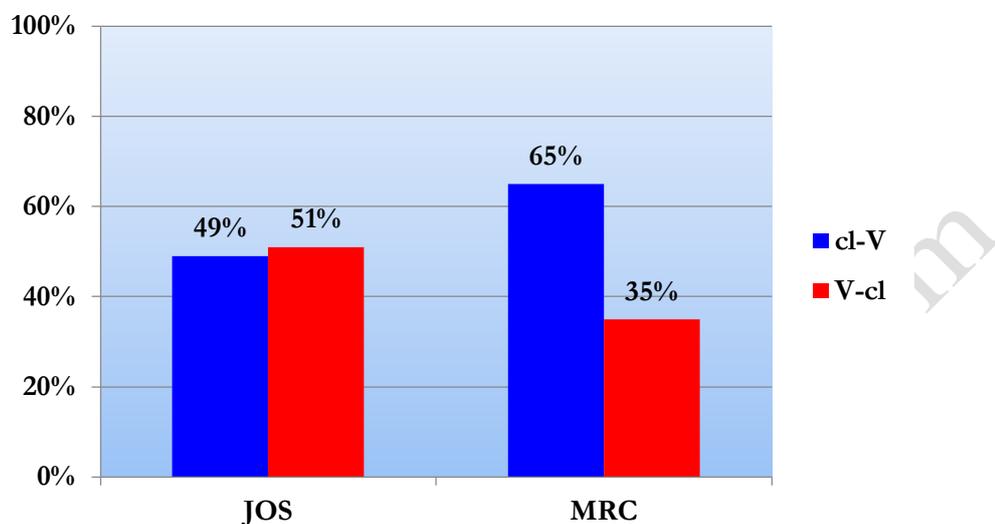
Como se vê, 03 das 04 ocorrências da forma *lhe* ocorrem em posição proclítica e associadas a uma forma verbal flexionada no futuro; nos dados do noivo, pode-se pensar que a próclise foi motivada pela presença dos advérbios “jamais” (01b) e “furtivamente” (01c). Vale lembrar que as descrições tradicionais nada mencionam sobre o caso de “encruzilhada de regras”, não sendo prescrito qual seria a “posição adequada” para os casos de verbos no tempo futuro antecidos por “atratores” de clítico (próclise ou mesóclise?). A noiva não emprega mesóclise e opta pela próclise, mesmo quando o contexto não apresenta um “atrator” (01a). O único caso de *lhe* enclítico é de JOS, porém não aparece em um trecho de escrita autoral; trata-se, na verdade, de um fragmento de um poema (01d). Em (02), o único caso de *o/a* com referência à 2SG aparece sob a forma da variante enclítica *-la*. Em (03), os dois casos de *te* em posição mesoclítica estão associados aos verbos “falar” e “mandar”.

Serão considerados, na análise seguinte, apenas os dados do *te* – a forma quantitativamente mais expressiva da amostra – nas posições de próclise e ênclise.

## 5.2 Análise das formas verbais simples

Das 271 estruturas com o clítico *te* associado a formas simples, 149 (55%) apresentam próclise e 122 (45%), ênclise. Estão inclusos, nesses dados, os casos de ênclise obrigatória, próclise obrigatória (em que há “atratores”) e casos de colocação de “livre-escolha” (em que

não há uma regra para anteposição ou posposição do clítico). No Gráfico 01, dividem-se as ocorrências gerais segundo o missivista, com os percentuais de frequência registrados:



**Gráfico 01.** A posição do clítico *te* nas formas verbais simples segundo os informantes da amostra

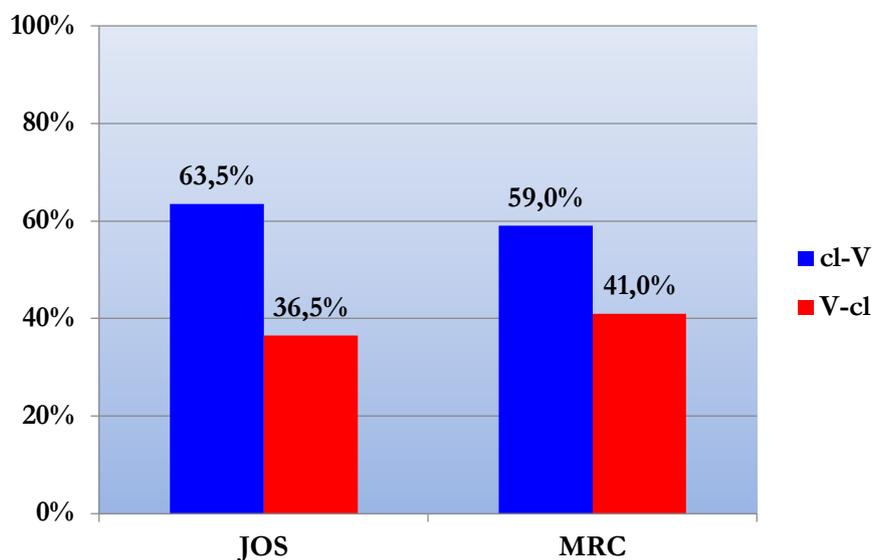
Nesses percentuais, é evidente que a informante MRC transparece o caráter próclítico do PB em sua escrita informal: 65% dos seus dados de *te* (66 de 101 ocorrências) ocorrem antepostos à forma verbal. O informante JOS, em contrapartida, apresenta um padrão de colocação mais equilibrado entre próclise e ênclise, revelando, em princípio, maior apuro em sua escrita ao empregar a ênclise como posição preferencial de colocação do clítico. Suas ocorrências de anteposição empatam com as ocorrências de posposição: 51% (87 de 170 dados) para esta e 49% (83 de 170 dados) para aquela.

Um alto índice de ênclise, no entanto, não significa que o missivista obedece efetivamente às regras de colocação prescritas pela gramática tradicional. Com o intuito de “peneirar” esses resultados e verificar, com precisão, em que grau as regras gerais de colocação das formas átonas são seguidas pelos informantes, subdividem-se os resultados das formas verbais em três contextos: (i) o de “livre-escolha”; (ii) o de ênclise obrigatória; (iii) o de próclise obrigatória.

#### - Contextos de colocação de “livre-escolha”

Denominam-se contextos de livre-escolha aqueles que não apresentam motivações explícitas que influenciariam a anteposição/posposição do pronome. Destacam-se, especificamente, os contextos em que as formas verbais simples são antecidas por um SN sujeito, por pronomes pessoais retos ou por formas de tratamento. Acredita-se que, nesses

contextos, os informantes manifestam o padrão de colocação mais próximo à norma efetiva de uso. O Gráfico 02 apresenta os percentuais da posição do clítico nos contextos de livre-escolha verificados em cada informante:



**Gráfico 02.** A posição do clítico *te* em contextos de livre-escolha segundo os missivistas

Ao comparar os gráficos 01 e 02, constata-se, primeiramente, que os dois informantes refletem o padrão de colocação próprio do PB, isto é, a próclise ao verbo; ambos registram, em cerca de 60% dos dados, a forma *te* anteposta à lexia verbal simples (07 de 11 ocorrências do noivo e 30 de 51 ocorrências da noiva). Observa-se, ainda, uma alteração significativa no padrão de colocação de JOS: enquanto no Gráfico 01 a distribuição entre próclise e ênclise era de praticamente 50% para cada uma, no Gráfico 02 essa distribuição sofre um desequilíbrio em favor da próclise. Na Tabela 04, são apresentados os números de ocorrência junto aos percentuais de colocação obtidos para os contextos de livre-escolha nas cartas de cada um dos informantes:

**Tabela 04.** A posição do clítico *te* em contextos de livre-escolha segundo os missivistas

Lexias Simples	JOS		MRC		TOTAL
	Próclise	Ênclise	Próclise	Ênclise	
SN sujeito	01 50%	01 50%	03 60%	02 40%	07
Pron. pessoais/ de tratamento	06 67%	03 33%	27 59%	19 41%	55
<b>TOTAL</b>	07 63,5%	04 36,5%	30 59%	21 41%	62

Ao subdividir os contextos de ocorrência de livre-escolha, percebe-se que há uma aparente “indecisão” em antepor ou pospor o clítico ao verbo quando este é antecedido por um SN sujeito: o noivo contabiliza um dado em cada posição e a noiva prefere a próclise (por um dado de diferença). Quando a lexia verbal é antecendida por pronomes pessoais ou formas de tratamento, ambos preferem a próclise (67% nos dados de JOS e 59% nos dados de MRC). Embora sejam contextos para os quais não há uma regra explícita sobre a posição do clítico, a premissa normativa de que a ênclise é uma posição natural e que se deve optar por ela quando não houver atrator encontra eco na escrita do casal. Mesmo que eles tenham preferido, em percentuais gerais, pela próclise, a pressão normativa em favor da ênclise faz aparecer 04 ocorrências de ênclise nos dados de JOS e surpreendentes 21 ocorrências nos dados de MRC.

(04) *próclise SN sujeito*

- a. Meu amor seja um pouco razoável creia um pouco mais em meu amor, este amor que o meu pobre coração **te dedicou**, e que tanto sofre (JM-19-01-1937)
- b. você tem mais sorte do que eu Deus **te conserve** assim (MJ-29-09-1936)
- c. eu escrevo para minha casa depois o A. **te entrega** e depois você rasga ou manda para mim (MJ-19-01-1937)

(05) *ênclise SN sujeito*

- a. Este teu querido noivinho **envia-te** muitos beijos e abraços. (JM-16-03-1937)
- b. a H. **manda-te** um beijo e da tua noivinha muitos beijo e abraços (MJ-28-09-1936)

(06) *ênclise pronomes pessoais*

- a. Minha querida sinto vergonha de dizer-te estes últimos dias tenho chorado, espero que tu me perdoes por essa minha criancice, mas eu **amo-te** minha santa (JM-29-09-1936)
- b. eu **escrevendo-te** todos os dias sofro, que fará se eu não escrevesse, morreria de tanta dor. (JM-14-10-1936)
- c. eu **peço-te** para ires ao médico (MJ-22-09-1936)
- d. eu **peço-te** para não ficares zangado comigo que eu não sou a culpada de eu ficar aqui (MJ-01-10-1936)

Os exemplos em (04) ilustram os casos de próclise com SN sujeito antecedendo a formal verbal, registrado com os verbos “dedicar”, “conservar” e “entregar”. Em (05), estão casos de ênclise contabilizados dentro do mesmo contexto, que aparecem na seção de despedida das

cartas; é plausível pensar nesses casos de ênclise vinculados à estrutura formulaica da despedida, não sendo um dado linguístico neutro, mas sim um dado que resulta de uma TD das cartas pessoais.

Os exemplos em (06) trazem casos de ênclise com pronome pessoal antecedendo o verbo e, novamente, as ocorrências de ênclise parecem estar atreladas às TD do gênero epistolar: dos 19 dados dessa natureza, registrados nas cartas de MRC, 14 deles ocorrem dentro de uma fórmula fixa com o verbo “pedir” (do tipo “*Eu peço-te para (não) V<sub>inf</sub>*”), tais como (06c-d). De acordo com Lopes (2011), cartas pessoais quase sempre envolvem pedidos – de algo concreto, de notícias, de cumprimento de uma ordem *etc.* Esses pedidos aparecem marcados na escrita de MRC por uma estrutura formulaica. Como demonstrado nos gráficos, a informante utiliza, em boa medida, um padrão proclítico, o que leva a crer que seus dados fogem a esse padrão quando, dentro de determinado contexto, a missivista adota TD típicas das cartas pessoais, as quais ela devia estar habituada a ler em outras missivas e reproduzia nos seus textos.

#### - Contextos de “ênclise obrigatória”

É considerado contexto obrigatório de uso da ênclise o início absoluto de período ou de oração. Segundo as normas prescritivas, um clítico nunca pode ocupar a primeira posição de uma sentença, de forma que o uso da próclise é condenado. As ocorrências e os percentuais de colocação registrados para tal contexto aparecem na Tabela 05:

Lexias Simples	JOS		MRC		TOTAL
	Próclise	Ênclise	Próclise	Ênclise	
<b>Início de Período</b>	00 -	14 100%	00 -	06 100%	20
<b>Início de Oração</b>	04 21%	15 79%	00 -	01 100%	20
<b>TOTAL</b>	04 12%	29 88%	00 -	07 100%	40

**Tabela 05.** A posição do clítico *te* em contextos de ênclise obrigatória segundo os missivistas

É digno de nota que os dois missivistas não registrem nenhum dado de clítico em início absoluto de período. Tal possibilidade, apontada como uma inovação do PB, já foi registrada em outros trabalhos acerca da posição de clíticos em cartas pessoais (cf. DUARTE & PAGOTTO, 2005; CAVALCANTE, DUARTE & PAGOTTO, 2011). Ainda que se esteja focalizando apenas um tipo de clítico, é curioso que nenhuma de suas 20 ocorrências em começo de período seja em próclise, já que os informantes revelam, a partir de outros aspectos,

domínio regular dos padrões de escrita. A ausência de próclise em tal contexto parece refletir o peso normativo de uma regra bem marcada e asseverada pelos gramáticos.

Tão curiosa quanto a ausência de próclise em início de período é a ocorrência de próclise em começo de oração na amostra em análise: os 04 dados de clítico anteposto ao verbo nesse contexto foram computados em cartas do noivo. As cartas de MRC registram apenas um dado nesse contexto, no qual o clítico está posposto ao verbo (portanto, de acordo com a norma de uso prescrita).

(07) a. Precisamos ter calma e paciência, porque haveremos de vencer, ainda não arranjei para onde deves mandar as minhas cartas, mais assim que arranjar **te avisarei**. (JM-19-01-1937)

b. Amanhã a noite se eu ficar sozinho em casa, **te escreverei** uma carta como tu gostas bem grande e bonita (JM-13-02-1937)

(08) a. a última carta que você me mandou é linda como você eu tenho pena de eu não saber escreve, **peço-te** para não reparares a minha burrice (MJ-02-02-1937)

b. **Desejo-te** muitas felicidade assim como aos teus eu e os meus vamos bem graças a Deus (MJ-21-09-1936)

c. **Peço-te** para me mandares aquele retratinho que me mostraste ontem (JM-05-10-1936)

d. **Espero-te** minha flor no sábado aonde combinamos, na Rua Buenos Aires (JM-15-02-1937)

Os exemplos em (07) trazem 02 dos 04 dados de próclise em começo de oração presentes nas cartas de JOS. Nessas ocorrências, o tempo do verbo – futuro – parece interferir em favor da próclise. Em (08a), percebe-se que o único caso de contexto inicial de oração registrado nas cartas de MRC envolve a estrutura formulaica com o verbo “pedir”, o que justifica o uso da ênclise. Nos exemplos (8b-e), ilustram-se alguns casos de contexto inicial de período e, mais uma vez, fórmulas fixas explicam os dados de ênclise: 05 dos 06 dados levantados nas missivas da noiva ocorrem com o verbo “desejar” na seção de saudação inicial das cartas. Os 14 dados encontrados nas missivas do noivo, embora envolvam um número maior de verbos diferentes – “pedir”, “lembrar”, “amar”, “alegrar”, “esperar”, “querer”, “desejar” e “escrever” –, também apresentam uma estrutura modelo que se repete nas cartas (8c-d). É viável afirmar que os dados de próclise em início de oração/período não aparecem tão expressivamente como se esperava graças às fórmulas fixas da escrita epistolar que preservam a ênclise.

## - Contextos de “próclise obrigatória”

Consideram-se contextos de próclise “obrigatória” – ou “preferencial”, como modalizam alguns gramáticos – todos aqueles em que se tem uma forma linguística que não seja um SN sujeito e nem um pronome pessoal ou de tratamento. Incluem-se itens consagrados pela tradição como legítimos “atratores” (como as expressões de negação e os elementos de valor adverbial) e outros que geram discordância entre os autores (como os conectores coordenativos e as preposições). Apresentam-se, na Tabela 06, as ocorrências e os índices percentuais dos principais elementos controlados:

**Tabela 06.** A posição do clítico *te* em contextos de próclise ‘obrigatória’ segundo os missivistas

	JOS		MRC		TOTAL
	Próclise	Ênclise	Próclise	Ênclise	
<b>Negação</b>	09 100%	00 -	05 83%	01 17%	15
<b>Elementos Adverbiais</b>	25 78%	07 22%	16 84%	03 16%	51
<b>Pron. Relativos</b>	10 91%	01 9%	05 100%	00 -	16
<b>Conectores Subordinativos</b>	02 50%	02 50%	01 100%	00 -	05
<b>Conectores Coordenativos</b>	02 18%	09 82%	01 33%	02 67%	14
<b>Preposições/SP</b>	13 39,5%	20 60,5%	05 100%	00 -	38
<b>TOTAL</b>	61 60%	39 40%	33 84,5%	06 15,5%	139

As taxas de próclise diante dos elementos de negação, dos elementos adverbiais e dos pronomes relativos confirmam que esses são contextos marcados pelo uso da próclise. Na fronteira da faixa de expectativas, aparecem os conectores subordinativos, que não se mostram tão fortemente como atratores do pronome: nos dados de JOS, verifica-se uma divisão de 50% entre anteposição e posposição. Os conectores de coordenação não apresentam, no *corpus*, um “poder de atração” que justifique o estabelecimento de uma regra em favor da anteposição do clítico. As preposições e os sintagmas preposicionados não atuam como operadores de próclise nos dados do noivo, que coloca o clítico depois do verbo em 60% das ocorrências.

É interessante observar, também, os dados “errados”, ou melhor, os usos de ênclise nos contextos em que se prevê a próclise. Eles evidenciam certa insegurança do escrevente, que, na

preocupação de evitar a anteposição do clítico, comete hipercorreção. Em termos quantitativos, o índice de erro nos contextos mais marcados (negação, adverbiais e relativos) foi relativamente baixo: 12 dados de ênclise dentre 82 dados registrados, sendo 08 deles pertencentes a JOS e 04 a MRC. O noivo é “traído” pela norma padrão: na constante tentativa de se mostrar mais culto e com maior domínio da escrita do que sua noiva, JOS “erra” o dobro de vezes em relação a ela. MRC, com menor domínio da cultura escrita e usuária do padrão proclítico do PB, “erra menos”:

(09) não **escrevo-te** mais esta semana (MJ-01-10-1936)

(10) a. Espero dentro em breve **ver-te** novamente ao meu lado, para aumentarmos ainda mais o nosso amor. (JM-25-08-1936)

b. minha querida peço-te o favor de fazeres o possível de podermos descer no trem 4 horas e 40 minutos, pelo que desde já **agradeço-te**. (JM-15-10-1936)

c. Eu recebi mais uma carta a do dia 6 no dia 7, eu já **mandei-te** com esta 3. (MJ-07-10-1936)

d. Eu na semana passada **escrevi-te** 6 cartas eu juro por tudo que você quiser você no Domingo pergunta a minha irmã. (MJ-29-09-1936)

(11) Lembra-te daquele camarada que **falei-te** domingo? ontem veio pedir-me desculpas, dizendo que não levasse a mal (JM-06-10-1936)

O único caso de ênclise com negação anterior aparece em (09); trata-se de uma oração absoluta ao final da carta em que ocorre. Em (10a-b), há 02 dos 07 casos de ênclise com expressões adverbiais antecedentes, em sua maioria denotando tempo (“cada vez”, “desde já”, “dentro em breve”). Duas das três ocorrências desse tipo nas cartas de MRC aparecem em (10c-d), sendo os antecedentes adverbiais também temporais (“já” e “[n]a semana passada” duas vezes). O único caso de ênclise com pronome relativo antecedente, registrado em carta de JOS, é mostrado em (11). Vejam-se, a seguir, exemplos com os conectores:

(12) a. Só eu posso dizer o quanto sinto me feliz quando **sinto-te** em meus braços (JM-15-02-1937)

b. Minha querida só descansarei e ficarei calmo quando **possuir-te** em meus braços (JM-21-09-1936)

c. eu no Domingo vou a missa no Penha vê se pode encontrar comigo conforme **te pedi** na outra carta. (MJ-12-01-1937)

- (13) a. Tu bem sabes minha flor o quanto eu te adoro e **te amo** (JM-09-09-1936)
- b. Este teu amado não se cansa de te amar, e **te amará** eternamente (JM-15-10-1936)
- c. eu só tenho aguardar a tua resolução e mais nada, portanto **peço-te** para ser razoável (JM-29-09-1936)
- d. Sinto que em ti é que esta toda a minha existência, por isso **quero-te** muito para poder viver eternamente (JM-02-03-1937)
- e. Você disse para eu não escrever palavras doces que **te fazem** mal ao estômago (MJ-14-09-1936)

Dos 04 dados de JOS que sucedem um elemento subordinativo, 02 casos de ênclise ocorrem em orações encabeçadas pelo conector “quando” (12a-b). Os casos de próclise ocorreram após os conectores “conforme” e “se”. Em (12c), ilustra-se a única ocorrência nas cartas da MRC desse contexto, com o clítico em próclise e aparecendo após o conector “conforme”. No contexto de coordenação, exemplificam-se em (13a-b) os 02 dados de próclise nas missivas do JOS: ambos envolvem o conector “e” e o verbo “amar”. Em (13c-d), exibem-se 02 dos 09 dados de ênclise após conector coordenativo; registrou-se posposição do clítico após os conectores “e” (em 05 dados), “entretanto” (02 dados), “portanto” e “por isso”. A única ocorrência de próclise após conector coordenativo encontrada nas cartas da noiva aparece em (13e); as outras 02 ocorrências nesse contexto são casos de clítico posposto que sucede o conector “e”, com o verbo “pedir”. Não é evidente, através dos dados do *corpus*, se conectores de coordenação exercem influência na atração do clítico. Finalmente, apresentam-se algumas ocorrências com preposições/SP antecedendo as estruturas em análise:

(14) próclises

- a. peço-te para não reparares a minha burrice, eu não tenho idéias para **te escreve** (MJ-02-02-1937)
- b. eu não tenho assunto para **te escreveres**, você é o contrário de mim você para escrever tens sempre assunto mais quando estás perto de mim ficas tão caladinho eu é que falo tudo com você (MJ-15-03-1937)
- c. É o quanto te pode desejar este coração que de ânsias de **te amar** muito sofre (JM-15-02-1937)
- d. Sinto-me envergonhado de **te escrever** a lápis mas se te enfastiaredes de minhas letras manda-me dizer, porque eu então não escreverei mais (JM-15-09-1936)

(15) ênclises

a. volto a tua presença com as minhas letras, somente para **dizer-te**, que devido aquela dentada que me deste no domingo ainda estou com o dedo dormente. (JM-16-03-1937)

b. já começo a sentir a ansiedade de **ver-te** novamente, de ver a deusa que é a minha rainha, a deusa que eu sempre incluo nos meus sonhos. (JM-06-10-1936)

c. Minha querida sinto-me feliz em **amar-te**, e ser amado por ti. (JM-20-04-1937)

Em todas as 05 ocorrências após preposição, nas missivas de MRC, o clítico aparece anteposto ao verbo (14a-b). Registram-se, nesses dados, a presença das preposições “para” (03 ocorrências), “sem” e “de”. Computaram-se 13 ocorrências do mesmo tipo nas missivas de JOS, dentre as quais figuram as preposições “de” (com 04 dados), “para” (03 dados), “por” (03 dados), “sem” (02 dados) e “em”. Na documentação deste informante, foram coletadas, ainda, 20 ocorrências de pronome enclítico após preposição, exemplificadas em (15). Nesse contexto, apareceram as preposições “para” (11 dados), “de” (04 dados), “em” (02 dados), “sem”, “por” e “a”. Dada a variabilidade dos itens envolvidos, não se pode falar de efeito atrator das preposições sobre o clítico nos resultados obtidos. A mesma preposição – “para”, por exemplo – foi recorrente tanto com casos de próclise quanto com casos de ênclise.

Feitas as considerações anteriores quanto aos resultados quantitativos, passa-se a analisar e discutir a influência das Tradições Discursivas do gênero epistolar sobre a colocação do pronome *te*.

### 5.3. A influência das TD do gênero epistolar

Verificou-se na análise anterior que, em diferentes contextos, as Tradições Discursivas do gênero carta pessoal interferem nos resultados da posição do clítico *te*, fazendo aparecer padrões de colocação estranhos à escrita informal de indivíduos de cultura mediana. Devido a isso, cabe comentar as TDs identificadas no *corpus* e sua influência nos resultados quantitativos.

Na análise das estruturas com formas verbais simples, destacaram-se algumas ocorrências de ênclise nos contextos de livre-escolha e de ênclise obrigatória, especialmente aquelas registradas nas missivas de MRC, que adota um padrão proclítico. Segundo foi apresentado na Tabela 04, registraram-se 21 dados de ênclise em contexto de livre-escolha (41%) nas cartas de MRC, sendo que 19 destes ocorreram após um pronome pessoal ou de tratamento. Esperava-se que a informante usaria próclise nesse contexto. Ao examinar tais

dados, verificou-se que 14 dos 19 casos de ênclise após pronome pessoal seguem uma TD que será denominada de *petição epistolar*: trata-se de uma forma fixa para introduzir no texto da carta um pedido ao destinatário. Nessa forma fixa, o clítico *te* aparece cristalizado em ênclise, como se pode ver nas ocorrências transcritas abaixo:

(16) A ênclise na petição epistolar

a. **eu peço-te para** ires ao médico (MJ-22-09-1936)

b. **eu peço-te para** me escreveres ainda esta semana (MJ-13-10-1936)

c. J. **eu peço-te** pelo amor de Deus **para** não acabares com o nosso amor (MJ-19-01-1937)

d. **eu peço-te para** te alimentares bem. (MJ-26-01-1937)

e. Eu **peço-te para** fazeres as pazes com os teus pais. (MJ-16-02-1937)

Outra TD que também favorece a posposição do clítico em contextos com SN sujeito antecedente é a *seção de despedida*. As 02 únicas ocorrências de ênclise nos dados de MRC dentro desse contexto encontram-se na despedida:

(17) A ênclise na despedida

a. A Dona M. **manda-te** lembranças e pede-te para não esqueceres de rezares. (MJ-22-02-1937)

b. a H. **manda-te** um beijo e da tua noivinha muitos beijo e abraços (MJ-28-09-1936)

Nos contextos de ênclise obrigatória, percebe-se que outra TD parece, em alguma medida, bloquear a anteposição do clítico nas missivas da noiva: *a saudação inicial*. Computaram-se 06 casos dentro do contexto de início de período nas cartas de MRC, e, em todos eles, ocorreu ênclise; 05 dos 06 casos, no entanto, constituem parte de uma estrutura formulaica de saudação inicial, envolvendo o verbo “desejar”, como aparece em (18):

(18) *A ênclise na saudação inicial*: **Desejo-te** muitas felicidade assim como aos teus eu e os meus vamos bem graças a Deus (MJ-21-09-1936)

Também há influência das TD em alguns dados de JOS. Embora esse informante empregue a ênclise com mais frequência, constatou-se que dos 14 casos de posposição do clítico dentro do contexto de início de período, 02 ocorrem em saudação inicial, 01 na seção de despedida e 04 na fórmula de petição epistolar:

(19) *A ênclise em saudação inicial*: **Desejo-te** muitas felicidades, assim como aos teus (JM-10-09-1936)

(20) *A ênclise em petição epistolar*

a. **Peço-te** que tenhas confiança em mim, e que não me esqueças, porque jamais te esquecerei (JM-27-06-1936)

b. **Peço-te** desculpas por não ter escrito uma carta grande e bonita conforme prometi, mas não me foi possível (JM-15-02-1937)

Diante do exposto, chega-se a duas conclusões sobre a ênclise nas cartas do casal: (i) MRC utiliza menos ênclise do que sugerem os resultados quantitativos; (ii) JOS não emprega tanto a posposição “conscientemente” quanto parece. Ambos são influenciados por TD que conservam o pronome em ênclise.

Em relação às estruturas linguísticas que se conservam nas cartas e constituem TD do gênero epistolar, encontra-se em Elpass (2012) uma explicação interessante: segundo o autor, a tradição de passar documentos privados de uma geração para outra dentro das famílias e de pequenas redes sociais está intimamente ligada à prática secular de aprender a ler e escrever por meio da cópia de velhos manuscritos familiares. Assim, tal prática justifica a conservação de certos traços de uma “fala histórica”, como aspectos gramaticais, regras ortográficas e fórmulas de escrita ultrapassadas.

Diante dessa informação, pode-se pensar que o casal de noivos provavelmente teve contato com documentos pessoais que traziam certas características fixas, especialmente na abertura e no fechamento do texto. Tais documentos, tomados como modelo, talvez sejam as fontes das formas fixas que aparecem nas missivas. Segundo Kabatek (2006), Tradições Discursivas implicam *repetição e evocação*; aos olhos dos noivos, aquelas frases e construções, repetidas frequentemente, adquiriam valor simbólico. Em outras palavras, tais estruturas evocavam um modelo de carta pessoal a ser seguido. Com esses “signos epistolares”, sobrevivem, nas 95 cartas analisadas, padrões de colocação pronominal que, possivelmente, não se usava nem se ouvia mais em Paulo de Frontim ou no bairro de Ramos ao final dos 1930 e só teriam lugar nas cartas de amor de um casal não ilustre.

## 6. Conclusão

À guisa de conclusão, cumpre destacar que a colocação pronominal constitui um fato linguístico polêmico e longe de ser decifrado, principalmente se se considera as diferenças que

parecem distanciar cada vez mais o português falado (e escrito) no Brasil daquele verificado em Portugal. O assunto vem de longa data e, em fins do século XIX, causou muita discussão entre gramáticos e não gramáticos.

Ao lado dessa questão, estão os processos de mudança por que passam os pronomes clíticos no PB, em especial os de referência à 2SG. Se a hipótese de que o clítico *te* está se convertendo em um afixo de concordância estiver correta, as regras terão de ser revisadas. Do mesmo modo, observa-se que outras formas clíticas estão em processo de desaparecimento e futuramente, quem sabe, serão apenas “fósseis” gramaticais (ou ainda Tradições Discursivas de alguns gêneros textuais).

Com relação à hipótese da prefixação do clítico *te*, os resultados deste estudo parecem favorecê-la. Com a forte evidência de um padrão proclítico no PB, que já se revela na escrita pessoal do começo do século XX, é plausível pensar que a fixação do pronome na margem esquerda do verbo foi um fator importante para uma possível gramaticalização *clítico* > *afixo* em curso. É preciso que outros estudos sejam feitos, a partir de fontes diferentes, para que essa explicação se sustente. As primeiras pistas parecem responder positivamente à hipótese.

## Referências

BARBOSA, A. G. Tratamento dos Corpora de sincronias passadas da língua portuguesa no Brasil: recortes grafológicos e linguísticos. In: LOPES, C. R. dos S. (org.). **A Norma Brasileira em Construção: fatos linguísticos em cartas pessoais do século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, Pós-Graduação em Letras Vernáculas: FAPERJ, 2005, p.25-43

BERGS, A. (2012). The Uniformitarian Principle and the Risk of Anachronisms in Language and Social History. In: HERNÁNDEZ-CAMPOY; CONDE SILVESTRE. **The Handbook of Historical Sociolinguistics**. Oxford, Wiley-Blackwell, p. 80-98. **crossref**  
<http://dx.doi.org/10.1002/9781118257227.ch5>

BRITO, O. R. M. de. **Faça o mundo te ouvir. A uniformidade de tratamento na história do português brasileiro**. Dissertação de Mestrado em Letras, Estudos da Linguagem. Londrina: UEL. 2001.

CAMARA JR., J. M. **História e Estrutura da Língua Portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

CAVALCANTE, S. R. de O.; DUARTE, M. E. L.; PAGOTTO, E. G. Clíticos no século XIX: uma questão de posição social?. In: CALLOU, D.; BARBOSA, A. (orgs.). **A norma brasileira em construção: cartas a Rui Barbosa (1866 a 1899)**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011, p.167-217

CONDE SILVESTRE, J. C. **Sociolinguística histórica**. Madrid: Gredos, 2007.

ELSPASS, S. (2012). The Use of Private Letters and Diaries in Sociolinguistic Investigation. In: HERNÁNDEZ-CAMPOY, J. M.; SCHILLING, N. (2012). The Application of the Quantitative Paradigm to Historical Sociolinguistics: Problems with the Generalizability Principle. In: HERNÁNDEZ-CAMPOY; CONDE SILVESTRE. **The Handbook of Historical Sociolinguistics**. Oxford, Wiley-Blackwell, p. 63-79. **crossref**  
<http://dx.doi.org/10.1002/9781118257227.ch9>

KABATEK, J. Tradições discursivas e mudança linguística. LOBO, T. et al. (eds.). **Para a História do Português Brasileiro: novos dados, novas análises**. Vol. VI, Tomo II. Salvador: EDUFBA, 2006, p. 505-527

LOPES, C. R. dos S. **Tradição e mudança no sistema de tratamento do português brasileiro**: definindo perfis comportamentais no início do século XX. Alfa: Revista de Linguística (UNESP. São José do Rio Preto. Online). , v.55, 2011, p.361-392.

LOPES, C. R. dos S.; SOUZA, C. D. de; OLIVEIRA, T. L. **A frequência e o delineamento da gramática**: a afixação do clítico te no português brasileiro. Revista Veredas on-line – atemática – 2013/02 – p. 376-397 – PPG Linguística/UFJF – Juiz de Fora. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2014/04/20%C2%BA-ARTIGO.pdf>

OLIVEIRA, T. L. de. **Entre o Linguístico e o Social**: Complementos Dativos de 2ª pessoa em Cartas Cariocas (1880-1980). Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. Faculdade de Letras/UFRJ, 2014.

PAGOTTO, E. G.; DUARTE, M. E. L. Gênero e norma: avós e netos, classes e clíticos no final do século XIX. In: LOPES, C. R. dos S. (org.). **A Norma Brasileira em Construção**: fatos linguísticos em cartas pessoais do século XIX. Rio de Janeiro: UFRJ, Pós-Graduação em Letras Vernáculas: FAPERJ, 2005, p.67-81

PEREIRA, E. C. **Grammatica expositiva**. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1907. 364p. Exemplar nº 0641.

RIBEIRO, J. **Grammatica portugueza**: curso superior. 22ª edição inteiramente refundida. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1933. 499 p.

SILVA, E. N. **Cartas amorosas de 1930**: o tratamento e o perfil sociolinguístico de um casal não-ilustre. Dissertação de mestrado (Letras (Letras Vernáculas)) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

SOUZA, C. D. de. **Eu te amo, eu lhe adoro, eu quero você**: a variação das formas de acusativo de 2ª pessoa em cartas pessoais (1880-1980). Dissertação (Letras (Letras Vernáculas))/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

VIEIRA, S. R. Colocação pronominal. In: \_\_\_\_\_; Brandão, S. F. (orgs.). **Ensino de gramática**: descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2009, p.121-146

Artigo recebido em: 27.01.2015

Artigo aprovado em: 10.02.2015

# O morfema INCH<sup>1</sup> e a alternância causativo-incoativa em PB

## The morpheme INCH and the causative-inchoative alternation in PB

Maria José de Oliveira\*

---

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é investigar as propriedades sintáticas e semânticas dos verbos que participam de estruturas causativas em português brasileiro (doravante PB), mais especificamente os verbos incoativos (ou verbos de mudança). Portanto, a presente proposta pauta-se em estudos recentes sobre a derivação desses verbos, realizados por Alboiu & Barrie (2005). Assumo com estes autores que o morfema INCH (incoativo), quando se conecta a uma raiz acategorial, libera a alternância. Ademais, proponho que o evento resultante dessa operação é um evento autossustentável (KIPARSKY, 1997).

**ABSTRACT:** The aim of this article is to investigate the syntactic and semantic properties of verbs that participate in causative structures in Brazilian Portuguese (henceforth BP), specifically inchoative verbs (or verbs of change). Therefore, this proposal is guided by recent studies of the derivation of these verbs performed by Alboiu & Barrie (2005). With these authors, I assume that the morpheme INCH (inchoative) when connecting to an acategorial root releases the alternation. Furthermore, I propose that the resulting event of this operation is self-sustaining. (KIPARSKY, 1997).

**PALAVRAS-CHAVE:** Raízes. Verbos. Incoativos. Causativas. Alternância.

**KEYWORDS:** Roots. Verbs. Inchoatives. Causatives. Alternation.

---

### 1. Introdução

A alternância causativa, especialmente a alternância causativo-incoativa (i.e. a que envolve verbos de mudança de estado), é um fenômeno que tem motivado muitas pesquisas pelo menos desde a década de 60, em diferentes línguas do mundo, sob as mais diversas perspectivas teóricas (FILLMORE, 2003, [1970]; JACKENDOFF, 1975; HASPELMATH, 1993; LEVIN; HAPPAPOORT HOVAV; 1994, 1995; HALE; KEYSER, 2002; PYLKKÄNEN, 2002, 2008; CIRÍACO; CANÇADO, 2009, dentre muitos outros). Nesse tipo de alternância, um verbo apresenta a habilidade de ocorrer em duas estruturas sintáticas diferentes, quais sejam: em uma estrutura transitiva [DP1 V DP2] e em uma estrutura intransitiva [DP2 V]. Partindo

---

<sup>1</sup> O morfema INCH, em PB, é realizado morfologicamente por morfemas parassintéticos. Segundo Spencer (1991, p. 13), verbos *parassintéticos* são aqueles em que os morfemas prefixal e sufixal são adicionados simultaneamente à raiz e traduzem um só significado, consistindo em um *afixo descontínuo*: *a/en...ec(er)* (SPENCER, 1991, p. 13).

\* Mestre e doutoranda pelo programa em Pós-graduação em Estudos Linguísticos da FALE/POSLIN, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

dessa premissa, o objetivo deste artigo é analisar a formação desse tipo de verbo alternante, em contextos como os que seguem exemplificados:

(1a) João quebrou a janela.

(1b) A janela (se) quebrou.

(2a) O calor apodreceu a maçã.

(2b) A maçã apodreceu.

(3a) Maria molhou as roupas.

(3b) As roupas molharam.

Observe que os verbos quebrar, apodrecer e molhar figuram tanto na construção transitiva (a) quanto na intransitiva (b). Diante dessa possibilidade, a pergunta que se coloca é: onde estão codificadas as informações que definem a participação desses verbos em estruturas sintáticas diferentes? A hipótese que levanto inicialmente é a de que tais informações estão codificadas nos morfemas incoativos (quer sejam fonologicamente realizados, como em apodrecer, quer sejam nulos, como em quebrar e molhar). No intuito de confirmar ou refutar minha hipótese, esta investigação ancora-se principalmente em Alboiu e Barrie (2005), cuja proposta também prevê a presença de um morfema incoativo (INCH) na estrutura de verbos intransitivos, na língua Onondaga (como será discutido na seção 3.1). A partir dessa observação, surgem outros questionamentos:

- (i) Como e em que nível os traços dos morfemas incoativos são codificados?
- (ii) Qual é a função desses morfemas? De que maneira eles interferem no licenciamento da alternância causativo-incoativa?

Com o objetivo de buscar uma resposta satisfatória e unificada para os questionamentos levantados acima, o presente artigo organiza-se da seguinte maneira: na seção 2, apresento brevemente algumas estruturas causativo-incoativas (perifrásticas ou analíticas, morfológicas e lexicais); na seção 3, estão as abordagens teóricas que servem de aporte para minha pesquisa; na seção 4, encontra-se a minha análise da alternância dos verbos causativo-incoativos em PB. Na sequência, faço as conclusões.

## 2. Estruturas causativas

As estruturas causativas têm sido muito discutidas na literatura recente, principalmente porque “sua análise requer uma abordagem complexa combinando sintaxe, semântica e morfologia” (COMRIE, 1985, p. 309). Em linhas gerais, pode-se assumir que a causativização é um evento que acarreta necessariamente a ocorrência de um segundo evento.

Seguindo essa linha de investigação, Parsons (1990) postula que causativização envolve um evento complexo, composto de um evento inicial, o qual acarreta um evento resultativo. Nessa mesma direção estão os pressupostos de Shibatani (1976). Para ele, nesse processo, há dois eventos envolvidos, quais sejam: o evento da causação e o evento causado. Já para Comrie (1981), tal epifenômeno representa um aumento de valência dos verbos pela adição de um argumento externo. Ainda, conforme afirmações deste autor, a causativização é uma macrosituação que envolve duas microsituações: a causa e o efeito dessa causa.

É consenso na literatura linguística que construções causativas estão disponíveis em todas as línguas. Entretanto, é necessário ressaltar que estas utilizam diferentes mecanismos para expressar a causatividade, de acordo com as possibilidades oferecidas pelos elementos disponíveis em seu léxico e em sua morfossintaxe. Em termos formais, a causativização pode ser: (i) analítica ou perifrástica, (ii) morfológica e (iii) lexical. Nas subseções subsequentes encontra-se uma breve apresentação de cada um desses tipos de causativização.

### 2.1. Causativas perifrásticas ou analíticas

Para Comrie (1981), embora as causativas perifrásticas (i.e. analíticas) sejam amplamente utilizadas por linguistas em seus estudos, em termos de frequência de ocorrência, em algumas línguas, elas são bastante raras. Nesse tipo de construção, os predicados que expressam a noção de causa ocorrem sintaticamente separados daqueles que expressam o efeito dessa causa. Ou seja, um verbo causativo (CAUSAR, MANDAR, FAZER, PERMITIR) aparece realizado morfológicamente, de modo a constituir um predicado separado, como se nota nos exemplos a seguir:

(4a) O filho estudou.

(4b) O pai fez o filho estudar.

(5a) A porta abriu.

(5b) O vento causou a porta abrir.

A seguir, discorro brevemente sobre as causativas morfológicas. Em PB, esse tipo de causativa não é produtivo.

## 2.2. Causativas morfológicas

A causativização morfológica consiste no aumento de valência de um verbo intransitivo por meio de morfemas causativos (cf. Whaley, 1997). Para Alsina (1992), causativas derivadas morfológicamente são compostas de um morfema causativo e um verbo lexical. Tal morfema é geralmente concebido como um predicado de dois lugares exprimindo uma relação entre um causador e um evento causado. É válido ressaltar, entretanto, que “o grau de produtividade das causativas morfológicas varia imensamente de uma língua para outra” (COMRIE, 1985, p. 332). Vejamos alguns exemplos:

(6a) *makaan*            *ban-aa*

house            make-PERF.M.SG

‘The house was built’

A casa foi construída.

(6b) *Anjum-ne*            *makaan*            *ban-aa-yaa*

Anjum-ERG            house            make-aa-PERF.M.SG

‘Anjum built a house’

Anjum construiu a casa.

(RAMCHAND, 2008, p. 156)

(7a) *u-pirik*            ’y            a’e

3-pingar            água            ela

“A água pingou”

(7b) *u-mu-pirik*            *kwarer*            ’y            a’e

3-CAUS-pingar            menino            água            ele

“O menino fez a água pingar”

(Literalmente: O menino espirrou a água)

(CAMARGOS, 2013, p. 45)

Os dados do Hindi/Urdu, em (6) acima, indicam que uma raiz intransitiva se torna transitiva (i.e., causativizada) pela adição de um sufixo {aa}; em Tenetehára, o verbo intransitivo *pirik* ‘pingar’, em (7), torna-se transitivo por meio da adição do morfema causativo {mu-}.

Na sequência, exemplifico as causativas lexicais, objeto desta investigação.

### 2.3. Causativas lexicais

Semelhantemente às causativas perifrásticas e às morfológicas, as causativas lexicais também sofrem ampliação do predicado. Entretanto, neste caso, tal ampliação se dá por meio da introdução de um argumento externo. Os dados em (b) a seguir ilustram essa afirmação:

(8a) A vidraça quebrou.

(8b) O menino quebrou a vidraça.

(9a) A terra molhou.

(9b) A chuva molhou a terra.

Percebe-se pelos dados em (8) e (9) que a causativização lexical não adiciona à estrutura um verbo causativo morfológicamente realizado, do tipo de MANDAR/FAZER/CAUSAR/PROVOCAR. Línguas que optam por tal estratégia carregam a noção de causatividade lexicalizada no verbo principal.

Em PB, tanto os verbos inacusativos como alguns inergativos (exemplificados por pares de sentença como a filha se casou/o pai casou a filha), e alguns transitivos (eu cortei meu cabelo/João cortou meu cabelo) podem se causativizar. Interessa-me, para o momento, as estruturas causativo-incoativas, como aquelas representadas em (8) e (9) acima.

Na próxima seção, apresento o aporte teórico que fundamenta minha investigação.

### 3. Derivação dos verbos causativo-incoativos

É bastante recorrente na literatura atual a afirmação de que raízes podem ter estrutura e podem tomar morfemas como complementos (MARANTZ, 1997; WILTSCHKO, 2005). Entretanto, minha análise se distancia da análise desses autores, pois assumo neste trabalho que são os morfemas incoativos que selecionam raízes desprovidas de categoria. A consequência direta dessa operação é a projeção de um argumento interno, em [Spec,VP], capaz de sofrer a mudança de estado imposta pelo morfema.

### 3.1. Alboiu e Barrie (2005) e o morfema INCH

Alboiu e Barrie (2005), ao analisarem dados de Onondaga (língua falada no norte iraquiano), corroboram parcialmente a minha hipótese levantada na introdução do artigo. Nessa língua, segundo os autores, há um morfema INCH (incoativo), disponível para raízes monádicas, podendo conectar-se a predicados inacusativos e inergativos. Assumo que em PB também há evidências morfológicas de morfema INCH [a, en-/em...ec-/esc-] ligado a predicados inacusativos/incoativos, como nos verbos apodrecer e empobrecer. Alguns dados do Onondaga e do PB seguem elencados:

- (10a) waʔgidagæ:ʔnhaʔ  
 waʔ- g- idagR- ʔ- nhaʔ  
 AOR- 1.SG.NOM- be.lying- INCH- PUNC  
 ‘I fell down.’  
 Eu caí.
- (10b) dahayaʔdę\_ʔnhaʔ  
 da- ha- yaʔd- ę- ʔ- nhaʔ  
 CLOC.AOR- 3.SG.M.NOM- body- fall2- INCH- PUNC  
 ‘He fell off.’  
 Ele caiu.
- (10c) waʔgaʔsehdanawęʔaʔ  
 waʔ- ga- ʔsehd- a- nawę- ʔ- aʔ  
 AOR- 3.SG.NT.NOM- car- JOIN- wet- INCH- PUNC  
 ‘The car got wet.’  
 O carro molhou.

(ALBOIU; BARRIE, 2005, p. 9)

(11a) A dívida externa empobreceu a população brasileira.

(11b) A população brasileira empobreceu.

(12a) O calor apodreceu a maçã.

(12b) A maçã apodreceu.

(13a) O calor endureceu a massa de pão.

(13b) A massa de pão endureceu.

Para os autores, especificamente em eventos incoativos, a raiz verbalizada é selecionada por INCH, o qual introduz um evento adicional de mudança (ou processo). Nesse caso, tal evento precisa ser saturado por um participante que sofre essa mudança (resultee ‘resultado’).

Adicionalmente, postulo que o argumento afetado, que satura o evento de mudança (ou evento incoativo), é um elemento constitutivo (Kiparsky, 1997) dentro do VP complexo formado pela operação descrita acima. A noção de constituência é descrita na próxima subseção.

### 3.2. Kiparsky (1997) e o elemento constitutivo

Segundo as assunções de Kiparsky (1997), a distinção entre a mera iniciação de um evento (causativo/incoativo) e a causação fixa de uma mudança (transitivo) deve-se à noção de constituência. Um argumento é constitutivo se ele participa do evento inteiro. Ou seja, este argumento não pode ser omitido durante o evento. Neste caso, tanto agente/causador como tema/paciente podem ser elementos constitutivos. Os dados do inglês, a seguir, comprovam essa alegação:

- (14) John brought the cart. #John brought. #The cart brought.  
John trouxe o carrinho. #John trouxe. #O carrinho trouxe.
- (15) John pushed the cart. John pushed. #The cart pushed.  
John empurrou o carrinho. John empurrou. #O carrinho empurrou.
- (16) John rolled the cart. #John rolled. The cart rolled.  
John rolou o carrinho. #John rolou. O carrinho rolou.

A discussão acima pode ser dada em termos de movimento segundo o autor. Em (14), os argumentos constitutivos de bring ‘trazer’ são tanto o elemento que ‘traz’ como a ‘coisa trazida’, uma vez que o evento de trazer só se concretiza quando ambos se movem. Em (15), push ‘empurrar’, o elemento constitutivo é o que ‘empurra’, e não a ‘coisa empurrada’, pois esta não precisa se mover, ou ser afetada, para haver o evento de empurrar. Já em (16), em roll ‘rolar’, o elemento constitutivo é a ‘coisa rolada’. Neste caso, o agente/causador precisa apenas iniciar o evento, que pode continuar por si só (i.e. evento autossustentável). Obviamente que a oração John roll, na qual o elemento constitutivo é John, é gramatical quando usada na forma reflexiva (John rolled himself).

Adotando a linha de raciocínio de Kiparsky (1997), assumo que em eventos nucleados por verbos causativo-incoativos o agente/causador pode ser omitido, conforme os dados em (17), (18) e (19) abaixo. Esses verbos formam eventos autossustentáveis. Ou seja, o processo de mudança pode iniciar por meio de um agente (ou de um causador impulsionando seu início)

e se sustentar até o fim sem a presença desse elemento. Pode-se afirmar ainda que eventos autossustentáveis criam ambientes propícios para liberação da alternância, conforme exemplos do PB a seguir:

(17a) João abriu a janela.

(17b) A janela abriu.

(18a) João quebrou a garrafa.

(18b) A garrafa quebrou.

(19a) Maria ferveu o leite.

(19b) O leite ferveu.

Por outro lado, se o verbo não permite a omissão do argumento externo, a estrutura não apresenta alternância causativo-incoativa, como nos dados com escrever e carregar. Isso ocorre porque o agente deve iniciar o evento e deve acompanhá-lo até seu ponto final. Vejamos os dados abaixo:

(20a) João escreveu a carta.

(20b) \*A carta escreveu.

(21a) João carregou a bola.

(21b) \*A bola carregou.

Diante dos dados apresentados acima, assumo com Alboiu and Barrie (2005) que, em PB, quando uma raiz se combina com o morfema INCH, forma um composto que introduz o evento incoativo ou evento de mudança. Esse evento precisa ser saturado por um argumento que sofre a mudança, o qual é projetado em [Spec, VP]. Como resultado dessa operação, o argumento afetado pelo causador não pode ser omitido. Assim sendo, o evento formado é autossustentável (KIPARSKY, 1997), isto é, basta haver uma força qualquer que motive o início da mudança, e esta segue por si só até seu ponto final, sem a necessidade do acompanhamento da força desencadeadora.

#### 4. Proposta teórica: causativas de verbos incoativos (mudança de estado)

Segundo Cançado et al. (2013), a classe de verbos incoativos (i.e. verbos de mudança de estado) do PB é muito extensa: são 682 verbos do total de dados coletados pelas autoras (cf. CANÇADO; GODOY; AMARAL, 2013). Tais verbos exibem comportamento muito peculiar em face da alternância, participando, geralmente, de duas construções: transitiva (i.e. causativa) e intransitiva (i.e. incoativa). De posse dessas informações, submeto tais verbos às propostas de Alboiu e Barrie (2005) e de Kiparsky (1997).

##### 4.1. INCH e evento autossustentável

Seguindo as intuições de Alboiu e Barrie (2005) e de Kiparsky (1997), analiso as estruturas causativo-incoativas do PB, representadas pelos verbos abrir e apodrecer. Em apodrecer, INCH realiza-se morfologicamente pelos afixos [a...ec]; já em abrir não há a realização morfológica de INCH. No entanto, mesmo não sendo morfologicamente realizado, o traço aspectual incoativo (INCH) está presente em verbos do tipo de abrir, uma vez que, assim como ocorre com apodrecer, há, necessariamente, um argumento projetado em [Spec, VP] e a mudança de estado é desencadeada. O resultado dessa operação é tornar-se aberto. Isso nos autoriza a assumir que todos os verbos do tipo de abrir carregam o traço INCH, mesmo não sendo este visível à sintaxe. Na representação sintática desses verbos, assumimos o que a literatura normalmente assume, ou seja, o símbolo [Ø]. As estruturas a seguir ilustram essa discussão:

(22a) abrir

(22b)

(23a) apodrecer

(23b)

Seguindo a análise de Kiparsky (1997), assumo que o argumento projetado em [Spec, VP], que é afetado pela mudança, forma com seu verbo um elemento constitutivo, ou seja, este não pode ser omitido em face da alternância. A consequência direta dessa operação é a criação de um evento autossustentável (KIPARSKY, 1997, p. 23), isto é, aquele evento que segue por si só até alcançar seu ponto final de mudança, independente da presença do desencadeador do processo. Afirmo que neste tipo de evento não necessariamente precisa haver agentividade

envolvida. Assim sendo, preconizo que eventos incoativos são eventos autossustentáveis, e são ambientes favoráveis à liberação da alternância causativo-incoativa. Podemos verificar a não agentividade desses verbos submetendo as estruturas incoativas ao teste de passividade, o qual comprova a ausência de qualquer argumento externo implícito, como exemplificam as sentenças do PB:

- (24a) A porta (se) abriu.  
(24b) \*A porta (se) abriu por Pedro/pelo vento.
- (25a) O vidro (se) quebrou.  
(25b) \*O vidro (se) quebrou por Pedro/pelo raio.
- (26a) A roupa molhou.  
(26b) \*A roupa molhou por Maria/pela chuva.

É consenso na literatura que estruturas incoativas não licenciam by-phrases introduzindo argumento externo implícito, conforme exemplificado acima. No entanto, o que se observa em PB é que tais estruturas podem licenciar uma causa em adjunção, introduzida pela preposição com, segundo os dados em (27):

- (27a) A porta (se) abriu com o vento.  
(27b) A janela (se) quebrou com o raio.  
(27c) A roupa molhou com a chuva.

Porém, quando um elemento [+humano] é adicionado à sentença, esta se torna estranha ou, no mínimo, sofre mudança semântica, conforme apontam os dados abaixo:

- (28a) ?A porta (se) abriu com o Pedro.  
(28b) ?A janela (se) quebrou com o menino.  
(28c) ?A roupa molhou com a Maria.

Tomemos (28a) como exemplo. Em A porta abriu com o Pedro, podemos interpretar que ‘Pedro se pendurou na porta e esta se abriu’, por exemplo; o mesmo ocorre com (28c): ‘Maria estava com a roupa nos braços, veio uma chuva repentina e elas (Maria e a roupa) se molharam’. Como se observa, um agente potencial em adjunção não é capaz de recuperar o

sentido de ele ser o agente real dos verbos incoativos, exemplificados por abrir, quebrar e molhar.

## 5. Conclusão

Assumi com Alboiu e Barrie (2005), neste trabalho, que a raiz acategorial de um verbo causativo-incoativo é selecionada por um morfema INCH (realizado morfologicamente em PB pelos morfemas parassintéticos [a/-en-/em-...-ec-/esc]). O composto formado a partir dessa operação requer, necessariamente, que um argumento capaz de sofrer a mudança seja projetado em [Spec, VP]. Esse argumento forma com seu verbo um elemento constitutivo, e o resultado disso é um evento autossustentável. Essas são as condições necessárias para a liberação da alternância causativo-incoativa em PB. Obviamente também outras condições estão envolvidas neste tipo de alternância e devem ser investigadas em pesquisas futuras.

## Referências

- ALBOIU, G.; BARRIE, M. Transitivity Alternations and Root (Non)augmentation in Onondaga. In: **Workshop on Structure and Constituency in Languages of the Americas**, 10 - WSCLA X, University of British Columbia, 2005.
- ALSINA, A. On the Argument Structure of Causatives. **Linguistic Inquiry**, 23.4, p. 517-555, 1992.
- ARSENIJEVIC, B. **Inner aspect and telicity**: the decompositional and the quantificational nature of eventualities at the syntax-semantics interface. Thesis (doctoral) - Universiteit, Leiden, Utrecht: LOT, 2006.
- CAMARGOS, Q. F. **Estruturas causativas em Tenetehára**: uma abordagem minimalista. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 2013.
- CANÇADO, M.; GODOY, L.; AMARAL, L. **Catálogo de verbos do português brasileiro**. Vol. 1: Verbos de mudança. Editora UFMG, Belo Horizonte, MG, 2013.
- CARVALHO, J.; COSTA, J. O que origina a variação da alternância causativa? Uma comparação entre o dâw (família nadahup) e o português brasileiro. **Revista da Abralin**, v. 13, n. 1, p. 119-153, 2014.
- CIRÍACO, L.; CANÇADO, M. **A alternância causativo-ergativa no português brasileiro**. *Matraga*, v. 16, n. 24, p. 216-231, 2009.

CIRÍACO, L. **A alternância causativo/ergativa no PB**: restrições e propriedades semânticas. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte - MG, 2007.

CIRÍACO, L.; CANÇADO, M. **A alternância causativo-ergativa no português brasileiro**. *Matraga*, v. 16, n.24, p. 216-231, 2009.

COMRIE, B. **Language universals and linguistic typology**: syntax and morphology. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

COMRIE, B. Causative verb formation and other verb-deriving morphology. In: SHOPEN, T. (Ed.) **Language typology and Syntactic description**: grammatical categories and the lexicon. Cambridge University Press, v.3, 1985.

FILLMORE, C. The grammar of hitting and breaking. In: FILLMORE, C. **Form and meaning in language**: papers on semantic roles. Stanford. CSLI Publications, p. 123-139, 2003, [1970].

HALE, K; KEYSER, S. **Prolegomenon to a theory of argument structure**. Cambridge: The MIT Press, 2002.

HASPELMATH, M. More on the typology of inchoative/causative verb alternations. In: COMRIE, B.; POLYNSKY, M. **Causatives and transitivity**. Amsterdam: John Benjamins, p. 87-120, 1993. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1075/slcs.23.05has>

JACKENDOFF, R. **Morphological and semantic regularities in the lexicon**. *Language*, v. 51, n. 3, p. 639-671, 1975. **crossref** <http://dx.doi.org/10.2307/412891>

KIPARSKY, P. Remarks on Denominal Verbs. In: ALSINA, A.; BRESNAN, J.; SELLS, P. (eds.). **Argument Structure**. Stanford: CSLI, 1997.

LABELLE, M. Change of state and valency. **Journal of Linguistics**, v. 28, p. 375-414, 1992. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1017/S0022226700015267>

LEVIN, B.; RAPPAPORT HOVAV, M. A Preliminary Analysis of Causative Verbs in English. **Lingua**, v. 92, p. 35-77, 1994. **crossref** [http://dx.doi.org/10.1016/0024-3841\(94\)90337-9](http://dx.doi.org/10.1016/0024-3841(94)90337-9)

LEVIN, B.; RAPPAPORT HOVAV, M. **Unaccusativity**: at the syntax lexical semantics interface. Cambridge: MIT Press, 1995.

MARANTZ, A. No escape from syntax: don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon. Proceedings of the 21st Penn Linguistics Colloquium. In: **Working Papers in Linguistics**, Philadelphia, p. 201-225, 1997.

PARSONS, T. **Events in the semantics of English**: A study in subatomic semantics. Cambridge MA: The MIT Press, 1990.

PEREIRA, A. L. D. **Os pronomes clíticos do PB contemporâneo na perspectiva teórica da Morfologia Distribuída**. 2006. 204f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

PYLKKÄNEN, L. **Introducing Arguments**. 2002. 137 f. Tese (Doctor of Philosophy) – Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 2002. **crossref** <http://dx.doi.org/10.7551/mitpress/9780262162548.001.0001>

PYLKKÄNEN, L. **Introducing Arguments**. Cambridge: The MIT Press, 2008.

RAMCHAND, G. **Verb meaning and the lexicon: A first phase syntax**. Cambridge: CUP, 2008. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511486319>

SCHÄFER, F. **The Syntax of (Anti-)Causatives**. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 2008. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1075/la.126>

SHIBATANI, M. The grammar of causative constructions: a conspectus. In: SHIBATANI, M. (ed.), **The Grammar of Causative Constructions** (Syntax & Semantics 6). New York: Academic Press, p.1-42, 1976.

SPENCER, A. **Morphological theory: an introduction to word structure in generative grammar**. Oxford: Blackwell, 1991.

WHALEY, L. **Introduction to typology: the unity and diversity of language**. Newbury Park: Sage Publications, 1997. **crossref** <http://dx.doi.org/10.4135/9781452233437>

WILTSCHKO, M. The Syntax of Pre-categorical Roots. In: **Workshop on Structure and Constituency in Languages of the Americas**, 10, University of Toronto: Toronto, Ontario, 2005.

Artigo recebido em: 29.01.2015

Artigo aprovado em: 11.05.2015

# Quando o sujeito fal(h)a: reflexões a partir das noções de ideologia e formação discursiva

## When subject speaks/fails: reflexions from de notions of ideology and discursive formation

Giovani Forgiarini Aiub\*

---

**RESUMO:** Filiado à Análise do Discurso de linha francesa, este artigo mobiliza a noção de sujeito e reflete sobre o modo como a ideologia trabalha no processo discursivo. Em outras palavras, esta pesquisa de cunho teórico pretende apresentar como a ideologia é responsável pelo direcionamento dos sentidos. Para tanto, este estudo relaciona a noção de ideologia com a de formação discursiva e expõe sobre as modalidades de desdobramento da forma-sujeito pensadas por Michel Pêcheux. Conclui-se que não se pode simplesmente considerar a noção de ideologia sem um forte embasamento teórico a respeito dela, principalmente pela forma como ela é pensada para a teoria da Análise do Discurso.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sujeito. Ideologia. Formação Discursiva.

---

**ABSTRACT:** Based on French Discourse Analysis, this paper deals with the notion of subject and it reflects how ideology works in the discursive process. In other words, this theoretical research aims to present how ideology is responsible for directing the senses. Therefore, this study relates the notion of ideology with the discursive formation and relies on the deployment modes of form-subject according to Michel Pêcheux's thoughts. One concludes that the notion of ideology may not be merely considered without a strong theoretical foundation about it, especially concerning the way it is designed for the theory of Discourse Analysis.

**KEYWORDS:** Subject. Ideology. Discursive Formation.

---

### 1. Abrindo o percurso

*Sem ideologia, seríamos felizes para sempre  
(ORLANDI, 2005b, p. 107).*

Pensar a forma como o sujeito trabalha, isto é, mobiliza os sentidos no processo discursivo é pensar, sobretudo, a língua e a ideologia. O trabalho da ideologia é incessante e se dá na relação do sujeito com a linguagem. Desse modo, para falar a respeito de uma noção tão singular e delicada como a de ideologia, cuja concepção tem variado conforme os olhares que nela se debruçam, tomar-se-á como aporte a teoria da Análise do Discurso de linha francesa. Para tanto, será mobilizada a noção de formação discursiva (FD), pois se entende que é por esta noção que a linguagem se articula com a ideologia para produzir seus efeitos. Este trabalho,

---

\* Professor do IFRS – *Campus* Feliz e doutorando em Letras, na especialidade Teorias do Texto e do Discurso, pelo PPGLetras/UFRGS.

portanto, pretende mobilizar a noção de FD, partindo do conceito elaborado por Michel Foucault e reformulado por Michel Pêcheux.

Ao tomar a noção de FD como central para a discussão do trabalho da ideologia no processo discursivo, não se deixa de lado a questão da interpelação ideológica pensada por Althusser e refletida, mais tarde, por Pêcheux e Fuchs. Sendo assim, outros dois conceitos entram inapelavelmente para a discussão: língua e sujeito. A língua por ser constitutiva do sujeito e o sujeito por ser sempre interpelado pela ideologia. Desse modo, este texto iniciará mobilizando a noção de ideologia e sua relação com o sujeito, para, em seguida, pensar a FD e o modo com que ela se articula com a ideologia.

## 2. Sujeito e ideologia: uma relação que faz sentido

*A ideologia “leva a agir sozinhos” os indivíduos, sem que haja a necessidade de colocar um policial no pé de cada um (ALTHUSSER, 1999, p. 199).*

Em certos grupos de trabalho, falar em ideologia é quase uma ofensa, um dizer proibido. Porém, não há nada (ou quase nada) mais ideológico do que afirmar que a ideologia não existe, ou que ela é uma invenção. Negar a existência da ideologia é dar evidências de que ela existe, e existe produzindo efeitos. Uma possível explicação para tais entendimentos sobre a noção de ideologia<sup>1</sup> poderia ser o caráter de negatividade dado a ela quando construída por Hegel (apud ALTHUSSER, 1999), pois, segundo este autor, a ideologia representaria uma falsa consciência, uma inversão da realidade, ou seja, como se fosse possível a apreensão do real e seria a ideologia a culpada por não se ter acesso ao todo. Outra possível explicação para esta concepção de ideologia seria uma leitura um tanto apressada de Marx e Engels (2002), em *Ideologia Alemã*. Uma interpretação, ainda grave, que segue na mesma linha de que a ideologia seria uma inversão ou ocultação de uma dada realidade (ALTHUSSER, 1996).

Descartando de imediato estas acepções sobre o conceito de ideologia, este trabalho inicia dizendo que a ideologia dá direcionamento ao gesto de interpretação, ao sentido, ela é o que faz com que a interpretação seja de um modo e não de outro. Em outras palavras, é a

---

<sup>1</sup> A expressão *ideologia* foi criada por Destutt de Tracy, Cabanis e seus amigos dentro de uma tradição clássica oriunda da Filosofia das Luzes. Para eles, a noção de gênese ocupa uma posição central. Seria a teoria da gênese das ideias (ALTHUSSER, 1999, p. 193).

responsável pela produção dos sentidos. Além disso, vale ressaltar que a ideologia tem sua forma material no discurso, na linguagem. Portanto, sendo o sujeito constituído pela linguagem, a ideologia se faz presente neste sujeito. Para Orlandi (2004, p. 66), “a ideologia representa a saturação, o efeito de completude que, por sua vez, produz o efeito de ‘evidência’, sustentando-se sobre o já dito, os sentidos institucionalizados, admitidos por todos como ‘naturais’”. Talvez esteja aí a distinta (in)compreensão de alguns. A ideologia não oculta ou inverte a realidade. Ela é a responsável pela interpretação, por um modo de interpretar e não outro. Sendo assim, não se pode falar em um sentido literal ou real. Não há a possibilidade de se atingir o real, embora seja este um desejo constante do sujeito. É inevitável, por assim dizer, a ilusão de que existe um sentido único sobre as coisas. Portanto, a ideologia disfarça (dissimula) e faz com que não haja coincidência entre a essência e a aparência (ela é responsável por aquilo que aparenta ser sob determinada perspectiva). É o trabalho da ideologia, por conseguinte, que torna o processo de constituição dos sentidos inacessível ao sujeito de tal modo que haja sempre interpretação. Para corroborar, Orlandi (2005b, p. 22) salienta que

é pela interpretação que o sujeito se submete à ideologia, ao efeito de literalidade, à ilusão do conteúdo, à construção da evidência dos sentidos, à impressão do sentido já-lá. A ideologia se caracteriza assim pela fixação de um conteúdo, pela impressão do sentido literal, pelo apagamento da materialidade da linguagem e da história, pela estruturação ideológica da subjetividade.

Assim, há sempre interpretação, pois não há sentido que não passe por um gesto interpretativo do sujeito. E a ideologia é o motor deste processo. Portanto, pode-se dizer que sujeito e sentido se constituem de forma mútua, de tal modo que há o efeito de evidência do sentido e do sujeito. O efeito de evidência do sentido faz parecer como transparente aquilo que poderia produzir sentidos outros. Já o efeito de evidência do sujeito diz respeito a um apagamento do fato de que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, tal como afirmam Pêcheux e Fuchs (1997, p. 167), pois, segundo eles, “[...]‘a ideologia interpela os indivíduos em sujeito’: esta lei constitutiva da *Ideologia* nunca se realiza ‘em geral’, mas sempre através de um conjunto complexo determinado de *formações ideológicas*”. Chegamos aqui a um imbricamento indissociável entre ideologia e sujeito, uma vez que, se o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, é também neste momento que ele passa a se identificar com uma formação ideológica e, conseqüentemente, a uma FD.

Deste modo, ao se produzir um sentido tal (ao dizer), interpreta-se, pois a interpretação é um gesto do sujeito. Diante disso, o sentido aparece sempre como evidente. Há, portanto, o trabalho da ideologia sobre o gesto interpretativo, como se o sentido, produzido na relação do simbólico com o histórico, fosse naturalizado. Daí afirmar que o sentido aparece como sempre já-lá. Ainda, Orlandi (2005a, p. 46) ressalta que “por este mecanismo – ideológico – de apagamento da interpretação, há transposição de formas materiais em outras, construindo-se transparências [...]. Este é o trabalho da ideologia: produzir evidências”. Deste modo, interpretar não pode ser percebido como um mero gesto de decodificação, pois, ao interpretar, há uma exposição inevitável à incompletude do objeto simbólico, ou seja, não se tem nunca acesso ao todo, embora haja o desejo de tal e a ilusão de tal.

Vale dizer que interpretar não é apenas dizer o esperado, trata-se de fazer relação com a exterioridade. Quando se interpreta, não se está diante da liberdade de determinações, mas também não se está preso a uma interpretação única. Dito de outro modo, a interpretação não é qualquer uma e também não está distribuída de forma igual, homogênea (ORLANDI, 2004). A partir disso, é possível perceber que a interpretação está fortemente ligada à ideologia, justamente porque esta, por sua vez, é a responsável por direcionar os sentidos, pelo efeito de evidência. Ainda com Orlandi (2005a, p. 22), “a ideologia se caracteriza assim pela fixação de um conteúdo, pela impressão do sentido literal, pelo apagamento da materialidade da linguagem e da história, pela estruturação ideológica da subjetividade”. Conseqüentemente, ao mesmo tempo em que a ideologia apaga a história, ela é também constituída a partir dela, ou seja, a ideologia tem suas condições de existência na história. Portanto, o sentido também se dá pelas condições de produção, que são igualmente históricas.

Feita esta exposição, cabe pensar a relação da ideologia com a história a partir de um questionamento. Se são, pois, a história e a ideologia que condicionam a interpretação, por que há a afirmação categórica de Marx e Engels (2002) de que “a ideologia não tem história” (sendo esta retomada por Althusser (1996) e depois por Pêcheux (2009)<sup>2</sup>)? Um esboço de resposta poderia vir no seguinte viés: dizer que a ideologia não tem história não é dizer que ela não tem relação com a história, mas é dizer que ela não tem uma história *própria*. Em outras palavras, não há nada na ideologia que possa ser pensado fora da história enquanto dispositivo analítico.

---

<sup>2</sup> Nas palavras de Pêcheux (2009, p. 137), “[...] ‘as ideologias não têm uma história própria’, uma vez que elas têm uma existência histórica e concreta, a ‘Ideologia em geral não tem história’, na medida em que ela se caracteriza por uma estrutura e um funcionamento tais que fazem dela uma realidade não-histórica, isto é, *omni histórica*.”

Deste modo, a ideologia não tem história não porque ela é vazia, mas sim porque é a história que determina as condições de existência da ideologia.

Voltando às palavras de Althusser (1999) na epígrafe desta seção, quando este afirma que a ideologia funciona como se houvesse um policial no pé de cada um, cabe pensar que ela faz com que ajamos sempre da mesma maneira, como se todos nós fôssemos coagidos por este policial que nos cerceia. Partindo para a esfera da linguagem, sem se afastar demasiadamente das reflexões althusserianas, podemos fazer uma intervenção e questionar: o sujeito, interpelado pela ideologia, não tem vontade própria, ou seja, ele não reflete sobre seus atos? Creio que estamos diante de uma das maiores críticas àqueles que mobilizam a ideologia em seus trabalhos de pesquisa. Cabem aqui duas propostas, com base na teoria da Análise de Discurso francesa, para tentar responder esta pergunta. Não que cada uma destas respostas seja colocada como par opositor. Justamente o contrário. Elas se complementam.

A primeira possibilidade de resposta vem ainda pensando o trabalho da ideologia no sujeito, pois, se houvesse de fato a necessidade de se colocar um policial no pé de cada um, este estaria ali para exercer uma coerção, a fim de que não autorizasse o sujeito a agir conforme sua vontade, como se este fosse livre, ou ainda, como se ele fosse obrigado a fazer/dizer tais e tais coisas. Há aqui uma contradição constitutiva, mas também um espaço para a falha no ritual, uma vez que a ideologia leva os sujeitos a agir de tal modo que cada um “seja *conduzido*, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a *ocupar o seu lugar* em uma ou outra das duas classes sociais antagônicas do modo de produção” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 165-6). Em outras palavras, o sujeito não é livre, mas ao mesmo tempo ele não é forçado, no sentido de uma força coerciva, a agir como age (nos moldes de Althusser), ou a dizer como diz (nos moldes de Pêcheux)<sup>3</sup>. Porém, a interpelação ideológica não é da ordem da completude. Ela falha. E é justamente por ela falhar que entram as reflexões por parte do sujeito, isto é, trata-se do lugar no qual o sujeito pode questionar. E aqui estamos falando do “mau sujeito” de Pêcheux (2009), que será mobilizado com maiores detalhes mais adiante.

Outra possibilidade para tentar responder a pergunta acima referida (e cabe lembrar: o sujeito não tem vontade própria?) vem pela ordem do desejo em si. A teoria da Análise do Discurso pecheuxtiana tem fortes laços com a Psicanálise e é por este caminho que se pode apontar para outra resposta.

---

<sup>3</sup> Vale ressaltar que o discurso (o dizer) nunca é dissociado da prática, seja por Pêcheux ou por aqueles que se filiam à Análise do Discurso por ele formulada.

Começamos este esboço pela noção de real, uma vez que o real não trata de uma realidade empírica. A noção de real vem na ordem do irrepresentável para os dois campos teóricos. Para a Análise do Discurso, o real é da ordem do impossível, é aquilo que não se transmite, aquilo que não se ensina, aquilo que não se aprende, mas que existe produzindo efeitos. O real é aquilo não pode não ser de outro modo (PÊCHEUX, 2006). Com relação à Psicanálise, a noção de real estaria mais fortemente ligada a outros dois conceitos: o simbólico e o imaginário<sup>4</sup>. O real seria, portanto, um “resto” que não se simboliza e que não está no imaginário. O real é da ordem do impossível de transmitir, trata-se de “uma realidade desejanter, inacessível a qualquer pensamento subjetivo” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 645). O real é aquilo que nos escapa. Dito de outro modo,

o real é apresentado como um corte na estrutura do sujeito, a falta originária da estrutura. É precisamente em torno dessa falta que o inconsciente se estrutura. O real é, portanto, o núcleo do inconsciente. Tudo começa a partir dele. Lacan tematiza o real de dois modos: (i) o real é o impossível de ser simbolizado e (ii) o real é o que retorna sempre ao mesmo lugar (LEANDRO FERREIRA, 2007, p. 106).

Portanto, é aqui que começamos a responder a tão intrigante pergunta, pois, sendo o impossível que seja de outro modo, pensando o real como aquilo que é da ordem do inatingível, não há como o sujeito escapar da incessante busca pela completude, pela incessante e eterna vontade de preenchimento. Somos sujeitos do desejo. Como diz Longo (2006, p. 16), “nunca paramos de desejar”. Mas é preciso deixar claro que não se trata de um desejo biológico ou de uma busca por uma satisfação de uma necessidade. Trata-se de um desejo de ordem simbólica. Nas palavras de Garcia-Roza (1985, p. 139), “esse desejo só pode ser pensado na relação com o desejo do outro e aquilo para o qual ele aponta não é o objeto empiricamente considerado, mas uma falta”. Portanto, há essa falta estruturante do sujeito. Aí chegamos ao ponto em que se pode dizer que o sujeito é constituído pela linguagem e que há nele intrinsecamente uma falta constitutiva. Falta essa que leva o sujeito a uma busca. O desejo é uma satisfação sempre adiada e nunca atingida. É aí que nos constituímos sujeitos do desejo.

Em suma, é possível dizer que a própria ideologia, em sua forma material que é a linguagem, faz com que o sujeito questione o lugar que ocupa, além ainda de este mesmo sujeito

---

<sup>4</sup> Aqui cabe um adendo: isso não quer dizer que, nas reflexões de Pêcheux, o real não se relaciona com o simbólico e com o imaginário. Ao contrário, é justamente por acreditar em tal relação com a Psicanálise que Pêcheux traz tais noções para o campo da Análise do Discurso.

ser constituído por desejo, por um desejo incessante. Por isso que podemos dizer que no ritual da interpelação ideológica há falhas que são constitutivas da própria ideologia e, ao mesmo tempo, temos a linguagem como algo que não preenche um todo. Essa falta constitutiva é o que faz com que o sujeito, sempre interpelado ideologicamente, questione e também deseje.

Feita esta breve visita ao campo da Psicanálise, cabe voltar às reflexões sobre ideologia e dizer que Althusser pensou a ideologia no campo da reprodução das condições de produção. Já Pêcheux, sem se afastar muito, trouxe esta reflexão para o âmbito da linguagem e avançou. Portanto, Pêcheux, ao teorizar o discurso, não deixou de contemplar as falhas inerentes ao processo de interpelação ideológica, pois, se não houvesse falhas, se a interpelação fosse da ordem da completude, não haveria condições de interpretações distintas, as interpretações seriam formuladas sob um único prisma. Como diz Orlandi (2005b), sem essa tal de ideologia, todos nós seríamos apenas sorrisos. Podemos, então, fazer a relação indissociável entre sujeito, linguagem e ideologia, mas com uma articulação com falhas. Enfim, uma articulação deveras heterogênea. No entanto, não se está dizendo com isso que o sujeito ao questionar fica livre da interpelação ideológica. Ao contrário, é justamente aí que se dá a interpelação, ou seja, todo sujeito é “livre” para se sujeitar.

Dada esta reflexão, passamos a pensar um pouco mais sobre o porquê de a noção de ideologia estar tão vinculada à produção de sentidos. Trata-se aqui de mobilizar a ideologia e sua relação com as FDs. E não há como falar de FDs sem antes fazer uma reflexão sobre as formações ideológicas.

### **3. Formação Discursiva: uma representação da formação ideológica no discurso**

Dar um salto da discussão sobre ideologia para a de FD é apagar todo um trabalho de reflexão feito por Pêcheux sobre as formações ideológicas. Desse modo, é preciso trazer à tona este conceito.

As formações ideológicas podem ser caracterizadas por um elemento capaz de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um dado momento histórico. A formação ideológica é, então, um conjunto de práticas que não podem ser pensadas nem como globais, nem como particulares, mas num conjunto complexo no qual estas práticas e representações mais ou menos se relacionam. A partir disso é que se pode afirmar que todo o sentido deriva de uma formação ideológica, esta sendo materializada em uma ou mais FDs.

Portanto, não sendo materializada por ela mesma, mas sim pela(s) FD(s) que a recorta(m), a formação ideológica é constituída por “um complexo de atitudes e de representações que não são nem individuais nem universais” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 166). Courtine (2009, p. 72) salienta que “as formações ideológicas têm um caráter ‘regional’ ou específico e comportam posições de classe, o que explica que se possa dizer, a partir de formações ideológicas antagônicas, falar dos mesmos ‘objetos’ [...] e falar deles ‘diferentemente’”. Desse modo, é também coerente afirmar que a ideologia é materializada no discurso. Courtine (2007, p. 121) ainda fala que, “se as ideologias tem uma existência material, o discurso delas será considerado como um dos aspectos materiais”<sup>5</sup>. Nas palavras de Pêcheux e Fuchs (1997, p. 166), “as formações ideológicas comportam necessariamente uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura”, de tal modo que as FDs são as representações no discurso das formações ideológicas.

Além disso, “todo processo discursivo se inscreve em uma formação ideológica de classes” (PÊCHEUX, 2009, p. 82). Por isso dizer que a ideologia fornece evidências de que uma dada palavra, expressão, proposição signifique aquilo que ela está significando (em relação à FD a qual está inscrita). Com as palavras do próprio Pêcheux (2009, p. 146), é possível verificar que

o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe em si mesmo (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas).

Nesta perspectiva, pode-se dizer que uma formação ideológica compõe uma ou mais formações discursivas. Afinal, não é possível identificar a formação ideológica senão pela materialidade do discurso (que se poderia dizer um texto) que está sempre articulado a uma FD. Ao tecer reflexões sobre esta materialidade analítica, Zandwais (2010, p. 80) afirma que “[o discurso-texto] precisa ser entendido como efeito de determinadas condições de produção que são ao mesmo tempo históricas e político-jurídicas”. Dito de outro modo, as formações ideológicas (também representadas pelas instituições, como em os Aparelhos Ideológicos de Estado, de Althusser) e, conseqüentemente, as FDs são constitutivas do processo discurso.

---

<sup>5</sup> Tradução livre do original, a saber: “si las ideologías tienen una ‘existencia material’, lo discursivo de ellas se considerará como uno de los aspectos materiales”.

Em poucas palavras, pode-se dizer que uma FD é um recorte de uma formação ideológica e, sobre a noção de FD, é preciso dizer que, embora sendo um dos termos essenciais para se proceder à análise discursiva, esta noção não surge primeiramente com Pêcheux. Ela advém de Foucault (2007). Pêcheux toma de empréstimo a noção de FD, mas ele a ressignifica, transformando-a. Portanto, vale deixar claro que a FD de Foucault não é a mesma de Pêcheux. Enquanto que, para o primeiro a FD tem um caráter mais regular, para o segundo a FD é marcada pela heterogeneidade. O próprio Pêcheux (1997, p. 314) afirma que

a noção de ‘formação discursiva’, tomada de empréstimo a Michel Foucault, começa a fazer explodir a noção de maquinaria estrutural fechada na medida em que o dispositivo da FD está em relação paradoxal com seu ‘exterior’: uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FDs) que se repelem nela.

A partir desta retomada em Foucault, Pêcheux caracteriza a FD com fronteiras extremamente instáveis. Ao contrário disto, Foucault (2007, p. 43) define uma FD nos seguintes termos:

no caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolas temáticas, se puder definir uma **regularidade** (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade”<sup>6</sup>.

Este aspecto que estabelece mais ou menos uma regularidade na FD foucaultiana e que faz com que sua característica básica seja a constância de um saber/princípio regular acaba por atribuir a este conceito foucaultiano um caráter de homogeneidade. Foucault ainda repele a noção de ideologia e a deixa de fora, justamente o que Pêcheux não faz. De acordo com Indursky (2007a, p. 77), “a FD, para Foucault, é regida por um conjunto de regularidades que determinam sua homogeneidade e seu fechamento. É claro que Foucault pensou em transformação, mas esta tem de estar submetida à regra principal, a da regularidade”.

É nesta perspectiva que se torna possível afirmar que a FD foi tomada por Pêcheux, mas ressignificada. Contudo, esta ressignificação mantém a característica fundamental de uma

---

<sup>6</sup> Grifo meu.

FD: a de que é preciso um saber/princípio regulador. É interessante trazer à baila o que Mazière (2007, p. 61) comenta sobre esta ressignificação da FD proveniente de Foucault para uma FD forjada segundo a perspectiva de Pêcheux. Para ela,

a noção de FD soube [...] evoluir a partir do legado de Foucault, conservando as materialidades linguísticas das quais Foucault se desinteressara já em 1971. É o trabalho marxista sobre os discursos de classe revisitado, que tinham sido muito rapidamente tipificados, e a estabilidade dos pontos discursivos, herdada da noção de forma de língua, que levam a notar que as fronteiras discursivas não são assinaláveis, que o saber anterior se inscreve na construção de um conhecimento e é determinado por meio de formas linguísticas (MAZIÈRE, 2007, p. 61).

Nos moldes pecheuxtianos, a FD também tem um princípio regulador, mas sua característica principal é a heterogeneidade. Ademais, diferentemente de Foucault, que descarta trabalhar com a questão da ideologia nas FDs, Pêcheux (2009) dirá que a FD é a materialização no discurso das formações ideológicas. E, como já dito anteriormente, é a ideologia que direciona os sentidos. Daí poder asseverar que o sentido de uma palavra, expressão ou proposição não existe em si mesmo, mas sim é determinado pela FD na qual se inscreve, pois uma FD é “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 2009, p. 147).

Desse modo, vale salientar que os sentidos são dados dentro das FDs. Logo, pode-se admitir que “as mesmas palavras, expressões e proposições mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a outra” (PÊCHEUX, 2009, p. 148). O lugar, portanto, onde os sentidos se constituem é na FD, e se constituem a partir de posições-sujeito dentro destas FDs. Assim, é neste lugar teórico que se constituem as modalidades de desdobramento da forma-sujeito.

A primeira modalidade de desdobramento é aquela em que o sujeito, revestido de uma forma-sujeito, reproduz fielmente a evidência ideológica de dada FD, ou seja, reproduz, sem questionar, os saberes da FD pela qual ele está dominado. Esta reprodução de saberes sem questionamentos por parte do sujeito faz com que se possa imaginar uma FD regular e homogênea, como se não houvesse a possibilidade de quebras, interrogações e/ou um *mau comportamento*. Indursky (2007a, p. 80) afirma que, nesta etapa do desenvolvimento teórico, pensando apenas em uma reduplicação da forma-sujeito na FD, “ainda não há espaço para a alteridade e a diferença nem para a contradição. E a identificação do sujeito se dá diretamente com a forma-sujeito, responsável pela organização dos saberes que se inscrevem na FD”. Nesta

primeira modalidade, é possível dizer que o sujeito é passível de estar mais centrado e mais fortemente afetado pela ideologia dominante da FD a qual ele está filiado. Orlandi (2005b, p. 104) corrobora tal prerrogativa dizendo que “quanto mais centrado o sujeito, mais cegamente ele está preso à sua ilusão de autonomia ideologicamente constituída. Quanto mais certezas, menos possibilidades de falhas.” Dito de outra forma, quanto mais centrado em sua FD o sujeito se encontra, mais longe ele está de sua fronteira e menos propício a ouvir outros saberes.

Entretanto, a segunda modalidade de desdobramento<sup>7</sup> inaugura um espaço para a heterogeneidade, pois ela diz respeito a uma tomada de posição do sujeito que luta contra a evidência ideológica. Aqui o sujeito “se contra-identifica com a formação discursiva que lhe é imposta” (PÊCHEUX, 2009, p. 199). Em outras palavras, mesmo questionando a ideologia vigente, ele ainda ocupa um lugar dentro desta mesma FD, porém não mais reduplica o saber vigente, mas sim faz questionamentos. E estes questionamentos são feitos porque existe algo de fora desta FD que passa a se infiltrar. Algo que vem de outro lugar, de outras FDs, do conjunto complexo de FDs, chamado de interdiscurso.

Com efeito, esta segunda modalidade de desdobramento, isto é, esta contra-identificação, é a responsável por abrir espaço para uma FD heterogênea, pois, é desde esta entrada de outros saberes, que é possível questionar a evidência ideológica a partir de distintas posições, ou seja, trazendo saberes de outras FDs, do interdiscurso. É pela contra-identificação que se abre a possibilidade para a instauração da diferença, do questionamento, do embate, e isto, conseqüentemente, dá lugar a distintas posições-sujeito no interior de uma mesma FD. Esta contra-identificação só é possível porque a FD não tem um fechamento estável e suas fronteiras são porosas, fazendo com que novos saberes possam se infiltrar, fazendo com que esta FD se reconfigure. Nas palavras de Indursky (2007a, p. 81), “esta segunda modalidade traz para o interior da FD o discurso-outro, a alteridade, e isto resulta em uma FD heterogênea”.

Identificar o momento em que se dá a instauração de uma nova posição-sujeito no interior de uma dada FD é o que Indursky (2007b, p. 170) chama de “acontecimento enunciativo”. O acontecimento enunciativo é, segundo a autora, da mesma ordem do acontecimento discursivo, mas, enquanto este último instaura uma nova FD, o primeiro diz respeito a uma contra-identificação com a posição-sujeito dominante. O acontecimento

---

<sup>7</sup> Aqui se trata do mau sujeito mencionado anteriormente. Nas palavras de Pêcheux (2009, p. 199), “o discurso do ‘mau sujeito’, discurso no qual o *sujeito da enunciação* ‘se volta’ *contra o sujeito universal* por meio de uma ‘tomada de posição’”.

enunciativo instaura, portanto, uma nova posição-sujeito que “convive com as demais, instituindo mais que a diferença. Ela conduz ao estranhamento, à tensão interna às fronteiras da FD em que está inscrita” (INDURSKY, 2008, p. 27).

A terceira modalidade de desdobramento diz respeito ao processo de desidentificação com os saberes de dada FD. Neste caso, a contra-identificação é tão forte que não há mais espaço para que o sujeito ainda ocupe lugar na mesma FD. Ele, diferente do que se possa imaginar, não fica livre, solto, mas passa a ser filiado a outra FD. Vale ressaltar que esta desidentificação não se dá de uma maneira consciente. Para Indursky (2007a, p. 82), “antes mesmo de migrar para outra FD, o sujeito, sem o saber, já não mais se identificava com o domínio em que pensava estar inscrito”. Cabe acrescentar aqui que esta desidentificação não ocorre de maneira repentina, uma vez que pode ser possível que, anteriormente a esta desidentificação, o sujeito tenha passado por processos de questionamento, abrigando para o interior da FD a qual estava inscrito saberes provenientes de outras FDs.

As modalidades de desdobramento pensadas por Pêcheux (2009) não são, ressalta-se, acessíveis ao sujeito, justamente porque a ideologia que o interpela não é perceptível. Em tempo, elas tratam dos modos de subjetivação, tratam de uma inscrição do sujeito em uma ordem simbólica. Nesta perspectiva, corroborando com o que foi dito, Zandwais (2005, p. 145) observa que

as modalidades que relacionam os diferentes processos pelos quais passam as relações de identificação dos indivíduos com o Sujeito Universal (ideologias) não são evidentes, nem diretamente apreensíveis, enquanto formas de apropriação/reprodução/transformação de efeitos pré-construídos que dominam os sentidos de seu dizer. Representam, assim, diferentes modalidades de ‘captura’ do sujeito em seu processo de assunção de uma identidade.

Sendo assim, durante o processo de desidentificação-identificação, há a possibilidade de que se instaure um acontecimento discursivo, mas não necessariamente. O sujeito pode simplesmente cair em uma outra FD já existente, mas também pode fazer com que seja instaurada uma nova. Deste modo, o acontecimento discursivo, assim como o acontecimento enunciativo, é da ordem da raridade (INDURSKY, 2007b). O acontecimento discursivo trata, segundo Pêcheux (2006, p. 17), do “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”, pois, ao se buscar no já-lá, há uma resignificação, daí o estabelecimento de novos dizeres possíveis. Há, portanto, um novo processo discursivo, há a possibilidade de dizeres que não

eram possíveis antes. De um acontecimento discursivo, surgem então processos parafrásticos de nova ordem. E é, nesta perspectiva, que se pode dizer que há a instauração de uma nova FD. Esmiuçando um pouco mais, só há um acontecimento discursivo quando um dado enunciado quebra com a estrutura, deslocando seu sentido e instaurando um novo saber.

Quando da identificação plena, a primeira modalidade de Pêcheux (2009), é possível afirmar que dela surgem processos parafrásticos que são da ordem da formulação, isto é, em todo dizer há sempre algo que se mantém, o dizível, há sempre um retorno aos mesmos espaços de dizer. Contudo, vale lembrar que todo ritual é passível de falha. Sobre isso Pêcheux (1990, p. 17) acrescenta:

levar até as últimas consequências a interpelação ideológica como ritual supõe o reconhecimento de que não há ritual sem falha, desmaio ou rachadura: ‘uma palavra por outra’ é uma definição (um pouco restritiva) da metáfora, mas é também o ponto em que um ritual chega a se quebrar no lapso ou no ato falho.

Portanto, os processos parafrásticos podem instaurar posições de contra-identificação com o saber dominante dentro da FD na qual são produzidos. Diz-se, assim, que há uma ruptura nos processos de significação. Há a instauração do diferente, a instauração do processo polissêmico que joga intimamente com o equívoco. Não há como saber, contudo, onde que o processo parafrástico rompe para instaurar o polissêmico. Isto só se pode perceber através do processo analítico do discurso.

#### **4. Para concluir**

A partir do que foi colocado aqui, torna-se possível fazer alguns apontamentos com relação a articulações importantes dentro da teoria da Análise do Discurso. Conseguimos vislumbrar os inícios dos trabalhos pecheuxtianos a partir de teorizações pontuais de Althusser e Foucault. Com o primeiro, a interpelação ideológica e com o segundo, a noção de FD retrabalhada.

A noção de ideologia, por sua vez, é fundamental para se fazer Análise do Discurso, porém não se pode tomá-la simplesmente. É preciso um trabalho de reflexão profundo sobre o modo como ela foi pensada por Michel Pêcheux. Outra noção fundamental é a de FD, inicialmente pensada por Foucault, mas reformulada principalmente a partir da noção de ideologia e das modalidades de desdobramento da forma-sujeito.

Por fim, podemos afirmar que a ideologia é a responsável pelo direcionamento dos sentidos, mas não se pode fazer um apagamento de todo um trabalho que está entre a concepção da noção de ideologia e de sujeito. Não se pode esquecer de mobilizar a formação ideológica, a FD e as modalidades de desdobramento do sujeito. Fazer Análise do Discurso é trabalhar neste jogo complexo de conceitos. É também pensar a própria história da Análise do Discurso, respeitando a construção de suas noções fundamentais. Trabalhar com Análise do Discurso é, sobretudo, fazer um movimento pendular que vai da teoria ao objeto analítico e deste de volta à teoria para sempre refletir sobre as posições tomadas (INDURSKY, 2008), pelos sentidos dados, evitando a reafirmação de sentidos hegemônicos.

## Referências

ALTHUSSER, L.. **Sobre a reprodução**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado (notas para uma investigação). In: ZIZEK, S. (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 105-42.

COURTINE, J.-J. **Análise do Discurso Político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. Trad. Patrícia C. R. Reuillard [et al.]. São Carlos/SP: EdUFSCar, 2009.

\_\_\_\_\_. El concepto de formación discursiva. In: BARONAS, R. L. (org.). **Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos/SP: Pedro e João Editores, 2007, p. 119-41.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

GARCIA-ROZA, L. A. **Freud e o inconsciente**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

INDURSKY, F. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, S.; GRIGOLETTO, E.; CAZARIN, E. A. (orgs.). **Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008, p. 9-33.

\_\_\_\_\_. Da interpretação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de Formação Discursiva. In: BARONAS, R. L. (org.). **Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos/SP: Pedro & João Editores, 2007a, p. 75-87.

\_\_\_\_\_. Formação discursiva: esta noção ainda merece que lutemos por ela? In: \_\_\_\_\_; LEANDRO FERREIRA, M. C. (orgs.). **Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos/SP: Claraluz, 2007b, p. 163-72.

LEANDRO FERREIRA, M. C. A trama enfática do sujeito. In: INDURSKY, F.; \_\_\_\_\_. (orgs.). **Análise do Discurso no Brasil**: mapeando conceito, confrontando limites, 2007, p. 99-108.

LONGO, L. **Linguagem e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MARX, K.; ENGELS, F.; **A ideologia alemã**. Trad. Luís Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MAZIÈRE, F. **Análise do Discurso**: história e práticas. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005b.

\_\_\_\_\_. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 4. ed. Campinas: Pontes, 2004.

PÊCHEUX, M.. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2009.

\_\_\_\_\_. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 4. ed. Trad. Eni p. Orlandi. Campinas: Pontes, 2006.

\_\_\_\_\_. A análise de discurso: três épocas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethânia S. Mariani [et al.]. 3. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997, p. 311-8.

\_\_\_\_\_. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Caderno de Estudos Linguísticos**. Campinas: Unicamp, n. 19, jul./dez., p. 7-24, 1990.

\_\_\_\_\_; FUCHS, C. A Propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethânia S. Mariani [et al.]. 3. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997, p.163-252.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de Psicanálise**. Trad. Vera Ribeiro e Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

ZANDWAIS, A. Concepções de texto: a heterogeneidade do objeto a partir dos pressupostos da linguística à análise do discurso. **Organon**: a pesquisa em Análise do Discurso no PPG-Letras/UFRGS e sua expansão institucional, n. 48, v. 24, p. 71-85, Jan.-Jun., 2010.

\_\_\_\_\_. A forma-sujeito do discurso e suas modalidades de subjetivação: um contraponto entre saberes e práticas. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M. C. (orgs.). **Michel**

**Pêcheux e a Análise do Discurso:** uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005, p. 143-56.

Artigo recebido em: 30.01.2015

Artigo aprovado em: 10.04.2015

Domínios de Lingu@gem

# Epidítico e(m) cenas da enunciação: a amplificação do discurso organizacional em publicidades

## Epidictic and/in enunciation scene: the amplification of organizational discourse in advertisements

André William Alves de Assis<sup>1</sup>  
Cristia Rodrigues Miranda<sup>2</sup>

**RESUMO:** A partir da hipótese de que o discurso epidítico funciona em um quadro enunciativo-cenográfico, analisamos duas publicidades veiculadas na Revista Exame, em seu 'Guia Exame de Sustentabilidade', ancorados no escopo teórico da Análise do Discurso (MAINGUENEAU, 1997, 2006, 2008, 2011) e nos estudos da Argumentação (PERNOT, 1993; PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005; BRANDÃO, 2011; AMOSSY, 2011; entre outros). Observamos que o epidítico, em segundo plano, funciona como um amplificador daquilo que é apresentado pela empresa, como prática sustentável, dando maior evidência, no primeiro plano, à cenografia que vende a ideia e o produto das empresas, virtudes selecionadas e elogiadas pela revista. Essas virtudes estão relacionadas a uma ampla rede de práticas institucionais, tematizadas e especificadas na publicidade que vende um modelo de prática aos leitores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Epidítico.  
Cenografia. Discurso organizacional.  
Publicidade.

**ABSTRACT:** Based on the hypothesis that the epideictic discourse works as an enunciative-scenography manager, we analyze two advertisements released at Revista Exame, in its 'Exame Sustainability Guide', considering the assumptions of Discourse Analysis (MAINGUENEAU, 1997, 2006, 2008, 2011) and the studies of argumentation (PERNOT, 1993; PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005; BRANDÃO, 2011; AMOSSY, 2011; and others). We note that the epideictic, in the background, acts as an amplifier that is being presented by the company as a sustainable practice, giving more evidence, in the foreground, to scenography that sells the idea and the product of the companies, selected virtues and praised by the magazine. These virtues are related to a wide network of institutional practices, and they are themed and specified in the advertisements that sells a model of practice to the readers.

**KEYWORDS:** Epideictic. Scenography.  
Organizational discourse. Advertisements.

### 1. Considerações iniciais

O discurso institucional preocupa-se, em grande medida, com a difusão e a manutenção de uma 'imagem ideal' que se fundamentam em valores como visão, missão, eixos norteadores.

<sup>1</sup> Doutorando em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Integrante do NAD - Núcleo de Análise do Discurso (NAD/FALE/UFMG); do FEETA - Fórmulas e Estereótipos: Teoria e Análise (FEETA/UNICAMP); e do GEPOMI - Grupo de Estudos Políticos e Midiáticos (GEPOMI/UEM).

<sup>2</sup> Doutoranda em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Letras pela Universidade Federal de São João Del-Rei. Integrante do NAD - Núcleo de Análise do Discurso (NAD/FALE/UFMG).

Os diversos gêneros produzidos nesse âmbito tentam reforçar e propagar esses valores, a fim de produzir o maior efeito possível de adesão interno, em suas práticas; e externo, ao se apresentar e intentar ser reconhecido pela comunidade externa (clientes, fornecedores, etc.). Esses discursos institucionais são fomentadores da cultura organizacional e da autoimagem da empresa; ancoram-se, em grande medida, nas relações estratificadas e hierarquizadas a partir de práticas de trabalho.

O que denominamos como discurso institucional está relacionado à noção de instituição discursiva proposta por Dominique Maingueneau (2006, p. 53), para quem:

O conceito de instituição permite acentuar as complexas mediações nos termos das quais a literatura é instituída como prática relativamente autônoma. Os escritores produzem obras, mas escritores e obras são, num dado sentido, produzidos eles mesmos por um complexo institucional de práticas. Deve-se, assim, atribuir todo o peso à instituição discursiva, expressão que combina inextricavelmente a instituição como ação de estabelecer, processo de construção legítima, e a instituição no sentido comum de práticas e aparelhos.

As práticas discursivas institucionais não se limitam ao ambiente institucional<sup>3</sup>. Nos últimos tempos, e cada vez mais, as instituições têm difundido suas práticas socialmente, na busca por reconhecimento e aproximação da sociedade às práticas de consumo que podem favorecê-las. Não é por acaso que grande parte dos valores institucionais ajustam-se, ou pretendem se ajustar, aos valores difundidos nas sociedades contemporâneas, como, por exemplo, o apelo dado à sustentabilidade para todo tipo de serviço.

A ordem do discurso organizacional, pautada em imposição de valores que tentam construir, manter e propagar uma cultura, transforma-se ao adentrar o campo midiático, sendo afetada pelas práticas desse meio. Acreditamos que, ao adentrar o limite midiático, o discurso organizacional amplifica-se, sobretudo, por meio um discurso do elogio, além de agregar e disseminar valores em práticas publicitárias. Essa constatação pôde ser observada após a análise da publicação anual do 'Guia EXAME de Sustentabilidade', da Revista Exame, veiculada desde o ano de 2000, que compõe nosso *corpus* de análise.

Chamada inicialmente de 'Guia EXAME de Boa Cidadania Corporativa', a publicação se propunha escolher as "empresas-modelo" de boas práticas e responsabilidade social. A partir

---

<sup>3</sup> Os termos 'Organização' e Instituição, assim como seus correlatos, são considerados sinônimos neste trabalho.

de 2007<sup>4</sup>, passou a se chamar, como é hoje, ‘Guia EXAME de sustentabilidade’, e a escolher, dentre as empresas-modelo, a “empresa sustentável” do ano.

A edição cuja qual apresentaremos nossas análises foi publicada no ano de 2012. Dentre as empresas selecionadas para o prêmio (cerca de 100), apenas quatro de cada setor fazem parte da última fase em que as informações são analisadas por jornalistas e por um conselho deliberativo. Dessa análise é escolhida uma ou duas empresas-modelo, dentre as quais estão as que serão selecionadas como as empresas sustentáveis do ano.

Nesse contexto, espera-se que o discurso institucional tome corpo e se amplifique ao sair de seu campo e adentrar o campo midiático em forma de reportagens (para as vencedoras) e publicidades (para os anunciantes) que justifiquem as suas escolhas como vencedoras. Embora nossos resultados sejam frutos de um trabalho maior, para este artigo optamos pela seleção de duas publicidades veiculadas na edição em tela que nos permitem, a partir dos pressupostos da Análise do discurso e de estudos da argumentação, observar a construção retórica do discurso epidítico de elogio das boas práticas institucionais em publicidades. Nossa hipótese considera que o discurso epidítico de elogio funciona como gestor de um quadro enunciativo apresentado e projetado por diferentes cenografias. Acreditamos que o epidítico, ancorado em cenografias institucionais validadas social e coletivamente, pode amplificar/propagar a adesão aos valores organizacionais.

Para que possamos observar o funcionamento discursivo de nosso *corpus*, a partir do fio condutor de nossa hipótese, dividimos este trabalho em duas etapas. A primeira corresponde a um percurso teórico que abrange, inicialmente, um levantamento e reflexões acerca do discurso epidítico, compreendido como um gênero retórico que propaga o discurso do elogio, da eloquência e todas as formas do aparato; em seguida, elaboramos um percurso em torno do conceito de cenas da enunciação, problematizando o gênero publicidade, e da noção de enquadramento temático. A segunda etapa corresponde à análise das publicidades selecionadas e a apresentação das nossas considerações finais. O trabalho ancora-se nas teorias enunciativas e na análise do discurso em confluência com os estudos da argumentação.

---

<sup>4</sup> Em 2007, houve também mudança na metodologia de avaliação das empresas participantes, que passaram a ser avaliadas pelo ‘Centro de Estudos em Sustentabilidade’ (GVces-FVG).

## 2. O discurso epidítico

A abordagem dada ao discurso epidítico como objeto teórico está relacionada, historicamente, aos estudos da retórica. Para os estudiosos, Aristóteles foi quem primeiro teria desenvolvido, em sua *téchné rethórique*, uma abordagem acerca da argumentação, levando em consideração, além do *ethos* (a imagem do orador), o *logos* (a palavra colocada em acontecimento discursivo) e o *pathos* (auditório), uma tríplice distinção de gêneros que se diferencia, sobretudo, pela natureza da tese polêmica, como ponto de partida da argumentação, da intenção do orador, e do comportamento do auditório: i.) o judiciário, com ato de defesa ou acusação, tem como auditório o tribunal; ii.) o deliberativo (ou político), que visa deliberar ou aconselhar/desaconselhar sobre questões da cidade e tem como auditório a assembleia; iii.) o epidítico (laudatório), que censura ou louva um indivíduo ou grupo de indivíduos. Esses três gêneros podem ser observados na tabela a seguir:

Tabela 1 - Classificação dos gêneros, adaptado de Pernot (1993, p. 28).

	Papel do ouvinte	Conteúdo	Tempo compreendido	Fim ( <i>telos</i> )	Tipo de argumento mais apropriado
Gênero Deliberativo	Juiz (fala sobre o futuro)	Exortação	Futuro	Útil Prejudicial	Exemplo
Gênero Judiciário	Juiz (fala sobre o passado)	Acusação Defesa	Passado	Justo Injusto	Entimema
Gênero Epidítico	Espectador (fala sobre as ações presentes)	Elogio Censura	Principalmente o presente	Belo Feio	Amplificação

Nessa tríplice concepção, os dos primeiros gêneros (deliberativo e judiciário) têm como ponto de partida teses de natureza polêmica, dividindo o auditório que deve concordar ou refutar as teses colocadas em assentimento pelo orador. Já o gênero epidítico, por sua vez, reforça a adesão em torno de valores pré-existentes do auditório. Nesse caso, então, cabe ao auditório o papel de espectador, sem efetivamente participar da enunciação. Por apresentar-se, sobretudo, como ato de louvação, de elogio, é o epidítico que nos interessa neste trabalho.

Depois de Aristóteles, alguns outros estudos abordaram a importância do epidítico para os estudos da retórica. No entanto, Pernot (1993) ressalta que vários estudos da Retórica, anteriores e contemporâneos à obra aristotélica, mostram uma comum intenção de reivindicar para o epidítico finalidades políticas e sociais e ideológicas, além das literárias e estéticas, vistas

na retórica aristotélica. O autor chama a atenção, porém, ao fato de outros autores tentarem recuperar o papel e a importância do Epidítico frente às questões de cunho social.

Para nós, também, o gênero epidítico compõe uma infinidade de gêneros em circulação na sociedade, que se amparam na ‘eloquência do aparato’<sup>5</sup>. Como exemplo, podemos citar o campo político, em suas reuniões de partido, comícios; o campo religioso, em suas missas e encontros; e o campo da publicidade, em propagandas veiculadas em suportes diversos, o discurso militante.

Normalmente, o epidítico contempla discursos solenes que amplificam uma imagem, uma prática de um grupo. Para Pernot (1993), o discurso epidítico recobre a categoria dos discursos do elogio, a categoria dos discursos da crítica e, de modo geral, todas as formas da eloquência de aparato (das literárias até aquelas tidas como veículo de divertimento como propagandístico).

Em Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), o epidítico é o gênero retórico que trata do elogio e da censura, da crítica ao elogio e, por isso, seria o gênero que mais propicia a propagação e a difusão de valores. Como se prendia também ao belo e ao escárnio foi, durante muito tempo, utilizado na literatura. Mas, como gênero retórico, acredita-se que ele é parte preponderante na arte da persuasão, sendo que “a incompreensão manifestada a esse respeito resulta de uma concepção errônea dos efeitos da argumentação.” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 54).

Assim, o discurso epidítico apresenta-se pretensamente de maneira eficaz, com uma disposição à adesão, por meio da persuasão, porque está entre a ação, a especulação e a ação eficazmente sugerida no seu discurso. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) explicam que o sucesso da adesão, empreendido na aposta argumentativa, não dependerá do grau de probabilidade conferida à tese, mas das escolhas e apostas feitas em favor ou contrário à tese, ou ao objeto-tema.

De um lado a avaliação da eficácia de um discurso é aleatória, de outro, a adesão por ele provocada sempre pode ser utilmente reforçada. É nessa perspectiva, por reforçar uma disposição para ação ao aumentar a adesão aos valores que exalta que o discurso epidítico é significativa e importante para argumentação (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 45).

---

<sup>5</sup> Termo cunhado por Pernot (1993).

É por essa razão que o epidítico parece ser tão apropriado aos estudos da argumentação e aos estudos discursivos. Ele permite, discursivamente, reforçar valores e amplificá-los. Para nós, essa amplificação parece ser ainda maior se ancorada em cenografias validadas, social e coletivamente. O uso do discurso do elogio, nesse sentido, é uma forma bastante eficiente de intensificar/propagar a adesão aos valores comuns, como acontece em publicidades institucionais. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), os gêneros deliberativos e judiciários se utilizam de predisposições que julgam o que o auditório já possuem, de forma discordante, enquanto, no epidítico, os valores sobre os quais há concordância, são uma finalidade a ser perseguida pelo orador. Embora permita a promoção do consenso, sem o qual não haveria adesão, nem persuasão, o epidítico não impede que haja discordância sobre um ponto de reforço a valores.

Na nova retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), temos um outro ponto de vista a respeito do discurso epidítico. Para os autores, “[...] os discursos epidíticos constituem uma parte central da arte de persuadir, e a incompreensão manifestada a seu respeito resulta de uma concepção errônea dos efeitos de argumentação” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 54). Nessa perspectiva, o discurso epidítico é considerado em relação aos seus efeitos que produz no seu auditório, deslocando o papel central do orador para um papel conjunto, de uma comunidade de valores.

Isso nos permite lançar um olhar, por exemplo, para o discurso o propagandístico que, no nosso século, não visa explicitamente à comunhão em torno dos valores, mas, sobretudo, visam suscitar a adesão em torno dos mesmos. Sob o ponto de vista discurso, a importância de uma argumentação retórica não precisa, necessariamente, partir de uma intenção, ou *visée* polêmica (AMOSSY, 2011), para colocar em funcionamento sua argumentação.

Brandão (2011) ressalta que na Nova Retórica (em referência aos trabalhos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), ao atribuir ao epidítico o papel do reforço à ação, os autores deslocam-no do lugar de ‘espetáculo de ostentação estilística’, a um objetivo pragmático que visa a adesão do auditório a determinados valores, que são pré-existentes à própria cena enunciativa. Para esse ator, o discurso epidítico, como gênero retórico, deve levar em consideração o auditório, diante do qual se pronuncia algo; e a principal característica do gênero epidítico seria alçar as qualidades em questão, ao lugar das coisas belas. Discursivamente, pode ser possível afirmar que o epidítico parte de argumentos da doxa, que por sua vez acionam a tríade retórica, de maneira que, ao reforçar valores que o orador supõe que auditório possui, ele

os amplifica através de estratégias retóricas e discursivas que permitem a circulação desses valores partilhados<sup>6</sup>.

Se ao adentrar o campo midiático o discurso das grandes organizações na mídia é promovido por um enunciador coletivo que intenta alcançar um auditório particular, no caso em questão composto por leitores da Revista Exame, esse discurso parece ter a força de atenuar a adesão dos espíritos, levando à ação, e ao mesmo tempo reforçar os valores partilhados no grupo: “na condução das relações humanas, nas quais não há verdade absoluta, somente um acordo sobre o que parece plausível e razoável pode manter a vida social sob a égide da razão” (AMOSSY, 2006, p. 80).

Esses acordos entre o plausível e o razoável, que consideram o discurso como um “agir sobre o outro”, apontam para um caminho que nos interessa nesse trabalho: integrar o discurso epidítico e a argumentação aos estudos discursivos. Como a argumentação, o epidítico parece reforçar ações pré-existentes, historicamente situadas e ancoradas, permitindo o aparecimento e cristalização de uma dimensão argumentativa nos discursos circulantes. Para Miranda (2013), essa relação é latente, uma vez que a argumentação se manifesta não apenas em situações polêmicas, mas também quando há consentimento como o caso do discurso do elogio.

Conforme se percebe, a argumentação discursiva empreendida no/pelo discurso epidítico objetiva intensificar, ou reforçar, a adesão aos valores e às escolhas dessas ações e evidencia uma dimensão argumentativa da linguagem e do discurso. É nesse sentido que levantamos nossa hipótese a respeito dos discursos publicitários em tela. Acreditamos que eles sejam ancorados, sobretudo, em cenografias que colocam em primeiro plano uma ideia ou ponto de vista, sustentado por uma retórica do elogio que cria as condições para o reforço e a amplificação desses valores contidos na cena possam circular discursivamente.

### **3. A cena da enunciação**

De acordo com Maingueneau (2006, p. 250), a situação de enunciação, também compreendida como situação de comunicação, considera “o processo de comunicação, de certo modo, ‘do exterior’, de um ponto de vista sociológico”, são as condições de produção de um discurso. Em contrapartida, a cena da enunciação considera o processo de comunicação “‘do interior’, mediante a situação que a fala pretende definir, o quadro que ela mostra (no

---

<sup>6</sup> Essa confluência nos permite aproximar o campo dos estudos discursivos ao campo dos estudos retóricos.

sentido pragmático) no próprio movimento em que se desenrola” (MAINGUENEAU, 2006, p. 250).

Nesse contexto, a cena da enunciação a que Maingueneau (2011b) se refere compreende três cenas de fala distintas, que se complementam:

- i) a “cena englobante”, definida pelo tipo de discurso;
- ii) a “cena genérica”, definida pelo gênero;
- iii) a “cenografia” que legitima o discurso.

A cena englobante atribui ao discurso seu caráter pragmático e corresponde ao tipo de discurso (jurídico, político, midiático, etc.) do texto; “[...] é ela quem define a situação dos parceiros em certo quadro espaço-temporal” (MAINGUENEAU, 2011, p. 86). No entanto, a cena englobante “não é suficiente para especificar atividades verbais” (MAINGUENEAU, 2006, p. 251), pois o texto é sempre enunciado por meio de um gênero, que compreende outra cena de fala, a genérica. Essa definição de fato apresenta um problema quando pensamos em nosso *corpus*. Não acreditamos ser possível enquadrar o discurso organizacional veiculado na mídia em uma etiqueta política, midiática e/ou institucional. Nesse caso, o tipo de discurso corresponde a uma fusão entre o discurso institucional e midiático, ambos heterogêneos.

A cena genérica está relacionada com o gênero discursivo, que envolve “[...] um contexto específico: papéis, circunstâncias (em particular, um modo de inscrição no espaço e no tempo), um suporte material, uma finalidade etc.” (MAINGUENEAU, 2008, p. 116). A publicidade, como cena genérica, intenta mostrar ou vender um produto, uma ideia. O leitor, ao se defrontar com uma publicidade em revista, sabe que ali estarão apresentadas informações positivas sobre um determinado produto. Dessa forma, cada gênero corresponde “a certo número de expectativas do público e de antecipações possíveis dessas expectativas pelo autor” (MAINGUENEAU, 2006, p. 251), o que possibilita a manutenção das relações sociais, sem que seja necessário que a cada situação de comunicação seja criado um novo gênero; “um sujeito ao enunciar presume uma espécie de ‘ritual social da linguagem’ implícito, partilhado pelos interlocutores” (MAINGUENEAU, 1997, p. 30). Esse ritual compreende a cena genérica.

Essas duas primeiras cenas compreendem, em muitos casos, o que se entende por cena da enunciação, uma vez que, segundo Maingueneau (2011, p. 87) “definem conjuntamente o que poderia ser chamado de quadro cênico do texto. É ele que define o espaço estável no

interior do qual o enunciado adquire sentido – o espaço do tipo e do gênero de discurso”. No entanto, não é com esse quadro cênico que compreende as cenas englobante (discurso organizacional midiático) e genérica (publicidade) que o leitor se depara com um gênero qualquer, e sim com uma terceira cena. Trata-se da cenografia, “[...], a qual não é imposta pelo tipo ou pelo gênero de discurso, sendo instituída pelo próprio discurso” (MAINGUENEAU, 2008, p. 116). Dessa forma, é o próprio discurso que impõe e se apresenta por uma cenografia, que intenta convencer seus interlocutores e instituir essa cena de enunciação para se legitimar.

O leitor se vê assim apanhado numa espécie de armadilha, porque o texto lhe chega em primeiro lugar por meio de sua cenografia, como veremos nas publicidades analisadas neste trabalho, não de sua cena englobante e de uma cena genérica, relegadas ao segundo plano, mas que na verdade constituem o quadro dessa enunciação (MAINGUENEAU, 2006, p. 252).

Para que a cenografia se legitime, é necessário que o discurso faça com que os lugares por ele estabelecidos na cena genérica sejam aceitos por seus leitores, coenunciadores [1] que integram uma cena construída pelo discurso, “é por intermédio de sua própria enunciação que ele [o discurso] poderá legitimar a cenografia que ele impõe” (MAINGUENEAU, 2008, p. 117, inserção nossa).

De acordo com Maingueneau (2008, p. 117), “[...] esses dois lugares supõem igualmente uma cenografia (um momento) e uma topografia (um lugar), das quais pretende originar-se o discurso”. As cenas englobante, genérica e a cenografia formam, portanto, três polos inseparáveis que fundam a enunciação responsável pelo proferimento do discurso.

Pensar em cenografia não nos permite pensar em um lugar, um quadro, em que o discurso viria compreender um espaço já construído, que existiria alheio ao discurso, independente um do outro; pelo contrário, “[...] é a enunciação que, ao se desenvolver, esforça-se para construir progressivamente o seu próprio dispositivo de fala” (MAINGUENEAU, 2011, p. 87). Paradoxalmente, a fala supõe uma enunciação que é validada no quadro cênico pela própria enunciação.

Desse modo, a cenografia é ao mesmo tempo a fonte do discurso e aquilo que ele engendra; ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, estabelecendo que essa cenografia onde nasce a fala é precisamente a cenografia exigida para enunciar como convém, segundo o caso, a política, a

filosofia, a ciência, ou para promover certa mercadoria... (MAINGUENEAU, 2011, p. 87–88)

O que é dito nos discursos deve ser validado pelo próprio discurso, pelo conteúdo que ele engendra, de forma que o discurso organizacional veiculado por meio de uma publicidade seja possível controlar a enunciação, fazendo com que ele se adapte à cenografia que se quer construir, pois “[...] se é verdade que o discurso impõe sua cenografia, desde o início, é também verdade que a legitimação desta se dá por meio de sua própria enunciação” (BENITES, 2009, p. 14).

Alguns gêneros são mais propícios à criação de uma cenografia, como acontece com as propagandas publicitárias que compreendem nosso *corpus*, que são construídas em torno de cenografias específicas. Nesse sentido, acreditamos que o discurso epidítico tem um duplo papel de orientação, interferindo tanto nas práticas discursivas quanto na construção cenográfica das propagandas.

#### **4. O enquadramento temático: ponto de partida**

Para que possamos analisar as propagandas, julgamos necessário perpassar, mesmo que de forma breve, pela noção de enquadramento temático.

O enquadramento envolve, essencialmente, seleção e saliência [de conhecimentos]. Enquadrar significa selecionar alguns aspectos de uma realidade perceptível e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito (ENTMAN, 1994, p. 294, tradução nossa, inserção nossa).

Esse enquadramento está associado a valores institucionais: as empresas apresentam suas práticas sustentáveis que marcam, em torno de certo tema, sua posição frente a uma problemática do mundo (como o caso da sustentabilidade). Ao mesmo tempo em que colocam em circulação sua autoimagem, coparticipam na criação do ethos da Revista Exame, que as publicam. Todo esse movimento em torno da imagem de boa prática sustentável marca uma retomada, uma continuidade e uma amplificação dos valores institucionais representado a partir de uma cenografia validada socialmente, ancorada em um discurso epidítico que elogia as práticas organizacionais.

O enquadramento temático, abordado nessa perspectiva discursiva, pode ser observado por índices de diversas ordens, como veremos ao longo da análise. É importante ressaltar,

contudo, que esse enquadramento não está relacionado apenas à revista que veicula as publicidades e às empresas que colocam em circulação sua marca. O efeito desse enquadramento também se relaciona com o público, neste caso a comunidade de leitores da Revista Exame para quem ele deve fazer sentido<sup>7</sup>.

[...] no intuito e pela necessidade de ser um discurso sobre o mundo, a publicidade ritualiza situações comuns. Separa e junta determinados quadros que, nesta incessante colagem, se transformam de cotidianos em rituais. [...] Tal como no ritual, o que acontece é o destaque de aspectos particulares da realidade, tornar certos elementos mais presente, incisivos e vivos do que outros (ROCHA, 1990, p. 147).

O enquadramento temático da edição da revista diz respeito, portanto, ao agrupamento de conhecimentos sociais acerca da sustentabilidade. Ainda, esclarecemos que não desconsideramos as pesquisas que diferenciam publicidade e propaganda ao compreendê-las como sinônimas. Isso porque nos interessa o produto institucional e midiático, a publicidade, que valoriza em seu discurso a marca e imagem da empresa, colocados em circulação para um público amplo, porém específico (os leitores da Revista Exame), que se preocupa com questões ambientais e práticas empresariais. A edição da Revista Exame em tela é exemplo de um ritual midiático que costuma reunir, em edições especiais, de aniversário, ou anuais, temas caros à sociedade atual, como o da sustentabilidade. Esclarecidos esses pontos, passaremos para a análise.

## 5. Análise das publicidades

Vimos anteriormente que a cena de enunciação, como a de uma publicidade, não apresenta diretamente ao leitor seu tipo do discurso ou seu gênero discursivo, ou seja, ao folhear uma revista e encontrar uma publicidade o leitor não se depara com as cenas englobante e genérica. O que é trazido a ele, em primeiro plano, no caso da publicidade, é uma cenografia que encena situações validadas e que compõem o enquadramento temático em torno do tema da sustentabilidade. O tipo de discurso e do gênero que compõem a moldura em que a cenografia se apresenta ficam em segundo plano.

---

<sup>7</sup> Embora essa seja uma discussão interessante, ela não será desenvolvida neste trabalho.

De forma geral, as publicidades reunidas na Revista Exame em tela não objetivam, previamente, vender um produto. Como se trata de uma publicação destinada a pôr em circulação boas práticas de responsabilidade social empresarial, enquadradas tematicamente como sustentáveis, o que se vende são ideias, boas práticas, bons exemplos. Nesse contexto, o tipo do discurso epidítico parece sustentar as demais cenas. Sua posição, em segundo plano, é estratégica. Vejamos a primeira publicidade.



Figura 1 - Propaganda da Caixa (EXAME, 2012, p. 9-10).

O enquadramento temático da publicidade da Caixa, conforme a figura 1, é apresentada ao leitor por meio de uma cenografia que retoma o discurso (partilhado socialmente) de sustentabilidade. A cenografia construída retoma, portanto, o que pode ser uma interpretação recorrente na sociedade sobre sustentabilidade, a de continuidade: uma planta é regada por uma criança que, por sua vez, está embaixo da sombra de uma árvore maior. A escolha de uma criança também sugere essa continuidade nas práticas sustentáveis, assim como a necessidade de investimento em educação sustentável aos menores.

Enfim, toda essa cenografia construída pela propaganda da Caixa valida e é validada pelo enquadramento temático da sustentabilidade. O enunciado destacado “uma vida depende da outra”, direciona à interpretação que apresentamos anteriormente, uma vez que a criança se

beneficia da sombra da árvore maior, ao mesmo tempo em que provém água para a árvore menor, dando-lhe(s) vida, perpetuando um ciclo. O destaque é dado a uma aforização sentenciosa, apresentada em uma dupla enunciação verbal (o discurso epidítico) e visual (a cenografia). O discurso epidítico de louvação e elogio, que enaltece as práticas sustentáveis e sociais da empresa *Caixa*, é colocando em segundo plano. Isso garante à publicidade, mesmo ancorada nesse tipo de discurso, uma dimensão argumentativa (AMOSSY, 2011).

A enunciação da revista, construída e sustentada a partir do enquadramento temático, contribui para que as virtudes das empresas reunidas nessa edição sejam enaltecidas. Essas virtudes estão relacionadas a uma ampla rede de práticas institucionais, tematizadas e especificadas na publicidade que vende um modelo de prática ao leitor. Isso quer dizer que o produto vendido pela publicidade, como a da Caixa, é uma ideia, um ponto de vista (*visée*) acerca do tema sustentabilidade, um modo de fazer relacionado às práticas da empresa. Ao mesmo tempo em que há uma dimensão argumentativa no discurso da Caixa, que intenta vender um produto, ele sugere e elogia suas virtudes em forma de práticas sustentáveis. A argumentação pauta-se em um discurso que não gera debate, uma vez que correspondem a pré-discursos<sup>8</sup> que são validados por uma comunidade ampla de valores. Vejamos o texto:

UMA VIDA DEPENDE DA OUTRA.  
E TODAS TÊM O APOIO DA CAIXA.

O banco das melhores taxas também é o banco que mais se compromete com as pessoas e com o meio ambiente. Prova disso são os inúmeros projetos financiados pela CAIXA que promovem a sustentabilidade e incentivam a inclusão social, como os programas de saneamento básico, habitação, construções sustentáveis e o Fundo Socioambiental, que destina parte do lucro da CAIXA para ações e investimentos socioambientais. Para saber mais sobre esses e outros programas, acesse [www.caixa.gov.br/sustentabilidade](http://www.caixa.gov.br/sustentabilidade)

A partir da enunciação verbal acima, podemos nos questionar sobre a voz presente no texto. Quem fala? De onde advém a voz que se pronuncia nesse enunciado? O enunciado destacado “Uma vida depende da outra. E todas têm o apoio da caixa” representa o que, comumente, se chama de a voz da empresa, aqui a voz da Caixa, retomada em forma de aforização no destaque.

---

<sup>8</sup> Pré-discursos compreendidos como um conjunto de quadros coletivos, com papel instrucional, que assegura a produção e a interpretação dos discursos. Para Paveau (2013, p. 13), “[...] esses quadros não se encontram somente na cabeça dos indivíduos e na cultura de grupos, mas são distribuídos nos contextos materiais da produção discursiva”.

Essa voz emana de um locutor coletivo, a Caixa, e se apoia em valores também coletivos: da sociedade, relacionados ao enquadramento temático da sustentabilidade, da instituição, relacionados a seus valores organizacionais, todos retomados pela cenografia construída pela propaganda da figura 1, que amplifica seus valores pelo aparato do discurso epidítico. A Caixa compreende, portanto, esse locutor coletivo<sup>9</sup>, manifestada por meio de uma voz aforizante que tem como fonte uma instituição, validada por uma comunidade de valores (a sociedade, representada pelos leitores da revista). Os leitores compreendem, portanto, uma outra comunidade: a comunidade composta pelos leitores da Revista Exame, interessados em boas práticas de sustentabilidade.

Vejamos mais um exemplo de publicidade:



Figura 2 - Propaganda da Cesan (EXAME, 2012, p. 39-40).

A figura 2 corresponde a uma publicidade da empresa Cesan, em que a cenografia construída apresenta uma família (pai, mãe, filho e filha) reunidos na praia, em um dia de sol. O guarda-sol que faz sombra para a família simula uma atividade de ligar os pontos, validando

<sup>9</sup> Coletivo não deve ser compreendido como diferentes vozes falando ao mesmo tempo. Trata-se de uma voz composta por diferentes vozes que cooperam, cada qual, para a formação da instância “Caixa”.

o enunciado em destaque “É só ligar os pontos”, por sua vez, validado pelo enquadramento temático da sustentabilidade. Essa publicidade da Cesan traz em destaque uma asserção generalizante, que carrega consigo o senso comum de que esgoto tratado é sinônimo de mais saúde. Os pontos a serem ligados são os pontos de esgoto, essa aparente metáfora deve ser compreendida pelo leitor para que a cenografia se legitime. A asserção generalizante também é validada pela cenografia, a praia onde está a família é um local limpo, aparentemente sem esgoto. Nesse sentido, a Cesan produz uma cenografia que vende a ideia de que promove ambientes como esse, uma vez que se interessa em tratar esgoto e preservar o meio ambiente, o ambiente limpo corresponderia a um local onde os pontos de esgoto estão corretamente ligados à rede coletora.

O discurso epidítico também prevalece nessa publicidade, embora em segundo plano. Ao mesmo tempo em que constrói uma imagem de empresa responsável e preocupada com o meio ambiente, promove o programa “se ligue na rede”. Nessa publicidade, vende-se, concomitantemente, um produto, o ponto de coleta de esgoto, e uma ideia, que retoma (e nela ancora-se) uma memória coletiva/comum de que esgoto tratado é sinônimo de saúde e na preocupação com o meio ambiente. Sustentabilidade aqui é compreendida não como continuidade, como observamos na figura 1, mas como responsabilidade ambiental, como é possível analisar na cenografia construída. O epidítico, em segundo plano, funciona como um amplificador dessa prática sustentável, dando maior evidência, no primeiro plano, à cenografia que vende a ideia e o produto sustentáveis.

Na propaganda da Cesan ainda é possível observar um duplo movimento em sua argumentação retórica. Ao mesmo tempo em que apresenta um ponto de vista generalizante, apropriando-se e elogiando suas práticas por essa aproximação, também rejeita e critica os que, por ventura, não pensem como ela. Vale ressaltar que as empresas reunidas nessa revista são as que ficaram classificadas durante o processo de avaliação, portanto, sugere-se que outras empresas, que trabalham com o mesmo produto que a Cesan (esgoto), podem nela se espelhar (aqui é evidente o elogio), o que pode ser entendido como uma censura em relação às práticas das outras empresas.

## **6. Considerações finais**

A aproximação entre cena da enunciação e gênero epidítico permitiu-nos atestar, em publicidades veiculadas no “Guia EXAME de Sustentabilidade” da Revista Exame, a hipótese

de que haveria, na cena da enunciação construída, a cenografia é amplificada pelo discurso epidítico.

Dada uma concepção mais ampla de conceito para o discurso epidítico, que apresenta nas propagandas suas práticas e valores institucionais, observamos nas publicidades analisadas que o discurso de elogio figura em segundo plano, embora seja amplificado pela cenografia construída na cena da enunciação, e intenta fortalecer valores e pontos de vista institucionais para uma comunidade ampla e restrita de leitores. A cenografia construída por cada uma das propagandas ancora-se, sobretudo, na concepção da empresa sobre sustentabilidade, discursivizadas no que seriam suas boas práticas institucionais.

O epidítico, em segundo plano, funciona como um amplificador do que é apresentado pela empresa como prática sustentável, dando maior evidência, no primeiro plano, à cenografia que vende a ideia e o produto sustentáveis, virtudes das empresas selecionadas pela revista. Essas virtudes estão relacionadas a uma ampla rede de práticas institucionais, tematizadas e especificadas na publicidade que vende um modelo de prática ao leitor.

## Referências

AMOSSY, R. Contribuição da Nova Retórica para a AD: o estatuto do logos nas Ciências da Linguagem. In: EMEDIATO, W.; LARA, G. M. P. **Análises do discurso hoje**. v. 4. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

BRANDÃO, H. N. O discurso epidítico: emotividade, persuasão e ação. In: EMEDIATO, W.; LARA, G. M. P. **Análises do discurso hoje**. v. 4. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

BENITES, S. A. L. A face do Brasil mostrada nas citações da Revista Veja. **Polifonia**. Periódico do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Universidade Federal de Mato Grosso, ano 17, n. 19, 2009. Cuiabá: Editora Universitária. p. 1-28.

ENTMAN, R. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. In: LEVY, M.; GUREVITCH, M, ed. **Defining media studies**. New York: Oxford University Press, 1994, p. 293-300.

EXAME. **Guia Exame 2012 Sustentabilidade**. São Paulo: Novembro, 2012 – Anual.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Pontes, 1997.

\_\_\_\_\_. **Discurso literário**. Tradução de Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. **Cenas da enunciação**. São Paulo: Parábola, 2008.

\_\_\_\_\_. **Análise de textos de comunicação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MIRANDA, C. R. Considerações acerca da ficcionalidade e da dimensão argumentativa em Dom Casmurro. **Linguagem – Estudos e Pesquisa**, vol. 17, n. 2, p. 121-148, jul./dez. 2013.

PAVEAU, M.-A. **Os pré-discursos**: sentido, memória, cognição. Tradução de Greciely Costa e Débora Massmann. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PERNOT, L. **La rhétorique de l'éloge dans le monde gréco-romain**. Paris: Institut d'Études Augustiniennes/Centre Nacional du Livre, 1993, Tomos I e II.

ROCHA, E. P. G. **Magia e capitalismo**: um estudo antropofágico de publicidade. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

Artigo recebido em: 02.02.2015

Artigo aprovado em: 17.04.2015

# Sobre a construção de um recurso léxico de elementos nominais agentivos e de ação para o processamento computacional do português brasileiro

## Building a lexicon of agentives and action names for computational processing of Brazilian Portuguese

Andréa Feitosa dos Santos<sup>\*</sup>  
Carlos Eduardo Atencio Torres<sup>\*\*</sup>  
Hélio Leonam Barroso Silva<sup>\*\*\*</sup>

**RESUMO:** O principal objetivo desse trabalho é descrever o processo de elaboração de um léxico computacional de elementos nominais agentivos e de ação do Português Brasileiro, construído principalmente para contribuir com a expansão dos recursos léxicos existentes para esta língua. Busca-se, além disso, mostrar como a descrição das línguas encontra espaço dentro do Processamento de Linguagem Natural fazendo uso das Tecnologias de Estados Finitos. O léxico abrange os seguintes aspectos da derivação dos chamados falsos aumentativos: (i) formação sufixal com *-ão* de nomes agentivos; (ii) formação sufixal com *-ão* de adjetivos agentivos; (iii) formação sufixal com *-ão* de nomes de ação. Para derivar os diferentes sentidos presentes nesses três contextos, constatados no português padrão, argumentamos a favor de uma derivação para o sufixo *-ão* em que esse associa-se a uma base verbal. Assim, o léxico foi criado com um duplo objetivo: fornecer subsídios linguísticos para uma aplicação do Processamento de Linguagem Natural e contribuir com a caracterização de elementos nominais agentivos e de ação da língua portuguesa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Léxico computacional. Transdutores de estados finitos. Análise morfológica. Análise derivacional.

**ABSTRACT:** The main objective of this paper is to describe the process of developing a computational lexicon of agentive nominal elements and action of Brazilian Portuguese built mainly to expand existing lexical resources for this language. We aim, in addition, to show how the description of the languages fits inside the Natural Language Processing making use of Finite State Technologies. The lexicon covers the following aspects of the derivation of the so-called false augmentative: (i) suffixal formation with *-ão* of agentive names; (ii) suffixal formation with *-ão* of agentive adjectives; (iii) suffixal formation with *-ão* of action names. To derive different meanings present in these three contexts, observable in standard Portuguese, we argue in favor of a derivation for the suffix *-ão* that is associated with a verbal base. Thus, the lexicon was created with a dual purpose: to provide language support to an application of natural language processing and contribute to the characterization of agentive nominal expressions and to the action of the Portuguese language.

**KEYWORDS:** Computational lexicon. Finite state transducers. Morphological analysis. Derivational analysis.

<sup>\*</sup> Doutora em Linguística. Pesquisadora do Grupo de Redes de Computadores, Engenharia de Softwares e Sistemas (GREat) da Universidade Federal do Ceará (UFC) – [andreafeitosasantos@gmail.com](mailto:andreafeitosasantos@gmail.com)

<sup>\*\*</sup> Mestre em Ciência da Computação. Analista de sistemas do Grupo de Redes de Computadores, Engenharia de Softwares e Sistemas (GREat) da Universidade Federal do Ceará (UFC) – [carlostorres@great.ufc.br](mailto:carlostorres@great.ufc.br)

<sup>\*\*\*</sup> Acadêmico do curso de Licenciatura em Letras – Universidade Federal do Ceará – [heliobarroso@great.ufc.br](mailto:heliobarroso@great.ufc.br)

## 1. Introdução

Muitas ferramentas para o Processamento de Linguagem Natural (PLN) requerem ou se beneficiam de recursos linguísticos, tais como: gramáticas e léxicos. Para tarefas como a análise sintática automática, um léxico morfológico é uma fonte altamente valiosa de informação (SAGOT, 2014).

Um analisador morfológico normalmente constitui uma das primeiras etapas de uma *pipeline* de processamento computacional da linguagem de alto nível. Portanto quanto maior e mais qualitativa for a cobertura da base de dados de um recurso léxico, melhores serão as condições de atuação do analisador, pois o não reconhecimento de uma palavra pode comprometer toda a análise de uma sentença nas etapas de processamento sintático e semântico posteriores ao processamento morfológico (ALENCAR, 2014; MAHLOW, 2011; SMARSARO, 2007, MOTA, 2000).

Para o português brasileiro (PB), até onde sabemos, o dicionário computacional com maior cobertura e livremente disponível é o Dicionário de Palavras Simples Flexionadas para o Português Brasileiro, DELAF\_PB (MUNIZ, 2004). Esse recurso léxico possui aproximadamente 880.000 formas simples flexionadas.

No entanto, tal número é ainda bastante pequeno quando comparado a recursos léxicos de outras línguas. O The Leffe (MOLINERO, SAGOT, NICOLAS, 2009), léxico morfológico de larga escala e livremente disponível para o espanhol, possui 1.590,000 entradas. Já o DeLex (SAGOT, 2014), léxico computacional para o alemão, possui 2.3 milhões de entradas.

Como novas palavras são constantemente formadas em línguas naturais, pela adição de afixos a palavras já presentes no léxico, torna-se necessária uma frequente atualização dos recursos. Devido a isso, a expansão de um léxico computacional é uma tarefa contínua.

Observando-se o grande potencial de produtividade do sufixo *-ão* na formação de deverbais agentivos, i. e. formas que trazem em seu conteúdo a ideia de agente, e de deverbais de ação, i.e. formas que trazem em seu conteúdo a ideia de resultado decorrente de uma ação, a principal motivação para se desenvolver um recurso léxico de elementos nominais para o processamento computacional do português do Brasil foi que o DELAF\_PB, mesmo já sendo muito útil no processamento do português, sob a perspectiva do PLN, pode ser ainda mais abrangente, pois possui em sua base apenas 130 palavras variando entre as noções de agentivos e nomes de ação.

E, para aproveitar essa potencialidade do DELAF\_PB, esse artigo vem exatamente

colaborar com um recurso léxico de elementos nominais agentivos e de ação para o processamento computacional do português do Brasil. Para a construção do recurso, implementou-se em Foma (HULDEN, 2009) - ambiente para o processamento de línguas naturais com base na Tecnologia de Estados Finitos (TEF) - um transdutor de estados finitos arquitetado para gerar e analisar formas deverbais com sufixação em *-ão*. Desse modo, o trabalho vem contribuir efetivamente com os recursos já existentes, através dos 141.170 novos vocábulos obtidos a partir da implementação do transdutor.

Portanto, diante da necessidade de expansão dos recursos léxicos para português brasileiro, esse trabalho tem duplo objetivo: i. fornecer subsídios linguísticos fundamentados para aplicações do PLN, utilizando a TEF e ii. contribuir com a caracterização dos falsos aumentativos, sobretudo as expressões nominais agentivas e os nomes de ação, de modo a contribuir com a formalização do português para o propósito do PLN, pois esta língua, apesar de ser a quinta língua mais falada no mundo e a terceira no mundo ocidental, ainda tem muito a ser tratado para fins computacionais.

Esse trabalho está organizado da seguinte maneira. Na segunda seção, apresentamos a importância do léxico para o PLN. Na seção 3, descrevemos o processo de formação de elementos nominais agentivos e de ação e argumentamos a favor da análise deverbal da sufixação em *-ão* nesse processo derivacional. A seção 4 apresenta uma análise dos aspectos morfológicos envolvidos nos deverbais encontrados no DELAF\_PB. Na seção 5, demonstramos o processo de elaboração do léxico e apresentamos os resultados alcançados. Finalmente, a última seção sumariza as principais características do léxico e aponta possíveis direções para pesquisas futuras.

## 2. PLN e o Léxico

No âmbito do PLN, segundo Freitas (2013, p. 1032),

léxicos se referem ao componente de um sistema que contém informação (semântica e/ou gramatical) sobre palavras ou expressões, enquanto o termo dicionário, normalmente remete a objetos (impressos ou eletrônicos) destinados a leitores humanos.

Assim, uma das tarefas de PLN realizadas por sistemas, tais como os de *Extração de Informação (EI)*, *Perguntas e Respostas* e *Sumarização de Textos*, tomam por base léxicos gerais ou específicos de um determinado domínio (MAHLOW, 2011). No entanto, Duran

(2013) chama atenção para o problema da falta de um pré-conhecimento no computador. A autora coloca o exemplo de uma pessoa estrangeira que tenta identificar o gênero de uma palavra com base na sua língua nativa. Pensando dessa forma, o computador também deve possuir uma língua nativa e, por isso, um recurso léxico precisa ser descrito exhaustivamente.

Em computação, para se resolver alguns problemas, primeiramente deve-se verificar a existência de um algoritmo fechado para se chegar a uma solução (CORMEN, 2002). Caso não exista, como acontece na maioria dos problemas computacionais cotidianos, dependendo do problema, deve-se avaliar um tipo de solução com outros tipos de recursos: heurísticas, algoritmos probabilísticos, estatísticos ou métodos de aprendizado computacional (RUSSELL, 2004). Estas soluções são sempre usadas no PLN e empregam, juntamente com recursos computacionais, o conhecimento de especialistas em linguística, como na construção de recursos léxicos.

Portanto, o sucesso de um sistema com PLN dependerá tanto dos algoritmos como dos subsídios lexicais fornecidos por linguistas. Tais subsídios devem abranger idealmente toda riqueza lexical dos sistemas linguísticos e, devido à característica versátil da língua, os recursos léxicos devem se expandir continuamente.

A importância dos recursos léxicos se deve, principalmente, à existência de palavras que merecem tratamento especial. Torres (2012), em seu trabalho sobre identificação de estruturas sujeito – verbo – objeto (SVO) em textos não formatados, utilizou diferentes regras para identificar esse padrão, mas os resultados mostraram que, às vezes, um erro de classificação morfosintática fazia com que outros erros fossem desencadeados em processos posteriores.

Torres (2012), em seu trabalho, apresenta o exemplo da classificação errônea para a palavra *aí*. Em sua implementação esse elemento de natureza adverbial estava sendo identificado como substantivo e isto, conseqüentemente, causava um grande impacto negativo no sistema. A solução adotada foi a adição dessa entrada lexical na lista de *stopwords*<sup>1</sup>, porém, isto fez o sistema perder robustez, ou seja, a capacidade de encontrar uma solução diante de um determinado problema.

Em outro caso, a palavra *que* era ora identificada como determinante, ora como substantivo, ora como pronome. No entanto, esta palavra não pôde ser colocada na lista de *stopwords* por ser uma palavra importante para o reconhecimento das orações subordinadas.

---

<sup>1</sup> Lista de palavras que o administrador de um sistema define, para que sejam ignoradas durante o processamento de um determinado texto.

Nota-se, portanto, que a solução para isto seria uma base léxica suficientemente grande e não um conjunto de regras para tentar abranger a maioria dos casos.

Desse modo, uma base léxica suficientemente grande e bem fundamentada é extremamente útil para tarefas nada triviais, como a EI, que, atualmente, utiliza técnicas robustas como os métodos de estados finitos para solucionar problemas decorrentes do fato de as informações estarem de certo modo desestruturadas nos textos (JURAFSKY & MARTIN, 2009, p. 725).

Sendo o léxico um repositório de palavras, esse deve consistir de uma lista de todas as palavras de uma língua, incluindo nomes próprios. Uma vez que seria inconveniente ou mesmo impossível, por várias razões, listar todas estas palavras, léxicos computacionais são normalmente estruturados com uma lista de cada raiz e afixo das línguas, juntamente com uma representação morfológica que nos diz como eles podem se encaixar (JURAFSKY & MARTIN, 2009, p. 54). Mais sobre essa forma de se estruturar um léxico computacional, falaremos na seção 5 do presente artigo.

Na próxima seção, com o intuito de fundamentar a construção do nosso recurso léxico, descrevemos o processo de formação dos elementos nominais agentivos e de ação e argumentamos a favor da análise deverbal da sufixação em *-ão* nesse processo derivacional.

### **3. Elementos nominais agentivos e de ação**

A possibilidade de criação de novos vocábulos em português se dá de muitas formas. A compreensão dos processos de formação de palavras de uma língua, tais como a sufixação, é uma parte crítica da morfologia derivacional. Entender o comportamento morfológico e semântico do processo de sufixação é inestimável para a compreensão da produtividade dos processos morfológicos derivacionais.

A derivação morfológica é uma das maneiras de se perceber a enorme riqueza das línguas naturais. Esse assunto é sempre retomado e mencionado por linguistas e gramáticos, dentre os quais pode-se citar Câmara Júnior (2009), Rocha (2008), Bechara (2009) e Cunha e Cintra (2013).

Em geral, em suas análises, todos se posicionam claramente em favor do aspecto não obrigatório e assistemático que caracteriza o processo derivacional de criação de novas palavras. Essa é a principal diferença dos sufixos flexionais, ou desinências, os quais indicam que um vocábulo se dobra a novos empregos do mesmo vocábulo (derivação natural) e por isso

não se devem confundir com os sufixos derivacionais, destinados a criar novos vocábulos – derivação voluntária (CÂMARA JÚNIOR, 2009).

Contrariamente à acepção assistemática do processo derivacional, é possível defender a sistematicidade dos processos morfológicos de flexão e derivação no português, como se pode observar em diversos trabalhos, dentre os quais pode-se citar Monteiro (2002), Basílio (2006) e Silva (2009). No tocante ao sufixo *-ão*, o autor se posiciona a favor da formação dos agentivos derivados a partir desse sufixo, no entanto deixa em aberto se as novas palavras são derivadas de uma base verbal ou nominal. A partir disto, esse trabalho apresenta um argumento a favor da análise deverbal da sufixação em *-ão* e da sua sistematização na formação de agentivos e também de nomes de ação, mostrando que ela é preferível a uma análise que considere um nome como origem da derivação.

Com base na observação do Dicionário de Palavras Simples para o Português Brasileiro, O DELAS\_PB<sup>2</sup> (MUNIZ, 2004), verificou-se que o léxico nominal representa o maior grupo de palavras desse dicionário. Na perspectiva da morfologia derivacional, a possibilidade de criação de novos vocábulos nominais do PB se dá, especialmente, pela derivação sufixal.

Uma análise do morfema *-ão* no Aulete Digital revelou que esse dicionário eletrônico, apesar de seu inestimável valor, atribui ao sufixo em questão, além da interpretação original de grau aumentativo, apenas a noção de nomes de ação. No entanto, em seus estudos sobre a polissemia desse morfema, Pezatti (1989) defende a presença, nessa forma sufixal, do valor semântico agentivo, mesmo que carregue um traço aumentativo. Esta ideia é corroborada por Santos (2009) e Rodrigues e Vale (2013), para os quais a sufixação é o fenômeno responsável pela formação dos nomes agentivos e dos nomes de ação derivados através do morfema *-ão*.

A derivação sufixal em *-ão* constitui processo gramatical e semântico de considerada riqueza e flexibilidade de uso no léxico. Um primeiro ponto a ser ressaltado é que há uma considerável quantidade de formas derivadas desse sufixo. A forma mais produtiva com esse sufixo em PB são os casos de grau aumentativo, como *narigão* e *meninão*. Outra forma bastante produtiva em Português é a formação de alguns gentílicos, como em *gascão*, que não designa aumentativo e sim denota valor semântico de *aquela que nasceu na Gasconha* (SANTOS, 2009; ARMELIN, 2011).

---

<sup>2</sup> O DELAS\_PB possui aproximadamente 67.500 entradas canônicas associadas a suas regras de flexão. Dentre estas, os adjetivos e os nomes somam 50.145 entradas. Esse número corresponde a, aproximadamente, 75% dos vocábulos.

Outro ponto interessante que queremos ressaltar é que, se compararmos a derivação sufixal em *-ão* com outros formadores de aumentativo em PB, como *-aço* e *-aréu*, verifica-se que esses morfemas, ao serem alternados em um mesmo contexto morfológico com a forma *-ão*, não recebem os sentidos agentivos e nem designam nomes de ação, como se vê no morfema em questão (SANTOS, 2009). Observe os exemplos:

- (1) Mulher – mulherão – mulheraço
- (2) Mundo – mundão – mundaréu

Em (1) e (2) o grau se dá pela adjunção de sufixos, mas sem que haja a mudança da classe gramatical. Os novos vocábulos permanecem com a mesma classe gramatical das bases de derivação (ROCHA, 1986). Agora, vejamos o que acontece se tentarmos fazer o mesmo teste com bases verbais.

- (3) Pedir – pidão - \*pidaço - \*pidaréu
- (4) Comichar – comichão - \*comichaço – \*comicharéu

Dado que *pedir* e *comichar* pertencem à classe dos verbos, esses não podem formar vocábulos nominais com grau de aumentativo. Se os vocábulos nominais *pidão* e *comichão* podem ser derivados de verbo, então temos um indício de que não se trata de um processo derivacional de grau, mas sim de um processo derivacional produtivo na formação de agentivos e resultado de ação.

Com base nisso vemos que, além de grau de aumentativo, as formas de sufixação em *-ão* realmente apresentam duas significações a mais para esse morfema, a saber, *nomina agentis* (agente) e *nomina actionis* (ação ou resultado). A questão aqui colocada é saber se um substantivo ou adjetivo terminado em *-ão* deriva de fato de um verbo.

Nesse trabalho partimos da defesa dos processos deverbais envolvidos na derivação sufixal em *-ão*, pois, como será visto um pouco mais adiante, fica claro, que por uma questão de economia, o processo deverbal é mais econômico que uma derivação verbal somada a uma derivação nominal.

Observe os exemplos abaixo:

- (5) **Agente (nomina agentis)**  
brigão

chorão  
fujão  
pidão

Nos exemplos em (5), vemos que o sufixo *-ão* confere à base o valor semântico agentivo “aquele que *briga/chora/foge/pede*”, associada a um traço de intensidade. Os vocábulos *brigão*, *chorão* e *fujão* em (5) podem ter sido derivados tanto das bases nominais *briga*, *choro* e *fuga*, como das bases verbais *brigar*, *chorar* e *fugir*. Somente o vocábulo *pidão* nos permite afirmar que se trata de uma derivação deverbal, uma vez que não há uma base nominal da qual pudesse ter sido derivado.

Agora vejamos os seguintes exemplos:

- (6) **Ação ou resultado de um verbo (nomina actionis)**  
beliscão  
apertão  
esfregão  
cutucão

Nos exemplos em (6) o sufixo atribui à base o valor semântico de “ação ou resultado de uma ação”. Note que tanto *beliscão*, como *esfregão* e *cutucão* possuem apenas as bases verbais *beliscar*, *esfregar* e *cutucar*. Somente o vocábulo *apertão* pode ter sido derivado ou da base nominal *aperto* ou da base verbal *apertar*.

Observe ainda que tanto em (5) como em (6), o sufixo transmite a ideia de agente e de ação ligada ao significado existente nos verbos, mas também transforma o verbo em um nome. Nesses casos, o sufixo não só empresta significado acessório ao semantema como muda a palavra de uma classe ou função para outra. Desse modo, com base nos contrastes dos exemplos em (5) e em (6), nos posicionamos em favor da derivação verbal desses vocábulos.

Nesse trabalho apresentamos um argumento a favor da análise deverbal da sufixação em *-ão* para a formação de agentivos e nomes de ação, mostrando que ela é preferível a uma análise que considere um nome como a origem da derivação. Na próxima seção apresentamos uma análise dos aspectos morfológicos envolvidos nos deverbais encontrados no DELAF\_PB e fazemos uma classificação tipológica desses deverbais.

#### 4. Análise do DELAF\_PB

Nesse trabalho tratamos, especialmente, de derivação sufixal. Em português, a sufixação é um fenômeno que constitui processo gramatical e semântico de considerada riqueza e

flexibilidade de uso no léxico. Esse processo derivacional é responsável pela formação dos nomes agentivos e dos nomes de ação, derivados através do morfema *-ão*.

Devido a necessidade de descrever o léxico do português para fins de processamento automático, um vasto número de vocábulos em *-ão* foi observado, a fim de fazer uma descrição do conteúdo desta forma sufixal. Com o intuito de sistematizar os aspectos morfológicos envolvidos nesta derivação sufixal, foi feito um levantamento das entradas lexicais do DELAF\_PB.

O DELAF\_PB, até onde sabemos, é o recurso léxico do PB com maior cobertura e que está livremente disponível para download no site do Núcleo Interinstitucional de Linguística Computacional (NILC). Mesmo possuindo, aproximadamente, 880.000 palavras flexionadas, esse recurso léxico possui apenas 130 palavras variando entre as noções de agentivos e nomes de ação.

Para chegarmos a esse número, inicialmente foram selecionados do DELAF\_PB todos os vocábulos terminados em *-ão*, incluindo nomes, verbos, adjetivos, advérbios, etc. Em seguida, por estarmos tratando somente do caso dos falsos aumentativos<sup>3</sup>, foram consideradas apenas as palavras da classe dos adjetivos e dos substantivos. Por fim, como não estamos considerando os casos de aumentativos, foram retiradas do DELAF\_PB, de modo automático, as palavras que estavam definidas por esse dicionário como possuidoras de grau.

Diante da nossa escolha em fazer uma distinção entre o sufixo *-ão* em contexto de uso aumentativo e esse mesmo sufixo em outros contextos, como os deverbais agentivos e de ação, foram desconsideradas as palavras terminadas em *-ção*, embora saibamos que esse sufixo é claramente um formador de um verbal que resulta de um verbo de ação, como em *chateação* e *aporrinhção*. Foram retirados ainda os gentílicos, como *afegão* e os nomes próprios, como *Abraão*.

Outros verbetes foram descartados da análise, quando se constatava que suas terminações não se configuravam de fato em sufixo. Para exemplificar tal procedimento, pode-se citar *bastão*, cujo sentido não está atrelado ao sentido do lexema (seja *\*basto* ou *\*bastar*), ou ainda *boião*, cujo sentido de *vaso* ou *fogão* não está de maneira alguma ligado ao verbo *boiar*. Outros exemplos de vocábulos retirados são: *cafetão*, *cordão*, *corrimão*, *furacão*, *garanhão*, *ocasião*. Ao final, dos 130 vocábulos obtidos, observamos que 37 são adjetivos e 93

---

<sup>3</sup> Adotamos a noção de falso aumentativo presente em Rodrigues e Vale (2013) para nos referirmos aos casos de sufixação em *-ão* que não recebem interpretação de aumentativo.

são substantivos.

Das 37 bases adjetivais somente 31 foram analisadas, pois as outras 6 possuíam classificação duvidosa. Dos 31 vocábulos classificados como adjetivos, após consulta no Aulete Digital das entradas lexicais encontradas, observamos que 14 possuíam tanto nomes como verbos com a mesma significação, sugerindo que podem ter sido derivados tanto de uma base nominal como de uma base verbal. Os outros 17 vocábulos possuem registros no Aulete Digital apenas para verbos com a mesma significação, sugerindo que podem ter sido derivados exclusivamente de uma base verbal<sup>4</sup>.

Em termos percentuais podemos dizer que 43,24% podem ter ambas as bases como ponto de derivação. Os outros 56,76% possuem somente a base verbal como ponto derivacional. Confira a tabela 1 abaixo:

Tabela 1: Classificação tipológica dos deverbais adjetivais em -ão.

ADJETIVOS					
Base Nominal	Base Verbal	Agentivo	Resultado de ação	Agentivo ou Resultado de ação	Instrumento
Briga	brigar	brigão	-	-	-
...	...	::	::	::	::
Subtotal		14	-	-	-
Base Verbal		Agentivo	Resultado de ação	Agentivo ou Resultado de ação	Instrumento
falastrar		falastrão	-	-	-
...		...	::	::	::
Subtotal		17	-	-	-
Total:		31	-	-	-

Já em relação aos substantivos, 28 podem ter sido derivados tanto de uma base nominal como de uma base verbal e 65 podem ter apenas uma base verbal. Confira alguns exemplos na tabela 2.

<sup>4</sup> Foi utilizado como critério para esta afirmação a inexistência de uma entrada lexical nominal no Aulete Digital.

Tabela 2: Classificação tipológica dos deverbais nominais em -ão.

NOMES					
Base Nominal	Base Verbal	Agentivo	Resultado de ação	Agentivo ou Resultado de ação	Instrumento
brida	bridar	bridão	-	-	-
acordo	acordar	-	acordão	-	-
abano	abandar	-	-	abanão	-
poda	podar	-	-	-	podão
...	...	..	..	..	..
Subtotal		9	16	2	2
Base Verbal		Agentivo	Resultado de ação	Agentivo ou Resultado de ação	Instrumento
lambuzar		lambuzão	-	-	-
arranhar		-	arranhão	-	-
chupar		-	-	chupão	-
...		...	...	...	...
Subtotal		28	34	2	-
Total		37	50	4	2

Em termos percentuais podemos dizer que 30,11% podem ter ambas as bases como ponto de derivação e que somente a base verbal pode ser a base derivacional em 69,9% dos casos.

Outro aspecto considerado relevante em nossa análise do DELAF\_PB é a noção presente dos novos vocábulos resultantes da derivação. Observamos que, dos 31 vocábulos classificados como adjetivos, todos possuem somente a noção de agentividade.

Em relação aos substantivos, observamos que, quando consultados no Aulete Digital, dos 93 vocábulos nominais, 37 são considerados por esse dicionário puramente como agentivos, 50 podem ser interpretados como resultado de ação, 4 possuem ambas as noções e somente dois

trazem a noção de instrumento.

Em termos percentuais a noção de agentividade presente nos substantivos em *-ão* corresponde a 39,79 % dos vocábulos. Enquanto as noções de ação, ambas as noções e de instrumento correspondem a 53,77 %, 4,30 % e 2,16 %, respectivamente. Note que, se os novos vocábulos formados são nominais, a produtividade desse sufixo é maior para a noção de resultado de uma ação.

Esses números sugerem que a derivação em *-ão*, na acepção aqui proposta, é um processo deverbal, pois nem sempre há uma base nominal correspondente ao significado presente no novo vocábulo. Supomos, então, que a derivação pode ocorrer de uma base nominal desde que esta base já seja uma forma deverbal. Sem uma base verbal que origine um nome base para uma posterior sufixação em *-ão*, não há como se obter um vocábulo em *-ão*, que extrapole a noção de grau aumentativo e represente as noções agentiva e ação.

Como a construção de um léxico deve ser linguisticamente bem fundamentada, nesta seção embasamos o presente trabalho no quadro da Morfologia Derivacional para descrever o fenômeno da sufixação em *-ão* na formação de agentivos e de nomes de ação. A próxima seção discuti como representar uma versão do léxico para a derivação dos agentivos e dos nomes de ação, incluindo como usar TEF para modelar combinações mórficas de derivação.

## 5. Elaboração do léxico

Esta seção fala sobre a construção de um recurso léxico de elementos nominais agentivos e de ação para o processamento computacional do Português do Brasil. A fim de criar o recurso léxico para os deverbais agentivos e deverbais de ação aqui propostos, o primeiro passo foi, é claro, reutilizar recursos léxicos disponíveis para o Português. Reutilizar esses recursos é uma maneira prática para iniciar o desenvolvimento de um novo. Portanto, partindo da hipótese da derivação verbal, tomamos os radicais das formas verbais infinitivas do DELAF\_PB e construímos a arquitetura do nosso transdutor de estados finitos.

Uma maneira de gerar, de modo automático, recursos léxicos para o PLN se dá pela compilação de transdutores de estados finitos. Transdutores de estados finitos permitem modelar os mais diferentes fenômenos, desde o funcionamento de uma máquina até processos de formação de palavras. Entende-se por *estado* um modo transitório atribuído ao objeto que está sendo modelado. A depender do objeto, estímulos permitem a *transição* de um estado para outro. No caso de uma máquina, por exemplo, os estados ON - OFF são claramente definidos

e motivados. No caso das línguas naturais o importante são as transições. Um conjunto de estados interligados por transições é chamado de *rede*. O termo *finito* é utilizado para se referir ao “número de estados da rede que, para o presente propósito, pode ser satisfatoriamente entendido como não-infinito (KARTTUNEN, 2003, p.2-5)”.

Para se obter o transdutor, compilamos no Foma a codificação proposta na nossa arquitetura derivacional. O Foma é um compilador, uma linguagem e uma biblioteca. Trata-se de um ambiente para o processamento de línguas naturais, baseado na TEF, capaz de construir e operar transdutores de estados finitos (HULDEN, 2009). Esse compilador permite a descrição de palavras formadas por processos derivacionais e flexionais. A análise das derivações e das flexões é baseada na descrição de regras morfológicas, representadas na arquitetura do transdutor de estados finitos.

Todo transdutor tem duas faces, uma face de superfície, onde estão as formas de superfície (*lower words*) e uma face subjacente, onde estão as formas subjacentes (*upper words*). Diz-se que um transdutor analisa quando o *input* corresponde a uma forma subjacente. E inversamente, quando o *input* é uma forma de superfície, diz-se que o transdutor gera.

Para codificar a arquitetura de um transdutor e mapear os pares *forma subjacente* e *forma de superfície* é necessário utilizar o formalismo *lexc*. Nesse formalismo, por um lado, o código é formado por blocos LEXICON. Vejamos um exemplo:

LEXICON	Radicais
...	...
tripudi	PoS;
tropic	PoS;
tropeç	PoS;
...	...
LEXICON	PoS
...	...
ão:^ão+Nag+MASC+SG	#;
...	...

Note que no nosso transdutor estão codificados o LEXICON dos radicais verbais e o LEXICON das características morfossintáticas em questão, nomeados como *Radicais* e *PoS*, respectivamente.

Por outro lado, o desenho da arquitetura depende das decisões linguísticas adotadas. Por exemplo, codificamos as etiquetas morfossintáticas e as classes gramaticais, tais quais: V(erbo), Nag (nomes agentivos), Nac (nomes de ação), A(adjetivos agentivos), MASC(ulino),

SG(singular), FEM(inino) e PL(ural). Note que as etiquetas Nag e Nac expressam a distinção entre os deverbais agentivos e os de ação. No desenho da arquitetura também estão estabelecidos o bloco dos radicais verbais e o bloco das informações derivacionais e flexionais.

Na arquitetura do nosso transdutor está codificado que somente os nomes e os adjetivos agentivos recebem traços de gênero e número. Por outro lado, os nomes que designam resultado de ação recebem apenas os traços de número, pois diferentemente dos agentivos, estes nomes não alternam em gênero, como demonstram os exemplos abaixo.

(7) **agentivos**

o babão – a babona

**b. resultado de ação**

o remendo - \*a remenda

Como já foi dito, o nosso transdutor foi construído com base nas formas verbais infinitivas do DELAF\_PB, mas como a arquitetura do transdutor foi construída com base apenas em radicais verbais, para evitar que o transdutor hipergerasse, eliminamos as marcas de infinitivo e modelamos nossa arquitetura com base apenas nos seus radicais.

Para tanto, foram excluídos, de modo automático, os casos de verbos monossilábicos, pois ao terem suas marcas de infinitivo eliminadas, perderiam também a informação semântica presente no radical, como em (8):

(8) ter – t-  
dar – d-

Ao serem retiradas as marcas de infinito desses verbos, o que se obtém é *t-* e *d-*, que certamente não são morfemas do português.

Regras de alternância ortográfica que ocorrem em determinados verbos também não foram modeladas nesse trabalho, ou seja, não foram modeladas as alternâncias morfológicas que ocorrem nas vogais dos radicais verbais, como em (9):

(9) pedir – pidão

Informados os radicais e modeladas as regras de derivação e flexão morfológicas, o próximo passo foi compilar no Foma a codificação referente ao processo de formação dos deverbais para a geração do transdutor.

Daí então, o arquivo é lido e compilado no Foma do seguinte modo:

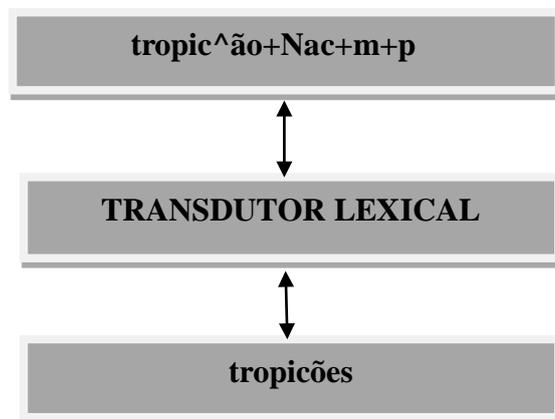


Figura 1: Representação da relação de mão dupla existente entre a forma subjacente *tropic^ão+Nac+m+p* e a forma de superfície *tropicões*.

Note que, no transdutor, a forma de superfície corresponde a *tropicões* e na forma subjacente encontram-se o lema e os traços e classes gramaticais<sup>5</sup>.

Os conjuntos de palavras morfologicamente relacionados pela derivação podem ser representados usando um grafo, tal como na Figura 1, onde o *input* representa o radical da forma derivada e o *output* seu código flexional. Assim, o grafo gera as seguintes entradas para o recurso léxico:

tropicões: tropic^ão+Nac+MASC+PL  
 tropicões: tropic^ão+Aag+MASC+PL  
 tropicões: tropic^ão+Nag+MASC+PL  
 tropiconas: tropic^ão+Aag+FEM+PL  
 tropiconas: tropic^ão+Nag+FEM+PL  
 tropiconas: tropic^ão+Aag+FEM+SG  
 tropiconas: tropic^ão+Nag+FEM+SG  
 tropicão: tropic^ão+Nac+MASC +SG  
 tropicão: tropic^ão+Aag+MASC +SG  
 tropicão: tropic^ão+Nag+MASC +SG

<sup>5</sup> Chamamos atenção para o símbolo “^” que representa o limite do morfema.

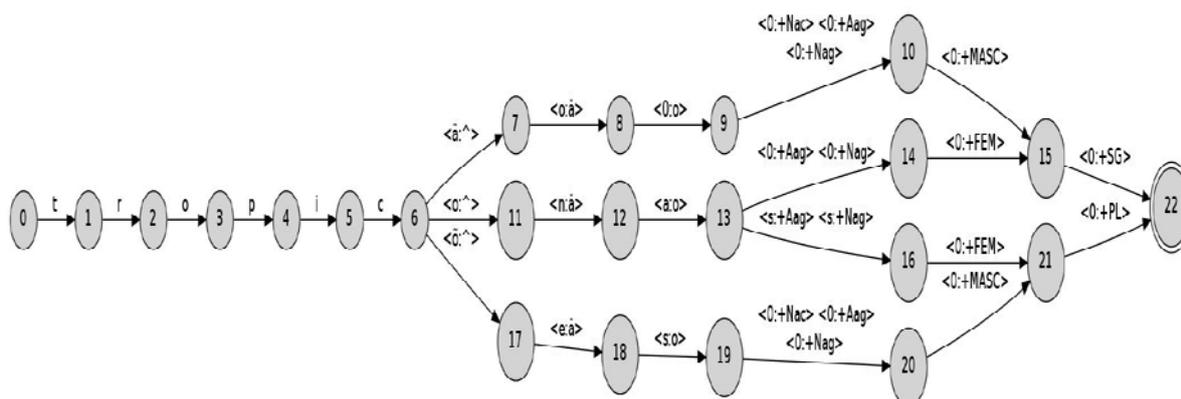


Figura 2: transdutor modelando uma alternância morfológica na derivação de agentivos: inserção de *-ão* após o radical verbal.

Cada caminho percorrido pelo transdutor no momento de uma análise ou de uma geração corresponde a um par *forma subjacente-forma de superfície*. Desse modo, nosso transdutor possui 14.241 radicais, que, ao serem compilados no Foma, causaram uma explosão de novas formas.

Com a implementação, foram obtidos 141.170 caminhos, cada um desses correspondendo a uma nova entrada do recurso léxico. Esse considerável enriquecimento do recurso léxico se deve a duas razões, quais sejam, a quantidade de radicais verbais obtidos do DELAF\_PB e ao fato de o sufixo *-ão* ser realmente fértil em suas acepções. Ademais, o transdutor possui 6.948 estados, 22.232 transições e tem um tamanho ínfimo de 348,1 KB.

## 6. Considerações finais

Nesse artigo um recurso léxico de elementos nominais agentivos e de ação para o processamento computacional do Português do Brasil foi apresentado. O léxico foi implementado em Foma e, com os seus 141.170 vocábulos, contribui consideravelmente com os recursos já existentes. Até onde sabemos, esse recurso léxico é o primeiro a trazer um número significativamente grande de expressões nominais agentivas e de ação geradas pela sufixação em *-ão*. A existência de um léxico com deverbais agentivos e deverbais de ação pode ser de grande valor, já que, como se observou no DELAS\_PB, as expressões nominais representam um grande grupo de palavras do PB.

O trabalho trata da importância dos recursos léxicos para o PLN, descreve o processo de formação dos nominais agentivos e de ação e argumenta a favor da análise deverbal da

sufixação em *-ão*, com base na análise dos aspectos morfológicos envolvidos no processo de elaboração do léxico.

Com o objetivo de fornecer subsídios linguísticos fundamentados para as aplicações do PLN utilizando a TEF e de contribuir com a caracterização dos falsos aumentativos, o léxico apresentado é mais um recurso para o processamento do PB, que contribui, com a sua cobertura, para a expansão dos léxicos computacionais já existentes.

No entanto, o processo de elaboração de um recurso léxico não consistiu apenas na análise e geração de palavras, mas incluiu, também, uma fundamentação linguística baseada na morfologia derivacional, com o objetivo de caracterizar o comportamento das palavras no contexto da sufixação em *-ão*.

O processo de elaboração do léxico se justifica, principalmente, pela preocupação em incorporar nos recursos léxicos já existentes palavras que, embora em um contexto morfológico apareçam como derivações sufixais em *-ão*, não correspondem a vocábulos que expressam grau de aumentativo.

É necessário considerar que, para além da sufixação em *-ão*, na elaboração da arquitetura do nosso transdutor, nós também tratamos o correspondente plural *-ões*, assim como as formas femininas *-ona* e *-onas*. Para trabalhos futuros, as palavras geradas e analisadas pelo nosso transdutor podem, ainda, contribuir para a investigação, na língua, das restrições semântico-pragmáticas e morfofonológicas dos verbos envolvidos na derivação em questão.

Desse modo, pode-se afirmar que os resultados obtidos foram satisfatórios, pois a discussão gerada conseguiu aprofundar o problema da definição da origem dos agentivos e dos nomes de ação no português do Brasil e, conseqüentemente, colaborar para a expansão dos recursos léxicos atualmente existentes para o Português.

### Referências Bibliográficas

ALENCAR, L. F. *et. al.* JMorpher: a Finite-State Morphological Parser in Java for Android. In: BAPTISTA, J.; MAMEDE, N. (Eds.). **Proceedings of the 11<sup>th</sup> International Conference on Computational Processing of Portuguese, PROPOR 2014**. São Carlos: USP-São Carlos, 2014. p. 59-69.

ARMELIN, P. R. G. Sobre a interação entre as marcas de diminutivo e aumentativo no Português Brasileiro. **ReVEL**, edição especial, n.5, 2011.

BASÍLIO, M. **Formação e classes de palavras no português do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CÂMARA JÚNIOR, J. M. **Estrutura da Língua Portuguesa**. 42. ed. Petrópolis: vozes, 2009.

CORMEN, T. H. et al. **Introduction to Algorithms**. 2 ed. Cambridge: MIT Press, 2001.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Gramática do Português Contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2013.

DICIONÁRIO AULETE. Dicionário online Caldas Aulete. **Aulete Digital**. Disponível em <http://www.aulete.com.br/>. Acesso em 09 outubro 2014.

DURAN, M. S. A importância dos recursos lexicais para o processamento automático do português. **Estudos Linguísticos**, v. 42, n.2, 2013.

FREITAS, C. Sobre a construção de um léxico da afetividade para o processamento computacional do português. **RIBLA**, Belo Horizonte, v. 13, n. 4, p. 1031-1059, 2013.

HULDEN, M. Foma: a finite-state compiler and library. **Proceedings of the 12th Conference of the European Chapter of the Association for Computational Linguistics (Demos)**. Stroudsburg, 2009. p. 29-32.

JURAFSKY, D.; MARTIN, J. H. **Speech and language processing: An introduction to natural language processing, computational linguistics, and speech recognition**. 2. ed. New Jersey: Pearson Education, 2009.

KARTUNEN, L.; BEESLEY, K. **Finite State Morphology**. Stanford: CSLI Publications, 2003.

MAHLOW, C. Prefácio. In: MAHLOW, C.; MICHAEL, P. (Orgs). **Systems and Frameworks for Computational Morphology. Proceedings of the Second International Workshop on Systems and Frameworks for Computational Morphology (SFCM)**. Zurich, 2011.

MOLINERO, M. A.; SAGOT, B.; NICOLAS, L. A morphological and syntactic wide-coverage lexicon for Spanish: The Leffe. **Proceedings of the International Conference Recent Advances in Natural Language Processing (RANLP)**, Borovets, 2009. p. 264-269.

MONTEIRO, J. L. **Morfologia Portuguesa**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.

MOTA, C. Analysis of Derivational Morphology by Finite State Transducers. In: DISTER, A. (Ed.). **Actes des Troisièmes Journées INTEX, RISSH: Revue, Informatique et Statistique dans les Sciences Humaines**, Liège: Université de Liège, 2000. p. 273-287.

MUNIZ, M.C. M. Projeto UNITEX-PB. **Núcleo Interinstitucional de Linguística Computacional (NILC) – USP-São Carlos**, São Paulo, 2004. Disponível em <http://www.nilc.icmc.usp.br/nilc/projects/unitex-pb/web/dicionarios.html>. Acesso em 09 outubro 2014.

PEZZATTI, E. G. A gramática da derivação sufixal: três casos exemplares. **Alfa**. São Paulo, n. 33, p. 103-114, 1989.

ROCHA, L. C. de A. **Estruturas morfológicas do Português**. 2. Ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

RODRIGUES, R.; VALE, O. A. Análise dos falsos aumentativos no Português Brasileiro. **Anais da III Jornada de Descrição do Português**, Fortaleza: Unifor, 2013. p. 9-14.

RODRIGUES, R.; VALE, O. A. Calça, calcinha, calção: falsos diminutivos e falsos aumentativos no Português do Brasil. **Anais do II Colóquio Brasileiro de Morfologia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. p. 209-218.

RUSSEL, S. J.; NORVIG, P. **Artificial Intelligence: a modern approach**. 2. ed. New Jersey: Pearson Education, 2003.

SAGOT, B. DeLex, a freely-avaible, large-scale and linguistically grounded morphological lexicon for German. **Proceedings of the XIX International Conference on Language Resources and Evaluation (LREC)**, 26-31 May, Reykjavik, Iceland, 2014. p. 2778-2784.

SANTOS, A. P. Estudo do sufixo –ão: Valores semânticos e proposta genealógica *In*: MARÇALO, M. J. *et al.* (Orgs.). **A língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas**. Évora: Universidade de Évora, p. 1-21, 2010.

SANTOS, A. P. Para além do significado de aumentativo do sufixo –ão. **Cadernos do CNLF**, Rio de Janeiro, v. XIII, n. 4, p. 2494-2510, 2009.

SILVA, A. L. R. **Morfologia derivacional da língua portuguesa: o sufixo –vel na formação dos adjetivos**. 2009. 141 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística. Mestrado Interinstitucional UFC/UFMA, Fortaleza, 2009.

SMARSARO, A. O léxico e o processamento de linguagem natural. **Revista (Con) Textos Linguísticos**, Vitória, n. 1, p. 49-54, 2007.

TORRES, C. E. A. **Uso de informação linguística e análise de conceitos formais no aprendizado de ontologias**. 2012. 67 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) – Instituto de Matemática e Estatística, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Artigo recebido em: 22.02.2015  
Artigo aprovado em: 14.06.2015

## Contribuições para uma matriz de análise do Livro didático digital de Língua Portuguesa- PNLD 2015

### Contributions to a framework for the analysis of Portuguese Language digital textbooks – PNLD 2015

Joaquina Aparecida Nobre da Silva\*  
Valeska Virgínia Soares Souza\*\*

---

**RESUMO:** O presente estudo objetiva trazer contribuições para uma proposta de análise do Livro didático digital no âmbito do PNLD 2015. Assim, é apresentada uma matriz com foco na aprendizagem que pode ser complementar à análise feita dos objetos educacionais digitais pelo edital do PNLD 2015. Essa matriz tomou como referência os estudos sobre integração e normalização de recursos digitais na área educacional. Foi analisada uma coleção de Livros de Língua Portuguesa para o Ensino Médio, com Livro didático digital, aprovada nos termos do edital acima referido. Os resultados mostraram que, nos objetos educacionais digitais analisados, o foco é mais de exposição do que de propiciar interação, tendo em vista os propiciamentos que os recursos digitais oferecem. Acrescenta-se que, embora tenhamos chegado a esse resultado, os objetos contemplam todas as exigências do edital PNLD 2015, inclusive as limitações definidas. Isso sinaliza que alterações no edital do PNLD em relação ao enfoque do Livro Didático Digital podem contribuir para reforçar a implementação do uso de recursos tecnológicos na educação com vistas a um maior aproveitamento de aprendizagem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Livro didático digital. Língua Portuguesa. Propiciamentos.

---

**ABSTRACT:** This study aims at bringing contributions to a proposal of a framework for the analysis of digital textbooks guided by the standards of the national guidelines named PNLD 2015. Thus, a matrix with a focus on learning is presented. It can be complementary to the analysis of digital objects already conducted following the PNLD 2015. This matrix takes as reference studies about the integration and normalization of digital technologies in the educational area. We analyzed a collection of Portuguese Language textbooks for High School, which brings a digital textbook counterpart, approved by a group of experts in accordance with the national guidelines. The results have shown that the focus is more on exposure than on the affordance of interaction, considering the digital resources offered in the analyzed digital objects. We add that, although we have reached this result, the objects include all the requirements defined by PNLD 2015 guidelines, including the aforementioned limitations. This indicates that changes in the PNLD proposal in relation to the evaluation of the digital textbook can help to strengthen the implementation of the use of technological resources in education in order to improve the learning process.

**KEYWORDS:** Digital textbook. Portuguese Language. Affordances.

---

---

\* Mestre em Estudos Linguísticos. Docente no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG Câmpus Pirapora. Doutoranda em Estudos Linguísticos no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos – PPGEL – da Universidade Federal de Uberlândia – UFU – Apoio CAPES.

\*\* Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Docente no Instituto Federal do Triângulo Mineiro – IFTM Câmpus Patrocínio. Colaboradora no Programa de Pós-Graduação– PPGEL – da Universidade Federal de Uberlândia – UFU.

## 1. Introdução

O Edital 01/2013<sup>1</sup> do PNLD 2015 (Plano Nacional do livro Didático) visa avaliar e selecionar as coleções de livros didáticos a serem escolhidas para os alunos do Ensino Médio das escolas públicas brasileiras utilizarem no triênio 2015 - 2017. Neste edital, apresentou-se um avanço em relação às tecnologias digitais, visando a sua inserção, de modo mais efetivo, nas escolas brasileiras. Tal edital propõe aos editores duas modalidades de participação, a saber: tipo 1 - obra multimídia composta de livros digitais e livros impressos; tipo 2 - obra impressa composta de livros impressos e PDF.

Interessa-nos, neste estudo, a análise das coleções do tipo 1, especificamente a análise dos livros digitais, no que diz respeito aos recursos digitais nesse novo ambiente concretizado para as escolas públicas. Sabemos que os desafios não serão poucos com a entrada dos livros digitais nas salas de aula, principalmente os desafios de formação e crenças dos professores e os de ordem de infraestrutura, como: Quais serão os tipos de processo formativo apropriados para o contexto de utilização das obras digitais? Como se dará o diálogo entre a escola e a editora para a aquisição ou suporte aos livros digitais? Que condições de estrutura, técnicas e operacionais, as escolas precisarão ter para viabilizar o direito de utilização dos livros pelos alunos e professores? (GOMES, 2014). Como toda mudança traz as suas inquietações, os conflitos são esperados.

Para realização do presente estudo, esperamos pela publicação do Guia do livro didático 2015, para se conhecer as coleções aprovadas e principalmente conhecer os livros digitais aprovados. De acordo com esse Guia<sup>2</sup>, foram inscritas 17 (dezesete) coleções de Língua Portuguesa, sendo que 10 (dez) foram aprovadas e 7 (sete) excluídas. Entre as dez coleções aprovadas, somente uma coleção do tipo 1, com livro impresso e livro digital, foi aprovada. Trata-se da coleção de Livros de Língua Portuguesa para o Ensino Médio, publicada pela Editora Leya, cujo título é “Português – Linguagem em conexão”, das autoras Maria da Graças Leão Sete, Márcia Antônia Travalha e Maria do Rozário Starling de Barros<sup>3</sup>.

Como a proposta do edital é inovadora, analisaremos aqui os recursos digitais utilizados nessa única coleção aprovada, que, se escolhida pelos professores das escolas públicas, configurará o primeiro livro digital de Língua Portuguesa disponível aos alunos e professores

---

<sup>1</sup> Edital PNDL 2015 disponível em <http://www.fn.de.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-editais>.

<sup>2</sup> Acesso disponível em <http://www.fn.de.gov.br/programas/livro-didatico/escolha-pnld-2015>.

<sup>3</sup> Disponível em [www.leya.com.br/pnld2015/portugueslinguagemsemconexao](http://www.leya.com.br/pnld2015/portugueslinguagemsemconexao).

do ensino público brasileiro. Assim, o objetivo do presente estudo é apresentar uma matriz de análise para complementar a proposta de avaliação do livro didático digital no Programa Nacional do Livro Didático.

O estudo desenvolvido é socialmente relevante pela possibilidade de contribuição com a prática docente de professores de Língua Portuguesa, uma vez que analisa aspectos dos livros didáticos digitais que serão utilizados nas escolas públicas brasileiras a partir do ano de 2015. Além disso, destacamos que o livro didático digital será ainda novidade para muitas comunidades de alunos e professores. O início dessa discussão sobre os recursos digitais nesse tipo de livro pode ser muito produtivo para o cotidiano da sala de aula de alunos adolescentes, que têm cada vez mais as tecnologias digitais naturalizadas em seu cotidiano e são considerados por muitos como “nativos digitais” (PRENSKY, 2001; 2006), tanto para o ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa quanto para o de outras disciplinas.

Apresentaremos a seguir a abordagem do livro digital no edital do PNLD 2015, a resenha e critérios de avaliação desse tipo de livro no Guia PNLD 2015, outros critérios de avaliação de Livro Didático Digital (doravante LDD), o embasamento teórico-metodológico e uma proposta de matriz de análise dos recursos digitais no LDD, os resultados e as considerações finais.

## **2. O livro didático digital no PNLD 2015**

No edital PNLD 2015, no item 4.2, página 4, as exigências avaliativas tangenciam a qualidade e as potencialidades do livro digital em si. Primeiramente, destaca-se a visão de livro digital. *O texto nos leva a entender que livro didático digital é apenas a versão digital do livro impresso* incrementada com uso de objetos educacionais: elementos como vídeos, arquivos de áudio, uso de animações em textos, gráficos, tabelas, mapas e infográficos, jogos educacionais e tutoriais. Essa visão pode ser interpretada como uma tentativa iniciante de integração digital, indicando o nível de disparidade que existe entre o acesso ao mundo digital nas diversas regiões brasileiras e até mesmo limitações de infraestrutura que a escola pública apresenta no que diz respeito aos recursos das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC).

- Os livros digitais deverão ser utilizados sem a necessidade de conexão à internet, exceto por ocasião do primeiro acesso ao material.
- Os livros digitais deverão apresentar o conteúdo dos livros impressos correspondentes integrados a objetos educacionais digitais. Entende-se por

objetos educacionais vídeos, imagens, áudios, textos, gráficos, tabelas, tutoriais, aplicações, mapas, jogos educacionais, animações, infográficos, páginas web e outros elementos (PNLD, 2015).

O edital foca em aspectos ora de formatação, ora de gerenciamento, mas *o trabalho pedagógico que subjaz a versão digital do livro didático não é citado, como se pode observar nas citações a seguir:*

- Os livros digitais deverão conter um índice de referência dos objetos educacionais digitais.
- Os objetos educacionais digitais deverão ser acessados tanto pelo índice de referência como também pelos ícones nas páginas onde são referidos (PNLD, 2015).

Há uma primazia declarada para o livro impresso, colocando o livro digital como cumprimento de protocolo com ares de modernidade, como se pode observar em:

- Os conteúdos e atividades dos livros impressos devem permitir a efetivação autônoma e suficiente da proposta didático-pedagógica da obra, independentemente dos livros digitais.
- Nos livros impressos deverá haver, ainda que iconográfica, uma identificação visual dos objetos educacionais digitais que estão disponíveis nos livros digitais correspondentes.
- A pertinência dos livros digitais será avaliada em termos de sua utilidade pedagógica, sem distinção de complexidade entre as obras digitais que forem aprovadas.
- Os livros digitais deverão apresentar pertinência e adequação do conteúdo multimídia ao projeto pedagógico e ao texto impresso.
- Os livros digitais deverão apresentar, como formato principal, paridade das páginas com os livros impressos correspondentes, podendo também incluir outras opções de apresentação como formatos alternativos (PNLD, 2015).

Em relação ao acesso, formato, atualização e controle, o edital mostra que:

- Os livros digitais adquiridos deverão ser disponibilizados de forma gratuita aos alunos e professores em domínio virtual da própria editora e permanecerem disponíveis até, no mínimo, 28.02.2018.
- Os alunos e professores deverão ter livre acesso aos livros digitais correspondentes aos livros impressos escolhidos pela sua escola.
- Aos editores cabe a responsabilidade de prover a infraestrutura, a segurança e os sistemas de distribuição utilizando-se da internet.

- Os livros digitais deverão ter, como requisito mínimo de padronização, acesso por multiplataformas e pelos principais sistemas operacionais, tais como Android 2.3 ou posteriores, IOS, Linux (ubuntu) e Windows 7 ou posteriores, para dispositivos como laptop, desktop e tablets.
- Para fins de atualização dos livros digitais adquiridos, os editores poderão alterar, substituir ou excluir texto e imagem na obra. O Ministério da Educação não se responsabiliza pelas alterações, substituições e exclusões efetuadas e se reserva o direito *ex post* de determinar ao editor a exclusão e substituição dos textos ou imagens alterados (PNLD, 2015).

Os pontos acima elencados podem se justificar devido ao fato de ser um momento de transição, em que o livro digital poderá fazer parte das salas de aula da escola pública a depender da escolha dos professores realizada no segundo semestre de 2014. Como a escola parece não acompanhar o avanço da tecnologia, é coerente a postura de assegurar o livro didático impresso e aos poucos ir implementando a entrada do livro digital.

Notamos que o referido edital não lança critérios específicos para a avaliação do LDD, senso partilhado de Maciel (2014, p.115):

Reforçamos que o edital do PNLD/2015 não apresentou parâmetros que nos permitissem aferir a eficácia e abrangência dos recursos digitais contidos na obra. Também não acreditamos que os conteúdos dispostos no LDD seguirão os mesmos critérios da avaliação do livro tradicional, pois, por exemplo, a natureza não linear da obra vai de encontro à segmentação dos conteúdos preconizados nas edições anteriores do PNLD.

Essa constatação reforça a necessidade de estudos que visem contribuir com a análise do livro didático digital, como o que conduzimos, e que reflitam sobre outras propostas de avaliação desse tipo de livro, o que fazemos na próxima seção.

### **3. Avaliação de livros didáticos digitais**

Diante do exposto, passaremos agora ao entendimento de como os LDD foram avaliados no âmbito do PNLD 2015, de acordo com o Guia publicado pelo MEC, e à revisão de propostas que abarcam tanto os aspectos tecnológicos como os pedagógicos nesse processo de avaliação.

### 3.1 Avaliação de LDD de Língua Portuguesa

Os documentos, edital e Guia PNLD 2015 de Língua Portuguesa, apresentam um certo desencontro em relação à definição de LDD, enquanto no edital a nomenclatura é livro digital, no Guia, o LDD é referido como o livro impresso no formato digital acrescido de objetos educacionais digitais (OED). Os OEDs são a única referência nos critérios de avaliação e resenha, considerado como atividades e materiais complementares e descritos sucintamente com indicações relativas a sua pertinência. Parece-nos haver uma redução nas potencialidades, possibilidades do que poderia ser um LDD.

O Guia mostra que a coleção aprovada apresenta OEDs de fácil manuseio, ícones referentes a OED, articulação entre o material impresso e os objetos digitais e pertinência e adequação do conteúdo multimídia ao projeto pedagógico e ao texto impresso. No que se refere diretamente aos critérios de avaliação utilizados na análise dos livros didáticos, de acordo com o Guia, esses tratam do trabalho que é feito com o conteúdo como contribuição significativa à leitura, proficiência, formação do leitor, literatura, escrita, oralidade, conhecimentos linguísticos e orientação ao professor. Não há referência às possibilidades diferenciadas que o LDD pode oferecer como integração, autonomia, novas formas de autoria e de leitura, simulação, motivação, entre outras possibilidades.

Tanto no edital a que nos referimos, quanto no Guia PNLD 2015 de Língua Portuguesa, os critérios parecem ser insuficientes, faltam especificações e maiores explicações sobre o LDD. Acreditamos que esse fato pode ter gerado complicação para as editoras e elaboradores sobre o que se esperava desses OEDs, ou dos livros digitais. Isso pode ser constatado no processo de avaliação em que somente uma coleção de Língua Portuguesa de tipo 1 foi aprovada.

Daí a necessidade de buscarmos critérios de construção dos LDDs, mais que necessariamente critérios de avaliação. Se não há clareza dos critérios, fica complicado passar por um processo de avaliação. Por outro lado, o reducionismo aparente dado ao LDD apresenta-se com certa coerência: reducionismo tanto no edital como na definição de LDD, logo reducionismo nos critérios de avaliação e, por consequência, menor quantidade de coleções de Língua Portuguesa com LDD elaboradas e/ou aprovadas.

Passemos agora às propostas de critérios de análise de LDD. Como a temática sobre LDD nas escolas públicas no Brasil é recente, na pesquisa bibliográfica que realizamos, encontramos apenas dois estudos que tratam dos aspectos tecnológicos e pedagógicos, nos

termos que aqui nos interessam. No entanto, esses estudos se relacionam aos LDD de Química e de Física, e não de Língua Portuguesa.

### 3.2 Avaliação de LDD de Química

Souza e Mol (2013) apresentam critérios de construção e de avaliação do LDD de Química, disponibilizados em *tablets* e conectados à internet. Para esses autores, o foco de interesse num material desse tipo não deve ser somente na composição multimídia, mas também nos pressupostos de ensino e de aprendizagem. Dessa forma, eles defendem que um LDD deve apresentar três componentes fundamentais, integrados de modo coerente – *Hardware*, *Software*, *Pedagoware*.

Quanto ao *Hardware*, os autores analisam as potencialidades do *tablet*. Quanto ao *Software* é citada a parte programável, a lógica de articulação e sequência dos conteúdos e é criticado o fato de ainda permanecer a função de transmissão de conhecimentos nos objetos disponíveis no mercado, mesmo em *softwares* animados e aparentemente interativos. Nesse sentido, os autores orientam que:

Ao se falar no livro escolar em *tablet*, espera-se que não seja um simples processo de «digitalização» do livro em papel se transformando num «pdf» animado. É necessário que o novo livro incorpore dimensões pedagógicas e didáticas que o formato digital possibilita, porque a simples animação multimídia não garante sucesso no ensino ou na aprendizagem por si só. Por isso, necessitamos definir um conjunto de requisitos para que os novos livros em *tablets* não se tornem mais uma tentativa frustrada de melhoria da educação formal (SOUZA; MOL, 2013, p.2497).

Diante disso, é apresentado o terceiro componente: *Pedagoware*. De acordo com os autores, trata-se de um elemento que integra as potencialidades do *hardware* e do *software*, o conteúdo de ensino, o professor e o aluno, considerando suas múltiplas relações com objetivo de ensino-aprendizagem interdisciplinar. É um sistema holístico que, tendo em vista a complexidade dos atos de ensinar e de aprender, une instruções e estratégias didático-pedagógicas. Assim, esse elemento une os saberes das teorias instrucionais e os das teorias sócio-construtivistas que “focam as formas como os alunos constroem conhecimento na interação social, considerando o contexto no qual se encontram” (SOUZA; MOL, 2013, p. 2497).

Souza e Mol (*op. cit.*) mostram que o *Pedagoware* apresenta quatro dimensões, que podem ser usadas como critérios de elaboração e de avaliação do LDD.

1. Interações (aluno-conteúdo, aluno-aluno, aluno-professor, professor-conteúdo)
2. Assistência a aprendizagem (rascunhar e editar documentos, desenhar figuras e mapas, dicionários, sistema de busca, desenvolver recursos multimídia)
3. Gestão dos Recursos (princípios de *design* de interação, ligação entre conteúdos – inter e entre livros, apoio a necessidades educativas especiais)
4. Gestão do Ensino e da Aprendizagem (agendamento de tarefas e exercícios, diário para a resolução de problemas, processos de avaliação, ligações ambientes pessoais de aprendizagem.)

Em relação à elaboração do LDD, os autores acrescentam que é importante definir os níveis de interação que o sistema proporcionará, bem como as ferramentas de assistência à aprendizagem dos alunos e aquelas de assistência ao trabalho do professor. Faz-se necessário definir princípios do *design* de interação (gestão dos recursos) e considerar a gestão do ensino e da aprendizagem, conjugada com as *ferramentas de interação para que o LDD não seja “compreendido como um armazém de conteúdos”* (SOUZA; MOL, 2013, p. 2499). A partir dessa concepção, apresentam uma proposta de classificação do LDD, que trazemos no Quadro a seguir.

Quadro 1: Classificação do LDD

<b>Classificação do LDD</b>	<b>Descrição</b>
BÁSICO	Apresenta mesmo formato da forma impressa. É uma imagem, normalmente em formato «pdf», do livro impresso. Pode ser lido no <i>tablet</i> , mas pouco acrescenta em relação ao formato impresso.
MEDIANO	É concebido como LDD, explora recursos que não podem ser disponibilizados no formato impresso como mudança do tamanho das fontes, vídeos e imagens animadas, e funções de acessibilidade. Contempla pelo menos duas dimensões do <i>Pedagoware</i> .
INTEGRADOR	Contempla aspectos das quatro dimensões do <i>Pedagoware</i> . Por exemplo, permite que o aluno formule pergunta(s) relacionadas a leitura do texto, da imagem ou vídeo e que essa seja enviada para os colegas ou professores. Permite integração total e sistemática de vários elementos de estratégias de ensino e aprendizagem.

Fonte: adaptado de Souza e Mol (2013)

Relacionando o que defendem esses autores e o edital PNLD 2015, percebemos que as coleções do tipo 2 propostas (obra composta de livro impresso e PDF) podem ser classificadas como LDD básico, uma vez que se trata do formato em PDF do texto impresso. No edital, esse tipo de livro não se configura como livro digital.

A classificação como LDD integrador parece-nos ser o ideal, no entanto é preciso destacar que o que o LDD oferece são *affordances*<sup>4</sup>, possibilidades de interação e estratégias de ensino e de aprendizagem que dependem das ações que serão realizadas pelo usuário, pelo professor e do contexto global de entendimento do processo de aprender pela comunidade escolar, pela sociedade. Outro ponto a ser destacado é que os autores consideram livros em *tablets* conectados à internet, mas como o edital exige que os livros digitais deverão ser utilizados sem a necessidade de conexão à internet, se pode esperar que as dimensões do *Pedagoware* não serão plenamente contempladas na coleção aprovada no PNLD 2015.

É importante refletir que, se por um lado a proposta do LDD é um avanço, por outro lado, é limitação não haver a conectividade, e assim não favorecer o uso pleno de hipertextos e outras possibilidades que o mundo virtual pode oferecer. Restam, como opção ao elaborador do LDD, as possibilidades que o suporte digital pode oferecer e os *hiperlinks* a pacotes de textos menos amplos.

É possível entender a restrição imposta pelo edital, uma vez que o sistema de internet no Brasil ainda tem muito a melhorar e a infraestrutura da escola pública ainda não apresenta qualidade suficiente para tal, como pode ser visto em Wallet (2013). Além disso, estão em jogo fatores culturais, sociais e pedagógicos em relação ao uso da internet nas escolas (BAX, 2011), que serão problematizados em seção posterior.

### 3.3 Avaliação de LDD de Física

O estudo realizado por Maciel (2014) considera LDD conectados à internet, o que é coerente ao se conceber esse tipo de objeto, mas assim, não considera a restrição imposta pelo edital PNLD 2015 de não conectividade. O autor apresenta critérios de avaliação do LDD separados em dois parâmetros, a saber, parâmetro didático e parâmetro digital. Em relação ao parâmetro didático, os critérios são amplos e generalizantes, em relação aos critérios digitais,

---

<sup>4</sup> *Affordances*, em termos de Gibson (1986), em que o que importam são as ações que o objeto possibilita numa interação recíproca entre agente e ambiente, interdependência. As ações que a pessoa pode realizar são dependentes do objeto e da competência que o indivíduo possui, em complementaridade.

esses podem ser aplicados a LDD de qualquer disciplina, por abordar de forma geral os recursos, tendo em vista um olhar sócioconstrutivista, como se pode observar nos critérios apresentados a seguir:

- 1) A existência de instruções prévias que orientem o uso dos objetos educacionais digitais contidos na obra, bem como um índice remissivo dessas?
- 2) A presença de ícones/botões de ajuda/ informação ao longo do texto, favorecendo a autonomia do educando? [...]
- 5) Uma preocupação na escolha de um layout bem definido e amigável ao usuário, que possa sofrer adaptações em atendimento às necessidades do educando? (MACIEL, 2014, p.132)

O autor apresenta, em um único grupo, vinte e cinco critérios de avaliação dos recursos digitais do LDD. Esses critérios se referem a facilitadores de navegação, interação aluno-aluno, aluno-professor, aluno-recurso, autonomia do aluno e do professor, potencialidade do recurso digital (compatibilidade, sistema de busca, *layout*) e facilitadores da aprendizagem (linguagem adequada ao público-alvo, contextualização, interdisciplinaridade, avaliação, feedback, motivação). Além disso, os critérios aliam aspectos do *design* ao processo de ensino e aprendizagem, focando na existência ou ausência de recursos, numa visão bem técnica. Vale destacar a validade da observação de Leffa (2006) de que os objetos educacionais têm sido avaliados mais pelo *design* e usabilidade do que pelo potencial de aprendizagem proporcionado.

A perspectiva de Maciel (2014) é relevante, no entanto é lacunar tanto no parâmetro didático, quanto no parâmetro digital no que diz respeito à avaliação da abordagem do conteúdo da disciplina Física para o Ensino Médio. Isso implica que, se pensarmos na avaliação do LDD desvinculado da forma impressa, a avaliação não contemplaria esse ponto específico. Mas, levando em conta a proposta do edital do PNL 2015, em que o LDD corresponde ao livro impresso, a proposta do autor parece ser coerente e aplicável não somente ao LDD de Física, como também a LDD de quaisquer outras disciplinas do Ensino Médio.

Outro ponto que merece destaque é que há, na matriz de análise do LDD de Física, uma ruptura razoável entre o pedagógico e o tecnológico, tanto que a matriz se separa em duas partes: paradigma didático e paradigma digital. O que parece mais adequado em relação ao LDD é a integração entre esses aspectos já na concepção do que seja um LDD, ou seja, o pedagógico e o tecnológico se integram em função do processo de ensino aprendizagem, numa visão mais naturalizada do uso do artefato digital, tendo como foco a aprendizagem, assim como proposto por Bax (2003, 2011).

#### **4. Integração de tecnologias digitais ao processo educacional**

Como previamente abordado, os LDD têm sido avaliados a partir do *design* e da usabilidade, considerando a existência ou ausência de recursos, em matriz em que se escolhem os critérios na forma de observado x não-observado, contemplado x não- contemplado ou sim x não. A aprendizagem em si se dissolve na mesclagem com os recursos digitais presentes no objeto de ensino, como se apenas a existência do recurso tecnológico dentro do objeto educacional fosse essencial e necessário para a aprendizagem acontecer. Isso indica uma certa supremacia do tecnológico em detrimento do pedagógico.

Daí a necessidade de se direcionar o estudo para os seguintes pontos: a normalização da tecnologia e o foco na aprendizagem, orientando-nos pelos estudos de Bax (2003; 2006; 2011) e Chambers e Bax (2006); uma definição mais segura de objeto educacional digital, tomando como referência os estudos de Leffa (2006; 2012); as potencialidades e restrições dos objetos educacionais em voga, seguindo os pressupostos apresentados em Van Lier (2004), Miller (2009) Paiva (2010) e Souza (2011). Esses estudos são apresentados com o objetivo de levar ao entendimento da integração do pedagógico e o tecnológico no uso de objetos de aprendizagem, como o LDD, para a elaboração de uma matriz de análise desse tipo de material.

##### **4.1 Inserção de artefatos tecnológicos no contexto educacional – foco na aprendizagem**

Bax (2003; 2006; 2011) e Chambers e Bax (2006) discutem a normalização dos artefatos tecnológicos no processo de aprendizagem em contexto educacional. Para os pesquisadores, um recurso tecnológico deveria atuar como um recurso que, em parceria com as abordagens pedagógicas, de modo integrado, participasse do cotidiano educacional, não sendo considerado como a solução para todos os problemas e nem a causa de todas as tragédias. A partir disso, Chambers e Bax (2006, p. 465) mostram que “uma tecnologia é útil quando ela ocupa seu próprio espaço, sem provocar medo ou lugar de destaque, mas vista como normalizada<sup>5</sup>”. O foco passa a ser o processo de aprendizagem e não a tecnologia em si.

Bax (2011) aponta também que o uso efetivo da tecnologia não é construído por um agente individualizado; o contexto social e cultural aliado a fatores múltiplos operam juntos e de maneira complexa no processo de mudança em que a inovação tecnológica no ensino caminha para a normalização. Somente os atributos da tecnologia não são suficientes para o

---

<sup>5</sup> Essa e demais traduções são de nossa responsabilidade.

processo de normalização, já constatado em outros contextos que, por não se considerar princípios e passos na implementação de uma nova tecnologia, prejuízos sociais e financeiros foram experienciados.

Para Bax (2003), a normalização é o último estágio das atividades de ensino de línguas mediadas por computador. Para se alcançar esse estágio, Chambers e Bax (2006) apontam que o ideal seria que o professor pudesse, no mesmo espaço, na mesma sala de aula, desenvolver atividades com e sem computador, podendo passar de uma atividade a outra sem transtorno e, não fazer da atividade com computador um evento desarticulador e desanimador na aprendizagem. Em relação às escolas públicas brasileiras, há uma tentativa de superar esse ponto em algumas instituições em que os alunos já utilizam os *tablets* educacionais distribuídos pelo governo.

Os autores também chamam à atenção para a necessidade de que a tecnologia esteja integrada ao projeto pedagógico, os materiais tecnológicos possam ser customizados e adaptados às necessidades de aprendizagem dos alunos, do professor e do contexto de uso, além do suporte tecnológico e pedagógico para o professor.

Tomando como ponto de partida as ideias de Vygotsky para a construção e desenvolvimento do conhecimento de modo geral, com a valorização de fatores sociais, culturais, históricos, interacionais e comunicativos, Bax (2011) mostra que uma teoria para a normalização de uma nova tecnologia na sala de aula deverá, primeiramente considerar a necessidade e funcionalidade do recurso tecnológico, numa avaliação do contexto de implementação. Deve-se, também e, de forma preponderante, avaliar se o foco da implementação do recurso é a aprendizagem e seus desafios e não os encantos da tecnologia em si. Isso quer dizer que, mais do que os aspectos técnicos e tecnológicos, o processo de aprendizagem é o alvo, motivo pelo qual estamos no contexto educacional.

Nessa perspectiva teórica, Bax (2011, p.10-11) elenca cinco elementos que, integrados ao processo educacional, contribuiriam para uma prática educacional efetiva e a normalização do artefato tecnológico como computadores, *tablets*, *ipod* e outros.

1. Acesso e interação a fontes de informação e conhecimentos prévios;
2. Participação e interação a outros numa dimensão social e até mesmo emocional;
3. Intervenção especializada que promove *scaffolding*<sup>6</sup> com um especialista

---

<sup>6</sup> Termo usado no sentido de que a aprendizagem pode acontecer por mediação com o professor, com colegas, tutor, tutoriais e até mesmo com o recurso tecnológico – computador.

- que planeja, acompanha, avalia e orienta e faz uma verificação constante se a aprendizagem está acontecendo;
4. Intervenção especializada em que o exemplo é o próprio comportamento do especialista mais experiente, como na escolha de abordagens em que as fontes de conhecimentos são interpretadas de modo crítico e rigoroso e ainda na comunicação de ideias e informações de forma metódica e cuidadosa;
  5. Desafios e contradição por parte de especialistas e de aprendizes, levando-os a repensar e a reavaliar ideias e posições.

Os dois primeiros elementos referem-se à interação. O autor mostra que esses elementos reforçam a aprendizagem e a construção do conhecimento como processos sociais e que tecnologias modernas através da *web*, por meio de redes sociais, tecnologias de som e vídeo podem garantir o acesso ao conhecimento e oportunidades de interação.

No entanto, esses elementos sozinhos não dão conta de estabelecer a normalização, faz-se necessário incluir uma intervenção especializada no processo, a fim de expandir e ampliar os limites de aprendizagem. Assim, o autor apresenta os elementos de intervenção 3 e 4 e o de reflexão, de número 5. O elemento 3 parece fazer referência ao processo de avaliação continuada que acontece no processo de aprendizagem. Indica que atividades digitais podem ser elaboradas tendo em vista esses objetivos e que também pode-se fazer o uso, dependendo da disponibilidade, de recursos que o livro digital pode oferecer. Já o elemento 4 pode ser relacionado à abordagem do conteúdo de forma adequada à idade, ao nível de conhecimentos prévios dos alunos e ao nível de dificuldade específica do conteúdo, de forma que o desafio mantenha os alunos interessados em desenvolver a tarefa. O último elemento, por sua vez, diz respeito à problematização que pode ser feita pelo especialista e aprendizes, levando-os a repensar ou revisar uma posição ou uma idéia.

A integração desses cinco elementos na proposta pedagógica de aprendizagem de línguas, segundo o autor, poderá conduzir para o entendimento de como as tecnologias podem ser usadas efetivamente. Esse contexto nos leva a considerar os princípios (interação, participação, intervenção, desafios e problematização) que as atividades digitais que integram os LDD no âmbito do PNLD 2015 podem apresentar, no sentido de elaborar uma matriz de análise desse material.

#### **4.2 O que é um objeto educacional digital (OED)?**

Para Leffa (2012), objeto de aprendizagem, em princípio, pode ser qualquer objeto usado para a aprendizagem, dentre eles o objeto digital. A partir da literatura da área, Leffa

apresenta os traços principais que caracterizam um objeto de aprendizagem (OA daqui em diante), como adaptabilidade, interoperabilidade e recuperabilidade. Adaptabilidade refere-se à capacidade de o objeto ser modificado de uma situação para outra, encaixando-se melhor em outros objetos. Já a interoperabilidade trata da capacidade de o objeto rodar em diferentes computadores e sistemas operacionais. A recuperabilidade, por sua vez, relaciona-se com a facilidade de se encontrar o objeto quando armazenado em um acervo ou repositório.

Leffa (2012, p.175) mostra que esses traços devem ser analisados em uma escala prototípica que vai de uma presença mínima a uma presença máxima. Segundo ele, “um objeto de aprendizagem é mais objeto de aprendizagem” quando:

- apresenta alta adaptabilidade, isto é, pode ser facilmente encaixado em outros módulos, formando uma unidade maior;
- possui grande interoperabilidade, ou seja, é compatível com diferentes sistemas operacionais; o objeto de aprendizagem ideal é aquele que roda em qualquer máquina, sistema ou navegador, sempre do mesmo modo e com a mesma aparência;
- tem alto índice de recuperabilidade, isto é, pode ser facilmente localizado em um repositório (LEFFA, 2012, p.175).

No entanto, esses aspectos, no caso do LDD em questão, não se aplicarão, pois os objetos educacionais digitais (OEDs) que compõem o LDD serão utilizados sem necessidade de internet e são mais fechados por questões de autoria, pertencimento a uma editora, por exemplo. Isso demonstra que um OED é diferente de um OA, de acordo com a proposição desse autor. Leffa (op. cit) discute um outro lado dos objetos. Para ele, além dos traços já descritos, o objeto ideal de aprendizagem deve apresentar:

O objeto de aprendizagem produzido pelo professor possui conteúdo ativo, isto é, não se trata apenas de um documento para ser lido, visto ou escutado pelo aluno, mas de um documento com o qual o aluno troca informações, fornecendo dados e recebendo *feedback*. Assim, o objeto de aprendizagem pode interagir com o estudante não apenas como suporte de mediação, mostrando o conteúdo, mas como agente, às vezes até simulando o papel do professor, iniciando a interação, fazendo perguntas e avaliando o desempenho do aluno. (LEFFA, 2012, p.179)

Embora aspectos como a recuperabilidade não se relacionem ao OED, podemos dizer que o OED é um objeto digital com função de propiciar a aprendizagem, que deve apresentar

traços como ser ativo, propiciar interação e interatividade, ou seja, assemelhar-se com a descrição apresentada por Leffa na citação acima.

Leffa também apresenta as potencialidades e limitações do OA. No que diz respeito às questões práticas, é destacada a facilidade de armazenamento em um *site*, a velocidade com que pode ser transmitido e o potencial de interatividade. No entanto, o armazenamento pode oferecer riscos à máquina do usuário, por conta, principalmente, de seu conteúdo ativo; gerar limitação nas opções de armazenamento e, devido a ameaças de vírus, gerar demora maior na execução dos arquivos.

Outro ponto em destaque é sobre o local de hospedagem de um OA, de forma que o professor possa divulgar os objetos produzidos da maneira ampla, para facilitar o acesso do aluno. O autor apresenta dois caminhos, sendo que um é de acesso limitado de espaço e de tempo. O acesso ao OA é por meio de algum suporte físico (CD, *pen drive*, cartão de memória), o uso é feito em sala de aula ou em laboratório de informática, restrito aos alunos. O outro caminho é o de acesso universal, com disponibilidade total de tempo e espaço. Os OAs ficam hospedados em algum *site* ou portal da internet e podem ser acessados de qualquer lugar e a qualquer tempo. No caso do presente estudo, o OED é parte do LDD, ou seja, não há necessidade de um *site* para hospedagem e isso gera um acesso limitado.

No que diz respeito às questões teóricas, o autor mostra que um OA pode ser criticado pela neutralidade teórica, ou seja, um OA pode ser utilizado com diferentes abordagens teóricas; pelo não favorecimento da interação entre as pessoas, tanto na elaboração dos objetos quanto na realização das atividades pelos alunos e pela falta de integração entre os próprios objetos de aprendizagem.

Para rebater essas questões, Leffa (2012, p.182) demonstra que existem “dois tipos de objeto interativo de aprendizagem: os objetos como eles são e os objetos como eles podem ser”. Nessa segunda perspectiva ‘os objetos como eles podem ser’, é mostrado que é possível integrar os objetos se considerarmos o módulo (cada parte elaborada pelo professor) e a atividade (o todo a ser realizado pelo aluno). Quanto à abordagem teórica, no modo de elaborar a perspectiva teórica já se imprime no objeto. Já na interação entre as pessoas, o autor mostra essa possibilidade com os novos artefatos como *notebooks*, *netbooks*, *tablets* e a realização de compartilhamento do trabalho em tempo sincrônico, fazendo uso das potencialidades da internet, dos recursos digitais e no trabalho colaborativo entre professores, entre alunos e entre professores e alunos.

Leffa (2012) mostra também que os OAs se desenvolveram de maneira sobreposta em etapas, sendo que existe uma etapa expositiva, outra interativa e ainda outra integrativa que não se substituem e que coexistem. Na fase expositiva, os recursos são apenas suportes para expor textos, imagens, áudios e vídeos; não podem ser modificados pelos alunos. Estes assumem o papel de receptores somente.

Já na fase interativa, com os computadores, o aluno pode agir sobre o objeto de aprendizagem e receber outras ações por parte do recurso tecnológico. O objeto de aprendizagem torna-se dinâmico e imprevisível, podendo desafiar o aluno e/ou auxiliá-lo, fornecendo-lhe *feedback* automático e até possibilitando uma mudança no rumo da atividade. É a interação homem-computador. A outra etapa é a integração da interatividade (máquina-homem) com a interação (humano-humano), fornecendo possibilidades amplas de interação e de elaboração de objetos. O autor mostra que estamos já vivenciando também essa terceira etapa e que as máquinas de que dispomos hoje já oferecem essas possibilidades.

Diante do exposto, vale analisar até que ponto os OEDs nos LDD são expositivos, interativos e/ou integrativos, tendo em vista o contexto da educação brasileira e o momento que estamos presenciando de reforço e implementação do uso de artefatos tecnológicos digitais nas escolas públicas.

#### 4.3 Possibilidades e restrições de um OED

Um artefato tecnológico a ser utilizado no contexto escolar não realiza milagres e nem gera sozinho resultados satisfatórios em relação à aprendizagem, como já foi anteriormente mostrado. Para explicar esses aspectos, buscamos reforço no conceito do termo *affordances* que Van Lier fez a transposição para a Língua. Miller (2009) indica que esse conceito é útil para o entendimento de potencialidades e as restrições específicas de artefatos tecnológicos. Paiva (2010) e Souza (2011) também apontam para a adequação desse termo, conceito cuja origem é da perspectiva ecológica<sup>7</sup>.

*Affordances*, termo neste trabalho traduzido como propiciamentos<sup>8</sup>, em termos Gibsonianos<sup>9</sup>, propõem que o que importa são as ações que o objeto possibilita numa interação

---

<sup>7</sup> A perspectiva ecológica se fundamenta na psicologia ecológica, cuja unidade de análise é a interação entre agente e ambiente. O agente é considerado um sistema auto-organizado, movido por intenções e interage com um ambiente cheio de informação (SOUZA, 2011).

<sup>8</sup> Tradução usada por Paiva (2010).

<sup>9</sup> GIBSON, J.J. *The ecological approach to visual perception*. Hillsdale, New Jersey:Lawrence Erlbaum, 1986.

recíproca entre agente e ambiente, interdependência. As ações que a pessoa pode realizar são dependentes do objeto e da competência que o indivíduo possui, em complementaridade.

Paiva (2010)<sup>10</sup>, seguindo os pressupostos de Van Lier, mostra que “o ser humano está inserido em um nicho, entendido como um conjunto de propiciamentos físicos e psíquicos, mas nem sempre ele tira partido de todas as oportunidades oferecidas pelo ambiente”. Isso equivale a dizer que, mesmo que um LDD seja elaborado com um *design* rico em propiciamentos, não há garantia que todos eles serão efetivamente usados. Os propiciamentos estão lá disponíveis para a utilização da pessoa, no objeto digital, mas se o aluno ou o professor vão fazer uso deles é outra questão. As precondições para que o significado emerja são ação, percepção e interpretação em um ciclo contínuo de reforço mútuo, a partir dos propiciamentos (VAN LIER, 2004).

Esses autores nos levam a entender que a língua é um conjunto de propiciamentos a partir da ação-percepção-interpretação, não necessariamente nessa ordem. Assim agimos no mundo, interpretando e percebendo as ações sociais desencadeadas a partir da linguagem.

Paiva (2010) aponta que, no que diz respeito à aprendizagem de uma língua estrangeira, são propiciamentos a percepção: a forma como o aprendiz percebe e como usa essa língua; a interpretação: como a língua é interpretada por aprendizes e professores, isto é, a língua é dinâmica, é estática, está dentro das relações sociais ou é limitada a normas e regras? E, por fim, a ação: o que se faz com os propiciamentos de tal aprendizagem, o que é propiciado em retorno ao ambiente.

Cada contato com os diversos gêneros orais e escritos em situações diversas de comunicação, propiciará interpretações diversas, pois cada aprendiz ou usuário de uma língua se insere no ecossistema de uma forma diferente, percebendo, interpretando e agindo de forma individual (PAIVA, 2010).

O que foi exposto toma como referência a aquisição e aprendizagem de língua estrangeira, no entanto é possível fazer uma aproximação entre os conceitos e a aprendizagem de língua portuguesa, uma vez que o que aqui propomos é a construção de uma matriz de análise de um LDD de Língua Portuguesa. Assim, os propiciamentos entendidos como ação, percepção e interpretação podem ser utilizados no contexto escolar de aprendizagem de Língua Portuguesa, como língua materna, sem prejuízo teórico.

---

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://www.veramenezes.com/affordance.pdf>>.

É apontado em Paiva (2010) que a capacidade de percepção de propiciamentos e de ação está no perfil dos aprendizes bem sucedidos. Souza (2011, p.215), por sua vez, também defende que propiciamento “envolve percepção – ação, conhecer os limites e possibilidades do recurso para saber até onde se pode ir em termos de planejamento, avaliação e previsão do que pode ocorrer na sala de aula, preparar-se para a intervenção adequada”. As autoras mostram como a percepção dos propiciamentos são importantes tanto para o aluno quanto para o professor, o que nos leva a buscar se o *design* do OED apresenta traços facilitadores para essa percepção.

Souza (2011, p.210) defende também que, além da necessidade de se observar os propiciamentos de um artefato tecnológico para se compreender suas potencialidades e suas restrições específicas; “o mais interessante está na própria percepção, porque o usuário desse artefato tende a buscar as potencialidades, aquilo que contribuirá para que ele possa atingir o seu objetivo ou compreender uma interface”.

Segundo a autora, a não-percepção pode gerar perturbações na evolução do sistema, pode gerar novas oportunidades de propiciamentos e de negociações entre o professor e os alunos. Seguindo os pressupostos dos conceitos apresentados em Souza (2011), torna-se relevante compreender quais propiciamentos o LDD aprovado no PNLD 2015 provê aos seus usuários e como esses propiciamentos poderão ser efetivados. Esse entendimento será expresso na matriz de análise do LDD a ser apresentada.

## 5. Contribuições para uma matriz de análise de LDD

A proposta de análise que apresentaremos parte do referencial teórico abordado previamente. Essa proposta não busca avaliar o conteúdo específico da disciplina Língua Portuguesa, busca, na verdade, expressar um entendimento da integração do pedagógico e do tecnológico nos LDDs. O alvo é como propiciar o desenvolvimento da aprendizagem dos conteúdos e não propriamente o *design* e a usabilidade do recurso, mesmo entendendo que a excelência dessa parte técnica contribui de modo significativo para não haver percalços no processo de ensino e aprendizagem.

Dessa forma, o objetivo deste estudo não é contribuir na elaboração de uma matriz que confere a existência ou a ausência de determinado recurso técnico, como os apresentados<sup>11</sup> a seguir que possibilitam autonomia, interação, motivação, facilidade de navegação, entre outros

---

<sup>11</sup> Lista de recursos elaborada a partir do trabalho de Maciel (2014).

aspectos. Defendemos que o recurso digital é importante, mas mais importante ainda é a ação sobre eles, é a percepção dos propiciamentos disponíveis (PAIVA, 2010; SOUZA, 2011).

- hiperlinks ou links externos;
- ferramenta que possibilita atualização e modificação de trechos do texto, por parte dos agentes educacionais envolvidos no processo (autor-professor-aluno-conteúdo);
- ferramenta que facilita a interação humano-humano;
- salas de *chats* ou comunidades em redes sociais;
- recursos de simulação, animação e interatividade;
- bolhas (caixas) de informação, infográficos, figuras interativas ;
- recurso para jogos educativos, questionários interativos;
- mobilidade, elaboração de vídeo/imagem, uso de aplicativos específicos, do GPS, leitura e elaboração de códigos QR;
- mecanismos de inteligência digital, que favoreçam e individualizem o sistema de avaliação, o caminho percorrido pelo usuário, bem como suas habilidades;
- recurso que promove criação e representação da própria identidade;
- recurso que fornece feedback positivo e imediato;
- ferramenta de busca avançada, na obra e na *web*;
- integração harmoniosa de elementos tais como texto, imagem, gráficos, mapas, sons, vídeos, animações, simulações, infográficos ;
- compatibilidade de fórmulas e símbolos técnicos;
- ferramenta de ajuda com instruções prévias que orientem o uso dos objetos educacionais digitais contidos na obra, bem como um índice remissivo dessas;
- ícones/botões de ajuda/informação ao longo do texto;
- ícones de auxílios e dicas para o uso dos objetos educacionais digitais presentes, tais como vídeos, simulações, animações, infográficos, mapas, hiperlinks;
- layout bem definido e amigável ao usuário, que possa sofrer adaptações em atendimento às necessidades do educando;
- recursos de facilidade de navegação com clareza nos procedimentos de interação com os objetos educacionais, sendo intuitivo ao usuário, mesmo esse não sendo usuário comum de equipamentos digitais, ou apresentando algum auxílio para a correta execução do objeto;
- esquema de cores e de fonte escolhida favorecem o uso, minimizando o cansaço visual e auxiliam a identificação de objetos educacionais, tais como links, animações e simulações;
- conteúdos e tópicos adequadamente indexados, que permitam o fácil acesso ou retorno a partir de partes distintas da publicação ou das referências externas.

Diante das posições e abordagens teóricas apresentadas, as contribuições para a matriz partem de alguns questionamentos sobre os OEDs no LDD, tendo em vista o processo de aprendizagem dos conteúdos numa perspectiva sociointeracionista. Assim, quatro parâmetros são considerados: participação, interação, problematização e intervenção, nas seguintes questões:

Os OEDs

- propiciam participação ativa dos educandos?
- propiciam interação e interatividade?
- problematizam as ideias a partir de desafios, levando os alunos a atuarem com criticidade diante do conteúdo?
- propiciam intervenção no processo de aprendizagem por meio de um processo avaliativo contínuo e organizado?

O desafio é entender em que medida o objeto propicia participação, interação, problematização e intervenção, uma vez que somente responder sim ou não para essas questões não fica claro o aprofundamento e a qualidade do OED. Por esse motivo, seguindo a abordagem de Leffa (2012) e de Gunter *et al* (2008)<sup>12</sup>, apresentamos esses parâmetros em quatro níveis. O nível elementar caracteriza um OED mais expositivo e os níveis 1, 2 e 3 apresentam uma gradação de aprofundamento na abordagem desses parâmetros, que vão da interação à integração, nos termos de Leffa (2012), dos aspectos tecnológicos e pedagógicos, tendo como norte a normalização (Bax, 2011) e o foco na aprendizagem.

---

<sup>12</sup> Esses autores tratam dos jogos educativos com integração do conteúdo escolar nas potencialidades dos jogos e apresentam uma matriz de análise para esse tipo de jogo.

## Contribuições para uma matriz de análise de OEDs (objetos educacionais digitais) nos LDDs.

Quadro 2 : Matriz de contribuição para a análise de OEDs (objetos educacionais digitais) nos LDDs.

	Nível elementar	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Participação	<p>Apresenta pouca ou nenhuma atividade para ações recíprocas e participação ativa.</p>	<p>Apresenta algumas oportunidades para ação recíproca em um contexto definido, mas não faz o estudante interagir completamente com a aprendizagem.</p> <p>Encoraja à autonomia e ao desenvolvimento da criatividade, com a parceria de recursos que são autoexplicativos, ou que solicitam pesquisas por parte do usuário.</p>	<p>(Em adição ao nível 1, complementa e supera limitações do nível 1)</p> <p>Há oportunidade para ação recíproca e participação ativa, como na realização de tarefas em colaboração com interação humano-humano e humano-máquina.</p> <p>Requer que o estudante esteja envolvido cognitivamente e psicologicamente com a atividade.</p>	<p>(Em adição aos níveis 1 e 2, complementa e supera limitações dos níveis 1 e 2)</p> <p>Utiliza estratégias que despertam no estudante o senso de responsabilidade pela aprendizagem.</p> <p>Exige uma postura participativa do aluno, com avaliação do conhecimento do conteúdo e relações com situações reais, fazendo-o perceber os propósitos integrados do conteúdo e da tecnologia.</p>
Interação e Interatividade	<p>Envolve o aluno de forma insuficiente em contextos de interação e interatividade.</p>	<p>Incentiva a interação social dos educandos (entre pares e com o professor), utilizando-se para tal o suporte digital como espaço onde se promovem debates, sempre no sentido da construção colaborativa do conhecimento, tais como em salas de chats ou comunidades em redes sociais.</p> <p>Possibilita transferir conhecimento de um contexto a outro, interrelacionando os saberes, a partir de pistas e animação interativa.</p>	<p>(Em adição ao nível 1, complementa e supera limitações do nível 1)</p> <p>Promove interação e interatividade visando a realização de <i>scaffolding</i> em que a aprendizagem se dá por múltiplos meios e pares.</p> <p>Envolve o educando na busca da compreensão do conteúdo estudado em relação a outros conteúdos e áreas, a partir dos conceitos de interatividade, em simulações e animações</p>	<p>(Em adição aos níveis 1 e 2, complementa e supera limitações dos níveis 1 e 2)</p> <p>A existência de situações-problema que oportunizam o desenvolvimento social e colaborativo do conhecimento, articulando o protagonismo juvenil dentro do contexto social, econômico e histórico.</p> <p>Há oportunidade de ensinar a outros o que se tem aprendido.</p>

<b>Problematização, Desafios e Críticidade</b>	<p>Propicia pouca ou nenhuma problematização e crítica sobre o conteúdo abordado.</p> <p>Apresenta pouca oportunidade para demonstrar o conhecimento dos fatos ou de habilidade particular. A relação conteúdo/habilidade é raramente revisitada.</p> <p>Pouca oportunidade é dada para avançar sobre o conhecimento prévio de uma maneira sequencial e lógica, seguindo os níveis de dificuldade.</p>	<p>Atividades organizadas em níveis de dificuldade que geram desafios a partir de problemas ativos que exigem aplicação do conhecimento.</p>	<p>(Em adição ao nível 1, complementa e supera limitações do nível 1)</p> <p>Requer que o estudante faça julgamentos sobre ideias e materiais.</p> <p>Apresenta situações-problema que exijam dos educandos escolher que potencialidades do suporte usar, tais como a mobilidade conectada, a elaboração de imagens/vídeos, o uso de aplicativos específicos, para a solução do problema.</p>	<p>(Em adição aos níveis 1 e 2, complementa e supera limitações dos níveis 1 e 2)</p> <p>Apresenta situações-problema em que o aluno deve utilizar espontaneamente o conhecimento de forma habitual e consistente, na relação teoria/prática/reflexão num <i>continuum</i>.</p>
<b>Intervenção e Avaliação</b>	<p>Fornece <i>feedback</i> formativo, de forma insuficiente, durante cada unidade.</p>	<p>Apresenta <i>feedback</i> ao usuário em relação às atividades pedagógicas propostas, tais como exercícios avaliativos, questões exploratórias de concepções prévias.</p>	<p>(Em adição ao nível 1, complementa e supera limitações do nível 1)</p> <p>Repetição do conteúdo em diferentes formas é encorajada para ajudar na retenção e para sanar deficiências de aprendizagem.</p> <p>Há existência de um processo operacionalizado e contínuo de avaliação, levando em conta as necessidades e características individuais dos usuários, bem como as competências e habilidades exigidas no processo de aprendizagem.</p>	<p>(Em adição aos níveis 1 e 2, complementa e supera limitações dos níveis 1 e 2)</p> <p>Encoraja a síntese de vários elementos e o entendimento de que uma vez que uma habilidade é aprendida ela conduz a uma aprendizagem mais fácil de elementos posteriores.</p> <p>Apresenta espaço para interação com professor e colegas para planejamento, orientação e avaliação do percurso.</p>

Fonte: elaborado pelas autoras.

Em relação ao conteúdo da disciplina Língua Portuguesa propriamente dita, acolhemos a proposta do Edital PNLD 2015 que em cada versão do programa tem se aprimorado cada vez

mais. A possível contribuição aqui é apresentar uma matriz de análise para complementar a proposta de avaliação do livro didático digital no PNLD.

Um dos pontos principais a destacar é que as possibilidades se reduzem drasticamente ao considerar a exigência do edital em relação à internet. Pensar um LDD para uso sem a necessidade da internet deve ter sido um desafio para os seus elaboradores, o que observaremos na análise.

## 6. Caminho Metodológico

Com o propósito de entender como a potencialidade dos recursos digitais foram empregadas no LDD aprovados pelo PNLD 2015 foi desenvolvida uma investigação de cunho interpretativista, qualitativa. Foi realizado um levantamento bibliográfico sobre os critérios de análise e avaliação dessa nova modalidade de livro didático no edital 01/2013 do PNLD 2015, no Guia PNLD 2015, em pesquisas publicadas na área do uso de novas TDIC na educação. Para a elaboração da matriz de critérios, seguimos os pressupostos apresentados por Bax (2003, 2006, 2011); Chambers e Bax (2006); Leffa (2006; 2012); Van Lier (2004), Miller (2009) Paiva (2010) e Souza (2011).

A partir dessa matriz, foi analisada a coleção de Livros de Língua Portuguesa para o Ensino Médio, publicado pela Editora Leya, cujo título “Português – Linguagem em conexão<sup>13</sup>”, das autoras Maria da Graças Leão Sete, Márcia Antônia Travalha e Maria do Rozário Starling de Barros. Essa coleção foi a única coleção com LDD aprovada no âmbito do edital acima referido. A coleção de Língua Portuguesa apresenta livro do aluno, livro do professor e material de assessoria pedagógica, para o primeiro, segundo e terceiro ano do Ensino Médio. O acesso ao material foi disponibilizado pela editora por comunicação via correio eletrônico.

## 7. Análise dos OEDs no LDD de Língua Portuguesa – PNLD 2015

A análise do LDD de Língua Portuguesa nos levou a denominações diferentes das anteriormente apresentadas. O edital PNLD2015 usa o termo “livro digital”, o Guia PNLD 2015 usa o termo “OED” e não faz referência a livro digital como uma unidade, um objeto único.

---

<sup>13</sup> Para descrição detalhada da coleção, vide Guia PNLD 2015 em <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/escolha-pnld-2015>>.

Para o Guia, o que temos é um livro impresso apresentado em pdf acrescido de OEDs que são complementos. Para a editora LeYa, a nomenclatura é livro multimídia e os OEDs são chamados de recursos, como animações, atividades, galeria de imagens, infográficos, jogos, linhas do tempo, mapas conceituais, testes interativos, vídeos, entre outros.

Diante disso, a primeira parte da análise foi direcionada aos OEDs. Esses são identificados por ícones que podem-se relacionar à unidade temática inteira ou ao conteúdo do página em que estão alocados. Há um ícone para os objetos direcionados ao aluno e ao professor e um ícone específico para o professor com sugestões de atividades extras, respostas de atividades e orientação didática sobre o uso do OED.

A coleção apresenta seis tipos diferentes de OED: testes, vídeo, infográfico, animação, atividade e jogo. Esses tipos são identificados com ícones diferentes, mas não é apresentada uma legenda ou explicação no livro para tal identificação. Os testes são interativos, fornecem *feedback*, são geralmente questões fechadas de vestibulares e ENEM relacionadas à temática desenvolvida na atividade, fornecem um relatório ao aluno com pontos a serem melhorados pelo aluno e o tempo de realização do teste é cronometrado. A interação aqui é do tipo interatividade ‘homem-máquina’.

Os vídeos são expositivos, áudio e imagens são apresentadas e não há problematização ou propostas de desafios. Os infográficos apresentam ou um resumo do conteúdo da unidade, ou um complemento ao conteúdo. São de caráter expositivo, usam imagens, áudio, tabelas, apresentam teste com interatividade. A participação do aluno se constitui em selecionar as partes do conteúdo que deseja conhecer, não há uma abordagem interdisciplinar e não se relaciona ao contexto social dos jovens. O foco é o conteúdo apresentado, em alguns infográficos, nos moldes de slides expositivos.

O OED do tipo animação é também de caráter expositivo, também permite ao aluno selecionar as partes do conteúdo que deseja conhecer. O tipo OED atividades se divide em dois aspectos. Os objetos disponíveis para os alunos e professores são questões abertas e/ou fechadas com *feedback* das questões fechadas e orientações de resposta para as questões abertas. Já os OEDs com atividades, cujos ícones se destinam aos professores, são atividades relativamente simples, no formato *Word*, com textos e perguntas abertas. Mesmo se tratando de questões abertas, essas não propiciam problematização, desafios, criticidades aos alunos. O OED do tipo jogo apresenta interatividade, *feedback*, mas não há estratégias de desafios e níveis diferentes de dificuldade.

A análise dos OEDs de acordo com os critérios da matriz proposta nos levaram aos seguintes resultados.

**Participação:**

Esse critério foi elaborado a partir das ideias de Bax (2011) que destaca a participação e a interação relevantes para a aprendizagem. Os OEDs apresentam poucas atividades para ações recíprocas e participação ativa. Como dito anteriormente, é na ação e na participação ativa que as possibilidades para aprendizagem surgem, que os propiciamentos são percebidos e interpretados e a criação de sentido se estabelece (PAIVA, 2010). Como os objetos apresentam um caráter mais expositivo, o processo de aprendizagem pode ser um pouco mais demorado. De acordo com a matriz de análise, o LDD atingiu o nível elementar, nesse critério.

**Interação e interatividade:**

Os OEDs envolvem o aluno de forma insuficiente em contextos de interação e interatividade. Como o objeto em análise foi elaborado para uso sem necessidade de internet, as possibilidades de interação, a partir do uso de recursos digitais, são reduzidas. Os OEDs do tipo jogo, atividade e teste propiciam a interatividade, mas são elaborados para um trabalho não colaborativo. De acordo com a matriz de análise, o LDD atingiu o nível elementar nesse critério.

**Problematização, desafios e criticidade:**

Os OEDs apresentam os contextos e fatos de uma forma pacífica e harmoniosa, ausência de conflitos e de questionamentos. Não propiciam, dessa forma, problematização e crítica sobre o conteúdo abordado. Em relação aos desafios, pouca oportunidade é dada para o aluno avançar sobre o conhecimento prévio de uma maneira sequencial e lógica, seguindo os níveis de dificuldade. Vale destacar que, enquanto os OEDs não apresentam situações-problema que exijam dos educandos escolher que potencialidades do suporte usar, tais como a mobilidade conectada, a elaboração de imagens/vídeos, o uso de aplicativos específicos, para a solução do problema, existe esse tipo de proposta no livro impresso, conforme o Guia do PNLD 2015. Como o LDD de Língua Portuguesa é o pdf do impresso, a análise aqui se restringe aos OEDs. De acordo com a matriz de análise, nesse critério o LDD atingiu também o nível elementar.

### **Intervenção e avaliação**

A intervenção no processo de aprendizagem é propiciada de forma razoável, uma vez que *feedback* formativo são possibilitados de forma isolada nos testes e em algumas atividades. O livro didático como uma unidade de análise não traz um relatório mais completo do desempenho do aluno. Levando em consideração a proporção do livro em pdf e a quantidade de OEDs que fornecem dados para intervenção seja do aluno, a partir de sua autonomia, seja do professor como um interventor especializado ou do próprio computador ou similar, esses dados não corresponderiam à atuação do aluno de forma mais completa. Entendemos que, devido ao impedimento em relação à conexão com a internet, os OEDs não apresentam espaço para interação com professor e colegas para planejamento, orientação e avaliação do percurso. De acordo com a matriz de análise, nesse critério, o LDD atingiu o nível elementar.

Diante da presente análise, os OEDs em seu conjunto foram classificados com nível elementar em todos os critérios observados, a participação, a interação/interatividade, a problematização/desafios/criticidade, a intervenção/avaliação. Essa situação nos leva ao seguinte questionamento: a matriz está mal formulada e não se aplica à análise de tais objetos ou a qualidade dos objetos merece uma revisão pedagógica?

Não nos parece que o problema esteja na concepção da matriz em si, apesar de que serão necessárias análises complementares e revisões futuras, que envolvam o acompanhamento das atividades em sala de aula, por exemplo. O nosso objeto de estudo consiste de um livro impresso digitalizado<sup>14</sup> com OEDs de complementação de conteúdo. A avaliação do livro impresso foi realizada no âmbito do PNL D 2015, a qual considerou a coleção em pauta aprovada. Para nós, ficou a análise dos OEDs, isso porque o objeto de estudo não é um livro digital como um único objeto. O que temos, na verdade, são dois artefatos, a saber: um livro impresso digitalizado e um conjunto de OEDs acrescentado a esse livro.

A matriz de análise buscou um enfoque sociointeracionista, como anteriormente mostrado no referencial teórico, no entanto, o que foi observado nos OEDs é que o enfoque de ensino nesses objetos se afasta do enfoque expresso no livro impresso. Então, se analisarmos conjuntamente livros e objeto, poderíamos ter mais eventos de atividades para os alunos na tendência sociointeracionista, ao passo que se analisarmos os OEDs em separado observaremos

---

<sup>14</sup> Essa afirmação é feita também a partir da orientação nas páginas dos livros dos três volumes com os seguintes dizeres: “Não escreva no livro”.

que o foco é mais de exposição do que de propiciar interação, tendo em vista os propiciamentos que os recursos digitais oferecem.

Vale destacar que a coleção de livros de Língua Portuguesa em estudo apresenta um caráter contraditório e interessante nas orientações aos professores sobre a utilização do OED. Essas orientações integram o OED no conjunto de atividades pedagógicas e são compostas de objetivos relacionados à apropriação do conteúdo. Elas apresentam procedimentos a serem realizados antes da atividade do OED, sugestão para se trabalhar em grupo no laboratório de informática, em sala com a turma toda ou individualmente em casa. Além disso, há os procedimentos a serem realizados durante a atividade, levando ao debate coletivo, a dicas sobre o uso de aspectos tecnológicos e sobre as possibilidades permitidas pelo recurso digital. Por fim, há os procedimentos a serem realizados após a atividade com estratégias de avaliação e autoavaliação, sempre num processo dialógico e interacionista.

Como podemos observar, embora o OED seja mais de caráter expositivo dos conteúdos, os procedimentos seguem uma tendência das abordagens de ensino-aprendizagem em voga, com ênfase nas práticas sociais. Presenciamos nesse contexto o desafio: no OED não estão os propiciamentos, em relação aos aspectos digitais, necessários à aprendizagem e não se pode também garantir que os professores seguirão os procedimentos da orientação. Diante disso, optamos pela reflexão de Leffa (2012) que nos mostra que o modo como o objeto é construído pode determinar seu enfoque teórico.

Um objeto de aprendizagem não é como um martelo, que pode ser usado tanto para construir um brinquedo como para ferir uma pessoa. Como conceito geral, antes de ser construído, o objeto pode ser direcionado para uma ou outra teoria de aprendizagem, mas o modo como é construído vai determinar sua orientação teórica. Seria no mínimo difícil, por exemplo, usar um objeto de aprendizagem construído dentro de uma perspectiva behaviorista em uma disciplina baseada numa proposta sociointeracionista (LEFFA, 2012, p.182).

Essa situação nos leva a perceber que é mais relevante para o trabalho do professor que o OED seja apresentado já numa proposta mais inovadora, do que deixar nas mãos dos professores, o papel de fazer essa transformação de abordagem teórica.

Os OEDs na coleção de Língua Portuguesa, nos termos de Leffa (2012), parecem se encaixar na sua grande maioria entre os objetos da fase expositiva em coexistência com objetos com traços da fase interativa. Considerando as três fases (expositiva, interativa e integrativa) num *continuum* que se sobrepõem, pode-se dizer que os OEDs analisados são mais expositivos

e apresentam alguns com traços de interatividade. A integração não foi contemplada em nenhum objeto analisado, a colaboração não é suficientemente facilitada, considerando-se a potencialidade da tecnologia digital.

Em relação aos propiciamentos (PAIVA, 2010; SOUZA, 2011) que os OEDs proveem aos seus usuários e como esses propiciamentos poderão ser efetivados, pode-se dizer que, como se trata de objetos mais fechados, limitados e sem conexão à internet, os propiciamentos são reduzidos, como foi mostrado na análise dos critérios da matriz. É destacada a interatividade e o *feedback* positivo e imediato que propiciam uma postura mais ativa do aluno e a possibilidade de avaliação e intervenção no processo de aprendizagem.

Já em relação à normalização e o foco na aprendizagem (BAX, 2011), os OEDs focam no conteúdo de Língua Portuguesa. A normalização e a aprendizagem parecem ter ficado às margens do caminho, uma vez que é privilegiada a exposição de conteúdos, a abordagem sociointeracionista foi parcialmente contemplada e mais relevo foi dado ao artefato em si.

## 8. Considerações Finais

O presente estudo objetivou trazer contribuições para uma proposta de análise do LDD na âmbito do PNLD 2015. Assim foi apresentada uma matriz com foco na aprendizagem que pode ser complementar a análise feita dos OEDs pelo PNLD 2015. Essa matriz estabeleceu critérios como participação, interação/interatividade, problematização/desafios/criticidade, intervenção/avaliação.

Os resultados mostraram que, nos OEDs analisados, o foco é mais de exposição do que de propiciar interação, tendo em vista os propiciamentos que os recursos digitais oferecem. Sendo assim, os OEDs foram considerados de nível elementar. Acrescenta-se que, embora tenhamos chegado a esse resultado, os objetos contemplam todas as exigências do edital PNLD 2015, inclusive as limitações definidas. Isso sinaliza que alterações no edital do PNLD em relação ao enfoque do LDD podem contribuir para reforçar a implementação do uso de recursos tecnológicos na educação com vistas a um maior aproveitamento de aprendizagem.

Diante do exposto, vale citar as possibilidades que os OEDs podem apresentar como colocar o vocabulário em forma de *hiperlink*, ativar todas as referências a sites, disponibilizar *hiperlinks* ativados de textos de domínio público, fazer ligações entre a proposta no corpo do texto no livro com o conteúdo do OED, acrescentar aos jogos níveis de dificuldade, propor tarefas em colaboração, entre outras já sinalizadas na matriz elaborada.

Entendemos que as ideias apresentadas neste trabalho não são estanques, estamos num processo de entendimento de como essas tecnologias digitais vão atuar em sala de aula. Inserir um artefato tecnológico na educação pode não ser complicado, mas alterar o paradigma pedagógico requer tempo, reflexão e ação juntamente com políticas favorecedoras e integradas ao contexto social, econômico e histórico. Para continuidade dos estudos, parece-nos importante acompanhar como será a adesão do LDD nas salas de aula públicas brasileiras e como professores, alunos e comunidade procederão frente aos propiciamentos dos recursos digitais.

## Referências

BAX, S. CALL – past, present and future. **System**, v. 31, n. 1, p.13–28, 2003. **crossref** [http://dx.doi.org/10.1016/S0346-251X\(02\)00071-4](http://dx.doi.org/10.1016/S0346-251X(02)00071-4)

\_\_\_\_\_. Interactive whiteboards: watch this space. **CALL Review**, Summer, 2006. p. 5-7.

\_\_\_\_\_. Normalisation revisited: the effective use of technology in language education. **International Journal of Computer-Assisted Language Learning and Teaching**, v.,1 n. 2, p.1-15, 2011. **crossref** <http://dx.doi.org/10.4018/ijcallt.2011040101>

BRASIL. **Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o programa nacional do livro didático PNLD 2015**. 2013. Brasília. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-editais>. Acesso em: 01 jun. 2014.

BRASIL. **Guia de livros didáticos PNLD 2015: Português**. Brasília, 2014. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/escolha-pnld-2015>. Acessado em 20 ago. 2014.

CHAMBERS, A.; BAX, S. Making CALL work: Towards normalization. **System**. n. 34, v.4. p. 465–479, 2006. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1016/j.system.2006.08.001>

GIBSON, J.J. **The ecological approach to visual perception**. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1986.

GUNTER, G; KENNY, R. F; VICK, E. H. Taking educational games seriously: using the RETAIN model to design endogenous fantasy into standalone educational games. **Education Tech Research Dev.**, v. 56, n. ?, p. 511-537, 2008.

GOMES, G. **PNLD 2015: livros e objetos educacionais digitais**. Disponível em <http://professorvirtual.org/desafios-para-o-pnld-2015-livros-e-objetos-educacionais-digitais/>. Acesso em: 02 jul. 2014.

LEFFA, V. J. Nem tudo que balança cai: Objetos de aprendizagem no ensino de línguas. **Polifonia**, Cuiabá, v.12, n. ?, p.15-45, 2006.

LEFFA, V. J. Sistemas de autoria para a produção de objetos de aprendizagem. In: BRAGA, J. C. F. **Integrando tecnologias na aula de Inglês nos anos finais do Ensino Fundamental**. São Paulo: SM, 2012. p. 174-191.

MACIEL, F. G. **Critérios para avaliação de livro didático digital de Física**. 2014. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) Instituto de Física - Universidade de Brasília. Brasília – DF, 2014.

MILLER, C. R. **Estudos sobre gênero textual, agência e tecnologia**. (Org. por DIONÍSIO, A. P.; HOFFNAGEL, J. C.). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

PAIVA, V. L. M. O. **Propiciamento (*affordance*) e autonomia na aprendizagem de língua inglesa**. 2010. Disponível em: <<http://www.veramenezes.com/affordance.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2014.

PRENSKY, M. Digital natives, digital immigrants. **On the Horizon**, v. 9, n. 5, 2001. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1108/107481201110424816>

\_\_\_\_\_. **Don't bother me mom - I'm learning**. St. Paul, Minnesota: Paragon House, 2006.

SETTE, M.G.L; TRAVALHA, M.A; BARROS, M.R.S. **Português: linguagens em conexão**. v.1. Editora Leya, SP. 2013. Disponível em: <http://www.10escoladigital.com.br/>. Acesso em: 25 out. 2014.

SETTE, M.G.L; TRAVALHA, M.A; BARROS, M.R.S. **Português: linguagens em conexão**. v.2. Editora Leya, SP. 2013. Disponível em: <http://www.10escoladigital.com.br/>. Acesso em: 25 out. 2014.

SETTE, M.G.L; TRAVALHA, M.A; BARROS, M.R.S. **Português: linguagens em conexão**. v.3. Editora Leya, SP. 2013. Disponível em: <http://www.10escoladigital.com.br/>. Acesso em: 25 out. 2014.

SOUZA, F. N. DE; MÓL, G. S. Livro didático digital de química: princípios para a construção em tablets. 9. Congreso Internacional sobre Investigación en la Didáctica de las Ciencias. **Anais...**, p. xx-xxx, ?? 2013. Girona, Espanha.

SOUZA, V. V. S. **Dinamicidade e adaptabilidade em comunidades virtuais de aprendizagem: uma textografia à luz do paradigma da complexidade**. 2011. 256 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

VAN LIER, L. **The ecology and semiotics of language learning: a sociocultural perspective**. Boston: Kluwer Academic Publishers, 2004. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1007/1-4020-7912-5>

WALLET, P. Tecnologias de Informação e Comunicação na América Latina e Caribe. In: Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil (livro eletrônico: **TIC Educação 2012**. Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Escolas Brasileiras. São Paulo, Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2013. p.113-273.

Artigo recebido em: 04.02.2015

Artigo aprovado em: 25.06.2015

Domínios de Lingu@gem

## As representações de gramática construídas no discurso de graduandos em Letras: uma experiência com a oficina de Tópicos gramaticais para leitura e produção de textos

### Constructed Grammar Representations in the Speech of Undergraduates of Letters: An Experience from the Workshop of Grammatical Topics for Reading and Textual Production

Janaína Zaidan Bicalho Fonseca\*

**RESUMO:** Este trabalho objetiva apresentar e analisar, por meio do gênero textual relato, as representações de gramática acionadas no discurso de alunos de Letras, participantes da oficina de Tópicos Gramaticais para Leitura e Produção de Textos. Para compreender as representações construídas pelos estudantes, a pesquisa se apoiou, teoricamente, nos estudos das representações sociais, conforme perspectiva da Psicologia Social. A fim de demonstrar como as vozes e as modalizações norteavam o discurso dos acadêmicos e iam revelando suas representações, pautou-se na perspectiva sociointeracionista. Fundamentou-se, ainda, nos preceitos da Linguística Textual, no que tange aos mecanismos linguísticos. Como resultado, foi possível apurar que os acadêmicos de Letras representam a gramática como objeto de poder e desejo, já que os relatos revelaram um discurso fundamentado na falha, na dificuldade e na defasagem do aprendizado gramatical. Observou-se, também, a presença de um interdiscurso, notabilizado pela intersecção entre o discurso acadêmico e o da saúde. Este se fez notar, sobretudo, pela metalinguagem da cura, ressaltando a necessidade apresentada pelos acadêmicos de dominarem os preceitos gramaticais, para se “restabelecerem do mal” de não saber gramática.

**PALAVRAS-CHAVE:** representações; tópicos gramaticais; discurso de alunos de curso superior.

**ABSTRACT:** This study aims to present and analyze, through textual gender reports, the grammar representations activated in the speech of students from a Portuguese Major, enrolled in the workshops of Grammatical Topics for reading and textual production. To understand the students' constructed representations, the research is based on social representations theory, in light of a Social Psychology perspective. The sociointeractionist perspective was also used to demonstrate how the voices and modalizations that guided the academics' discourse and how they were revealed in their representations. Moreover, in respect to the linguistic mechanisms, the precepts of Textual Linguistics were considered. The results show that the academics represent grammar as an object of power and desire, since their reports revealed a speech marked by notions of failure, difficulty, and the shortage in grammatical learning. Likewise an interdiscourse was also present distinguished by the intersection between discourses of academia and health. This noted, above all, by the meta-language of healing, emphasizing the scholars' need to master the grammatical principles, to "restore the evil" of the lack of grammar knowledge.

**KEYWORDS:** Representations. Grammatical topics. Higher education students' discourse.

---

\* Doutoranda em Linguística e Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Bolsista CAPES. Professora do curso de Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Aquidauana (UFMS).

## 1. Introdução

O objetivo deste trabalho é apresentar e analisar as representações acionadas por acadêmicos do curso de Letras, no que diz respeito à construção de conceitos comuns à área de formação desses discentes. Entre eles, destaca-se a representação de gramática, cujo objeto integra a historicidade do curso de Letras através dos tempos.

A necessidade de compreender as representações construídas sobre o objeto em questão advém dos vários conceitos que o perfazem, permitindo aos sujeitos que o estudam posicionarem-se a partir de diferentes âmbitos, como o normativo, o descritivo, o reflexivo, o discursivo, entre outros<sup>1</sup>. Nesse sentido, mostrou-se justificável o estudo das representações para compor este trabalho de pesquisa, já que estas objetivam captar as mudanças, entender as crenças e, nessa esteira, orientar as formas de sentir e agir partilhadas por um grupo.

Para concretizar a investigação que ora se apresenta, foram aproveitadas as experiências vividas no Projeto Oficinas de Tópicos Gramaticais para Leitura e Produção de Textos (TGLP), promovido por uma faculdade particular, no ano de 2012. O projeto em questão originou-se das demandas apresentadas por discentes de diversos cursos da instituição, no que dizia respeito às fragilidades que estes supunham ter em análise linguística, produção textual e leitura.

No âmbito das oficinas de TGLP, eram estudados fenômenos linguísticos relacionados às noções de concordância, regência, pontuação e de sintaxe oracional, tomando como ponto de partida não apenas a norma padrão, mas também outras variedades linguísticas encontradas em textos de diferentes gêneros. Nesse sentido, o estudo dos fenômenos em destaque – norteados por uma concepção discursiva de linguagem – possibilitava ao aluno desenvolver habilidades de leitura e de escrita. O objetivo das oficinas, portanto, era o de possibilitar ao aluno, a partir de atividades de leitura e produção de textos, a compreensão e o desenvolvimento de estratégias morfossintáticas responsáveis pela construção discursiva de gêneros textuais.

Como as oficinas eram ministradas por graduandos e pós-graduandos em Letras, havia uma motivação natural para que o próprio ambiente de trabalho funcionasse como campo de pesquisa. Nesse sentido, um dos primeiros questionamentos levantados no âmbito do projeto dizia respeito às expectativas dos acadêmicos matriculados sobre o direcionamento das

---

<sup>1</sup> Para saber mais sobre o tema, ler:

POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola?** Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação:** uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática** – ensino plural. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

oficinas. Isto é, uma vez que os encontros seriam ministrados por representantes das Letras, cuja área de conhecimento esteve durante muito tempo atrelada à condição normativa da língua, quais seriam as representações de gramática acionadas pelos cursistas? Mais especificamente, como os alunos significariam “o estranho” (MOSCOVICI, 2012), uma vez que gramática e texto, no senso comum, são dois objetos que seguem desarticulados?

Para tanto, no primeiro encontro entre os acadêmicos e a tutora da oficina, foi sugerida uma dinâmica baseada na escrita de um relato diagnóstico que pudesse fazer conhecer, mais amplamente, a motivação dos alunos para seguir uma oficina de tópicos gramaticais e as inter-relações dessa escolha com as práticas profissionais e acadêmicas dos estudantes, a partir das experiências de cada um com análises de cunho gramatical no decorrer da vida estudantil.

Metodologicamente, os dados coletados totalizam 17 relatos produzidos pela turma do primeiro semestre de 2012, composta por alunos de diferentes cursos, quase todos cursando o 1º período de faculdade. Já pela turma do segundo semestre de 2012, totalizaram-se 5 relatos, produzidos também por alunos de diferentes cursos, todos cursando o 2º período de faculdade. Para efeitos de análise, no entanto, apenas os relatos de estudantes do curso de Letras – 15, no total – foram considerados, já que as representações desse grupo de informantes poderiam refletir, em certa medida, nas futuras práticas em sala de aula – cujos efeitos interessam mais pontualmente às investigações sobre ensino de língua portuguesa, objeto de estudo desta pesquisadora. Para compor este artigo, no entanto, dentro do universo de 15 relatos do curso de Letras, foram utilizados somente 6, em decorrência da regularidade das representações apresentadas em cada um deles.

Teoricamente, a Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2012; JODELET, 2001; PY, 2000; ABRIC, 2000) foi articulada com a perspectiva Sociointeracionista (BRONCKART, 2006, 2008, 2009), pois as representações acionadas por meio do discurso – no caso, por meio do gênero textual relato – poderiam ser iluminadas a partir de um campo de origem que considere as operações textual-discursivas levadas a efeito pelos sujeitos.

Acerca dos mecanismos linguísticos, somou-se ao quadro teórico a perspectiva da Linguística Textual (KOCH, 2003, 2011, 2015), especialmente no que tange aos indicadores das relações lógico-semânticas, bem como aqueles responsáveis pelas marcas linguísticas da enunciação.

Sendo assim, apostou-se no exame dos mecanismos enunciativos e linguísticos que revelam diferentes formas de avaliação dos objetos discursivos.

## 2. O quadro teórico-metodológico

Moscovici (2012), um dos principais estudiosos da Teoria das Representações Sociais (TRS), afirma que representações são formas de sentir e agir próprias de um determinado grupo. Para ele, as representações sociais (RS) são um conjunto organizado de conhecimentos construídos a partir de fenômenos compreendidos como estranhos e não familiares, os quais desafiam os sujeitos a alterar suas formas de pensar e de se comportar.

Todo grupo, portanto, estabelece seu sistema de critérios para classificar algo. Na visão de Abric (2000, p. 28), a representação funciona como um “guia para a ação” e, nessa esteira, como um modo que classifica e categoriza as atitudes tomadas a partir de uma interação social.

Assim também compreende Jodelet (2001, p. 22) para quem as RS são uma “forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”.

Para a estudiosa,

as representações sociais – enquanto sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros – orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais. Da mesma forma, elas intervêm em processos variados, tais como a difusão e a assimilação dos conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição das identidades pessoais e sociais, a expressão dos grupos e as transformações sociais (JODELET, 2001, p. 22).

As RS, no entanto, são relativamente fluídas e dinâmicas, manifestando-se ora como representações de referência, alocadas em um núcleo central; ora como representações de uso, presentes em um esquema periférico. No primeiro, alocam-se representações mais cristalizadas e de difícil rompimento, apresentando-se como uma espécie de repertório comum aos participantes de um grupo social; enquanto no segundo, situam-se aquelas mais frágeis e passíveis a deslocamentos, emergindo de uma demanda particular do locutor no momento da enunciação (PY, 2000). Existe, assim, uma centelha de dinamicidade caracterizadora da construção, transformação e circulação das RS.

Para Matencio e Ribeiro,

uma vez que as representações de referência consistem na retomada e reafirmação de crenças, concepções e sentimentos calcados na memória coletiva, contribuem para modelar e regular a interpretação das ações dos membros do grupo. Como as representações de uso estão, por sua vez, diretamente vinculadas ao contexto pragmático, são mais suscetíveis à

instabilidade e a mudanças, quando comparadas às representações de referência (MATENCIO; RIBEIRO, 2009, p. 231).

Dessa forma, no que tange à pesquisa, era esperado que os acadêmicos do curso de Letras, ativando sua memória de alunos da educação básica, preservassem, em alguma medida, a tradição com a qual, possivelmente, foram regidas suas aulas de língua portuguesa. Em contrapartida, era esperado, também, que a pouca convivência que tiveram com um projeto de formação calcado numa perspectiva discursiva e enunciativa de língua e linguagem tenha sido capaz de reconduzir seu posicionamento.

Advém dessa percepção o tratamento teórico e metodológico conferido aos dados da pesquisa. Isto é, a TRS entra em cena quando se busca a compreensão de “um contexto sócio-histórico e institucional ainda em constante mudança, sendo marcado pelo constante processo de (re) construção de representações de diferentes atores que nela atuam” (MARTINS; CARVALHO; ANTUNES-ROCHA, 2014, p. 111).

Sendo assim, apesar de os cursos de Letras, na atualidade, se direcionarem, via de regra, por um ensino mais enunciativo e pragmático, ainda é esperado que ele se fie na tradição formal. Tendo em vista tais expectativas, em certa medida, dicotômicas, os sujeitos que participam desse panorama podem revelar um contínuo processo de construção/reconstrução identitária e profissional; fazendo com que a discussão teórica baseada nas RS, trazida por esta investigação, torne-se bastante coerente.

Nesse caso, para fazer emergir as RS dos cursistas presentes nas oficinas de TGLP, fez-se uso dos mecanismos linguístico-discursivos desenvolvidos pelo Interacionismo Sociodiscursivo (ISD). Sob esse aspecto, mostrou-se importante a análise dos mecanismos enunciativos, os quais, conforme afirma Bronckart (2006, 2008, 2009), são responsáveis pela coerência pragmática do texto, por meio da manutenção das vozes e das modalizações.

Sobre as vozes, Bronckart (2006, 2008, 2009) ressalta o caráter dialógico presente em todo texto, observado pelo gerenciamento das vozes que o compõem. Para o estudioso em questão, “as vozes podem ser definidas como as entidades que assumem (ou às quais são atribuídas) a responsabilidade do que é enunciado” (BRONCKART, 2009, p. 326).

Relativamente às modalizações, para o estudioso,

as modalizações têm como finalidade geral traduzir, a partir de qualquer voz enunciativa, os diversos comentários ou avaliações formulados a respeito de alguns elementos do conteúdo temático. Enquanto os mecanismos de textualização, que marcam a progressão e a coerência temáticas, são

fundamentalmente articulados à linearidade do texto, as modalizações, por sua vez, são relativamente independentes dessa linearidade e dessa progressão; as avaliações que traduzem são, ao mesmo tempo, locais e discretas [...] e podem também insinuar-se em qualquer nível da arquitetura textual (BRONCKART, 2009, p. 330).

A partir da definição de modalização, marcada fundamentalmente pelo posicionamento crítico de quem dela lança mão, faz-se necessário descrever suas possíveis classificações, quais sejam: lógicas, deônticas, apreciativas e pragmáticas (BRONCKART, 2006, 2008, 2009).

As modalizações lógicas correspondem à avaliação daquilo que é dito do conteúdo temático de um texto, a partir de critérios presentes nas coordenadas formais do mundo objetivo. Sua ocorrência está condicionada às condições de verdade, ou seja, aos fatos atestados como certos, possíveis, prováveis, eventuais, necessários, entre outros.

As modalizações deônticas, por seu turno, equivalem também à avaliação do conteúdo temático, porém a partir de critérios que constituem o mundo social, cuja organização se dá nos limites do direito, da obrigação social e da conformidade com as normas em uso.

As modalizações apreciativas, por sua vez, dizem respeito, de igual maneira, à avaliação do conteúdo temático, todavia a partir do mundo subjetivo da voz que julga e avalia.

As modalizações pragmáticas, por fim, estão a serviço da responsabilidade enunciativa sobre aquilo o que é dito por alguma entidade constitutiva do conteúdo temático, como um personagem, grupo, instituição, etc.

Linguisticamente, as modalizações lógicas e deônticas são percebidas por tempos verbais do condicional, auxiliares, advérbios e orações impessoais. Já as modalizações apreciativas são marcadas por advérbios ou orações adverbiais, e ainda por adjetivações. As modalizações pragmáticas, por auxiliares de modo.

Além das vozes e das modalizações, os dados sinalizaram para a necessidade de analisar, também, outros elementos linguísticos presentes na superfície textual. Sobre isso, a Linguística do Texto atenta-se para os articuladores textuais, que

podem ter por função relacionar elementos de conteúdo, ou seja, situar os estados de coisas de que o enunciado fala no espaço e/ou no tempo, e/ou estabelecer entre eles relações de tipo lógico-semântico (causalidade, condicionalidade, conformidade, disjunção etc.), bem como sinalizar relações discursivo-argumentativas (KOCH, 2015, p. 127).

Além disso, alguns advérbios, verbos e substantivos demarcaram fronteiras enunciativas, tendo sido de valia para a compreensão das representações acionadas por meio do discurso dos acadêmicos.

Desse modo, pretende-se, na análise a seguir, mostrar como mecanismos enunciativos e linguísticos são mobilizados pelos alunos de Letras, em relatos produzidos na oficina de TGPL, para expressar suas representações sobre o objeto gramatical.

### 3. Considerações analíticas

Os dados coletados, e aqui parcialmente reproduzidos, foram analisados sob o viés linguístico-discursivo. Para tanto, levaram-se em consideração os mecanismos enunciativos, conforme apresentados pelo ISD, sobretudo a partir dos apontamentos de Bronckart (2006, 2008, 2009). Além disso, fez-se necessário acionar outros recursos linguísticos (KOCH, 2003, 2011, 2015) capazes de concretizar, no “aparelho formal” (BENVENISTE, 2008) da linguagem, as representações não reveladas pelas vozes e modalizações decorrentes dos mecanismos enunciativos.

Na sequência, apresentam-se seis relatos diferentes. Os recortes foram estabelecidos considerando, sobretudo, a regularidade de ocorrências e também a consolidação das representações.

#### Primeiro relato

**Acadêmico A:** Sempre prezei por um português **bem** falado e escrito. A gramática é a base para a boa construção de um texto e, portanto, é mais do que importante, é essencial. Espero com a oficina aprimorar os conhecimentos que já possuo, bem como **sanar** todas as minhas dúvidas em relação à nossa língua.

**Fonte:** dados da pesquisa, 2012.

No recorte do relato em pauta, chamam atenção, em um primeiro momento, os advérbios **sempre** e **bem**. Este, uma vez que intensifica as ocorrências de “falado” e “escrito”, parece revelar a preocupação do enunciador de fazer o uso adequado da norma padrão. Aquele, por sua vez, estabelece a permanência de determinadas práticas linguísticas valorizadas pelo autor do texto.

A presença de tais advérbios, inclusive, é justificada pelo verbo **ser**, de ordem alética, cuja função é construir um valor de verdade, baseado em um sistema de crenças específico.

Nesse sentido, há margem para se falar numa modalização apreciativa, cujas proposições avaliam, a partir do mundo subjetivo da voz que julga e avalia.

Em outros termos, o fato de o enunciador conceber a gramática como base essencial para a construção de textos é o que, em certa medida, justifica a regularidade temporal com que ele se preocupa com o estudo da gramática (sempre), assim como com a intensificação incidida no falar e no escrever (bem).

Por fim, chama atenção o verbo **sanar**, cuja ocorrência revela uma metalinguagem própria do campo da saúde, significando algo que deve ser curado ou reestabelecido. Sendo assim, entrevê-se um interdiscurso, já que dois campos discursivos diferentes foram postos em diálogo: o da saúde e o acadêmico. O acionamento dessa voz que vem de outro lugar parece endossar o discurso da fragilidade, da falta, daquilo que precisa ser sanado, a fim de que o enunciador, enquanto aluno de Letras, possa regular sua imagem em relação às expectativas sociais normalmente depositadas em estudantes do referido curso.

### Segundo relato

**Acadêmico B:** Quando recebi a informação de que haveria uma oficina de conhecimentos gramaticais, **logo** me inscrevi porque considero que a minha relação com a gramática **é**, ou **está defasada**. Isso vem **desde** o ensino médio [...] mais um motivo pelo qual eu escolhi a oficina é que almejo ser um **excelente profissional** e um **ótimo professor** e **acredito que** a oficina de gramática é um dos caminhos que vão me levar onde **quero chegar**.

**Fonte:** dados da pesquisa, 2012.

No que diz respeito ao segundo relato, a marca da temporalidade possui grande valor para o discurso que se engendra. Isso porque o advérbio temporal **logo** denota urgência em aprender os conhecimentos gramaticais oferecidos pela oficina, cuja justificativa se dá também por uma marca de temporalidade, a saber, a conjunção temporal **desde**, que demonstra um período de tempo em que algo deveria ter ocorrido, no caso, a aprendizagem da gramática normativa.

Em razão de não ter efetivado tal conhecimento na época adequada, a relação gramatical desse enunciador **é** ou **está defasada**. Tal modalização apreciativa caracteriza negativamente os conhecimentos gramaticais do sujeito em destaque, construindo uma imagem de não conhecedor. No entanto, por ser estudante de Letras, compreende que a gramática será capaz de ajudá-lo a ser um **excelente** profissional e um **ótimo** professor, cujas adjetivações revelam a

atitude subjetiva do enunciador sobre ser professor de português, ou seja, aquele que domina os recursos da língua e sabe ensiná-los com proficiência.

Ademais, a modalização lógica construída com o sintagma **acredito que** parece revelar um posicionamento enunciativo baseado numa voz que chancela determinadas atitudes, isto é, saber gramática, acredita-se, o capacitará a ser um excelente professor. A referida voz, certamente, está inserida em instituições presentes na vida cotidiana que, por meio de fenômenos simbólicos, orientam as ações dos membros de um grupo, através da retomada de crenças e concepções específicas.

Além disso, o sintagma verbal **quero chegar** é marcado pela volição, pelo desejo de se tornar um professor de português competente. Nesse sentido, embatem-se os discursos da falta, da incapacidade com o do desejo, do sucesso. Sendo assim, a gramática é colocada como objeto de conhecimento, atribuindo a quem dominá-la certo tipo de poder e notoriedade.

### Terceiro relato

**Acadêmico C:** A busca por esta oficina foi devido a necessidade que **tenho de melhorar** minha escrita. Tenho dúvidas quanto ao uso **correto** de vírgulas, crases, pronomes, entre outras coisas.

Fonte: dados da pesquisa, 2012.

No terceiro relato, o verbo **melhorar** corresponde, novamente, à metalinguagem própria do campo da saúde, isto é, aquilo que deve ser curado ou reestabelecido, cuja incidência é orientada pela modalização de natureza deôntica **tenho de**, que marca a obrigatoriedade, segundo valores e preceitos comuns ao mundo social. Ou seja, a modalização deôntica indica a necessidade do enunciador de estar em consonância com as crenças estabelecidas socialmente para o estudante de Letras, isto é, aquele acadêmico que deve dominar as regras previstas pela gramática normativa.

Além disso, o uso do adjetivo **correto** atenta para o domínio da norma padrão, por meio de uma escrita isenta de falhas, erros ou defeitos. Observa-se, ainda, a representação de que o conhecimento gramatical está apenas atrelado à prática da escrita, enquanto ele também tem importância para a oralidade. Essa ideia, inclusive, é muito comum, considerando a supervalorização de gêneros escritos em detrimento de gêneros orais na escola por parte de diversos professores.

O uso do adjetivo **correto** remete também ao mito de que a norma padrão é a única que pode ser seguida pelos usuários da língua. Trata-se, na verdade, de uma representação, assentada em crenças e estereótipos, de que a língua é única, homogênea e ausente de desvios.

#### Quarto relato

**Acadêmico D:** Estou buscando nessa oficina desenvolver a escrita, que **apesar de** eu gostar de ler, não tenho facilidade na parte de passar para o papel. **Como estou começando agora o curso de letras** acho importante ir **corrigindo** pois, escrevo muitas palavras erradas, também não sei usar a pontuação corretamente e tenho dificuldade nas regras de gramática em geral.

Fonte: dados da pesquisa, 2012.

Já no quarto relato, o operador argumentativo **apesar de** estabelece uma relação de concessão entre leitura e escrita, colaborando para a permanência da crença de que quem lê muito escreve bem. Observa-se que a modalidade escrita é importante para o autor do relato, no entanto, a escrita a que ele parece se referir se apoia no domínio de regras da língua, e não no escrever como produto de práticas interativas.

Outro ponto de destaque é o articulador textual **como** que introduz uma relação de causa. A oração causal **Como estou começando agora o curso de Letras** gera como consequência corrigir as impropriedades formais cometidas na escrita. Tal relação de sentido estabelecida parece atribuir uma responsabilidade advinda com o curso de Letras, isto é, cursar Letras implica, necessariamente, saber manejar com destreza as categorias formais da língua portuguesa.

Ademais, o verbo **corrigindo** demonstra a necessidade de atenuar um erro ou uma defasagem. Sua ocorrência no gerúndio traz a ideia de que o acadêmico de Letras irá, a cada período, “endireitar” tal problema, de forma a fazer jus à imagem projetada para estudantes da área.

Partindo do princípio que o verbo corrigir significa endireitar, reparar, remediar, dar forma correta a algo, pode-se dizer que neste relato flagra-se, também, uma metalinguagem prototípica do campo da saúde, que busca cuidar das deformidades do paciente. No relato em questão, sugere-se que precisa de cuidados quem desconhece os aspectos formais da língua.

### Quinto relato

**Acadêmico E:** A motivação para fazer parte da oficina de conhecimento gramatical é a minha **dificuldade** em relação a entender os conceitos de sintaxe. **Não tive base no ensino regular devido os professores preferirem trabalhar mais com produção e interpretação de textos.**

**Fonte:** dados da pesquisa, 2012.

No quinto relato, o substantivo **dificuldade** demonstra uma fragilidade do acadêmico em lidar com os aspectos gramaticais formais. Além disso, convém observar que a dificuldade é com o conceito, e não propriamente com o uso. Em seguida, o advérbio **não** denota uma falta, decorrente de uma suposta falha na aprendizagem. Tal dificuldade, portanto, precisa ser superada por intermédio da oficina.

Ao dizer que “não teve base no ensino regular devido os professores preferirem trabalhar mais com produção e interpretação”, o aluno aponta como causa de **não ter base** em língua portuguesa o fato de não ter aprendido gramática, ou seja, reduz a compreensão da língua portuguesa à aprendizagem gramatical. Essa ideia reproduz a crença de que a aprendizagem dos elementos formais é muito mais importante que atividades de leitura, interpretação e produção de textos.

Além disso, na comparação tecida entre gramática, leitura e produção de textos, em “os professores preferem trabalhar mais com produção e interpretação”, o aluno parece reafirmar uma crença muito difundida em instituições de ensino: a cisão entre as habilidades formais, de interpretação e produção de textos e, ainda (apesar de não ter sido citada), as de literatura, de forma dissociada. Ressalta-se, assim, a condição disciplinar a que o ensino básico ainda está associado, mesmo com as iniciativas para um currículo cada vez mais interdisciplinar.

### Sexto relato

**Acadêmico F:** A importância dos conhecimentos gramaticais, ao menos na minha experiência, seria como **sair do automático**, não só escrever as frases **corretamente**, mas também **o nome que se dá a cada uma destas frases.**

**Fonte:** dados da pesquisa, 2012.

No sexto relato, dá-se importância para o uso adequado da norma padrão – notável pelo advérbio **corretamente** –, bem como para o conhecimento da nomenclatura gramatical – “o nome que se dá a cada uma destas frases”. Nesse último caso, a necessidade de saber a metalinguagem própria da língua portuguesa se deve ao possível resguardo da autoestima

profissional. Isto é, em um contexto de extrema desvalorização docente, saber algo considerado de difícil entendimento colabora para que a imagem do professor de português seja, em alguma medida, preservada.

Outra questão que se apresenta é a transição entre o conhecimento especializado e o não especializado. Afinal, “sair do automático”, ao que tudo indica, significa abandonar o conhecimento intuitivo para dominar o conhecimento científico.

O enunciador do texto, assim, parece almejar o controle epistêmico de sua área de formação, com vistas ao aprimoramento das habilidades formais da língua.

#### **4. Considerações finais**

Na análise realizada neste trabalho, o discurso dos acadêmicos de Letras deixou em evidência que, para eles, a língua é una, homogênea, sem erros, pura e concretizada na escrita.

Por conta disso, na concepção dos sujeitos em destaque, é necessário dominar as regras da gramática normativa e escrever de acordo com o padrão de norma estabelecido tradicionalmente.

Os acadêmicos denunciam, no entanto, um não saber; identificando-se com os discursos que revelam a falta, a falha, a defasagem, a fragilidade e a dificuldade. Isso, portanto, deve ser corrigido, sanado, melhorado, a fim de que se possa escrever melhor, ser um bom professor de português, entre outros possíveis aspectos. Dessa forma, pode-se dizer que, para eles, saber gramática potencializa o acadêmico de Letras que se vê incapaz, sendo ela objeto de conhecimento, desejo e poder.

Nesse sentido, a oficina de TGLP é importante, na percepção dos relatos, para acumular e aprimorar conhecimentos na língua, sanar as dúvidas em relação à nossa língua, aprender a falar e a escrever certo e redigir um bom texto considerando o padrão formal de linguagem.

Desse modo, pode-se dizer que as marcas linguísticas analisadas no discurso que enunciam esses alunos revelam uma ancoragem em certas representações que circulam na comunidade discursiva da qual fazem parte. Dentre elas, podemos elencar: a representação de que saber gramática implica produzir um bom texto; a representação de que a gramática é um instrumento de correção, aliado apenas à prática da escrita; a representação de que ler muito implica (ou deveria implicar) escrever bem; a representação de que cursar Letras significa, necessariamente, saber manejar com destreza as categorias formais da língua portuguesa.

Além dessas, verifica-se a representação de que saber língua portuguesa é saber gramática apenas, o que conduz a uma outra representação – a de que conhecimentos relacionados à leitura, interpretação e produção de textos são “acessórios” à aprendizagem da língua.

Certo está também que os alunos selecionados participam de uma formação discursiva própria dos representantes do curso de Letras. Todavia, a instituição investigada possui um projeto de ensino, tanto para o curso de Letras quanto para a oficina em questão, voltado para a dimensão discursiva da linguagem. É curioso – embora não inadmissível – que os alunos dela permaneçam com uma visão formal ainda bastante persistente.

Pensando nisso, os relatos vislumbrados parecem atentar para a cristalização de uma doxa, “um conjunto de representações socialmente predominantes” (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2006, p. 176). A doxa, quase sempre, endossa práticas e representações mais engessadas e pouco arejadas para novas concepções. É o que ocorre, por exemplo, com as representações cristalizadas e divulgadas por acadêmicos de Letras. Buscando legitimar a doxa construída para si, o estudante, acredita-se, é levado a imprimir-se de um *ethos* que é quando “o enunciador deve legitimar o seu dizer: em seu discurso, ele se atribui uma posição institucional e marca sua relação a um saber” (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2006, p. 230). Observa-se, assim, que as representações acionadas pelo referido público são, ainda, de referência (PY, 2000), endossando o núcleo central da tradição formal nos cursos de Letras.

Não se pode negligenciar a escrita do gênero relato. A partir dele, há uma postura que o produtor assume no curso de sua escrita. Nesse raciocínio, é evidente a constituição de um mundo discursivo que nunca é idêntico ao mundo real. Um mundo discursivo é construído por intermédio da linguagem, baseando-se, nesta pesquisa, na maneira como o sujeito interpreta e significa a sua relação com a gramática, que, certamente, considera posicionamentos estereotipados.

Por fim, esta pesquisa permitiu aproximar, na prática, alguns pressupostos da TRS, iniciada por Moscovici (2012) e desdobrada por autores como Abric (2000), Py (2000), Jodelet (2001), ao estudo do discurso. Isso pôde ser empreendido por meio da análise de mecanismos enunciativos e linguísticos que materializam as representações dos alunos participantes das oficinas de TGLP. Afinal, o estudo das representações sociais consiste em responder como o homem constrói a realidade, e essa construção é fruto da relação entre cognição e interação

(ambas apresentando caráter social), porém, sob um viés discursivo, já que é no discurso que essa representação se concretiza.

### Referências bibliográficas

ABRIC, J.C. Representações sociais e práticas sociais: alguns elementos teóricos. In: MOREIRA, A.S.P.; OLIVEIRA, D. C. (orgs.). **Estudos interdisciplinares de Representações Sociais**. Goiânia: AB, 2000, p. 27-38.

BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral I**. 5. ed. São Paulo: Pontes, 2008.

BRONCKART, J-P. **Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

BRONCKART, J-P. **O agir nos discursos**: das concepções teóricas às concepções dos trabalhadores. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008.

BRONCKART, J-P. **Atividade de linguagem, textos e discursos**: por um interacionismo sociodiscursivo. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2009.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

KOCH, I. G. V. **A inter-ação pela linguagem**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOCH, I. G. V. **Introdução à Linguística Textual**: trajetórias e grandes temas. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2001.

MARTINS, A. S.; CARVALHO, C. A. da S.; ANTUNES-ROCHA, M.J. Pesquisa em representações sociais no Brasil: cartografia dos grupos registrados no CNPQ. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, 16 (1), p. 104-114. São Paulo, SP, jan. – abr. 2014.

MATENCIO, M. de L.; RIBEIRO, P. A dinâmica das e nas representações sociais: o que nos dizem os dados textuais? **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 229-238, set./dez. 2009.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

PY, B. Representations sociales et discours: Questions epistemologique et methodologique. In: PY, Bernad (Éd.). **Analyse conversationnelle et representations sociales: Unite et diversite de image of bilingualism**. Travaux Neuchatelois de Linguistique, n. 32, p. 5-20, jun. 2000.

Artigo recebido em: 11.02.2015

Artigo aprovado em: 01.07.2015

Domínios de Lingu@gem

## A natureza do complemento dos verbos aspectuais The nature of the complement of aspectual verbs

Franciele da Silva Nascimento\*  
Núbia Ferreira Rech\*\*

---

**RESUMO:** Este estudo visa a investigar o comportamento dos verbos aspectuais do português brasileiro (PB) em contextos em que aparecem com predicados verbais e com nominalizações desses predicados na posição de seu complemento. Os aspectuais do PB abordados foram *começar*, *continuar*, *parar*, *deixar*, *acabar* e *terminar*. Para esse mapeamento, adotamos a subdivisão dos estativos proposta por Bertinetto (1986) para a língua italiana e estendida para o português por Ilari e Basso (2004). Esses autores distinguem os estativos em verbos *tipicamente estativos*, que não sofrem mudança em seu curso, como em *Joana é alta*, e verbos *não-tipicamente estativos*, que podem sofrer mudança, como em *Carolina está com febre*. Os verbos aspectuais selecionam um complemento marcado, necessariamente, com os traços [+mudança] e [+durativo], oferecendo, por isso, restrições a *achievements*, a predicados *tipicamente estativos* e aos nomes correspondentes a esses predicados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Verbos aspectuais do Português Brasileiro; Traços [±mudança] e [±durativo]; Restrições.

---

**ABSTRACT:** This research aimed at analyzing the behavior of aspectual verbs in Brazilian Portuguese (BP) in contexts in which they appear with verbal predicates and with the nominalization of these predicates in the position of its complement. The aspectual verbs of BP tackled in the study were *start*, *continue*, *stop*, *quit*, *end*, and *finish*. For this mapping, we adopted the subdivision of stative verbs proposed by Bertinetto (1986) for the Italian language and extended into Portuguese by Ilari and Basso (2004). These authors distinguish the stative verbs in *typically stative* verbs that do not suffer change in their course, as in *Joana é alta* (*Joana is tall*), and *non-typically stative* verbs, which can undergo change, as in *Carolina está com febre* (*Carolina has a fever*). The aspectual verbs select a complement necessarily marked with the features [+change] and [+durative], offering, therefore, restrictions to achievements, to typically stative predicates and names corresponding to these predicates.

**KEYWORDS:** Aspectual verbs of Brazilian Portuguese; Features [±change] and [±durative]; Restrictions.

---

### 1. Introdução

Este texto visa a descrever o comportamento dos verbos aspectuais do português brasileiro (PB) em contextos em que aparecem com predicados verbais e com nominalizações desses predicados na

---

\* Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS: [franci\\_nasci@hotmail.com](mailto:franci_nasci@hotmail.com)

\*\* Doutora em Teoria e Análise Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Professora na UFSC. Departamento de Língua e Literaturas Vernáculas – DLLV: [nubiarech@uol.com.br](mailto:nubiarech@uol.com.br)

posição de seu complemento. Os aspectuais do PB tomados para análise foram *começar*, *continuar*, *parar*, *deixar*, *acabar* e *terminar*, que aparentemente admitem DP e InfP na posição de complemento.

Inicialmente, abordamos a noção de aspecto, com ênfase na descrição das classes acionais (VENDLER, 1967; SMITH, 1999; BERTINETTO, 1986, 1991, 2001; BASSO & ILARI, 2004a). Na sequência, passamos à investigação da natureza das restrições de seleção dos verbos aspectuais à posição de seu complemento, adotando a proposta de subdivisão da classe dos estativos em verbos tipicamente estativos e não-tipicamente estativos (BERTINETTO, 1986, 1991; BASSO & ILARI, 2004a). Por fim, mostramos como os verbos aspectuais do PB reagem a complementos de natureza verbal e suas formas nominalizadas, tendo por base dados de língua escrita contemporânea.

## 2. Aspecto e classes acionais

Freed (1979, p. 10) define aspecto “como uma noção temporal, diferente da ideia de ‘tempo’, que se refere à estrutura temporal interna de eventos e atividades indicados por várias formas linguísticas<sup>1</sup>.” O aspecto indica a qualidade ou a condição temporal de um evento em termos de inepção, repetição, completção, duração, pontualidade, etc. (Ibid.) e tempo se refere à ordem cronológica dos eventos. Para Comrie (1976, p. 3), aspecto é uma maneira diferente de se ver a constituição temporal interna de uma situação. Wachowicz e Foltran (2006) esclarecem os domínios aspectuais, observando que diferentes fatos linguísticos levam à interpretação de uma sentença. Nesse sentido, há dois domínios que se relacionam e que podem se confundir: o domínio do *aspecto gramatical* e o do *aspecto lexical*.

O aspecto gramatical se refere à localização temporal da eventualidade no tempo e em relação ao momento da fala, ou seja, “a maneira particular com a qual o falante apresenta o evento ou situação [...]”<sup>2</sup> (CINQUE, 1999, p. 83, tradução nossa). É o aspecto do ponto de vista. Segundo Basso (2007b, p. 18), o falante pode tratar o evento como conclusivo ou inconclusivo. Isso acarreta a distinção entre aspecto perfectivo: que é a situação descrita por completo e vista de fora, sem a distinção de sua estrutura interna necessariamente; e aspecto imperfectivo: que é a ação não completada, descrição de uma parte da situação, visão da estrutura interna da situação (WACHOWICZ & FOLTRAN, 2006, p. 223; BERTUCCI, 2011, p. 15-16).

O aspecto lexical é o aspecto da situação, da estrutura interna do evento. Ele indica as propriedades temporais intrínsecas a uma situação e está relacionado à divisão das classes

---

<sup>1</sup> “Aspect is understood as a notion of time, distinct from tense, that refers to the internal temporal structure of events and activities named by various linguistic forms.”

<sup>2</sup> “[...] the particular way in which the speaker presents the event, or situation, [...]”

acionais, presentes em Vendler (1967): atividade, *accomplishment*, *achievement* e estado. Basso (2004, p. 57) afirma que a acionalidade pode ser tomada como as características que compõem, definem e diferenciam os eventos. De acordo com esse autor (2007b, p. 18), “a acionalidade refere-se à natureza do evento, se ele é ou não durativo, estativo ou possui [...] (telicidade)”.

Vendler (1967, p. 97, tradução nossa) ressalta que as diferenças entre as classes não podem ser explicadas apenas em termos de tempo (*time*), devendo considerar também outros fatores, “como a presença ou ausência de um objeto, condições, estados de coisas pretendidos [...]”<sup>3</sup>. Para a distinção das quatro classes acionais, apresentamos a tabela a seguir, indicando a presença [+] ou a ausência [-] dos traços *dinâmico*<sup>4</sup>, *durativo* e *télico* em cada uma delas:

QUADRO 1 – Traços das classes acionais.

	[dinâmico]	[durativo]	[télico]
Atividade	+	+	-
<i>Accomplishment</i>	+	+	+
Estado	-	+	-
<i>Achievement</i>	+	-	+

De acordo com Basso (2004b, p. 24-26), o traço [±dinâmico] marca a oposição entre eventos estativos, em que nada acontece, e não-estativos, em que algo acontece; e o traço [+durativo] é atribuído a “eventos sobre cuja duração é possível e pragmaticamente plausível quantificar.” Quanto ao traço [±télico], Smith (1997, p. 19) caracteriza os eventos que têm uma mudança de estado, que constituem o resultado ou meta do evento, como télicos: “quando a meta é atingida, a mudança de estado ocorre e o evento está completo.”

Os predicados de atividade são definidos como processos agentivos que se desenvolvem no tempo de forma homogênea e podem ser descritos pelos traços [+dinâmico], [+durativo] e [-télico]. *Accomplishments* também são descritos como processos agentivos que se desenvolvem no tempo, mas, diferentemente dos predicados de atividade, apresentam um ponto final determinado, apresentando o traço [+télico].

<sup>3</sup> “[...] like the presence or absence of an object, conditions, intended states of affairs [...]”

<sup>4</sup> Comrie (1976) assinala que dinamicidade implica necessariamente mudança. Amparando-nos nisso, em alguns pontos do texto, principalmente quando tratamos da combinação dos aspectuais em estudo com predicados estativos na posição de seu complemento, empregamos o traço [±mudança], por ser a característica do predicado que pretendemos destacar.

Os predicados de *achievement* são igualmente agentivos, mas ocorrem em um momento único, sendo descritos como eventos instantâneos, pontuais: são não-durativos e télicos (BASSO, 2007b, p. 17). Um evento pontual, ou instantâneo, não tem nenhuma duração, nem por um período muito curto (COMRIE, 1976, p. 42; SMITH, 1999). Predicados estativos caracterizam-se como não-agentivos: são estáticos, constantes, imutáveis. Estativos são descritos, ainda, como eventos permanentes, que não se desenvolvem no tempo e que não apresentam um ponto final determinado.

Conforme já observamos, Bertinetto (1986, 1991, 2001) constata que a classe dos estativos não é homogênea, distinguindo-se pela manifestação dos traços [+mudança] e [+controle]. Os predicados marcados com os traços [-mudança] e [-controle] são denominados como *tipicamente estativos*. Estes não sofrem mudança em seu curso e são incompatíveis com o imperativo e com a perífrase progressiva, conforme Basso e Ilari (2004a). Os marcados com os traços [+mudança] e [-controle], que permitem somente o uso da perífrase progressiva, ou [-mudança] e [+controle], que admitem apenas a flexão no imperativo, são classificados como *não-tipicamente estativos*. Estes são suscetíveis a mudanças. Contudo, Basso e Ilari (2004a) assumem que não podem:

[...] afirmar categoricamente que apenas os dois traços de controle e mudança sejam responsáveis por todas as possibilidades efetivamente encontradas. Assim sendo, uma representação de estabilidade bem mais adequada em termos intuitivos consistiria em distinguir i) verbos estritamente estativos, e ii) verbos estativos que apresentam um comportamento possivelmente diferente dos tipicamente estativos. (p. 24-25).

Cunha (2005), baseado nas reflexões de Carlson (1977), Kratzer (1995) e Chierchia (1995), apresenta outra forma de subdividir a classe dos estativos: em predicados *individual-level* e *stage-level*. O autor assinala que os estativos são caracterizados por propriedades aspectuais específicas. O predicado *possuir*, por exemplo, é definido como um predicado *individual-level*, por denotar uma situação ilimitada. Já os predicados estativos *stage-level* descrevem uma situação limitada, não-permanente (cf. ROCHETTE, 1999, p. 156). É possível, entretanto, associar predicados estativos do tipo *stage-level* aos não-tipicamente estativos da proposta de Bertinetto (1986; 1991); assim os predicados do tipo *individual-level*, aos tipicamente estativos.

Cunha (2005) introduz na descrição dos estativos a noção de “fasebilidade” e destaca que alguns estados podem ser rotulados de estados-faseáveis, quando são coagidos a processos,

incorporando a função de [+dinâmico]. Desse modo, os estados-faseáveis (não-tipicamente estativos) são os que revelam características eventivas, e os estados não-faseáveis (tipicamente estativos) não têm essa característica, comportando-se sempre como situações estativas, independentemente do seu contexto de ocorrência.

### 3. Aspectuais com complemento verbal e suas formas nominalizadas

#### 3.1 Complemento verbal

Como predicados funcionais, os aspectuais que subcategorizam um complemento infinitivo [InfP] não deveriam oferecer restrições significativas ao seu complemento, visto que não selecionam argumentos nem atribuem papel temático, independentemente do seu grau de gramaticalização (AISSEN & PERLMUTTER, 1976; RIZZI, 1982; BURZIO, 1986; CINQUE, 2006, entre outros). É possível, entretanto, que esses verbos ofereçam restrições de natureza aspectual ao seu complemento, formando sequência apenas com predicados compatíveis com a noção aspectual que expressam.

Para depreender a natureza das restrições que os aspectuais oferecem à posição de seu complemento, analisamos sua combinação com as diferentes classes acionais (VENDLER, 1967). O exemplo (1) mostra como os aspectuais inceptivo, continuativo e interruptivo reagem a predicados de atividade:

- (1)a. David Luiz *começou a* jogar futebol de campo no ensino fundamental.<sup>5</sup>  
b. Esmeraldo *continuou a* advogar e passou a lecionar.<sup>6</sup>  
c. Mas, de repente, o artista parou. *Parou de* produzir o que até então produzia; [...].<sup>7</sup>

As sentenças em (1) mostram que predicados de atividade, que exibem os traços [+durativo] e [+mudança], são admitidos na posição de complemento de aspectuais que indicam o início, a continuidade ou a interrupção de uma série de realizações de um mesmo evento, ou seja, de um processo em que qualquer uma de suas partes (subeventos) é da mesma natureza

---

<sup>5</sup> In: Wikipédia, a enciclopédia livre. Página Modificada em 21 abr. 2015. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/David\\_Luiz](http://pt.wikipedia.org/wiki/David_Luiz). Acesso em: 21 abr. 2015.

<sup>6</sup> In: Prefeitura de Santos, São Paulo. Secretaria da Educação. [s.d.]. Disponível em: <http://www.portal.santos.sp.gov.br/seduc/page.php?101>. Acesso em: 14 abr. 2015.

<sup>7</sup> In: Contextura, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://www.contextura.art.br/?pg=arte>. Acesso em: 14 abr. 2015.

que o inteiro (VENDLER, 1967, p. 101). As sentenças do exemplo (2), a seguir, mostram como os aspectuais completivos reagem a predicados de atividade quando estes estão acompanhados ou não de um sintagma que delimite seu tempo de realização:

- (2) a. Após ser atingido, *terminou de* correr parte dos 42 km e foi prestar depoimento.<sup>8</sup>  
b. ?Joana terminou de correr.

A diferença de aceitabilidade entre as sentenças do exemplo (2) revela que a presença de um sintagma que delimite o tempo de ocorrência do evento ou a distância percorrida, como no caso do sintagma *parte dos 42km*, em (2a), altera o aspecto do predicado *correr*, que passa a descrever um evento [+télico], especificamente um *accomplishment*. A sentença (2b), sem a inferência de uma delimitação temporal ou espacial dada contextualmente, terá uma aceitabilidade inferior à de (2a). Parece ser o caso, portanto, de os completivos, diferentemente dos demais aspectuais, requerem eventos que exibam, necessariamente, o traço [+télico], além dos traços [+durativo] e [+mudança].

Já o exemplo (3) reúne construções com aspectuais completivos que parecem indicar a interrupção do evento descrito na sentença, e não o seu término:

- (3) a. Eu tenho base na cidade de Bauru e no Rio de Janeiro, mas penso em ficar em Natal ou em Fortaleza depois que *terminar de* jogar futebol, para aproveitar a tranquilidade e as belezas naturais.<sup>9</sup>  
b. *Acabou de* brincar, guarde os brinquedos.<sup>10</sup>  
c. Estabeleça horário para começar e *acabar de* trabalhar.<sup>11</sup>

A interpretação das construções em (3) sugere que os verbos aspectuais *terminar* e *acabar* estão indicando a interrupção das atividades descritas pelos predicados *jogar futebol*, *brincar* e *trabalhar*. As sentenças do exemplo (4), a seguir, ilustram a possibilidade de

---

<sup>8</sup> In: JCNET, Bauru/SP, 17 set. 2012. Disponível em: <http://www.jcnet.com.br/Nacional/2012/09/carro-fura-bloqueio-e-atropela-atletas.html>. Acesso em: 14 abr. 2015.

<sup>9</sup> In: Globo.com. Globo Esporte, Natal/RN, 04 ago. 2014. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/rn/noticia/2014/08/fernando-henrique-admite-saudade-mas-quer-vitoria-sobre-fluminense.html>. Acesso em: 14 abr. 2015.

<sup>10</sup> In: Pais & Filhos, [São Paulo]: Manchete, 24 abr. 2013. Disponível em: <http://www.paisefilhos.com.br/crianca/casa-arrumada>. Acesso em: 13 abr. 2015.

<sup>11</sup> In: Reorganize.com.br, 06 abr. 2014. Disponível em: <http://www.reorganize.com.br/personalorganizer/trabalhando-em-casa-famoso-home-office/>. Acesso em: 22 abr. 2015.

substituímos os verbos *terminar* e *acabar*, classificados como aspectuais completivos, pelo interruptivo *parar* nos mesmos contextos apresentados em (3), sem gerar alteração no significado das sentenças:

- (4) a. Eu tenho base na cidade de Bauru e no Rio de Janeiro, mas penso em ficar em Natal ou em Fortaleza depois que *parar de* jogar futebol, para aproveitar a tranquilidade e as belezas naturais.  
b. *Parou de* brincar, guarde os brinquedos.  
c. Estabeleça horário para começar e *parar de* trabalhar.

A correspondência de sentido entre as sentenças dos exemplos (3) e (4) nos permitem supor que os aspectuais *terminar* e *acabar* podem, eventualmente, ser empregados como aspectuais interruptivos, que admitem predicados [-téllicos] na posição de seu complemento.

As sentenças em (5) mostram a combinação de diferentes aspectuais com predicados de *accomplishment*:

- (5)a. Mariah Carey já *começou a* gravar o seu 15º álbum de estúdio com seu colaborador de longa data, [...].<sup>12</sup>  
b. Napoleão aboliu o Senado e *continuou a* reformar a constituição.<sup>13</sup>  
c. Ela publicou esses doze capítulos em seu site, e *parou de* escrever o livro por tempo indeterminado.<sup>14</sup>  
d. *Terminou de* beber a garrafa de vinho que tinha em casa? Guarde-a e use para decorar!<sup>15</sup>

Predicados de *accomplishment* são descritos pelos traços [+durativo], [+mudança] e [+téllico]. Por isso, são admitidos na posição de complemento dos aspectuais, até mesmo dos completivos, que se combinam apenas com eventos com uma culminância lógica.

Os predicados de atividade e os de *accomplishment*, por serem dinâmicos, consistem de estágios (ou fases) sucessivos, que ocorrem em diferentes momentos (SMITH, 1997, p. 19), permitindo, assim, a referência a um ponto específico para descrever início/retomada ou interrupção de um evento.

---

<sup>12</sup> In: Mariah Now, 15 mar. 2015. Disponível em: <http://mariahnow.com.br/2015/03/15/mariah-carey-ja-comecou-a-gravar-seu-novo-album/>. Acesso em: 13 abr. 2015.

<sup>13</sup> In: Como Tudo Funciona (*HowStuffWorks*), RemarkMedia, Inc., [entre 1998 e 2014]. Disponível em: <http://pessoas.hsw.uol.com.br/ditador1.htm>. Acesso em: 13 abr. 2015.

<sup>14</sup> In: Wikipédia, a enciclopédia livre. Página Modificada em 02 mar. 2015. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Twilight\\_%28s%C3%A9rie%29](http://pt.wikipedia.org/wiki/Twilight_%28s%C3%A9rie%29). Acesso em: 14 abr. 2015.

<sup>15</sup> In: Facebook, post de Marchi Cucine Brasile, 19 dez. 2014. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/marchicucinebrasil/posts/970944016255106>. Acesso em: 14 abr. 2015.

Em (6), ilustramos a combinação dos aspectuais com predicados de *achievements*:

(6) \*Fábio começou a/continuou a/parou de/deixou de<sup>16</sup>/acabou de<sup>17</sup>/terminou de morrer/chegar/entrar no escritório.

*Achievements* são predicados [+dinâmicos], [+télicos] e [-durativos]. Por denotarem eventos instantâneos, não são admitidos na posição de complemento dos aspectuais, que se combinam apenas com predicados que descrevem eventos [+durativos].

Os predicados tipicamente estativos não carregam dinamicidade nem agentividade: descrevem eventos permanentes. O exemplo (7), a seguir, mostra o resultado da combinação dos aspectuais com esses predicados:

(7) a. \*José começou a/continuou a/parou de/deixou de/acabou de/terminou de ter olhos verdes/ter dois filhos/ser pai de Felipe.

b. \*Siena começou a/continuou a/parou de/deixou de/acabou de/terminou de localizar-se na Itália.

A má-formação das sentenças (7a) e (7b) sugere que predicados tipicamente estativos, marcados com os traços [+durativo] e [-mudança], não formam sequência com verbos aspectuais. Segundo Lamiroy (1987), os predicados de estado não têm uma estrutura interna dinâmica, com a qual os aspectuais tratam; portanto, configuram o oposto de uma ação, sendo marcados com o traço [-mudança]. Por isso, não seriam compatíveis com os aspectuais.

Os exemplos a seguir ilustram, entretanto, algumas possíveis combinações desses predicados com os aspectuais em estudo:

(8) a. “O Internacional *começou* a existir em 2006.”<sup>18</sup>

b. O Império Bizantino *continuou* a existir por quase mil anos.<sup>19</sup>

c. Os dinossauros *deixaram* de existir há cerca de 65 milhões de anos.<sup>20</sup>

---

<sup>16</sup> Cabe observar que o verbo *deixar* se combina com predicados de *achievements* apenas quando indica a não-realização de um evento; como aspectual interruptivo, esse verbo se comporta como *parar de*, oferecendo restrições a eventos marcados com o traço [-durativo].

<sup>17</sup> A sentença (6) só é possível com *acabar de* indicando retrospecto do evento, noção aspectual não abordada neste estudo.

<sup>18</sup> In: Zero Hora, 20 out. 2013. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/esportes/gremio/noticia/2013/10/kleber-rebate-declaracoes-de-d-alessandro-o-inter-comecou-a-existir-em-2006-4307195.html>. Acesso em: 05 jan. 2015.

<sup>19</sup> In: Wikipédia, a enciclopédia livre. Página Modificada pela última vez em 04 jan. 2015. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Queda\\_do\\_Imp%C3%A9rio\\_Romano\\_do\\_Ocidente](http://pt.wikipedia.org/wiki/Queda_do_Imp%C3%A9rio_Romano_do_Ocidente). Acesso em: 05 jan. 2015.

<sup>20</sup> In: Perguntas de Biologia. Estudamos juntos. 13 maio 2014. Disponível em: <http://brainly.com.br/tarefa/587760>. Acesso em: 05 jan. 2015.

d. Pedro *deixou* de ser brasileiro (com a naturalização/com a anulação da naturalização). (BERTUCCI, 2011, p. 96)

Predicados tipicamente estativos existenciais, como os que aparecem em (8), *existir* e *ser brasileiro*, são, em princípio, incompatíveis com “operadores aspectuais que requerem um *input* dinâmico<sup>21</sup>” (CUNHA, 2005, não paginado, tradução nossa), como *começar* e *parar*. Um predicado tipicamente estativo não adquire características eventivas, não podendo ser coagido a processo (adquirir dinamicidade), comportando-se de forma consistente, como situações estáticas, independente do contexto de ocorrência (CUNHA, 2005), i.e, é classificado como [-fases]. Por isso, é esperado que predicados tipicamente estativos, ou, considerando-se a subclassificação proposta por Cunha (2005), predicados *individual-level* não-faseáveis, não se combinem com aspectuais. Contudo, as sentenças em (8) são bem formadas, indicando que o início, a continuidade e até a interrupção de uma situação estativa podem ser marcados.

Em (8a), o aspectual inceptivo *começar* marca o ponto inicial da situação estativa que, como afirma Smith (1999, p. 32), constitui uma mudança de estado, em que o *Internacional* passa a *existir*. O adjunto *em 2006* indica o momento de referência, o qual localiza o início do estado de *existir* no tempo. Em (8b), o aspectual *continuar* indica a permanência de uma situação por um determinado tempo, marcado na sentença pela expressão temporal *por quase mil anos*. Em (8c), o aspectual *deixar* assume uma interpretação de mudança de um estado, indicando uma nova situação dos dinossauros. Essa interrupção do estado é localizada no tempo pela expressão *há cerca de 65 milhões de anos*. Em (8d), *deixar* também descreve uma situação de mudança de estado: *ser brasileiro* > *não ser (mais) brasileiro*.

Outro fator importante em relação aos predicados ilustrados em (8) é que estes, embora descrevam propriedades estáveis de uma entidade e/ou indivíduo, são passíveis de mudança com uma motivação. Por exemplo, em (8d), *deixar* descreve a interrupção de uma situação estável, como *ser brasileiro*. Essa mudança é motivada, neste exemplo, por leis de desnaturalização. A boa formação das sentenças em (8) mostra que os aspectuais podem se combinar com predicados tipicamente estativos em contextos especiais, marcados, revelando que os predicados são sensíveis ao contexto. As sentenças parecem ser aceitáveis se avaliarmos o seu valor de verdade considerando o contexto (cf. CHIERCHIA, 2003).

---

<sup>21</sup> “[...] *aspectual operators requiring a dynamic input, [...]*”

Os exemplos (9) e (10), a seguir, mostram a combinação dos aspectuais *começar* e *continuar* com predicados tipicamente estativos locativos e epistêmicos, respectivamente:

(9) a. *Ela começou a morar sozinha* e precisou aprender a lidar com os problemas e dúvidas do dia a dia.<sup>22</sup>

b. [...], **o volume de vendas observado no mês de março *continua a situar-se abaixo da média dos últimos quinze anos.***<sup>23</sup>

(10) a. *Ela começou a saber* sobre sua família original.<sup>24</sup>

b. [...] os anos 80 não lhe tiraram o estilo: *continuou a saber* escolher cabeleireiros, [...].<sup>25</sup>

O inceptivo *começar*, em (9a) e (10a), indica o início de uma nova situação estativa. *Começar* demarca, nestes exemplos, a mudança de um estado (SMITH, 1999, p. 32): *morar com os pais > morar sozinha; não saber sobre sua família > saber sobre sua família*. O aspectual *continuar* descreve a continuidade de uma situação, tanto em (9b) quanto em (10b). No primeiro caso, *o volume de vendas* se mantém *abaixo da média*; no segundo caso, *é a capacidade da pessoa para escolher cabeleireiros* que não sofre alteração no tempo.

Esses exemplos mostram que aspectuais formam sequência com predicados tipicamente estativos se houver, no contexto da sentença, elementos indicadores do início de uma nova situação estativa ou da sua continuação. Predicados tipicamente estativos carregam o traço [-fase]; admitem, por isso, apenas a descrição de mudança de estado ou a continuação de uma situação, figurando com os aspectuais *começar*, *deixar* e *continuar*. Já os aspectuais *parar*, *acabar* e *terminar* oferecem restrições a esses predicados. Isso ocorre porque o interruptivo *parar* requer o traço [+fase], ausente nos tipicamente estativos; e os completivos *acabar* e *terminar* requerem o traço [+télico], ausente em qualquer predicado estativo.

Conforme já observamos, alguns estados podem ser rotulados de estados-faseáveis (CUNHA, 2005), quando são coagidos a processos, incorporando a função de [+dinâmico]. Estes correspondem aos predicados não-tipicamente estativos. Vejamos os exemplos a seguir:

<sup>22</sup> In: All Pop Stuff, 02 abr. 2015. Disponível em: <http://www.allpopstuff.com/2015/04/morando-sozinha-da-fran-guarnieri-virou.html>. Acesso em: 14 abr. 2015.

<sup>23</sup> In: O Povo, 2 abr. 2015. Disponível em: <http://blog.opovo.com.br/portugalsempassaporte/vendas-de-automoveis-novos-em-portugal-sobem-365/>. Acesso em: 14 abr. 2015.

<sup>24</sup> In: BBC Brasil, 9 ago. 2014. Disponível em: [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/08/140808\\_netto\\_argentina\\_chc\\_kb](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/08/140808_netto_argentina_chc_kb). Acesso em: 14 abr. 2015.

<sup>25</sup> In: A pedreira: ressonâncias do meu quarto, reflexos da minha sala. 25 nov. 2008. Disponível em: <http://goncalopalma.blogspot.com.br/2008/11/cromos-dos-anos-80-oitentistas-forados.html>. Acesso em: 14 abr. 2015.

- (11) a. Com o passar dos anos, porém, Ismar *começou a* sentir-se cansado e preocupado.<sup>26</sup>  
 b. [...] o médico passou uma medicação, mas a menina *continuou a* ter febre alta.<sup>27</sup>  
 c. Depois de 2 meses e meio, ele *parou de* ter cólicas.<sup>28</sup>
- (12) \*O enfermeiro *acabou de/terminou de* confiar no seu trabalho/ser inseguro.

Os predicados não-tipicamente estativos, marcados com os traços [+durativo] e [+mudança], se combinam com aspectuais que marcam o início, a continuidade e a interrupção do evento, conforme a boa formação das sentenças em (11). A incompatibilidade desses predicados com os completivos *acabar* e *terminar*, ilustrada em (12), resulta da ausência do traço [+télico], requerido pelos aspectuais que remetem ao término do evento.

Os aspectuais interruptivos (*parar* e *deixar*) reagem diferentemente a determinados predicados não-tipicamente estativos, como *ser gordo*, conforme se depreende do contraste de gramaticalidade entre as sentenças a seguir:

- (13) a. O gordo *deixou de* ser gordo para ter uma “forma física alternativa”.<sup>29</sup>  
 b. \*O gordo *parou de* ser gordo para ter uma “forma física alternativa”.

A má-formação de (13b) está possivelmente relacionada aos traços do predicado que ocupa a posição de complemento do aspectual *parar*. Predicados não-tipicamente estativos como *ser gordo (a)*, *ser magro (a)*, *ser criança*, *ser médico (a)*, *ser casado (a)* são marcados com o traço [+mudança]; contudo, não exibem o traço [+fases]. Cunha (2005) classifica esses predicados como *stage-level* não-faseáveis<sup>30</sup>. O autor define fase como “um conceito predominantemente aspectual, que designa um período de tempo relevante com relação à mudança do perfil de eventualidade em que está envolvido. Uma situação completamente

<sup>26</sup> In: Planeta mais: por um mundo melhor. [s.d.]. Disponível em: <http://www.planetamais.com.br/view/mensagem/?detail=372>. Acesso em: 13 abr. 2015.

<sup>27</sup> In: Gazeta Online, Notícias, 22 out. 2012. Disponível em: [http://gazetaonline.globo.com/\\_conteudo/2012/10/noticias/cidades/gazeta\\_online\\_norte/1367463-bebe-de-tres-meses-morre-e-pai-quebra-equipamentos-de-hospital.html](http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2012/10/noticias/cidades/gazeta_online_norte/1367463-bebe-de-tres-meses-morre-e-pai-quebra-equipamentos-de-hospital.html). Acesso em: 13 abr. 2015.

<sup>28</sup> In: Blog da Lui, 28 nov. 2014. Disponível em: <http://www.blogdalui.net/#!C%C3%B3licas-no-beb%C3%AA-Como-lidar/c15wo/B0CA3236-DAF0-43B5-877E-C93F3566E994>. Acesso em: 13 abr. 2015.

<sup>29</sup> In: Aligercom'Blog, 27 maio 2011. Disponível em: <http://www.blogdalui.net/#!C%C3%B3licas-no-beb%C3%AA-Como-lidar/c15wo/B0CA3236-DAF0-43B5-877E-C93F3566E994>. Acesso em: 13 abr. 2015.

<sup>30</sup> Cunha (2005) subdivide os estativos em *individual-level* não-faseável, *individual-level* faseável, *stage-level* não-faseável e *stage-level* faseável.

uniforme não tem fases ao longo da sua estrutura temporal interna<sup>31</sup>.” (CUNHA, 2005, não paginado, tradução nossa). Predicados como *ser gordo(a)* não podem ser interrompidos ao longo de seu curso, não sofrem modificações, configurando um estado contínuo e uniforme, sem subfases ou subeventos que possam ser destacados do estado como um todo. Consideramos que essas propriedades explicam a restrição imposta pelo aspectual interruptivo *parar* a tais predicados, evidenciada na má-formação de (13b).

A boa formação da sentença (13a) revela que o aspectual interruptivo *deixar* não impõe a mesma restrição à posição de seu complemento, combinando-se com predicados [+mudança] não-faseáveis, como *ser gordo(a)*. Esses predicados descrevem propriedades transitórias, mesmo que estas não apresentem subfases. Smith (1999) descreve os estados como situações que podem durar por um momento ou por um intervalo de tempo. “O ponto inicial e final do estado não são parte do estado: eles são situações distintas, constituindo mudanças de estado<sup>32</sup>.” (SMITH, 1999, p. 32, tradução nossa). A autora explica que os estativos requerem um agente externo para que ocorra mudança. Em (13a), O DP sujeito da sentença (*O gordo*) não é o elemento desencadeador dessa mudança, e sim *uma cirurgia de redução do estômago* ou *uma dieta*, por exemplo. O elemento causativo não precisa estar explícito na sentença. Um predicado [-fases], por descrever uma situação uniforme, não permite referência ao momento de início, interrupção ou fim do evento, não se combinando, portanto, com o aspectual interruptivo *parar*, que remete ao ponto exato em que o evento foi interrompido. Esses predicados admitem, entretanto, uma mudança de estado, conforme descrito por *deixar* em (13a). A interpretação de (13a) é de que houve a interrupção de um estado [*ser gordo*], marcando a mudança para outro estado [não ser (mais) gordo].

Outro ponto importante relaciona-se à caracterização que os estativos vêm recebendo quanto ao DP que ocupa a posição de sujeito da sentença. Basso e Ilari (2004a) assinalam que o sujeito dos verbos estativos é antes um experienciador que um agente.

---

<sup>31</sup> “A phase is a predominantly aspectual concept, which designates a relevant period of time with respect to the change of the eventuality profile it is involved in. A completely uniform situation has no phases along its internal temporal structure.”

<sup>32</sup> “The initial and final endpoints of a state are not part of the state: they are distinct situations, constituting changes or state.”

### 3.2 Complemento nominal

Para Rochette (1999), os verbos aspectuais selecionam a categoria semântica **processo**, subcategorizando apenas complemento de natureza verbal. Esse complemento pode assumir a forma de um DP através do processo de nominalização (CINQUE, 1999, 2006; ROCHETTE, 1999), ou estar implícito na construção (ROCHETTE, 1999).

A nominalização é “um fenômeno morfológico que consiste na formação de nomes a partir de verbos<sup>33</sup>.” (ROCHA, 1999, p. 9). O nome correspondente a verbo pode ter o sentido de “ato, efeito, processo, fato, resultado, estado, evento ou modo de X<sup>34</sup>” (GUNZBURGER, 1979 apud ROCHA, 1999, p. 9). Ao se referirem ao “ato de X”, os DPs carregam traços do verbo, ou seja, continuam envolvendo uma ação/evento. Segundo Basílio (2004, p. 53), o significado nuclear dos nomes de ação se mantém basicamente como verbal.

Nesse sentido, DPs correspondentes a verbos, quando subcategorizados pelos aspectuais, devem exibir os traços [+durativo] e [+mudança]. Assim, esperamos que as restrições que os aspectuais oferecem a predicados de natureza verbal se estendam aos nomes correspondentes. Os exemplos (14) e (15), a seguir, ilustram o comportamento dos verbos aspectuais em contextos em que subcategorizam um complemento nominal (DP) correspondente a predicados de *accomplishment* e de *achievement*, respectivamente:

- (14) a. Prefeitura *começou a* reforma da Creche Alegria Alegria na Cohab I.<sup>35</sup>  
 b. O Grêmio *continuou a* escrita de estreias vencedoras na Arena e fez 1 a 0 no Vitória, na noite desta quarta-feira, em Porto Alegre.<sup>36</sup>  
 c. *Paramos a* limpeza pública da cidade para nos dedicarmos exclusivamente ao cemitério.<sup>37</sup>  
 d. Cantora *terminou a* gravação de seu DVD sendo içada por cabos e balões.<sup>38</sup>

<sup>33</sup> Rocha (1999), tendo Basílio (1980) como referência, destaca que, fora do âmbito da morfologia lexicalista, o termo nominalização pode levar a interpretações ambíguas: “uma vez que o significado previsível desse item é simplesmente o de ‘processo de nominalizar’. Ora, em jogador, fabricante e lavatório, por exemplo, deparamos também com nomes formados a partir de verbos. Trata-se, portanto, neste caso, de nominalização *lato sensu*. Neste trabalho, estamos considerando apenas a nominalização *stricto sensu*.” (p. 9)

<sup>34</sup> Essa denominação de Gunzburger (1979) caracteriza o que Rocha (1999) chama de nominalização *stricto sensu*.

<sup>35</sup> In: Sobral agora, 6 jan. 2015. Disponível em: <http://sobralagora.com.br/v1/2015/01/sobral-prefeitura-comecou-a-reforma-da-creche-alegria-alegria-na-cohab-i/>. Acesso em: 16 abr. 2015.

<sup>36</sup> In: Alberto César, Pro Sport Comunicação e Eventos, 2013. Disponível em: <http://www.albertocesar.com.br/2013/06/gremio-passa-pelo-vitoria-na-arena.html>. Acesso em: 16 abr. 2015.

<sup>37</sup> In: Jornal Enfoque Regional, Matérias da 11ª edição, 14 nov. 2007. Disponível em: <http://jornalenfoqueregional.blogspot.com.br/>. Acesso em: 16 abr. 2015.

<sup>38</sup> In: Ego, Globo.com, 05 set. 2010. Disponível em: <http://ego.globo.com/Gente/Noticias/0,,MUL1617287-9798,00-CANTORA+TERMINOU+A+GRAVACAO+DE+SEU+DVD+SEND+ICADA+POR+CABOS+E+BALOES.html>. Acesso em: 16 abr. 2015.

- (15) a. \*Luciana *começou/continuou* a morte.  
b. \*Ana *parou/deixou* o estouro do balão.  
c. \*João *acabou/terminou* a perda da chave.

A boa formação das sentenças em (14) indica que os aspectuais admitem na posição de seu complemento nomes correspondentes a predicados de *accomplishment*. Isso porque tais nomes exibem os traços [+durativo], [+dinâmico] e [+télico], à semelhança dos verbos dos quais derivam. A má-formação das sentenças em (15) mostra que os aspectuais reagem a nominalizações de predicados de *achievement*. De acordo com nossa hipótese, isso ocorre porque o traço [-durativo], presente nos predicados *morrer*, *estourar* e *perder*, é passado aos nomes formados a partir destes: *morte*, *estouro* e *perda*.

O exemplo (16) mostra sequências de aspectuais com nomes correspondentes a predicados de atividade:

- (16) a. [...] o autor começou a pesquisa na comunidade Lagoa da Pedra há mais de oito anos.<sup>39</sup>  
b. Talvez agora fosse o momento de apitar pela última vez, mas o árbitro *continuou o jogo*.<sup>40</sup>  
c. O árbitro parou a luta e permitiu que o brasileiro se recuperasse, [...].<sup>41</sup>  
d. O paulista imprimiu ritmo forte na prova e terminou a corrida com folga em relação aos rivais.<sup>42</sup>

As sentenças em (16) revelam que nomes derivados de predicados de atividade podem figurar na posição de complemento dos aspectuais. Isso ocorre porque os nomes, assim como os verbos correspondentes, exibem o traço [+durativo], requerido pelos aspectuais. Cabe observar, entretanto, que os aspectuais completivos, que oferecem restrições a predicados de atividade, por serem marcados como [-télicos], formam sequência com nomes derivados desses predicados, conforme se depreende da boa formação de (16d). Isso ocorre porque, enquanto

<sup>39</sup> In: TocNotícias: Portal de notícias de Tocantinópolis e região, 02 ago. 2013. Disponível em: [http://www.tocnoticias.com.br/ler\\_noticia.php?idnoticia=816](http://www.tocnoticias.com.br/ler_noticia.php?idnoticia=816). Acesso em: 16 abr. 2015.

<sup>40</sup> In: Plano tático, Futebol alternativo, 11 fev. 2015. Disponível em: <http://planotatico.com/2015/02/arbitro-deu-acrescimo-demais-e-revoltou-atletas-do-arsenal-de-sarandi/>. Acesso em: 15 abr. 2015.

<sup>41</sup> In: PVT: Portal do vale tudo, 20 dez. 2014. Disponível em: <http://portaldovaletodo.uol.com.br/br/noticias/item/1777-acompanhe-pelo-pvt-o-card-preliminar-do-ufc-em-barueri.html>. Acesso em: 15 abr. 2015.

<sup>42</sup> In: Edgers, 2015. Disponível em: <http://www.edgersracing.com/news/copa-minas-gerais-motocross-2015-1-ordf-etapa.31>. Acesso em: 15 abr. 2015.

predicados de atividade descrevem uma sequência de subeventos de mesma natureza, os nomes derivados desses predicados representam um único evento, sendo marcados com os traços [+durativo], [+dinâmico] e [+télico]. Parece ser o caso de o processo de nominalização transformar atividades em *accomplishments*, uma vez que delimita o evento, que passa a ser descrito como único.

Os exemplos (14) e (16) mostram que os aspectuais se combinam com nomes correspondentes a *accomplishments* e a atividades, provavelmente porque esses DPs mantêm os traços [+durativo] e [+dinâmico] (ou [+mudança]), presentes nos verbos correspondentes.

A má-formação da sentença (17), a seguir, revela que predicados aspectuais reagem a DPs correspondentes a predicados tipicamente estativos na posição de seu complemento:

(17) \*O professor *começou/continuou/parou/deixou/acabou/terminou* a sapiência em latim/a posse da casa.

Os nomes *sapiência e posse*, assim como os verbos dos quais derivam, descrevem estados marcados com o traço [-mudança]. A ausência de dinamicidade, tanto nos verbos quanto nas formas nominalizadas, impede que o aspectual remeta a uma fase específica da eventualidade, como o seu início ou fim. O aspectual *continuar* é o único que pode combinar-se com nomes derivados de predicados tipicamente estativos, exatamente por indicar que o estado descrito na sentença não sofreu mudança, está em curso, conforme ilustrado a seguir:

(18) a. Já nos outros países *continuou* a permanência de sociedades escravocratas.<sup>43</sup>  
b. *Continuou* a existência do aborto clandestino, [...].<sup>44</sup>

Tanto em (18a) quanto em (18b), o aspectual *continuar* está formando sequência com nomes correspondentes a predicados tipicamente estativos: *permanência e existência*. Estes mantêm os traços [+durativo] e [-mudança] dos predicados de natureza verbal do qual derivam: *permanecer e existir*. Devido à ausência de dinamicidade, esses nomes são rejeitados na posição

---

<sup>43</sup> In: Guia do estudante, Simulados, Editora Abril S. A., 26 fev 2010. Disponível em: <http://guiadoestudante.abril.com.br/estudar/simulados/historia-brasil-imperio-10-questoes-536280.shtml?rs=p0uA2NvrPp1uA2NvrPp2uA3NvrPp3uA3NvrPp4uA1NvrPp5uA5NvrPp6uA5NvrPp7uA3NvrPp8uA5NvrPp9uA5NvrP&pn=Lstp>. Acesso em: 10 fev. 2015.

<sup>44</sup> In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 79, 2007, p. 153-158. Disponível em: <http://rccs.revues.org/740>. Acesso em: 10 fev. 2015.

de complemento dos demais aspectuais, combinando-se apenas com *continuar*, que não remete a um ponto específico do estado descrito na sentença.

Se os traços do predicado verbal forem, de fato, estendidos aos nomes correspondentes, conforme vimos supondo, é esperado que os aspectuais reajam da mesma forma a predicados de natureza verbal e nominal na posição de seu complemento. Os exemplos (19) e (20), a seguir, ilustram contextos em que os aspectuais *continuativo* e *interruptivo* formam sequência tanto com predicados não-tipicamente estativos de natureza verbal quanto com suas formas nominalizadas:

(19) a. De volta ao Brasil, Marília *continuou a* sofrer com a ausência do ex-namorado, [...].<sup>45</sup>

b. [...] o homem *parou de* preocupar-se com seu papel no mundo natural [...].<sup>46</sup>

(20) a. *Continuou* o sofrimento de Marília com a ausência do ex-namorado.

b. *Parou* a preocupação do homem com seu papel no mundo natural.

Os nomes que ocupam a posição de complemento dos aspectuais em (20) correspondem a verbos que descrevem os mesmos estados psicológicos em (19). É importante notar que, nas sentenças em (20), não ocorre alçamento de nenhum argumento do domínio encaixado para o domínio matriz, diferentemente dos exemplos em (19), em que o argumento experienciador alça para a posição de sujeito da sentença. Em (20), os DPs correspondentes aos verbos psicológicos ocupam a posição de complemento do aspectual, e a posição de sujeito é preenchida por um elemento de natureza expletiva.

Conforme observamos na seção 3.1, os aspectuais constituem predicados funcionais, não selecionando argumentos, uma vez que não dispõem de papel temático para atribuir. O que esses verbos fazem é subcategorizar um complemento de natureza verbal, que pode sofrer um processo de nominalização. Logo, os elementos que desempenham os papéis temáticos de experienciador e causa nos exemplos (19) e (20) não correspondem a argumentos do predicado aspectual.

---

<sup>45</sup> In: Bolsa de mulher, Amor e sexo, [s.d.]. Disponível em: <http://www.bolsademulher.com/amor/a-dor-de-uma-separacao-2>. Acesso em: 15 abr. 2015.

<sup>46</sup> In: Empório do Direito, 31 MAR. 2015. Disponível em: <http://emporiiododireito.com.br/igualdade-por-antonio-marcos-gavazzoni/>. Acesso em: 10 abr. 2015.

Finalizamos esta seção, observando que, à semelhança do que ocorre com nomes correspondentes a predicados de atividade, as nominalizações a partir de predicados não-tipicamente estativos diferem dos verbos dos quais derivam em um fator: carregam o traço [+télico]. Isso explica a boa formação das sentenças em (20). O processo de nominalização parece transformar os predicados não-tipicamente estativos em predicados que descrevem situações com um fim delimitado, como ocorre com os *accomplishments*.

#### 4. Considerações finais

Neste estudo, investigamos mais detalhadamente o comportamento dos verbos aspectuais do português brasileiro (PB) em contextos em que aparecem com predicados verbais e com nominalizações desses predicados na posição de seu complemento. Em nossa análise, constatamos que o aspectual inceptivo *começar* e os interruptivos *parar* e *deixar* selecionam um complemento marcado, necessariamente, com os traços [+mudança] e [+durativo]. O aspectual *continuar*, por não remeter a um ponto específico do evento, não requer necessariamente o traço [+mudança], podendo, por isso, combinar-se também com predicados tipicamente estativos. Os aspectuais completivos são os únicos que, além dos traços [+durativo] e [+mudança], requerem também o traço [+télico]. Esse dado é evidenciado pela combinação de *acabar* e *terminar* com complementos nominais correspondentes a predicados de atividade e a não-tipicamente estativos, que incorporam o traço [+télico]. A partir disso, é possível supor que o processo de nominalização atribui características de *accomplishment* a um evento ou estado.

Os aspectuais em análise oferecem restrição a *achievements* e aos nomes correspondentes a tais predicados. Isso ocorre por estes descreverem eventos pontuais, sendo marcados com o traço [-durativo], incompatível com os aspectuais, que, por remeterem a um ponto específico do evento ou descreverem sua continuidade, requerem o traço [+durativo]. A restrição dos aspectuais, à exceção de *continuar*, a predicados tipicamente estativos ocorre por estes não apresentarem uma estrutura interna dinâmica, sendo marcados com o traço [-mudança]. Já os predicados não-tipicamente estativos são marcados com o traço [+mudança], sendo, por isso, admitidos na posição de complemento dos aspectuais. Constatamos, ainda, uma diferença entre os aspectuais interruptivos *parar* e *deixar* em construções com predicados estativos marcados com o traço [-fases]. O interruptivo *parar* não forma sequência com tais predicados; já *deixar* não oferece restrições a predicados estativos [-fases], indicando, nestes casos, a interrupção de uma situação, a qual marca a mudança de um estado para o início de outro.

## Referências

AISSSEN, J.; PERLMUTTER, D. Clause reduction in Spanish. In: THOMPSON, H. et al. (Eds.). **Proceedings of the second annual meeting of the Berkeley Linguistics Society**. Califórnia: Ed. Berkeley, 1976.

BASÍLIO, M. **Polissemia sistemática em substantivos deverbais**. Ilha do Desterro, Florianópolis, n. 47 p. 49-71, jul./dez. 2004.

BASSO, R. M. Classes Acionais do Português Brasileiro e sua Sensibilidade Contextual. In: SEMINÁRIO DE PESQUISAS NA GRADUAÇÃO, 1., 2004, Campinas. **Anais do SEPEG**, Campinas: IEL/UNICAMP, p. 57- 62, 2004.

\_\_\_\_\_. Telicidade e detelicização. **Revista Letras**, Curitiba: editora UFPR, n. 72, p. 215-232, maio/ago. 2007a.

\_\_\_\_\_. **Telicidade e detelicização**: semântica e pragmática do domínio tempo-aspectual. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2007b.

BASSO, R. M.; ILARI, R. Estativos e suas características. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte: v. 4, n. 1, p. 15-26, 2004a. **crossref**  
<http://dx.doi.org/10.1590/S1984-63982004000100003>

\_\_\_\_\_. Telicidade e degree achievements. In: **ENCONTRO CELSUL**, 6. 2004b.

BERTINETTO, P. M. **Tempo, Aspetto e Azione nel verbo italiano**. Il sistema dell'indicativo. Florença: Accademia della Crusca, 1986.

\_\_\_\_\_. Il Sintagma Verbale. In: RENZI, L.; SALVI, G. (Eds.). **Grande grammatica italiana di consultazione**. Bologna: Il Mulino, 1991. p. 13 – 161.

\_\_\_\_\_. On a frequent misunderstanding in the temporal-aspectual domain: the 'perfective = telic confusion'. In: CECHETTO, C. et al. **Semantic Interfaces**: reference, anaphora and aspect. Stanford: CSLI Publications, 2001. Disponível em: [http://linguistica.sns.it/QLL/QLL00/PMB\\_misunderstandings.pdf](http://linguistica.sns.it/QLL/QLL00/PMB_misunderstandings.pdf). Acesso em: jan. 2014.

BERTUCCI, R. A. **Uma análise semântica para verbos aspectuais em português brasileiro**. 2011. 202 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BURZIO, L. **Italian syntax**. Dordrecht: Ed. Reidel, 1986. **crossref**  
<http://dx.doi.org/10.1007/978-94-009-4522-7>

CANÇADO, M. **Manual de semântica**: noções básicas e exercícios. 2. ed. revisada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. Posições argumentais e propriedades semânticas. **DELTA**, São Paulo, v. 21, n. 1, jan./jun. 2005.

CHIERCHIA, G. **Semântica**. 1ª reimpressão, 2008. Trad. Luiz Arthur Pagani, Lígia Negri e Rodolfo Ilari. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

CINQUE, G. **Restructuring and functional heads**: the cartography of syntactic structures. New York: Editora Oxford University Press, 2006. 4 v.

COMRIE, B. **Aspect**. An introduction to the study of verbal aspect and related problems. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

CUNHA, L. F. Reconsidering stative predications, their behaviour and characteristics. **Cadernos de Linguística**, Porto: C.L.U.P., n. 11, 2005. Disponível em: <http://cl.up.pt/conteudos/cadernos/caderno11.pdf>. Acesso em: jan. 2014.

FREED, A. F. **The semantics of English aspectual complementation**. Dordrecht, Holland: Reidel Publishing Company, 1979. (Synthese language library, v. 8). **crossref** <http://dx.doi.org/10.1007/978-94-009-9475-1>

LAMIROY, B. The complementation of aspectual verbs in french. **Language**. v. 63, n. 2, p. 278-298, 1987. **crossref** <http://dx.doi.org/10.2307/415657>

RECH, N. S. F. O processo de auxiliaridade verbal no português brasileiro: uma análise dos aspectuais. **Revista Letras**, Curitiba, n. 84, p. 111-136, jul./dez. 2011.

RIZZI, L. **Issues in Italian syntax**. Dordrecht: Editora Foris, 1982. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1515/9783110883718>

ROCHA, L. C. de A. A nominalização no português do Brasil. **Rev. Est. Ling.**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 5-51, jan./jun. 1999.

ROCHETTE, A. The selection properties of aspectual verbs. In: JOHNSON, K.; ROBERTS, I. (eds.) **Beyond Principles and Parameters**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1999. **crossref** [http://dx.doi.org/10.1007/978-94-011-4822-1\\_6](http://dx.doi.org/10.1007/978-94-011-4822-1_6)

SMITH, C. S. **The parameter of aspect**. 2. ed. Dordrecht, The Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 1997. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1007/978-94-011-5606-6>

VENDLER, Z. Verbs and times. In: \_\_\_\_\_. **Linguistics in philosophy**. Ithaca: Cornell University Press, 1967. p. 97-121.

WACHOWICZ, T. C; FOLTRAN, M. J. Sobre a noção de aspecto. **Cadernos de Estudos Linguísticos** (UNICAMP), Campinas, v. 48 (2), p. 211-232, 2006.

## Bibliografia

FERREIRA, N. S. **Auxiliares**: uma subclasse dos verbos de Reestruturação. Tese (Doutorado em Linguística)- Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2009, p. 9-35; 140-165.

MIOTO, C.; SILVA, M. C. F.; LOPES, R. E. V. **Manual da sintaxe**. Florianópolis: Insular, 1999, p. 11-31.

NEVES, M. H. de M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000, p. 25-65.

RECH, N. F; NASCIMENTO, F. S. A natureza do complemento dos aspectuais: diferentes perspectivas de análise em debate. In: ARAGÃO NETO, M. M.; CAMBRUSSI, M. F. **Léxico e Gramática: novos estudos de interface**. Curitiba/PR: CRV, 2014.

TRAVAGLIA, L. C. **O aspecto verbal no português**: a categoria e sua expressão. Uberlândia: Gráfica da UFU, 1981, p. 29-50.

WACHOWICZ, T. C. Auxiliary and aspectualizer verbs: some syntactic and semantic distinctions. **Revista Letras**, Curitiba: editora UFPR. n. 73, p. 223-234, set./dez. 2007.

Artigo recebido em: 12.02.2015

Artigo aprovado em: 03.06.2015

## **Culto televisivo *Show da fé*: tensionamento de vozes sociais**

### **The televised show of worship *Show da fé* (*Show of faith*): the tension of social voices**

Kelli da Rosa Ribeiro\*

---

**RESUMO:** Neste artigo, analisamos os sentidos e os valores sociais que emergem no discurso do culto televisivo *Show da fé*, veiculado na TV Bandeirantes. Pretendemos analisar: i) quais as visadas discursivas são mobilizadas no trecho inicial da pregação da palavra bíblica no programa *Show da fé* e de que forma constroem sentidos no discurso do culto; ii) de que forma o discurso em foco interpela seus destinatários como um discurso propagandista que incita a *crer* e a *fazer*; iii) de que forma a diversidade de vozes sociais aparecem no discurso propagandista da pregação da palavra bíblica e os sentidos engendrados no discurso. Como embasamento teórico, recorreremos às concepções de M. Bakhtin e seu Círculo e às ideias do semiolinguista francês P. Charaudeau. As discussões nos revelam que o discurso propagandista analisado mostra uma tensão entre vozes concorrentes, complexificando as relações entre fé e consumo nas esferas discursivas em jogo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Discurso religioso; discurso propagandista; vozes sociais; Consumo.

---

**ABSTRACT:** In this article, we analyze the meanings and social values that emerge in the discourse of the televised show of worship *Show da fé* (*Show of faith*), broadcast on the TV Bandeirantes channel. We intend to analyze: i) what are the discursive intentions mobilized in the initial bible preaching passage in the *Show da fé* program, and how they build meanings in the discourse on worship; ii) in what way the discourse in focus addresses its audience through propaganda discourse which incites belief and action; iii) in what way the diversity of social voices appear in the propaganda discourse of bible preaching and the meanings engendered in the discourse. As a theoretical foundation, we appeal to the conceptions of M. Bakhtin and his Circle and to the ideas of the French semiologist P. Charaudeau. The discussions reveal that the propaganda discourse analyzed demonstrate a tension between competing voices, turning the relations between faith and consumption complex in the discursive areas at play.

**KEYWORDS:** Religious discourse; Propaganda discourse; Social voices; Consumption.

---

## **1. Introdução**

Os discursos religiosos neopentecostais<sup>1</sup>, nas últimas décadas, ganharam, na televisão, uma grande visibilidade e alcançaram um número expressivo de adeptos e contribuintes. Tais discursos se expandem para além das fronteiras da esfera religiosa propriamente dita e se

---

\* Mestre e doutoranda em Letras, área de concentração em Linguística, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS – CNPq).

<sup>1</sup> O Neopentecostalismo é considerado a terceira fase do Pentecostalismo, uma vertente do Protestantismo Cristão. O movimento neopentecostal traz uma ênfase na guerra espiritual contra o diabo, um forte discurso de acomodação ao mundo e a crença na Teologia da Prosperidade. No Brasil, a maior e mais representativa igreja dessa corrente é a Igreja Universal do Reino de Deus, seguida pela Igreja Internacional da Graça de Deus, a Igreja Renascer em Cristo, a Igreja Batista Nacional e a mais recente Igreja Mundial do Poder de Deus.

engendram de maneira cada vez mais acirrada num já constituído “Mercado da fé”. Muitas igrejas acabaram se tornando proprietárias de canais de televisão e de emissoras de rádio, tendo também um amplo crescimento em participações na política do país. No cenário brasileiro, especificamente, temos na televisão, um largo espaço de circulação desses discursos e dos valores sociais propagados por eles, os quais entram em choque e debatem não só com outras vozes religiosas, mas também debatem e conflitam com discursos oriundos de outras esferas sociais, tais como a esfera política, científica, escolar, jurídica etc.

Alguns estudiosos da Sociologia da Religião comparam este fenômeno com o procedimento dos consumidores como se estivessem em um supermercado (Pierucci, 1997). Numa espécie de “supermercado da fé”, as pessoas podem avaliar as qualidades, as vantagens e desvantagens, os benefícios de cada denominação religiosa, e em seguida adquirir uma ou mais de uma, das que estão disponíveis nas prateleiras midiáticas. Assim, conforme Pierucci (1997, p.112) “o consumidor religioso escolhe uma e até mais de uma experiência mística, ou solução espiritual, ou serviço religioso dentre uma grande variedade de propostas provocantemente expostas no 'supermercado espiritual'". A escolha é claro, segue permeada de tensas relações sociais de concorrência, interpelando uma grande massa de sujeitos que participam ativamente desse engendramento de vozes e valores religiosos na mídia.

Os conflitos de valores que circulam no diálogo entre vozes neopentecostais e vozes concorrentes têm como pano de fundo as relações sociais e práticas econômicas, culturais e políticas de uma sociedade dita pós-moderna. Os discursos dos cultos televisivos neopentecostais ancoram-se, sobretudo, na promoção da fé, a qual é o principal meio de se alcançar qualquer benesse divina. Essa fé, tomando-a como a tomada de decisões e de atos de confiança e de adesão à doutrina, conforme o discurso neopentecostal, o fiel encontra e a adquire somente frequentando a “casa de Deus”, ou seja, frequentando a igreja e, além disso, ofertando para que essa casa se mantenha. Com efeito, não é difícil observar o constante pedido de dinheiro em plena rede nacional e em horário nobre sob as promessas de uma vida financeira abençoada, uma saúde perfeita, um lar feliz etc.

Desse modo, percebemos que, nos discursos neopentecostais televisivos, o discurso publicitário, que promete as benesses, perpassa todos os momentos do culto. Isto é, podemos constatar uma publicização não só na parte de venda e/ou oferecimento de produtos evangélicos, mas também na pregação da palavra bíblica e nos testemunhos dados pelos fiéis. Nesse sentido, o discurso publicitário se estende para além das fronteiras do anúncio

publicitário e atinge discursos de outros gêneros que serão discutidos durante a análise, que em diferentes contextos de produção, visam a promover algo ou alguém, a mostrar vantagens e desvantagens de se ter determinadas ideias, opiniões e valores sociais.

Conforme Charaudeau (2010), o discurso publicitário pode ser considerado uma das possibilidades de uma instância maior que é o discurso propagandista. O autor explica que o discurso propagandista é um discurso de incitação a fazer, o qual se dirige a um interlocutor que precisa crer no que é enunciado. O discurso propagandista é, nesse sentido, “um tipo de discurso definido de maneira ideal que se concretiza por diferentes gêneros que variam de acordo com o tipo de legitimidade do qual goza o sujeito falante” e o lugar atribuído ao sujeito a quem se dirige a incitação. Entendemos, a partir das considerações do autor, que esse fazer se desdobra em incitação a acreditar, a comprar, a testemunhar a favor, a contribuir etc (CHARAUDEAU, 2010, p. 64).

Levando em consideração essas reflexões, neste artigo, pretendemos discutir a respeito dos sentidos que emergem no discurso da pregação da palavra bíblica no culto televisivo *Show da fé*, veiculado na TV Bandeirantes, focalizando-se três questões norteadoras: i) De que forma o discurso do *Show da fé* interpela seus destinatários como um discurso propagandista/publicitário? ii) Quais as visadas discursivas mobilizadas no discurso em foco? iii) De que forma a diversidade de vozes emerge no discurso em análise e que sentidos essas vozes constroem no discurso religioso-propagandista?

Para tanto, organizamos nossas discussões em quatro seções. Na primeira seção, apresentamos os pressupostos teóricos, baseados nas concepções dialógicas de M. Bakhtin e nas concepções semiolinguísticas de P. Charaudeau. Na segunda seção, trazemos um breve contexto que envolve o programa *Show da fé*. Na terceira, mostramos os procedimentos metodológicos de seleção e análise do nosso objeto de estudo. Na quarta seção, realizamos a análise do trecho inicial da pregação da palavra bíblica, buscando responder aos questionamentos levantados. Por fim, nas palavras finais, retomamos as discussões suscitadas, fomentando novos debates a respeito do discurso propagandista da pregação da palavra bíblica no *Show da fé*.

## **2. Pressupostos Teóricos: contribuições de M. Bakhtin e P. Charaudeau**

No processo de interação sócio-verbal, estão envolvidos inúmeros aspectos que abarcam os sujeitos, o discurso e a situação contextual na qual se engendra a comunicação. O discurso,

nesse sentido, é o meio dialógico no qual se encontram o eu e o tu. Para o Círculo de Bakhtin, a linguagem é marcada pelo princípio do diálogo, pelo princípio da interação verbal, ou seja, a linguagem é marcada pela presença incondicional do *eu* e do *outro*. A alteridade é, nesse sentido, a chave para o entendimento da complexidade da metáfora do diálogo, proposta pela concepção bakhtiniana.

A metáfora do diálogo não se limita ao diálogo em sua forma composicional, no sentido de ser uma conversa face a face, nem tampouco como uma forma positiva de resolução de conflitos entre os sujeitos. Na amplitude postulada pela teoria bakhtiniana, a linguagem em uso é vista como um diálogo sem conclusão e inacabável, pois parte de diversas enunciações já ditas no meio social, encontrando sempre um *eu* que lhe dará um novo sentido. Aliás, conforme Bakhtin/Volochinov (2010), a estrutura da enunciação e da atividade mental do eu são de natureza social. Assim, a língua só pode ser constituída na base da interação verbal, “realizada através da enunciação ou das enunciações” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2010, p. 127).

Assim, eu e tu constroem cada qual um universo de valores em que ambos atribuem sentidos às enunciações. Conforme Bakhtin (2003, p.379), o *eu* vive em um mundo repleto de palavras do *outro* e toda a sua vida “é uma orientação nesse mundo”. A palavra do outro coloca diante do eu a tarefa de compreendê-la, e mais, a tarefa de atribuir-lhe uma contra palavra (BAKHTIN, 2003, p. 379).

Nessa direção, Charaudeau (2012, p. 44) destaca que o Tu, sendo o sujeito-interlocutor de um ato de linguagem proferido pelo Eu, não é um “simples receptor de mensagem, mas sim um sujeito que constrói uma interpretação em função do ponto de vista que tem sobre as circunstâncias de discurso”. É importante frisar ainda que Charaudeau (2012) distingue dois tipos de Tu instaurados no processo de interação verbal: o Tu – interpretante e o Tu – destinatário. O autor faz essa distinção, levando em consideração a complexidade na qual se engendra a comunicação e chama a atenção para essa diferença. O Tu – destinatário (Tud) “é o interlocutor fabricado pelo EU como destinatário ideal”, sendo esse Tu adequado ao ato de comunicação projetado pelo Eu. O Tud participa do processo de produção do discurso (CHARAUDEAU, 2012, p. 45).

Já o Tu – interpretante (Tui) participa do processo de interpretação do discurso do Eu. Conforme Charaudeau (2012, p. 46), o Tui é “um ser que age fora do ato de comunicação produzido pelo EU”. No entanto, seu agir interfere diretamente no ato de linguagem, uma vez que o discurso é um processo que envolve tanto produção, quanto recepção/interpretação.

Assim, a principal diferença entre Tud e Tui é justamente sua relação com o Eu. Enquanto Tud é instaurado pelo Eu, participando diretamente do processo de produção do discurso, o Tui age independentemente do Eu, instituindo-se a si próprio como responsável pelo ato de interpretação (CHARAUDEAU, 2012, p. 47).

É importante destacar que, no processo de produção de um discurso, numa determinada situação de comunicação, podemos observar também um desdobramento do sujeito produtor do ato de linguagem, o Eu. Charaudeau (2012) nos explica que o Eu aparece sob duas perspectivas no cenário comunicativo: o Eu – enunciador (Eue) e o Eu – comunicante (Euc). Segundo Charaudeau (2012, p. 48), “o Eue é um ser de fala sempre presente no ato de linguagem”, quer seja explicitamente marcado como um eu que fala, quer seja supostamente apagado na configuração discursiva como um ele que fala. Portanto, Eue é um sujeito da enunciação, é quem enuncia no discurso. Euc, por sua vez, é um sujeito que possui uma relação de “exterioridade em relação à configuração verbal”, sendo “localizado na esfera externa do ato de linguagem, mas responsável por sua organização”. Assim, Euc é um ser social, sendo ele o “indicador – responsável pelo ato de produção” (CHARAUDEAU, 2012, p. 52).

No cenário da interação, Euc e Tui são sujeitos sociais, enquanto Eue e Tud são sujeitos do discurso. Dessa maneira, o ato de linguagem se torna, conforme afirma Charaudeau (2012, p. 45), “um ato *interenunciativo* entre quatro sujeitos (e não 2), lugar de encontro imaginário de dois universos de discurso que não são idênticos”. A partir disso, podemos entender que no discurso, ficam impressas as imagens do Eu e do Tu. A imagem social do Euc aparece refrangida na imagem do Eue. Já no ato de linguagem do Eue aparece refrangida a imagem do Tud. As imagens de Tud e Tui podem caminhar juntas, mas como os discursos acontecem em situações dinâmicas, essas imagens muitas vezes não coincidem.

É interessante notar que essas imagens construídas no discurso dialogam diretamente com já-ditos, saberes compartilhados em sociedade. Isso acontece, porque os enunciados são elos na cadeia da comunicação discursiva e carregam consigo a história da sociedade. Certamente, as relações entre os sujeitos do discurso se materializam através de enunciados engendrados em diferentes gêneros discursivos.

Segundo Bakhtin (2003, p. 301), “o enunciado não está ligado apenas aos elos precedentes, mas também aos subsequentes da comunicação discursiva”, isto significa dizer que o enunciado liga-se aos enunciados já ditos, seus precedentes e direciona-se aos enunciados futuros dos quais espera resposta ativa e responsiva. O enunciado é projetado pelo locutor

sempre tendo em vista uma resposta, uma compreensão ativa. Esse encontro constitui o todo do enunciado e sua inteireza. De acordo com Bakhtin (2003), o enunciado tanto possui um autor e sua expressividade, quanto possui um destinatário, um interlocutor, igualmente, com uma expressividade. O autor do enunciado projeta, em seu dizer, o outro e esse outro tem influência direta nos contornos expressivos do enunciado (BAKHTIN, 2003, p. 301).

Tendo em vista essa alteridade constitutiva do enunciado, Bakhtin (2003) nos explica que

ao construir o meu enunciado, procuro defini-lo de maneira ativa; por outro lado, procuro antecipá-lo, e essa resposta antecipável exerce, por sua vez, uma ativa influência sobre o meu enunciado (...). Ao falar, sempre levo em conta o fundo aperceptível da percepção do meu discurso pelo destinatário: até que ponto ele está a par da situação, dispõe de conhecimentos especiais de um dado campo cultural da comunicação; levo em conta as suas concepções e convicções (...) (BAKHTIN, 2003, p. 302).

Fica evidente, portanto, a importância do horizonte social compartilhado entre os interlocutores. O enunciado é construído a partir desse horizonte, que vai além de um contexto simples e objetivo, se estendendo a um horizonte social de valor, um horizonte ideológico que pode estar ligado mais ou menos a um contexto imediato. Volochinov/Bakhtin (2011) considera que três aspectos compõem o contexto extra verbal da enunciação. O primeiro aspecto se refere ao horizonte espacial compartilhado pelos parceiros da comunicação. O segundo se refere ao conhecimento e à compreensão comum da situação. O terceiro aspecto se refere à valoração compartilhada pelos interlocutores (VOLOCHINOV/BAKHTIN, 2011, p. 156).

Por isso, Medviédev (2012, p. 183) ressalta que “o enunciado é inseparável do acontecimento da comunicação”, sendo “impossível compreender um enunciado concreto sem conhecer sua atmosfera axiológica e sua orientação avaliativa no meio ideológico” (MEDVIÉDEV, 2012, p. 185). Esse horizonte axiológico é construído ao longo da história de uma sociedade, ou seja, as valorações ideológicas passam de enunciado para enunciado, formando uma atmosfera avaliativa. Medviédev (2012, p. 189), nessa perspectiva, afirma que “a avaliação é social e organiza a comunicação”, influenciando o enunciado, “tanto do ponto de vista das formas linguísticas selecionadas, quanto do ponto de vista do sentido escolhido” (MEDVIÉDEV, 2012, p. 189).

Assim, no enunciado há um complexo jogo de claro e escuro. Ele pode ser aclarado de um lado pela nova acentuação que lhe é atribuída e por outro lado pode ser obscurecido com as diversas opiniões sociais dirigidas ao objeto do discurso. Quando o locutor enuncia suas ideias,

valores e posições num determinado enunciado, o objeto do seu discurso já se encontra “desacreditado e contestado”. Nesse contexto, o enunciado se encontra no emaranhado de diversas vozes sociais, ou seja, o enunciado nasce e circula num meio plurilíngue, plurivocal (BAKHTIN, 2010, p. 86).

Nesse meio de diferentes vozes, os enunciados se organizam em função de formas de comunicação social, as quais na obra bakhtiniana são denominadas de gêneros do discurso. Segundo Bakhtin (2003, p. 262), os gêneros discursivos são “tipos relativamente estáveis de enunciados” que se engendram em diversas esferas da atividade humana na sociedade. Uma esfera discursiva não é um espaço físico propriamente dito, ela traduz uma atmosfera social de atividade, podendo se engendrar em diferentes contextos de interação verbal. Podemos destacar diversas esferas, tais como esfera acadêmica, esfera jurídica, esfera política, esfera midiática, esfera religiosa, esfera literária, entre outras.

Tendo em vista essa orientação nas esferas sociais de comunicação, os gêneros do discurso se constituem de três elementos dinâmicos: forma composicional, estilo e conteúdo temático, isto é, os gêneros possuem uma estrutura recorrente que tem relativa estabilidade em função da individualização que o locutor lhe atribui a cada nova interação verbal. Por ser ligado intrinsecamente à vida e às atividades sociais dos mais diversos tipos, o estilo torna-se parte fundamental nesses processos de relativa estabilidade do gênero e orientação para a realidade social.

O estilo do Eu, que produz seu ato de linguagem, parte de um projeto de dizer que baliza seu discurso. O projeto de dizer se orienta, levando em conta certas atitudes enunciativas de base, as quais Charaudeau (2010b) denomina de visadas discursivas. Conforme o autor, toda a situação de comunicação pode ser analisada a partir de algumas visadas. A primeira visada é a de “prescrição”. Na prescrição, o eu – locutor quer *fazer fazer* (ou *pensar*) algo a tu – interlocutor. O locutor, nesse caso, está legitimado por uma posição de autoridade em relação ao interlocutor, o qual se coloca numa posição de *dever fazer*. Como exemplo dessa visada, podemos observar os discursos jurídicos, discursos escolares, discursos militares, entre outros.

A segunda visada é a de “informação”. Nessa visada, temos um locutor que quer *fazer saber* algo ao interlocutor. O locutor, nesse evento, se encontra legitimado numa posição de saber e o interlocutor encontra-se em posição de *dever saber*. Conforme nos explica Charaudeau (2010), essa visada está presente na maioria dos discursos midiáticos, sendo considerada, inclusive, a fundadora desses discursos (CHARAUDEAU, 2010, p. 62).

A terceira visada é a visada de “demonstração”. Na demonstração, há um locutor que busca estabelecer uma verdade e mostrar as provas. Esse locutor tem certa posição de autoridade de saber, de ser detentor de provas que comprovem a verdade. O interlocutor por sua vez ocupa um lugar de ter que receber e ter que avaliar uma verdade (CHARAUDEAU, 2010). Entendemos que a principal diferença entre a visada da informação e a visada da demonstração é a posição ocupada pelo interlocutor na interação verbal. Na visada da informação, o interlocutor se encontra na posição de dever saber e na visada da demonstração o interlocutor ocupa o lugar de alguém que avalia o efeito de veracidade do que é demonstrado.

Por fim, a quarta visada é a de “incitação”. Nessa visada, conforme a primeira, o locutor quer *fazer fazer* alguma coisa ao interlocutor, mas na incitação o locutor não está em posição de autoridade para prescrever o *fazer* ao outro. Na incitação, o locutor deve passar por um *fazer crer*, a fim de persuadir o interlocutor de que será um beneficiário de seu próprio ato: agir na direção incitada pelo locutor. O autor cita como exemplo típico dessa visada, os discursos políticos e os discursos publicitários (CHARAUDEAU, 2010, p. 62).

Entendemos que todas essas visadas podem aparecer juntas num discurso, dependendo do gênero discursivo mobilizado e da situação social que envolve a interação. Todas essas visadas podem aparecer refletidas no discurso propagandista, por exemplo, sob a roupagem de um discurso da incitação a fazer crer. Isso significa dizer também que uma mesma situação de comunicação pode convocar várias visadas e uma visada pode aparecer em diferentes situações e em diferentes gêneros discursivos.

O autor define “discurso propagandista” como um discurso que se organiza a partir da visada de incitação, na qual o locutor se encontra numa posição de não-autoridade e precisa usar a estratégia de fazer crer ao interlocutor a quem é atribuída uma posição de dever crer. Entendemos que essa atribuição de dever crer não surge mecanicamente, mas a partir do processo dialógico da comunicação social, considerando o gênero discursivo mobilizado, as relações sociais que envolvem os sujeitos da interação e a esfera discursiva na qual se engendra a comunicação. Assim, o discurso propagandista, conforme Charaudeau (2010, p. 62), “tem como alvo uma instância coletiva, o que explica que ele se inscreva sempre num dispositivo de difusão”. No discurso propagandista, de acordo com Charaudeau (2010b, p. 61), a construção do status da verdade “é da ordem do que *há de ser*, da promessa”.

É importante destacar que os discursos propagandistas têm na mídia um meio fértil de produção, circulação e recepção. Isso acontece porque a mídia não transmite de forma

transparente os fatos que ocorrem na realidade social. De acordo com Charaudeau (2010, p. 19-20), a mídia impõe de certa forma o que se constrói do espaço público, uma vez que é a linguagem a mediação necessária no processo de “transmissão”. O autor salienta que “a linguagem não é transparente ao mundo, ela apresenta sua própria opacidade através da qual se constrói uma visão, um sentido particular do mundo”. Assim, no momento em que a mídia seleciona o que será difundido, se constrói “uma imagem fragmentada do espaço público, uma visão adequada aos objetivos das mídias”.

Entendemos que tal fragmentação é adequada, pois se a mídia tem o objetivo de atingir o maior público possível, é vantagem que apareçam diversificados reflexos da realidade social de maneira que atinja as diversas opiniões, valores, crenças etc. Assim, concluímos com Charaudeau (2010, p. 20), nessa perspectiva, que a mídia é um “espelho deformante” que mostra a realidade de um mundo deformado, ou seja, fragmentos amplificados, simplificados e/ou estereotipados desse mundo e dos valores sociais que nele circulam.

### **3. O programa televisivo *Show da fé*: a esfera religiosa – midiática e o gênero discursivo**

A relação das igrejas denominadas pentecostais e neopentecostais com a esfera midiática e com a disputa acirrada na televisão não é recente. De acordo com Campos (2004, p. 148), “a história dos evangélicos está ligada, desde o seu início no século XVI, mais que a dos católicos romanos, às novas tecnologias de comunicação social”. Desde a década de 1950, as igrejas pentecostais vêm se expandindo em programas de rádios em todo o Brasil. Na televisão brasileira, os programas evangélicos pentecostais começam a surgir na década de 1960, em emissoras como a TV Tupi, TV Record, Bandeirantes, entre outras. Segundo Moraes (2010, p. 45), o primeiro programa evangélico na TV brasileira foi ao ar “no dia 18 de novembro de 1962, intitulado *Fé para Hoje*, apresentado pelo pastor Alcides Campolongo e sua esposa”.

Desde essa data, muitos outros programas surgiram na TV brasileira e o mercado religioso – midiático tornou-se cenário de compra dos melhores horários na televisão. Embora denominações pentecostais e neopentecostais tenham conquistado espaço em muitos horários, em emissoras brasileiras, ao longo dos anos, as igrejas iniciam sua pretensão de obterem emissoras próprias, ampliando, desse modo, seu controle e visibilidade na mídia televisiva. Em 1989, a Igreja Universal do Reino de Deus, por exemplo, adquire a Rede Record de Televisão e, em 1999, a Igreja Internacional da Graça de Deus aumenta seu conglomerado midiático, adquirindo a concessão da Rede Internacional de Televisão, a RIT. É importante destacar, nesse

contexto de concorrência, que o projeto da RIT oferece ao público em geral uma programação de conteúdo quase exclusivamente evangélico, distinta da proposta da Record. Diferentemente de uma emissora comum, a RIT conta exclusivamente com uma publicidade voltada a produtos e serviços evangélicos, se dirigindo a um público heterogêneo, não necessariamente fiéis frequentadores da IIGD (MORAES, 2010, p. 145).

É interessante atentar para o embate de vozes que se travou ao longo de todos esses anos, desde a entrada das pentecostais e neopentecostais na mídia. A presença marcante pentecostal na mídia tem causado disputas e rivalidades tanto aos concorrentes da própria esfera religiosa, quanto aos concorrentes de outras esferas. Podemos citar, como exemplo, veículos de comunicação que mantêm essa rivalidade em relação aos neopentecostais, sobretudo em relação à IURD: a Rede Globo, o SBT, a Folha de S. Paulo e tantos outros que possuem uma grande presença no controle da mídia no país.

Com uma ampla visibilidade na mídia radiofônica e televisiva, os grupos religiosos pentecostais e neopentecostais ganham espaço também na esfera política. Mariano e Pierucci (1992, p. 93) explicam que o marco histórico da imersão pentecostal na esfera política “foi surpresa geral”, com “a eleição de uma bancada de 33 parlamentares evangélicos para o Congresso Nacional Constituinte, em 1986”. De acordo com Pierucci (1989), as denominações evangélicas formam parte da base social de uma “nova direita”, pois adicionam valores tradicionalistas referentes à família, à sexualidade e às pilastras usualmente associadas a posições “direitistas”, tais como a defesa do direito de propriedade, a resistência em relação à reforma agrária e à ampliação da intervenção do estado na economia.

Desse modo, podemos assinalar que o movimento pentecostal chegou ao Brasil, trazendo novas delineações em diversas esferas da sociedade. Mariano (1996, p. 25) destaca que o pentecostalismo chegou ao Brasil há 95 anos e “desde então centenas de igrejas se formaram e diversas mudanças ocorreram em seu interior, tornando esta religião cada vez mais complexa, heterogênea”. Recentemente, diversos pesquisadores da área da sociologia da religião passaram a organizar esta esfera religiosa em três perspectivas que não são estanques, mas convivem e se influenciam mutuamente.

Mariano (1996, p. 25) afirma que a primeira perspectiva é chamada de “pentecostalismo clássico” e abrange o “período de 1910 a 1950, que vai de sua implantação no país, com a fundação da Congregação Cristã no Brasil (em 1910, em São Paulo) e da Assembléia de Deus (1911, Pará)”. O autor acentua que “desde o início estas igrejas caracterizaram-se pelo

anticatolicismo, pela ênfase no dom de línguas, por radical sectarismo e ascetismo de rejeição do mundo”. A segunda perspectiva é denominada de “pentecostalismo neoclássico” e teve “início na década de 50 com a chegada em São Paulo de dois missionários norte-americanos da International Church of the Foursquare Gospel”. É neste período também que os missionários vão se emancipando das organizações estrangeiras e criando suas próprias organizações no Brasil. Cria-se, nesta fase, a Cruzada Nacional de Evangelização baseados na cura divina e funda-se em São Paulo, em 1951, a Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ) que, à diferença das demais, é predominantemente liderada por mulheres. Ainda, a Igreja O Brasil para Cristo (1955/São Paulo), Deus é Amor (1962/São Paulo), Casa da Bênção (1964/Minas Gerais) e outras de menor porte (MARIANO, 1996, p. 125).

A terceira perspectiva é denominada de “neopentecostal”, sendo esta a vertente que mais cresceu nas últimas décadas. Conforme Mariano (1996), o neopentecostalismo começou na segunda metade dos anos 70, crescendo e se fortalecendo na esfera religiosa (evangélica) no decorrer dos anos 80 e 90. Mariano (1996, p. 26) observa que as igrejas que seguem essa linha neopentecostal apresentam “forte tendência de acomodação ao mundo”, participando ativamente da política partidária do país e utilizando “intensamente a mídia eletrônica”. De acordo com o sociólogo da religião, o neopentecostalismo caracteriza-se por três principais aspectos que constituem as bases das pregações das igrejas que seguem essa linha. O primeiro aspecto se refere à ênfase dada à guerra espiritual contra o Diabo e seus anjos decaídos, chamados muitas vezes de demônios, associados frequentemente às outras religiões e, sobretudo, aos cultos afro-brasileiros (MARIANO, 1996, p. 26).

O segundo aspecto, ainda conforme nos explica Mariano (1996), se refere a não adoção dos “tradicionais e estereotipados usos e costumes de santidade, que até há pouco figuravam como símbolos de conversão e pertencimento ao pentecostalismo”. É importante destacar nesse sentido, que os adeptos do neopentecostalismo abandonam os modos de vestir, por exemplo, apregoados pelas igrejas pentecostais tradicionais, nas quais as mulheres são orientadas a usarem vestidos longos ou saias, para que se distingam dos homens que usam calças compridas. Por fim, o terceiro aspecto, se refere à pregação e difusão da Teologia da Prosperidade, defensora do polêmico e mal interpretado axioma franciscano “‘é dando que se recebe’ e da crença nada franciscana de que o cristão está destinado a ser próspero materialmente, saudável, feliz e vitorioso em todos os seus empreendimentos terrenos” (MARIANO, 1996, p. 26).

As principais igrejas que compõem o cenário neopentecostal brasileiro são as seguintes: Universal do Reino de Deus (1977, Rio de Janeiro), Internacional da Graça de Deus (1980, Rio de Janeiro), Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra (1976, Goiás), Renascer em Cristo (1986, São Paulo) e a mais recente Igreja Mundial do Poder de Deus (1998/São Paulo), fundadas por pregadores brasileiros. Tais denominações, com a difusão midiática da Teologia da Prosperidade, arrolam seus discursos em concorrência com discursos de promessas da sociedade de consumo, como de serviços de crédito ao consumidor, de sedutores apelos de lazer, de opções de entretenimento, criadas e exploradas pela indústria cultural. Assim, essa religião se vê compelida a adaptar-se à sociedade do consumo, a fim de diminuir sua defasagem em relação à sociedade e aos interesses ideais e materiais dos crentes (MARIANO 1996, p. 27).

É importante destacar a questão da concorrência de que estamos tratando. As vozes em concorrência com os discursos neopentecostais na mídia é tanto no sentido de que se produz ao mesmo tempo, o que a esfera midiática facilita, quanto no sentido de competição um com o outro. A produção, circulação e recepção desses discursos ao mesmo tempo na mídia compele-os à concorrência por melhores horários e audiência de público. Ademais, e levando em conta tal jogo e tensionamento de vozes, essas denominações camuflam os discursos da sociedade de consumo dando-lhes novos contornos, ou seja, contornos religiosos e sagrados. Assim, esses discursos concorrentes convivem harmoniosamente com os discursos consumistas da sociedade contemporânea, favorecendo-se e usando os conceitos da lógica do Mercado em benefício das instituições religiosas. Obviamente, os discursos neopentecostais usufruem de tais conceitos, mas teologiza-os, sacraliza-os, a fim de torná-los tão divinos quanto os conceitos puramente religiosos.

O neopentecostalismo e sua Teologia da Prosperidade encontram na mídia, sobretudo na televisão e na sociedade do Mercado e do Consumo, aliados eficazes de sedução e propagação de suas ideias. A engrenagem mercadológica da pós-modernidade oferece ferramentas econômicas e políticas, para que as igrejas e suas pregações, em torno das demandas individuais por saúde e posses materiais, possam interpelar uma grande massa de sujeitos que consumam essa crença. A principal ferramenta é a abertura de espaços públicos e midiáticos a essas instituições religiosas em troca de generosas mensalidades. A busca pela posse de um “poder fazer” está presente nas duas esferas aqui em jogo.

Na esfera midiática, a busca pelo poder se concretiza no seu patrocínio cada vez maior e na sua amplitude que abarca uma infinidade de outras esferas, isto é, com a injeção econômica

e com seus lucros, essa esfera ao mesmo tempo tem o poder de girar a roda mercadológica da indústria dos meios de comunicação e também tem o poder de construir, desconstruir, propagar, difundir opiniões, valores sociais, políticos e econômicos junto a um vasto e incontável público espectador. Na esfera religiosa, a busca pelo poder se traduz em duas dimensões: primeiramente há a dimensão da própria instituição religiosa que busca poder atingir o maior número de fiéis contribuintes e fazer assim “crescer” sua obra com cada vez mais abertura de templos, programas de rádio e de TV etc; numa segunda dimensão, também há o fiel que é um sujeito participante dessa esfera, aliás, o fiel é a razão de existência de discursos religiosos, o qual busca o “poder fazer” que abarque suas necessidades individuais e sociais. Isto é, o fiel busca, nesses discursos, a posse de sua benção familiar, a posse de sua independência financeira, a posse de saúde e de curas miraculosas, entre outras demandas.

O programa *Show da fé* é um culto gravado e transmitido em rede nacional, fazendo parte das atividades da Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD). O *Show da fé* é transmitido em horário nobre, às 20h30min na TV Bandeirantes, de segunda a sábado, concorrendo com programas tradicionais da Rede Globo, como o Jornal Nacional e parte da novela das 21h00. Além da TV Bandeirantes, o *Show da fé* é transmitido pela REDTV, de segunda à sexta às 07h00, 08h00, 17h00 e 21h 30m e aos sábados às 07h00, 08h00 e 21h 30m, e pela RIT, de segunda a sexta às 07h00, 08h00, 17h 10m e 20h 30m e aos sábados às 07h00 e 08h00.

Segundo o site oficial da IIGD, o *Show da fé* é gravado durante os finais de semana, na Sede Estadual da igreja em São Paulo e a participação do público é gratuita. Moraes (2010) afirma que a IIGD começou, a partir de 2003, a ficar bastante conhecida no Brasil, por causa das transmissões em horário nobre do programa. Segundo o autor, o *Show da fé* é também traduzido para outros idiomas, como inglês e espanhol, sendo transmitido nos Estados Unidos e no México. Nos Estados Unidos o programa é veiculado pela West Palm Beach e Super Channel e na América do Norte é veiculado pela PC TV do México (MORAES, 2010, p. 160).

O *Show da fé* é apresentado pelo líder da IIGD, o Missionário Romildo Ribeiro Soares. Conforme Moraes (2010), Soares nasceu em 06 de dezembro de 1947, numa família pobre na cidade de Muniz Freire, no Espírito Santo. Criado numa família batista, R. R. Soares, ainda criança, tinha muito interesse nas histórias bíblicas que, sobretudo, relatavam curas e milagres. Em 1968, o jovem Soares passa a frequentar a Igreja Nova Vida e lá conhece Edir Macedo, que mais tarde seria seu cunhado, e Samuel Coutinho. Em 1975, Samuel Coutinho, Edir Macedo e

R. R. Soares fundam uma igreja itinerante chamada de Salão da Fé. Já no ano seguinte, os pastores mudaram o nome da igreja para Igreja da Bênção que funcionava numa antiga funerária. Só em 1977, a igreja muda de nome e passa a se chamar Igreja Universal do Reino de Deus já sem a presença de Samuel Coutinho (MORAES, 2010, p. 85).

Após muitas desavenças entre os dois líderes, R. R. Soares deixa a Universal e funda a Igreja Internacional da Graça de Deus. Desde então, Soares cria uma imagem no meio evangélico de um líder carismático que tem um histórico de rompimento com as estruturas tradicionais. R. R. Soares se torna, claramente, um sacerdote bem-sucedido, pois cria em torno de si uma corte de discípulos. Tais discípulos são grandes apoiadores econômicos do empreendimento do Missionário. Soares mantém, então, uma liderança personalista e com isso lidera uma grande organização religiosa e midiática. Seu sucesso também é atribuído à sua postura social de sempre se manter distante de escândalos de roubos, lavagem de dinheiro, os quais muitos outros líderes evangélicos estão envolvidos<sup>2</sup>. Desse modo, sua imagem de pregador na esfera religiosa e na esfera midiática se legitima numa figura respeitável, polida e ao mesmo tempo bastante próxima do público em geral (MORAES, 2010, p. 106).

O programa televisivo *Show da fé* se constitui como um gênero discursivo híbrido nesse contexto neopentecostal de concorrência. O culto é formado por outros três gêneros discursivos que são recorrentes no modo de organização do programa. Os três gêneros que compõem o gênero culto televisivo *Show da fé* são os seguintes: o gênero Pregação da palavra bíblica, o gênero Testemunho do fiel e o gênero Anúncio de produtos evangélicos. Consideramos ainda que cada um desses três gêneros tem momentos em sua composição que se repetem em todos os programas.

Na Pregação da palavra bíblica, há um momento inicial de abertura do programa e de introdução do tema que será tratado no culto, observamos ainda um momento de leitura direta dos versículos bíblicos, acompanhada de uma explicação do Missionário e, por fim, há um momento final que se refere à conclusão da leitura bíblica realizada, seguida de uma oração que retoma, de certa forma, o que foi dito na pregação. É interessante frisar que, no momento da oração, há a presença de multifacetados interlocutores: um interlocutor possível é Deus, a quem se dirige a oração e, em variados momentos, o fiel é também o interlocutor, justamente porque a oração seria uma espécie de reforço da Pregação da palavra.

---

<sup>2</sup> Se houve algum processo judicial, não teve a visibilidade na mídia da mesma forma que tiveram os escândalos envolvendo a IURD e a Renascer em Cristo, por exemplo. Na mídia, R. R. Soares cria essa imagem de retidão.

No Testemunho do fiel, observamos três momentos que são dinâmicos e que se intercalam, ou seja, não são momentos que, necessariamente, seguem uma ordem cronológica. Primeiramente, o fiel que foi previamente apresentado pela voz de um narrador, conta seu(s) problema(s). Depois, o fiel expõe como foi o seu encontro com a palavra divina e, mais precisamente, como foi seu encontro com a igreja. E, finalmente, o fiel dá o testemunho de como foi a resolução de seu(s) problema(s). Algumas vezes, esse fiel pode estar presente fisicamente no *Show da fé*<sup>3</sup> e o Missionário dirige-lhe a palavra, a fim de reforçar o que foi dito no testemunho e também para causar efeito de verdade e de realidade aos interlocutores do culto.

O Anúncio de produtos evangélicos é a última parte do culto televisivo *Show da fé*. Essa parte apresenta também dois momentos dinâmicos que se intercalam. O primeiro é a apresentação e o oferecimento do produto e/ou do carnê do associado e o segundo se refere aos benefícios desse produto para quem o adquire. Esses produtos são variados, podem ser CD's, filmes, livros, assinaturas de canal de TV da igreja, DVD's infantis, carnê do associado, sendo oferecidos como produtos abençoados, sagrados, ou seja, produtos que estão num patamar superior em relação a outros produtos que não são evangélicos.

Nesse sentido, partimos do pressuposto de que o discurso publicitário e suas nuances perpassam todos os momentos do *Show da fé*, ou seja, não há publicidade somente no gênero Anúncio de produtos evangélicos, mas também na Pregação da palavra bíblica e no Testemunho do fiel, uma vez que neles há também a presença de um produto oferecido. No caso da pregação da palavra bíblica, o produto oferecido é a própria palavra como condutora à fé que promove bênçãos divinas ao crente. No caso do testemunho do fiel, o produto é o milagre, ali materializado na vida do crente que depõe no culto. Na verdade, o discurso publicitário no culto televisivo *Show da fé* ultrapassa as fronteiras do anúncio publicitário e atinge os discursos dos outros gêneros que visam também a promover algo ou alguém, a mostrar vantagens e desvantagens de ter determinadas ideias, opiniões e valores sociais.

#### **4. Procedimentos metodológicos de seleção e análise**

O programa *Show da fé* foi escolhido entre tantos outros discursos religiosos televisivos, considerando-se três principais critérios. O primeiro critério se refere ao fato de que é exibido

---

<sup>3</sup> Em alguns programas o fiel que profere o testemunho não está presente no culto. Isso é variável.

em horário nobre na televisão, fato que não é muito comum entre os programas evangélicos neopentecostais que geralmente ocupam os horários da madrugada nas emissoras de televisão. O programa, portanto, concorre com programações bastante assistidas pela população brasileira, como por exemplo, o Jornal Nacional e a novela das 21 horas, ambos exibidos pela Rede Globo. O segundo critério é concernente ao fato de que é veiculado em canal aberto como Bandeirantes, REDE TV e RIT, o que facilita nosso acesso a uma diversidade maior das exibições do programa. Além disso, por ser exibido em canais abertos, o discurso do programa *Show da fé* tem uma amplitude maior entre diversas camadas sócio-econômicas, sobretudo, entre as camadas mais populares.

Por fim, o terceiro critério diz respeito à conservação de certas características de culto evangélico circunscrito à igreja, sendo essas características adaptadas a um programa televisivo. Outros programas evangélicos se constituem na televisão sem o formato de um culto ou então, conservando poucas características de um culto. O programa em foco apresenta, nesse sentido, a Pregação bíblica, o Testemunho do fiel e o Anúncio de produtos evangélicos, momentos que estão comumente presentes em diversos cultos neopentecostais. Esse critério surgiu a partir do interesse em observar de que modo as esferas religiosa e midiática se encontram no culto televisivo *Show da fé*<sup>4</sup>.

O trecho da palavra bíblica selecionado para compor as reflexões deste artigo foi recortado do programa *Show da fé* de 16 de junho de 2012. O referido culto foi assistido na TV Bandeirantes e depois transcrito do site Youtube.com.br<sup>5</sup>. A análise se orienta por três categorias. A primeira se refere à análise dos sujeitos envolvidos na situação de comunicação, a segunda se refere à análise das visadas mobilizadas e a terceira se refere à análise das vozes sociais que emergem a partir dos modos de organização do discurso.

## 5. Discurso em análise: abordagem dialógica da linguagem

A pregação da palavra bíblica, no culto televisivo *Show da fé*, normalmente é introduzida pela voz do Missionário R. R. Soares, o qual é o responsável tanto pela leitura dos trechos bíblicos, quanto pela explicação desses trechos. A voz do Missionário, no *Show da fé*,

---

<sup>4</sup> Os referidos gêneros que compõem o *Show da fé* estão em discussão em minha pesquisa de doutorado ainda em andamento. A tese tem defesa prevista para janeiro de 2016, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

<sup>5</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=qFaKSqr5m-0>

se encarrega de ser portadora da voz divina, ou seja, da voz que dá poder ao interlocutor para resolver suas demandas. Assim, após a canção de abertura do programa e uma salva de palmas dos fiéis que estão presentes no culto, inicia o *Show da fé* do dia 16 de junho de 2012, com o seguinte enunciado de R. R. Soares:

Meus amigos, vamos ter um encontro de fé daqueles gostosos em que a gente vai ficar iluminado pela palavra de Deus. Bem, o que nós vamos ter aqui vai ser uma benção muito grande e eu tenho certeza que Deus vai abençoar. Nós vamos fazer aqui um estudo da palavra de Deus que eu já quero começar daqui a pouquinho com você pra que você entenda aquilo que Deus pede que nós façamos [...] E o que é que nós devemos fazer? Eu queria estudar com você isso tá lá no livro de Isaías capítulo cinquenta e seis, Isaías depois do Salmos. Hoje não há razão de você não fazer isso, se não fizer pode tirar, como se diz lá no interior, o cavalinho da chuva que você não vai pra parte alguma, quer dizer você não vai conseguir nada. (0:48s/1m14s/2m37s)

Os sujeitos envolvidos no discurso da pregação da palavra bíblica entram em cena trazendo consigo aspectos valorativos que circulam socialmente tanto na esfera religiosa, quanto na esfera midiática. O Euc desse discurso é a figura do Missionário R. R. Soares que é uma personalidade bastante conhecida no meio evangélico por sua conduta de sempre se manter distante de escândalos. Por isso, o Euc desse discurso é um sujeito social legitimado, respeitado em diferentes esferas da comunicação. Em decorrência dessa postura construída na esfera religiosa e da legitimidade que o título de Missionário o confere, o Euc é a voz de um ungido de Deus, uma voz de autoridade e detentora de um tom de verdade e sabedoria. É, portanto, uma voz que pode ser acreditada, que pode ser obedecida.

Nessa perspectiva, o Tui desse discurso pode se apresentar de incontáveis maneiras. Pode ser o fiel que está no culto e pode ser o fiel que está de telespectador. E podemos ainda desdobrar esses Tui's em pessoas de modo geral que assistem ao culto televisivo, as quais podem ser de variadas orientações religiosas e também podem não ter religião alguma. Na verdade, o destinatário que nos interessa resgatar nas análises é justamente aquele instaurado pelo Euc, a saber, o Tud. O Tud pode refletir sujeitos que querem acreditar na palavra pregada, sobretudo, são pessoas que estão dispostas a crer na palavra ensinada. São pessoas que estão precisando, querendo ter fé, que estão precisando de um milagre em diferentes setores da vida. Enfim, o Tud instaurado nesse discurso é um interlocutor disposto ou não a consumir a doutrina, se filiar a ela e contribuir para sua expansão.

Tendo em vista os sujeitos em cena, a pregação da palavra divina, no trecho em foco, segue, nessa direção, deixando entrever o engendramento de duas visadas: a visada da informação e a da incitação. No processo de transmissão da palavra bíblica, o Eue se constrói no discurso como um sujeito legitimado, socialmente, que sabe algo e isso deve ser ensinado a alguém que não possui esse conhecimento. O Missionário R. R. Soares ocupa um lugar de saber na esfera religiosa e em seu discurso cria um cenário que incita o Tud a ter fé, a crer no que é dito. A palavra bíblica, nesse sentido, é “pregada”, ensinada pelo Eue que tenta levar o Tud a crer no poder miraculoso que tem a palavra.

De acordo com Charaudeau (2012), no discurso publicitário é fabricada uma imagem de um interlocutor a quem falta algo e nesse discurso se cria um cenário que reflete a ideia de que o interlocutor deve preencher sua falta (CHARAUDEAU, 2012, p. 46). Tendo em vista essa característica do discurso publicitário, Charaudeau (2010) considera que muitos discursos, além do anúncio publicitário, se organizam com essa dinâmica de preenchimento de faltas do outro e chama esses discursos de propagandistas. Esses discursos se engendram numa situação de comunicação, baseada na visada da incitação, que é a visada do fazer crer e do fazer agir.

Logo no início do seu discurso, o locutor constrói seu dizer baseando-se em palavras que fazem reverberar sentidos positivos a respeito da palavra bíblica que será transmitida mais adiante, fazendo uma publicização do que será abordado no culto. Para esse efeito, o sujeito promete que o interlocutor terá “um encontro de fé daqueles gostosos em que a gente vai ficar iluminado pela palavra de Deus”.

Essa publicização acontece em duas direções que se combinam para a incitação a crer. De um lado, o signo “gostoso” em contato com “encontro”, sugere no discurso religioso um efeito de prazer, de boas sensações, de contato com uma esfera divina, que só se consegue ouvindo e crendo no que será ensinado no culto. Por outro lado, não são somente boas sensações que são, valorativamente, destacadas pelo locutor, mas também a promessa de ser “iluminado”.

Nesse jogo dialógico que o Eue em contato sempre tenso com diferentes vozes vai delineando em seu dizer, no qual dá contornos de autoridade à palavra divina, ele também chama a todo o momento o Tud a posicionar-se axiologicamente. Em forma de interrogações e se inserindo também como sujeito aprendiz da palavra, o que o aproxima do interlocutor, ele pergunta “E o que é que nós devemos fazer?”

No momento que o Eue faz essa pergunta, a resposta aparece ideologicamente materializada de duas maneiras: por meio dos gestos e das palavras. Complementando as

palavras “isso tá lá no livro de Isaías capítulo cinquenta e seis, Isaías depois do Salmos”, o Missionário vai até o púlpito e abre a bíblia em tom de sabedoria e autoridade. Esse momento é marcado pelos valores ideológicos que circulam na esfera religiosa evangélica: Euc e Eue têm a resposta para a pergunta sobre o que Deus pede para o fiel fazer, esse locutor tem o poder de dizer essa informação. No entanto, ao mesmo tempo em que ele se coloca como próximo do interlocutor como se os dois fossem aprender, “fazer um estudo da palavra de Deus”, sua atitude no âmbito espacial não é de proximidade e nem de igualdade, pois fisicamente ele está num altar acima dos que assistem ao culto e apenas a sua voz tem o poder de transmitir o que Deus pede que nós façamos.

É interessante ressaltar que, no próprio discurso, há relações dialógicas entre os já ditos do Eue. Anteriormente, o Missionário explicava que as pessoas do antigo testamento, ou seja, época bíblica anterior à vinda de Cristo na terra, tinham que confiar em Deus mesmo não sendo salvas, pois essa salvação, a garantia de morada eterna no céu, só seria proporcionada depois da passagem de Cristo na terra, sua morte no calvário e sua ressurreição ao terceiro dia. Então, o Missionário conclui que se as pessoas do antigo testamento tinham que confiar em Deus sem essa garantia de salvação, imagina, então, as pessoas que vivem atualmente que possuem a garantia da salvação em Cristo. Assim, o enunciado “Hoje não há razão de você não fazer isso”, reflete os sentidos dessa obrigação de confiança em Deus e ao mesmo tempo dialoga tensamente com vozes sociais que não têm essa crença de que Jesus Cristo desceu à terra em sacrifício para salvar a humanidade.

Nesse sentido, dois tipos de relações são instauradas pelo Eue em relação ao Tud, no trecho analisado, e que de certa maneira é recorrente em todo o culto. O Eue, primeiramente, estabelece com Tud uma relação de proximidade, no momento inicial do trecho, materializado pelos pronomes nos quais Eue se inclui: “*Meus* amigos”, “*vamos* ter um encontro de fé”, “em que *a gente* vai ficar iluminado”, “*Nós vamos* fazer aqui um estudo”. Além disso, a relação de proximidade fica também evidente na expressão “tirar o cavalinho da chuva” e na palavra “gostosos” que qualifica o encontro no *Show da fé*.

Num segundo momento, Eue muda essa relação de proximidade e começa a se distanciar do Tud. Num tom de autoridade e de saber, Eue se dirige a Tud como “você”. Esse “você” se desdobra em várias facetas que pode assumir esse interlocutor da pregação da palavra bíblica. Dessa maneira, o Eue deixa entrever em seu dizer que ele já confia em Deus plenamente, ele crê naquela palavra como verdade, por isso não se inclui na possibilidade de não crer. O não

crer e o não confiar implicam também uma consequência, segundo a voz do Eue: “se não fizer pode tirar, como se diz lá no interior, o cavalinho da chuva que você não vai pra parte alguma, quer dizer você não vai conseguir nada”. Assim, Eue instaura em Tud que não crê na doutrina uma *falta*: falta *crer, agir*, para conseguir alcançar bênçãos divinas. Se no primeiro momento, Eue envolve Tud numa suposta proximidade de saber, logo após, marca em seu dizer, a superioridade de posição de pregador da palavra de Deus.

Outra incitação que acontece é a incitação à obediência à palavra bíblica. A adesão, a obediência, é mostrada como um meio de se ter fé e a fé é o meio de se obter benesses divinas. Para causar um efeito de verdade e de transparência na transmissão da palavra bíblica, efeito tipicamente pretendido na visada da informação, são colocados trechos da bíblia destacados na tela, para que o interlocutor acompanhe e visualize a palavra da bíblia, tal qual está escrita na fonte. Em seguida, é mobilizada a visada da incitação e da informação, pois o locutor ocupando seu lugar de saber, de autoridade no assunto, lê o trecho, interpreta, lhe atribui sentidos, (re)significando o dizer bíblico.

O discurso incitativo a crer, a confiar nesse Deus poderoso, se desdobra em dois sentidos possíveis que a todo o momento estão em choque: os sentidos que emergem a partir de vozes de promessa, de confiança, de poder e os sentidos que emergem de vozes de ameaça, de punição (“não conseguir nada”) que frequentemente está diluído nos discursos neopentecostais. O enunciado “você não vai conseguir nada”, direcionado aos interlocutores incrédulos, reflete e refrata a condição neopentecostal que é imposta a todo o momento no discurso, para se conseguir alguma coisa de Deus. A condição é confiar plenamente em Deus, acreditar em sua palavra, acreditar em quem transmite essa palavra e fazer tudo o que esse porta-voz lhe sugere.

Além disso, a palavra “nada” que linguisticamente pode ser considerada esvaziada de sentidos, nesse caso, torna-se um signo que apresenta um espectro de possibilidade de sentidos refratados. O “nada” pode ser associado a diversas bênçãos divinas que abrangem a vida financeira, como conseguir bens materiais, a saúde como a obtenção de uma cura miraculosa, a libertação de um vício, entre outras benesses. Desse modo, o último enunciado deste trecho possui em sua constituição uma tensão de vozes que criam esse cenário de promessas, de incitação a crer e de ameaças se não houver essa crença.

Temos a presença de vozes sociais que fazem reverberar os princípios da Teologia da Prosperidade, na qual é propagado que o fiel evangélico é merecedor das bênçãos divinas, basta crer nas palavras ensinadas pelos porta-vozes (pastores evangélicos). Percebemos, ainda, vozes

de consumo que emergem da própria imagem discursiva que se constrói do Tud: o sujeito a quem se dirige o culto está disposto a crer nos ensinamento com a finalidade de obter algum benefício em troca. Uma terceira voz ainda surge nesse meio dialógico e se referem aos ditos sociais contrários a essa doutrina, que não acreditam nessas promessas. O Eue mobiliza em seu dizer, elementos discursivos que tentam convencer o Tud a aceitar a sua voz e rejeitar as vozes contrárias.

A partir da breve análise esboçada, neste artigo, entendemos que os aspectos mobilizados na Pregação da palavra bíblica basicamente se estruturam no seguinte cenário discursivo: o Eue que tem o poder da palavra leva o Tud a crer no poder dessa palavra. Seu objeto de dizer é a palavra bíblica, o qual goza igualmente de legitimidade na esfera religiosa e em outras esferas da atividade humana. O interlocutor – consumidor projetado no discurso é um sujeito disposto a crer, a aderir o contrato proposto. O contrato discursivo visa à adesão à doutrina, o que leva o sujeito a tornar-se membro da igreja e/ou patrocinador do programa televisivo.

O agir publicitário nesse caso, instaura-se a partir da visada da informação e, num movimento dialógico, ganha contornos propagandistas de incitação a *crer* e a *fazer*, de modo que o interlocutor seja levado a consumir o produto oferecido: as bênçãos divinas. Para tanto, lhe é oferecido um meio de alcançar esse produto e o *Show da fé* e a própria palavra bíblica pregada tornam-se tanto os grandes financiadores dessa troca, quanto produtos de ordem simbólica a serem consumidos.

## 6. Palavras finais

A partir da análise das palavras engendradas no discurso da Pregação da palavra bíblica e dos modos de organização desse discurso, inúmeros sentidos emergem e interpelam uma diversidade de destinatários. Dentre esses sentidos, podemos destacar, a partir das discussões elaboradas neste trabalho, os efeitos de verdade e de autoridade próprios da visada da informação com uma roupagem da visada propagandista/publicitária. Nesse entremeio de visadas, os próprios sujeitos envolvidos no cenário da Pregação bíblica, deixam reverberar essa relação de autoridade propagandista.

O Eue se apropria da legitimidade social do Euc e passa a ter o poder da palavra, levando o Tui a se identificar com Tud. O Tud, projetado no dizer do Eue, está disposto a crer no poder miraculoso dessa palavra. O Tud se torna um sujeito exposto às investidas não só religiosas de

adesão à doutrina neopentecostal, mas também estão expostos e são a todo o momento interpelados por vozes (in)vestidas de incitação. O projeto de dizer de Eue é fazer com que o máximo de Tui's se identifiquem com o Tud, para que se tornem adeptos e contribuintes do *Show da fé*.

Outro aspecto a ser destacado é o objeto de dizer do discurso em análise. A palavra bíblica é o objeto de dizer do Eue, num tom que vai além do ensinamento: é uma palavra que promete, que seduz, que garante poder, etc. Essa palavra bíblica é objeto de saber do Eue e seu saber lhe promove tanto na esfera religiosa, quanto na esfera midiática a um sujeito possuidor de poderes: poder de dizer, poder de determinar as bênçãos aos fieis, enfim, Eue possui poderes quase que divinos em relação a Tud.

Por fim, frisamos a importância das discussões dialógicas e enunciativas em torno de discursos religiosos televisivos, tendo em vista que o discurso do culto televisivo neopentecostal apoia-se, sobretudo, na promoção da fé, a qual é o principal meio de se alcançar qualquer benesse divina. O discurso da bíblia é transmitido pelo Missionário, recebendo acentuação positiva principalmente a posse de dinheiro e de saúde. Nesse jogo valorativo de vozes de consumo, emergem diversas imagens desse sujeito aberto a todas as conexões de um Mercado Religioso: sujeitos em busca de uma vida com saúde, dinheiro, família abençoada, casamento feliz, posse de muitos bens materiais, etc. Tais sujeitos se encontram dispostos a apostar nessa troca divina – mercadológica e a mídia televisiva se encontra na posição de lucrar cada vez mais com esse negócio.

## Referências

BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV, V. N.) **Marxismo e Filosofia da linguagem**: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem.(1929). Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 12. ed.São Paulo: Hucitec, 2010.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso (1952-1953). In: \_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal** [1979]. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.

\_\_\_\_\_. **Questões de Literatura e de Estética: a teoria do romance** [1975]. Trad. Aurora F. Bernardini et. al. 4. ed. São Paulo: Editora da UNESP, Hucitec, 2010.

CAMPOS, L. S. Evangélicos, pentecostais e carismáticos na mídia radiofônica e televisiva. In **Revista USP**, n. 61, p. 146-163, março/maio 2004. **crossref**  
<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i61p146-163>

CHARAUDEAU, P. O discurso propagandista: uma tipologia. In *Análises do Discurso Hoje*. Machado, Ida Lucia & Mello, Renato (orgs), vol. 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Lucerna) 2010, p.57-78, 2010., 2010.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. Trad. Angela S. M. Correa. São Paulo: contexto, 2010b.

CHARAUDEAU, P. **Linguagem e discurso**: modos de organização. Trad. Angela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2012.

MARIANO, R. Os neopentecostais e a teologia da prosperidade. In **Novos estudos**, nº 44, p. 24-44, março/1996.

MARIANO, R.; PIERUCCI, A. F. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. **Novos estudos**, n. 34, p. 92-106, novembro de 1992.

MEDVIÉDEV, P. N. **O método formal nos estudos literários**: introdução crítica a uma poética sociológica. Trad. Sheila Grillo e Ekaterina Américo. São Paulo: Contexto, 2012.

MORAES, G. L. **Idade média evangélica no Brasil**. São Paulo: Fonte Editorial, 2010.

PIERUCCI, A. F. O. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na constituinte. **Ciências Sociais Hoje**, n. 11, p. 104-32, 1989.

\_\_\_\_\_. Reencantamento e dessecularização: a propósito do autoengano em sociologia da religião. **Novos Estudos Cebrap**, 49, nov., 1997.

VOLOCHINOV, V. N (M. BAKHTIN). A palavra na vida e na poesia: introdução ao problema da poética sociológica. In **Palavra própria e palavra outra na sintaxe da enunciação**. Trad. Allan Pugliese, Camila Scherma, Carlos Turati, Fabrício Oliveira, Marina Figueiredo, Regina Silva e Valdemir Miotello. São Carlos: Pedro & João editores, 2011.

## Sites

[http://www.ongrace.com/portal/?page\\_id=31244](http://www.ongrace.com/portal/?page_id=31244). Acesso em 10 de janeiro de 2014.

<https://www.youtube.com/watch?v=qFaKSqr5m-0>. Acesso em 03 de março de 2012.

Artigo recebido em: 12.02.2015

Artigo aprovado em: 18.04.2015

## Competição entre *afinal* e *enfim* Competition between *afinal* and *enfim*

Ivanete Mileski\*  
Konrad Szcześniak\*\*

---

**RESUMO:** O presente estudo concentra-se no uso dos marcadores discursivos *afinal* e *enfim* a partir de dados do *Corpus* do Português Davies-Ferreira. Primeiramente, faz-se uma breve apresentação sobre marcadores discursivos. Em um segundo momento, buscam-se elencar os usos mais comuns de cada um dos marcadores em foco no estudo para, posteriormente, abordar seu desenvolvimento diacrônico. Segue-se a análise dos dados, cujo intuito é comparar o número de usos de *afinal* e de *enfim* com o valor justificativo, uso que os dois marcadores partilham. A partir da análise, foi possível verificar, entre outros resultados, que: a) a frequência de ambos os marcadores diminuiu do século XIX para o século 20; b) o marcador *enfim* com valor justificativo, mais frequente que *afinal* com o mesmo valor no século 19, foi superado em frequência por *afinal* no século XX. A maior frequência de *afinal* justificativo em relação a *enfim*, no século XX, está de acordo com o Princípio de Contraste, postulado por Clark (1980).

**PALAVRAS-CHAVE:** Marcadores discursivos. Implicatura convencional. Desenvolvimento diacrônico. Princípio de contraste.

**ABSTRACT:** The present study focuses on the use of discourse markers *afinal* and *enfim* based on data of *Corpus* do Português Davies-Ferreira. First we offer a brief presentation on discourse markers. In a second step, we list the most common uses of the markers discussed in this study, and later we approach their diachronic development. These are followed by an analysis of the data, whose purpose is to compare the number of uses of *afinal* and *enfim* with a justificative reading, a use the two markers share. Through the analysis, we found, among other results, that: a) the frequency of both markers decreased from the 19<sup>th</sup> to the 20<sup>th</sup> century; b) the marker *enfim* with a justificative reading, which was more frequent than *afinal* with the same value in the 19<sup>th</sup> century, was surpassed in frequency by *afinal* in the 20<sup>th</sup> century. The greater frequency of the justificative *afinal* in relation to *enfim* in the 20<sup>th</sup> century is in accordance with the Principle of Contrast, postulated by Clark (1980).

**KEYWORDS:** Discourse markers. Conventional implicature. Diachronic development. Principle of contrast.

---

### 1. Introdução

Podemos chamar de marcador discursivo (MD) palavras ou expressões que funcionam como mecanismos que indicam a relação entre unidades textuais e/ ou entre os interlocutores

---

\* Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre

\*\* Uniwersytet Śląski, Polónia

(PENHAVEL, 2005). É necessário ressaltar, no entanto, que estudos sobre MDs são numerosos, bastante amplos e apresentam pontos divergentes no que se refere à sua definição. Risso, Silva e Urbano (2002, p. 21) afirmam que

Trata-se de um amplo grupo de elementos de constituição bastante diversificada, envolvendo, no plano verbal, sons não lexicalizados, palavras, locuções e sintagmas mais desenvolvidos, aos quais se pode atribuir homogeneamente a condição de uma categoria pragmática bem consolidada no funcionamento da linguagem. Por seu intermédio, a instância da enunciação marca presença forte no enunciado, ao mesmo tempo em que se manifestam importantes aspectos que definem sua relação com a construção textual-interativa.

A introdução que ora apresentamos destina-se a situar o leitor acerca do objeto deste estudo sem, no entanto, aprofundar o debate sobre entraves relacionados à definição de MD<sup>1</sup>. Vejamos o exemplo a seguir:

- (1) Sinhá Rita tinha quarenta anos na certidão de batismo, e vinte e sete nos olhos. Era apessoada, viva, patusca, amiga de rir; **mas**, quando convinha, brava como diabo. (Machado de Assis, *O caso da vara*)

Em (1), a conjunção contrastiva **mas** funciona como marcador discursivo da relação de diferença entre as características de Sinhá Rita; a personagem, ao mesmo tempo em que era *amiga de rir* (risonha), também era *brava*. Nesse exemplo, **mas** pode ser suprimido, no entanto, sua inserção no texto explicita o sentido que existe entre as unidades textuais por ele vinculadas.

Como apontado inicialmente, são chamados de marcadores discursivos também os elementos que indicam a relação entre os interlocutores, isto é, elementos que, embora possam também estar vinculando unidades textuais, remetem de forma explícita para a situação discursiva. Vejamos o exemplo em (2):

- (2) — **Olha**, Bandeira — diz ele —, se queres discutir esse problema a sério, estou à tua disposição, mas para brincadeiras não contes comigo. (Érico Veríssimo, *O arquipélago*)

---

<sup>1</sup> Para uma discussão acerca de diferentes abordagens sobre marcadores discursivos, ver Penhavel (2012). Risso Silva e Urbano (2002) discutem os traços definidores dos MDs a partir de dados do projeto NURC (Norma Linguística Urbana Culta) para a variedade brasileira o português.

Em (2), **olha** também funciona como marcador discursivo; no entanto, diferentemente de **mas** em (1), não estabelece uma relação textual, mas discursiva, e remete ao interlocutor a quem se dirige a fala.

Como é possível notar, MDs podem exercer funções textuais ou interacionais; no primeiro caso, são elementos coesivos e importantes para a atribuição de coerência à sentença, ao passo que, ao remeterem à situação discursiva, não fazem parte do componente proposicional. Um dos aspectos apontados por Risso, Silva e Urbano (2002, p. 53) como definidor da classe de MDs é justamente sua operação “no plano da atividade enunciativa e não no plano do conteúdo” embora assegurem a “ancoragem pragmática desse conteúdo, ao definirem, entre outros pontos [...] a orientação que o falante imprime à natureza do elo sequencial entre as unidades textuais”.

No que se refere ao artigo ora apresentado, tratar-se-á de marcadores discursivos do primeiro tipo – *afinal* e *enfim* –, isto é, que indicam primordialmente a relação entre sequências de texto. Blakemore (2002, p. 1) chama a atenção, no entanto, para a denominação dada a esses segmentos (*discourse marker*), ao afirmar que,

parece que o termo ‘discurso’ destina-se a sublinhar o fato de que o seu papel deve ser descrito no nível do discurso em vez de no nível da sentença, enquanto o termo ‘marcador’ destina-se a sublinhar o fato de que seus significados devem ser analisados em termos do que eles indicam ou marcam, e não do que eles descrevem<sup>2</sup>.

A autora ressalta ainda que, embora o termo marcador discursivo não se restrinja a definir uma classe particular de expressões — como o leitor pode ter observado, haja vista a diferença morfológica entre os vocábulos *mas* e *olha*, por exemplo —, ele precisa distinguir-se de outros indicadores discursivos; conforme Blakemore (2002), essa propriedade costuma ser atribuída à sua função como marcador de relações entre unidades do discurso.

Penhavel (2012), em trabalho que busca analisar pontos em comum entre diferentes abordagens sobre marcadores discursivos, entende que a propriedade comum entre elas diz respeito ao fato de considerarem marcadores discursivos elementos que *facilitam o*

---

<sup>2</sup>“it seems that the term ‘discourse’ is intended to underline the fact that their role must be described at the level of discourse rather than the sentence, while the term ‘marker’ is intended to underline the fact that their meanings must be analysed in terms of what they indicate or mark rather than what they describe”.

*processamento do discurso*. Esse entendimento desdobra-se em dois aspectos principais, conforme o autor: “(i) a ideia de que os MDs explicitam significados implícitos no discurso; (ii) a posição de tratar MDs como elementos com algum tipo de estatuto subsidiário” (PENHAVEL, 2012, p. 79). Como afirmado sobre o MD *mas* em (1), embora seu uso possa ser dispensado sem causar grande prejuízo à compreensão, sua inserção no enunciado marca a relação entre as característica da personagem e, nesse sentido, facilita o processamento.

Penhavel (2012, p. 83) afirma que a ausência total de MDs em pontos de sequenciamento acarretaria demasiado esforço cognitivo, em termos de processamento, por parte do ouvinte, uma vez que o sentido seria necessariamente construído por implicações e interpretações contextuais; por esse motivo é que MDs podem ser compreendidos então como *explicitadores e facilitadores*.

Esse caráter auxiliar de marcadores tem consequências para a coexistência de marcadores com funções semelhantes. Como vamos demonstrar no presente trabalho, o “estatuto subsidiário” permite uma interpretação menos precisa de marcadores, o que torna mais difícil a tarefa de identificar diferenças entre os marcadores mais próximos. Na prática, isso significa que o falante pode ter dificuldade em estabelecer se dois marcadores próximos diferem de forma significativa ou não. No entanto, existem mecanismos que eliminam sinonímia total e eles estão ativos também no caso de marcadores, mas têm efeito menos imediato, devido à indeterminação semântica de marcadores. Antes de discutirmos essa questão em mais pormenor, vamos primeiro descrever os sentidos mais frequentes dos marcadores *afinal* e *enfim*.

## 2. Sentidos

### 2.1 Afinal

Existem três usos principais de *afinal*. O emprego original exprime uma localização temporal de um evento. No seguinte exemplo, *afinal* sinaliza que o acontecimento destacado na oração teve lugar no fim de uma sequência de eventos. Nesse uso, a interpretação é a do sentido literal ‘no final (de)’ ou ‘depois (de)’:

(3) Aí estive a folhear apenas, solfejando à meia voz os trechos favoritos, e quiçá buscando um que respondesse aos recônditos pensamentos, ou antes que traduzisse o indefinível sentimento de sua alma naquele instante. Parece que achou **afinal** essa nota simpática, pois sua voz desprendia-se num alegro de bravura (José de Alencar, *Senhora*)

Além disso, *afinal* tem também uma função concessiva parafraseável como ‘no entanto’ ou ‘apesar de tudo’. No exemplo (4), o desenvolvimento mencionado depois do marcador contradiz as profecias do fim do mundo.

(4) Maias dizem que **afinal** o mundo não acaba em 2012. (*Jornal de Notícias*)

*Afinal* comumente serve como um marcador justificativo usado para introduzir uma informação que reforça o que foi dito no segmento anterior. No exemplo a seguir, *afinal* introduz uma ideia na oração anfitriã (*host clause*) que justifica o otimismo da resolução na frase anterior.

(5) Tara! Casa. Irei para casa. E vou pensar de uma maneira de reconquistá-lo. **Afinal**... amanhã é outro dia. (1939, *E Tudo o Vento Levou*, tradução de *Gone With The Wind*)

Por último, além dos usos principais resumidos acima, existe também uma função que parece ser transicional entre o valor concessivo e justificativo. Essa função pode ser denominada de interrogativa, ou seja, usada em perguntas feitas para estabelecer a natureza da proposição, seja ela concessiva ou justificativa.

(6) O vendilhão do Templo não podia acreditar no que estava ouvindo. Desafiava-o, o Silencioso? Questionava sua autoridade? Mas, **afinal**, o que estava havendo? (Moacyr Scliar, *Os Vendilhões do Templo*)

## 2.2 Enfim

É possível distinguir minimamente cinco usos de *enfim*<sup>3</sup>. O mais frequente, muito provavelmente, é como indicador de síntese conclusiva, em que relaciona uma construção ou um termo geral que sintetiza outros mais específicos apontados anteriormente no discurso, como se pode verificar nos exemplos que seguem:

(7) A região transformava-se dia a dia, tomava já um jeito de povoado, e por toda a parte viam-se valos, lavouras, cercas, roçados, sinais, **enfim**, de que aqueles

---

<sup>3</sup> Consultar Macário Lopes (2008b) para uma descrição de maior fôlego dos usos de *enfim* no português europeu.

estrangeiros começavam a dominar a paisagem, que de resto ali era suave e submissa. (Érico Veríssimo, *O continente*)

(8) Havia muito que João Romão vivia exclusivamente para essa idéia [sic]; sonhava com ela todas as noites; comparecia a todos os leilões de materiais de construção; arrematava madeiramentos já servidos; comprava telha em segunda mão; fazia pechinchas de cal e tijolos; o que era tudo depositado no seu extenso chão vazio, cujo aspecto tomava em breve o caráter estranho de uma enorme barricada, tal era a variedade dos objetos que ali se apinhavam acumulados: tábuas e sarrafos, troncos de árvore, mastros de navio, caibros, restos de carroças, chaminés de barro e de ferro, fogões desmantelados, pilhas e pilhas de tijolos de todos os feitios, barricas de cimento, montes de areia e terra vermelha, aglomerações de telhas velhas, escadas partidas, depósitos de cal, o diabo **enfim**; ao que ele, que sabia perfeitamente como essas coisas se furtavam, resguardava, soltando à noite um formidável cão de fila. (Aluísio Azevedo, *O cortiço*)

Em (7), *valos, lavouras, cercas e roçados*, elementos específicos, são *sinais* da presença estrangeira; nesse caso, *enfim* aponta para o final da enumeração de itens, sintetizados como *sinais*. Uso semelhante verifica-se em (8), em que *enfim* aparece depois de uma extensa listagem de itens, resumidos pelo termo generalizante *o diabo*.

*Enfim* é usado também para indicar a conclusão de uma listagem, como exemplica (9):

(9) Aos poucos iam realizando coisas, fundando colônias novas, cultivando a terra, exercendo, **enfim**, um apreciável artesanato. (Érico Veríssimo, *O continente*)

Embora este uso assemelhe-se bastante a (7) e (8), no último exemplo não é possível estabelecer uma relação geral-específico entre os termos que antecedem e os que seguem *enfim*; trata-se muito mais da sinalização da inserção do último termo da lista do que de qualquer termo que sintetize os demais anteriormente apresentados.

Outro uso de *enfim* que mantém seu sentido conclusivo é como fechamento de acontecimentos ordenados temporalmente, como atestam (10) e (11).

(10) Era gordo e pesado, tinha a respiração curta e os olhos dorminhocos. Uma das minhas recordações mais antigas era vê-lo montar todas as manhãs a besta que minha mãe lhe deu e que o levava ao escritório. O preto que a tinha ido buscar à cocheira, segurava o freio, enquanto ele erguia o pé e pousava no estribo; a isto seguia-se um minuto de descanso ou reflexão. Depois, dava um impulso, o primeiro, o corpo ameaçava subir, mas não subia; segundo impulso, igual efeito. **Enfim**, após alguns instantes largos, tio Cosme enfeixava todas as forças físicas e

morais, dava o último surto da terra, e desta vez caía em cima do selim. (Machado de Assis, *Dom Casmurro*)

(11) Ela não percebe, a mulher, que o tremor é seu, como não percebera que aquilo que a queimava não era o fim da tarde encalorada e sim o seu calor humano. Ela só percebe que agora alguma coisa vai mudar, que choverá ou cairá a noite. Mas não suporta a espera de uma passagem, e antes da chuva cair, o diamante dos olhos se liquefaz em duas lágrimas. E *enfim* o céu se abranda. (Clarice Lispector, *A descoberta do mundo*)

Note-se que em (10) e (11) *enfim* pode ser substituído por marcadores como *por último* ou *finalmente*, o que não ocorre nos usos anteriores.

*Enfim* é utilizado também como sentido justificativo, à semelhança desse mesmo uso de *afinal*; vejam-se os exemplos a seguir:

(12) — Aos quarenta e cinco anos a gente fica meio pesadote — diz o médico, já ofegante. - Tu **enfim** és um jogador de tênis... (Érico Veríssimo, *O arquipélago*)

(13) — Que é que vancê está dizendo?... O que nós somos hoje a eles devemos? Qual! É verdade que uns inventaram plantação de trigo... isso **enfim**, era bom...; sempre era uma fartura; noutras casas plantavam e fiavam linho... também não era mau, isso; noutras cardavam lã... (Simões Lopes Neto, *Melancia – Coco Verde*)

É possível sinalizar ainda o uso de *enfim* como marcador de expectativa ou avaliação, substituível por *finalmente*, como em (14) e (15); nesse caso *enfim* parece funcionar como um advérbio de frase, podendo aparecer em diferentes locais na sentença.

(14) — Ora, **enfim**, cá estou! (Machado de Assis, *Esau e Jacó*)

(15) Foi Rafael quem **enfim** rompeu o silêncio. (Maristela Scheuer Deves, *O caso do buraco*)

### 3. Desenvolvimento diacrônico

Em português, usos de *afinal* como marcador são relativamente recentes e só aparecem no século 19, semelhantemente como no caso de seu equivalente inglês *after all* que, segundo Lewis, surge no século 18 ou talvez ainda mais tarde (LEWIS, 2007, p. 94). O marcador *afinal* parece ter seguido o mesmo rumo de evolução que seu equivalente inglês *after all*, analisado por Traugott (1997) e Lewis (2006) (2007). Já que o desenvolvimento de *afinal* pode ser

traçado da mesma maneira, a seguinte descrição utiliza a terminologia emprestada das análises da expressão inglesa *after all*:

## I. Uso temporal

Tal como *after all* em inglês, *afinal* também começou por ter valor temporal. Segundo Macário Lopes (2008a), *afinal* era “ordenador temporal, sinalizando que a situação descrita pela proposição que tipicamente introduz é a última de uma sequência” (p. 15).

No exemplo (16), a última ocorrência (anexação renovada) tem lugar no fim de uma série de mudanças administrativas da província. Nessa etapa de uso do advérbio *afinal*, ainda não há sinais claros de concessão nem justificativa.

(16) "Timor ... pertenceu primeiro ao Estado da Índia, depois foi declarada província autónoma, depois anexada a Macau, depois desanexada, tornada a anexar, restabelecida na sua autonomia e *afinal* de novo anexada!" (Francisco de São Luiz Saraiva, *Os Portuguezes em Africa, Asia, America e Oceania*, 1850)

O uso original tem três grafias *a final*, *ao final* e *afinal*, das quais a primeira é antiga e hoje não utilizada (DE QUEIROZ PIACENTINI, 2012, p. 107). As seguintes frases são exemplos de usos com grafias alternativas.

(17) a. *Ao final do terceiro ato*, amigos e inimigos confraternizaram-se numa estupenda oração. (*Revista do Instituto geographico e historico da Bahia*, 1847)

b. ...poderião as tropas europeas ganhar alguns triunfos efemeros, mas que *a final*, serão expellidos. (*Diario das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*, 1822)

## II. Uso concessivo

A partir do uso temporal, surgem valores discursivos do *afinal*, através dos quais o falante transmite sua atitude. Nas palavras de Traugott, “houve um incremento na medida em que as palavras conduzem o ponto de vista do falante sobre a situação.”<sup>4</sup> (TRAUGOTT, 1988, p. 408)

---

<sup>4</sup> “...there is an increase in the extent to which the words encode the speaker's point of view on the situation.”

O valor concessivo é uma continuação do uso temporal. Segundo Macário Lopes, esse uso "sinaliza quebra de expectativa" (2008a, p. 16) proporcionada pela proposição que *afinal* introduz. Esse uso resultou de co-ocorrência de *afinal* com a conjunção *mas*.

Nesse sentido, Moura Neves (2000, p. 864) afirma que construções concessivas e construções adversativas têm sido inseridas “entre as conexões contrastivas, cujo significado básico é ‘contrário à expectativa’, um significado que se origina não apenas do conteúdo que está sendo dito, mas, ainda, do processo comunicativo e da relação falante-ouvinte”.

No exemplo abaixo, a irritação do autor com o ensaiador ocorre como contra-expectativa apesar de vitórias prévias. Embora a ira do autor seja uma ocorrência situada no tempo, mais essencial do que a relação temporal é o aparente contraste lógico entre as ideias mencionadas na oração.

(18) E então que louros!.. ganhámos a batalha d'Austerlitz em todos os districtos... Mas **a final** puz-me de candeias às avesas com o diabo do ensaiador, porque, como tinha ciumes de mim, mettia-me sempre nos Prussianos. (Gandino M. Martins, *Archivo theatral, ou collecção selecta dos mais modernos dramas do theatro francez*, 1842)

### III. Uso justificativo

O valor justificativo emerge depois do concessivo. Esse valor é mais afastado do uso temporal, já que o evento descrito na oração não tem de ocorrer depois de uma sequência temporal. Macário Lopes defende que o valor justificativo deve ter surgido em contextos de co-ocorrência de *afinal* com a conjunção *porque* como “consequente reforço redundante do valor da conjunção causal/explicativa”. (2008a, p.16)

No exemplo abaixo, o bastante óbvio fato da liberdade é um argumento dado a favor da asserção de que a falante pode falar com franqueza. A liberdade em questão não precisa ser uma ocorrência temporal.

(19) a. Eu cumpro lealmente com o que prometti e, quando não estivesse disposta a fazel-o, dil-o-hia com franqueza, **porque afinal** sou livre! (Aluísio Azevedo, *A mortalha de Alzira* 1895)

É importante relatar que os valores concessivo e justificativo sucederam o uso conectivo do marcador *enfim* cujo valor retórico já foi registrado no século 18. No *Novo Diccionario das Linguas Portuguesa e Franceza*, a locução *em fim* aparece na entrada *finalmente*, definida como

‘em conclusão’ (MARQUES, 1764, p. 295). Assim, os dois marcadores são separados por um período de aproximadamente um século, tempo suficiente para o marcador anterior se estabelecer firmemente na língua.

#### 4. Princípio de Contraste (Clark 1980)

A existência de duas formas com um sentido comparável parece estar em conflito com o que Clark (1980) chamou de Princípio de Contraste, definido da seguinte forma:

Princípio de Contraste: Os sentidos convencionais de cada duas palavras (ou padrões de formação de palavras) contrastam<sup>5</sup>. (p. 4)

Segundo o Princípio de Contraste, uma palavra nova só pode entrar no léxico de uma língua se ela fizer uma contribuição semântica, distinguindo-se de sinônimos mais próximos. Clark defende que é esse princípio que impede a introdução de verbos como *\*to car* (*\*carroar*), porque tal verbo duplicaria o sentido do verbo *to drive* (*dirigir*). Segundo ela, a resistência a palavras sem um conteúdo original evidente é resultado de seguir a estratégia que diz “Use palavras existentes antes de construir novas.”<sup>6</sup> (id., p. 5)

Partindo do princípio de Clark, não deveriam coexistir marcadores com os mesmos sentidos; o marcador *afinal* nem sequer deveria ter entrado no léxico. Por outras palavras, o surgimento de *afinal* é surpreendente porque, como argumenta Vicente (2009), a gramaticalização de novas formas funcionais “ocorreria devido às necessidades de comunicação não-satisfeitas pelas formas existentes no sistema linguístico e à existência de conteúdos cognitivos para os quais não existem designações linguísticas adequadas” (p. 23).

O paradoxo pode ser explicado considerando que marcadores de justificativa não integram esse sentido como conteúdo convencionalizado do mesmo modo que um substantivo como “fim” convencionaliza a parte final de uma série. Marcadores somente se associam a relações retóricas que já estão claras. Quaisquer que sejam as atitudes retóricas do falante — concessivas, justificativas ou outras — elas são muitas vezes bastante transparentes mesmo sem a mediação de marcadores. Como argumenta Łyda (2007), “concessão [...] pode ter seus marcadores visíveis como *no entanto* e *mas*, aliás com mais frequência os marcadores são

---

<sup>5</sup>(X) Principle of Contrast: The conventional meanings of every two words (or word formation devices) contrast. (Clark 1980, p.4)

<sup>6</sup>“Use available words before you construct new ones.”

ausentes e, o que é ainda mais importante, com a mesma frequência as mesmas expressões não funcionam como marcadores de Concessão” (p.16)<sup>7</sup>. Em (20), a primeira frase introduz uma ideia, e depois é apresentado um argumento indiscutível a favor dessa ideia. Tal organização sugere de forma bastante clara que a segunda frase serve como justificativa.

(20) Dance e divirta-se. É seu casamento!

O sentido justificativo é evidente o suficiente para ser deduzido somente a partir dos significados das elocuições; não é necessário marcar esse sentido por meio de *afinal*, que pode aparecer só para ênfase adicional. Sendo assim, marcadores não têm sentidos convencionais e se de fato assumem um sentido na frase, é só uma fração do sentido total cuja maior parte vem do contexto.

Essa tendência a acrescentar um sentido apenas parcial e auxiliar pode explicar como um marcador entrou no léxico apesar da presença de um outro marcador que já possui uma função semelhante (ou até a mesma). Simplesmente, tal sentido não é conteúdo estável – ele provavelmente não é distinto nem perceptível o suficiente para se comparar com um outro sentido semelhante e bloquear a criação de um novo marcador com esse sentido. A dificuldade de distinguir e descrever os sentidos de marcadores foi observado por Blakemore, que constatou que, “se se perguntar a um falante nativo o que eles significam, é mais provável que se receba uma descrição ou ilustração de uso do que uma paráfrase direta.” (BLAKEMORE, 2002, p. 83)<sup>8</sup>

No entanto, em tal situação existe alguma tensão entre palavras que coexistem sem aparente contraste que justifique sua coexistência. Uma delas deve prevalecer em um determinado uso, já que, mesmo que coexistam, não se podem duplicar indefinitivamente. Como se vai verificar na próxima seção, é precisamente o que ocorre: *enfim* justificativo está cedendo lugar a *afinal*.

---

<sup>7</sup>“Concession ... may have its surface markers like *although* and *but*, yet most frequently the markers are absent and, even more importantly, equally often the same expressions do not function as markers of Concession.”

<sup>8</sup>“Ask a native speaker what these mean, and you are much more likely to receive a description or illustration of their use than a straightforward paraphrase.” (2002, p. 83)

## 5. Corpus

Para verificar o comportamento dos dois marcadores coexistentes, analisamos as suas frequências no Corpus do Português Davies-Ferreira<sup>9</sup>. O objetivo principal da análise é comparar o número de usos de *afinal* e *enfim* com o valor justificativo, já que é um uso que esses dois marcadores partilham.

A dificuldade do presente estudo consiste em isolar usos justificativos por entre todos os restantes, o que representa um considerável desafio, visto que é impraticável uma análise manual de mais de 10 mil usos encontrados no *corpus* (no total, há 4477 ocorrências de *afinal* e 5475 de *enfim*). Em vez disso, foram feitas duas contagens diferentes. Primeiro, foram contados todos os usos de marcadores nos séculos 14 – 20, incluindo todos os valores dos marcadores. Segundo, foram extraídos usos de *afinal*, *enfim* e *por fim* seguidos do verbo *ser*, porque orações com esse verbo tendem a exprimir relações justificativas.

Os resultados são apresentados nas Tabelas 1 e 2 tal como nos Gráficos 1 e 2. O *Corpus* Davies – Ferreira contém 45,606,959 palavras no total, mas os números diferem dependendo do século, pelo que os resultados foram calculados por 1 milhão de palavras para cada século. Assim, por exemplo, o marcador *enfim* foi usado 105 vezes no século 18, um período representado por 2,234,951 palavras no *Corpus*, o que significa que na escala de 1 milhão de palavras, *enfim* aparece 47 vezes.

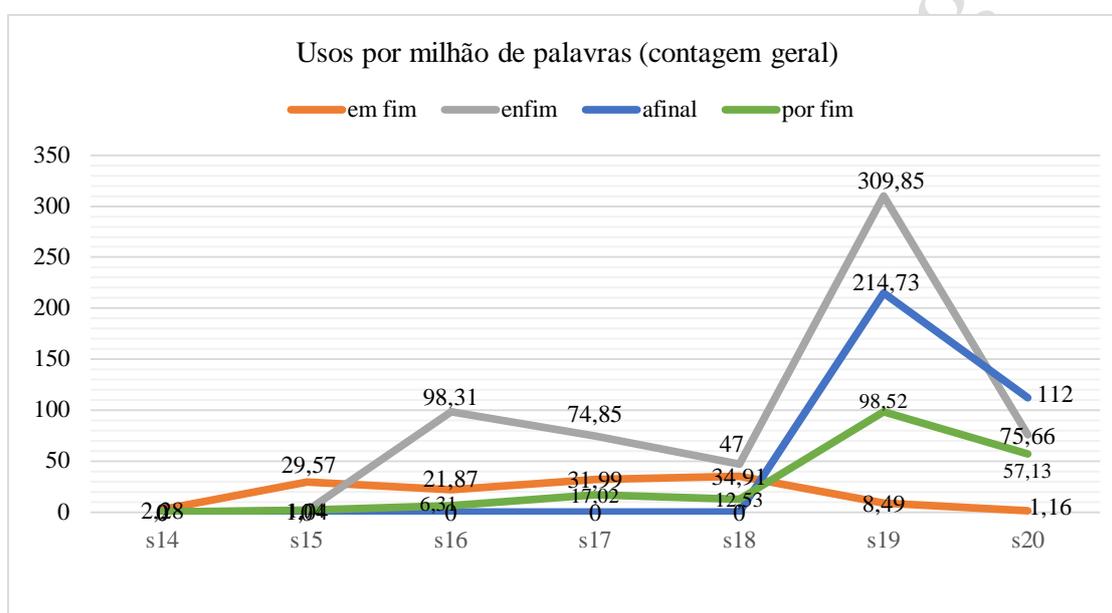
Os resultados da contagem de todos os usos dos marcadores (Tabela 1 e Gráfico 1), mostram que, há dois séculos, aumentou o uso dos mesmos. Isto pode ser considerado como evidência de que o século 19 é o período de surgimento intenso de usos discursivos, especialmente no caso do marcador *afinal*, que anteriormente era usado somente no valor temporal. Os números sugerem que o advérbio *enfim* já fora usado como marcador muito antes, no século 16 (suas funções discursivas são relatadas no dicionário de Marques de 1764 mencionado na seção 2), mas no século 19 sua frequência triplicou em comparação ao século 16.

---

<sup>9</sup>Davies, Mark & Michael Ferreira. (2006-) *Corpus do Português: 45 milhões de palavras, 1300s-1900s*. Disponível online <http://www.corpusdoportugues.org>.

**Tabela 1-** Frequências de uso de marcadores discursivos

	s14	s15	s16	s17	s18	s19	s20
<i>em fim</i>	2,28	29,57	21,87	31,99	34,91	8,49	1,16
<i>enfim</i>	0	1,04	98,31	74,85	47	309,85	75,66
<i>porfim</i>	0	1,74	6,31	17,02	12,53	98,52	57,13
<i>a final</i>	0	0,35	0	0,59	0,9	1,6	0
<i>afinal</i>	0	0	0	0	0	214,73	112
<i>afinal de contas</i>	0	0	0	0	0	9,19	6,83
<i>emconclusão</i>	0	0	0	0	0	2,3	0,91
<i>no fim das contas</i>	0	0	0	0	0	0	0,48
<i>ao fim e ao cabo</i>	0	0	0	0	0	0	1,73

**Gráfico 1 -** Frequências de uso de marcadores discursivos

O que é menos claro é por que as frequências de *afinal* e *enfim* caem no século 20. O gráfico acima não deve ser interpretado como sugerindo que os usos justificativos entraram em declínio. Como foi indicado na seção 1, os marcadores têm outros usos além do de *justificativa*, e foram esses (especialmente o uso temporal) que cederam no século 20.

Para se ver o que aconteceu com *enfim* e *afinal* nos usos justificativos, é preciso comparar seus empregos com expressões dedicadas a tais usos. No corpus calculamos as frequências dos marcadores seguidos do verbo *ser*. Trata-se de um atalho para delimitar usos justificativos, seguindo a lógica de que o verbo *SER* no presente expressa fatos, não eventos. Eventos normalmente são mencionados em usos temporais ou concessivos. Já fatos, por outro lado, tipicamente fazem parte do conhecimento geral; são ideias certas, inquestionáveis, o que

significa que com *afinal* costumam ser usadas para fortalecer asserções em usos justificativos.

Assim conseguimos usos como (21):

(21) a. Por certo que não és nenhuma velha; e contudo estás em idade de casar. – Tão cedo.. – Não no nosso país, Celina, onde tudo é rápido e precoce. **Enfim**, eu **sou** tua tia, meu pai é teu tutor, e por dever santo e respeitável devo procurar para ti um estado.. uma posição. (Joaquim Manuel de Macedo, *Os Dois Amores*)

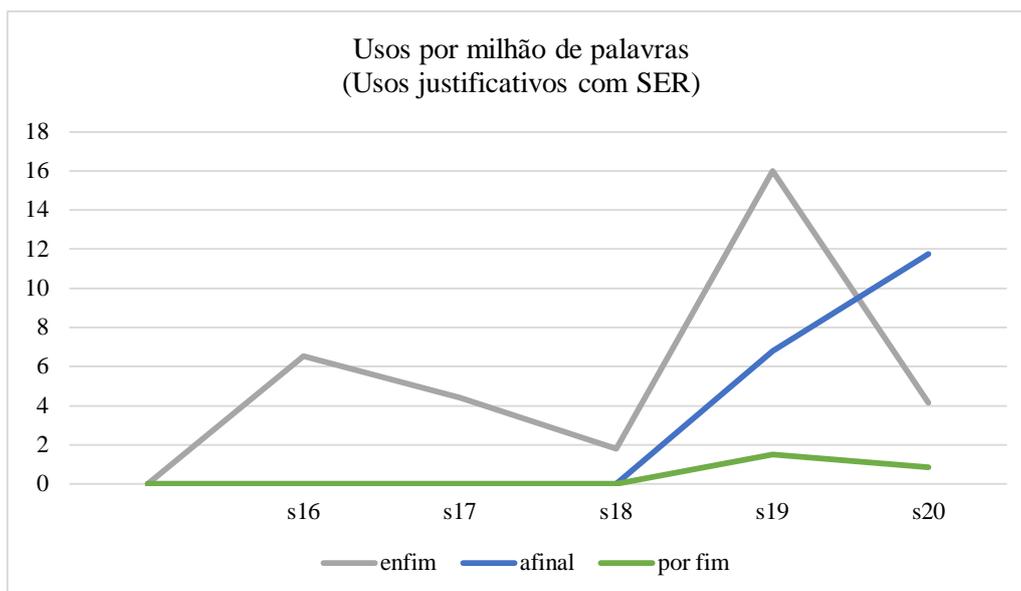
b. Crescia nele mais do que nunca a sua irritação contra Berta. – Mas que tenho eu com Berta - reconsiderava ele -, para me importar com isto? **Afinal são** pequenas fraquezas de rapariga e.. (Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*)

c. Mas - interrompeu Garcia Vaz -, também o bispo prometeu que nos entregava Pêro Cão para o enforcarmos e ele ainda está dentro do paço, rindo e zombando dos gritos do povo.. que **por fim é** povo, não sabe senão gritar. (Almeida Garret, *O Arco de Sant'Ana*)

Dessa maneira, obviamente, não se consegue isolar todos os usos justificativos, mas constrói-se um ambiente colocacional idêntico para ambos os marcadores, que permite comparar as frequências deles ao longo dos séculos. Assim, obtivemos os dados apresentados na Tabela 2. Entre os séculos 19 e 20, no caso do marcador *enfim*, verifica-se uma queda, tal como é evidente na contagem geral (Tabela 1). Porém, o uso de *afinal*, por sua vez, cresce no século 20. Essa inversão mútua é evidente no Gráfico 2.

**Tabela 2** - Frequências de usos justificativos com o verbo SER

	s16	s17	s18	s19	s20
<i>enfim</i>	6,54	4,4	1,79	15,99	4,14
<i>afinal</i>	0	0	0	6,79	11,74
<i>por fim</i>	0	0	0	1,5	0,87



**Gráfico 2-** Frequências de usos justificativos com o verbo SER

Convém observar que, embora a queda do *enfim* fosse compensada pelo aumento do *afinal* no século 20, mesmo assim a soma das frequências dos marcadores caiu ligeiramente. No valor justificativo, *afinal* e *enfim* foram usados 22,78 vezes por milhão de palavras no século 19 e 15,88 vezes no século 20, o que representa uma diferença de 6,9 usos. Uma possível explicação dessa redução é que depois de superar o marcador *enfim*, o *afinal* justificativo entrou em competição com *pois*, *porque*, *já que* e outras formas que também marcam relações justificativas; talvez o uso tenha tornado essas conjunções mais fortalecidas em termos de sentido justificativo.

Não obstante, existem indicações de que a concorrência entre *afinal* e as conjunções *pois* e *porque* não vai resultar na eliminação de nenhuma dessas formas. Enquanto a diferença entre *enfim* e *afinal* no valor justificativo, se houver alguma, parece ser muito sutil, o contraste entre *afinal* e as conjunções *porque* e *pois* é muito mais evidente. Isto é, sendo mais enfático, *afinal* só pode ser usado para indicar fatos indisputáveis, ao passo que *porque* pode introduzir quaisquer ideias, por mais incertas ou especulativas que sejam (22a). É claramente anômalo seu uso sequencial com várias hipóteses hesitantes (22b).

(22) a. “Nesse momento fazem seis meses, seis dias e seis horas exatos que estou esperando o telefonema de Ana. Talvez ela não ligou porque não tinha telefone na caverna, talvez porque ela não quis, talvez porque fui idiota e deveria ter pego o número dela...” (Delson Borges, *PÔ Emas E TextÍculos*)

b. ...(ainda) estou esperando o telefonema de Ana. Talvez \*afinal não tinha telefone

na caverna, talvez \*afinal ela não quis, talvez \*afinal fui idiota e deveria ter pego o número dela.

Assim, graças ao contraste claro entre essas formas, elas não infringem o Princípio de Contraste. *Afinal* não está em competição com *pois* ou *porque*, ou ao menos não rumo a eliminação quaisquer desses marcadores.

Já a situação de *enfim* e *afinal* é diferente. Dado que ambos partilham o valor justificativo, um deles tem que superar o outro. Os números dos corpora confirmam que é precisamente isso que está em marcha: *afinal* parece tomar o lugar do *enfim*. Isso também se pode verificar com base na tradução da frase *After all, tomorrow is another day* do filme *E Tudo o Vento Levou* (usado no exemplo 5 acima). Na Rede, pode-se encontrar duas versões principais de sua tradução em português (23a-b), o que pode ser tido como mais uma evidência de que *enfim* e *afinal* têm valores muito próximos. No entanto, as duas traduções não têm frequências simétricas: no *Google*, a primeira (23a), com *afinal*, ocorre 18,000 vezes e a com *enfim* (23b) 3,090 vezes (em 2 de fevereiro 2015). É tentador especular que, no século 19, as frequências teriam sido invertidas.

- (23) a. Afinal, amanhã é outro dia.  
b. Enfim, amanhã é outro dia.

## 6. Conclusões

É possível encontrar uma bibliografia considerável sobre marcadores discursivos, seja referente à variedade brasileira ou à variedade europeia do português, tanto em sua modalidade oral quanto escrita. Entende-se que marcadores do tipo *mas*, *porém* desempenham seu papel linguístico à medida que explicitam a relação de sentido que já está implicada nas proposições que relacionam.

Desse modo, o presente artigo buscou contribuir para o estudo do uso justificativo dos marcadores *afinal* e *enfim* a partir de dados do Corpus do Português Davies-Ferreira. Foi possível constatar que *afinal* justificativo ganhou espaço em relação a *enfim* justificativo no século 20, ao menos no contexto linguístico a partir do qual os dados foram buscados: precedendo o verbo SER. Pode-se afirmar, portanto, que o uso de ambos os marcadores não

infringe o Princípio de Contraste; embora ambos estejam disponíveis, eles não coexistem igualmente quando se leva em conta a frequência de ocorrência na língua.

Um resultado interessante é que a frequência desses dois marcadores considerados conjuntamente nesse contexto sofreu uma considerável queda do século 19 para o século 20, o que pode indicar que outros marcadores com valor justificativo estejam parcialmente competindo com *afinal*; *pois*, *porque*, *já que* são alguns deles. Estudos diacrônicos comparando *afinal* justificativo em relação a esses outros marcadores poderão mostrar se essa hipótese confirma-se.

## Referências

BLAKEMORE, D. (2002). *Relevance and Linguistic Meaning. The Semantics and Pragmatics of Discourse Markers*. Cambridge: Cambridge University Press. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511486456>

CLARK, E. V. (1980). Convention and innovation in acquiring the lexicon. *Papers and Reports on Child Language Development*, 19, 1-20.

DE QUEIROZ PIACENTINI, M. T. (2012). *Não Tropece na Língua: Lições e curiosidades do português brasileiro*. Curitiba: Bonijuris.

LEWIS, D. M. (2006). Discourse markers in English: a discourse-pragmatic view. In K. Fischer, *Approaches to Discourse Particles* (pp. 43-60). Amsterdam: Elsevier.

LEWIS, D. M. (2007). From temporal to contrastive and causal: The emergence of connective after all. In A. Celle, & R. Huart, *Connectives as Discourse Landmarks* (pp. 89-102). Amsterdam: John Benjamins. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1075/pbns.161.09lew>

ŁYDA, A. (2007). *Concessive relation in spoken discourse: A study into academic spoken English*. Katowice: University of Silesia.

MACÁRIO LOPES, A. C. (2008a). *Afinal: elementos para uma análise semântico-pragmática*. *Revista Linguística*, 4 (1), 1-19.

MACÁRIO LOPES, A. C. (2008b). *Enfim*. *Estudos Linguísticos*, 2, 61-76.

MOURA NEVES, M. H. (2000). *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP.

PENHAVEL, E. (2012). O que diferentes abordagens sobre marcadores discursivos têm em comum? (CON)TEXTOS Linguísticos, 6 (7), 78-98.

PENHAVEL, E. (2005). Sobre as funções dos marcadores discursivos. *Estudos Linguísticos*, 34, 1296-1301.

RISSO, M. S., SILVA, G. M., & URBANO, H. (2002). Marcadores discursivos: traços definidores. In I. V. KOCH, Gramática do português falado. v. VI. Desenvolvimentos (pp. 21-103). São Paulo: Unicamp .

TRAUGOTT, E. C. (1988). Pragmatic Strengthening and Grammaticalization. Proceedings of the Fourteenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society , 406-416.

TRAUGOTT, E. C. (1997). The Discourse Connective after all: A Historical Pragmatic Account. Paris: Paper presented at ICL, Paris, July.

VICENTE, R. B. (2009). Mudança gramatical da palavra afinal e sua gramaticalização num contraste entre variedades linguísticas: português do Brasil e de Portugal. São Paulo: Universidade de São Paulo.

Artigo recebido em: 13.02.2015

Artigo aprovado em: 20.04.2015

## A influência dos conhecimentos sobre o acento fonológico na acentuação gráfica

### The influence of assignment stress knowledge on graphic accentuation

Taíse Simioni\*  
Flávia Azambuja Alves\*\*

**RESUMO:** Esta pesquisa parte do princípio de que as regras de acentuação gráfica de grande maioria das palavras em português segue uma lógica simples: palavras com acento fonológico não marcado não recebem acento gráfico, enquanto palavras com acento fonológico marcado são graficamente acentuadas (COLLISCHONN, 2005). Este trabalho, então, visa a comparar os resultados apresentados em oficinas com metodologias distintas para o ensino da acentuação gráfica. A primeira baseou-se nas regras apresentadas em gramáticas normativas. Já a segunda mostra a mencionada lógica por trás da acentuação gráfica. Participaram das oficinas alunos de duas turmas de Ensino Médio. Estes deveriam acentuar pseudopalavras ao início e ao final de cada oficina. Foi realizada uma comparação individual, em que foram comparados os resultados de cada aluno ao início e ao final das oficinas, e uma comparação global com cada turma, ao início e ao final das oficinas. Houve uma melhora, não tão significativa quanto esperávamos, na oficina que mostra a lógica por trás da acentuação gráfica. Com este trabalho, ressaltamos a importância de se pensar em novas metodologias, que mostrem a lógica por trás de aspectos gramaticais e desvelem regras arbitrárias que não fazem sentido, restando aos alunos apenas as decorarem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Acento gráfico. Acento fonológico. Gramática normativa.

**ABSTRACT:** This research starts from the principle that the graphic accentuation rules, in most part of the Portuguese words, follow a simple logic: words with unmarked stress do not receive the graphic accent, inasmuch as words with marked stress are graphically accented (COLLISCHONN, 2005). This work aims to compare the presented results applied in workshops using distinct methodologies linked to the graphic accentuation teaching. The first one was based on rules that are presented in prescriptive grammars. The second one shows the previously mentioned logic relevant to graphic accentuation. Students from two high school classes participated in these workshops. They had to mark the graphic accent on nonsense words at the beginning and at the end of each workshop. Individual comparison was realized, in which were compared the results from each student, at the beginning and at the end of the workshops as well as a global comparison from each class at the beginning and at the workshops' end. An improvement was observed, maybe not as significant as we expected, in the workshop that used the graphic accentuation logic. With this work, we emphasize the importance in thinking about new methodologies, which show the logic behind the grammar aspects and demystify the arbitrary rules that don't make sense, only leaving the students to memorize them.

**KEYWORDS:** Graphic accent. Stress. Prescriptive grammar

\* Professora Doutora do Curso de Licenciatura em Letras da Universidade Federal do Pampa (Campus Bagé).

\*\* Licenciada em Letras pela Universidade Federal do Pampa (Campus Bagé).

## 1. Introdução

Essa pesquisa visa a evidenciar como conhecimentos sobre a atribuição do acento fonológico em Português Brasileiro (PB) podem ser úteis para refletirmos sobre a acentuação gráfica nesta língua. Além disso, visa a verificar se a metodologia que explica a lógica por trás da acentuação gráfica, utilizada em uma oficina feita com alunos do Ensino Médio, consegue obter mais sucesso nos processos de ensino e aprendizagem de acentuação gráfica do que decorar regras que parecem ser absolutamente arbitrárias.

Por se tratar de uma pesquisa em que comparamos dados coletados no início e ao final de uma oficina sobre a relação entre o acento fonológico e o gráfico, a expectativa era a de que houvesse uma melhora no desempenho dos alunos. Por meio de uma comparação entre os resultados obtidos nesta oficina e aqueles levantados em uma oficina de gramática normativa, esperou-se uma melhora mais significativa na oficina com o que estamos aqui chamando de “nova metodologia”.

A relevância da pesquisa se dá na medida em que pode contribuir para o ensino, divulgando esse conhecimento a professores que poderão facilmente aplicar a metodologia com seus alunos.

## 2. A relação entre o acento gráfico e o acento fonológico

Em PB, o acento pode recair sobre qualquer uma das três últimas sílabas. Isso significa que a acentuação se dá da direita para a esquerda. O acento mais comum no português recai sobre a penúltima sílaba, ou seja, predominam as palavras paroxítonas, que são preferidas ao terminar em vogal; quando as palavras são terminadas em consoante, tem-se preferência por oxítonas (COLLISCHONN, 2005).

Para discutirmos como se dá a relação entre os acentos, gráfico e fonológico, é necessário que definamos do que se trata tanto o acento gráfico quanto o acento fonológico. Acento gráfico é o sinal gráfico que marca a sílaba tônica de algumas palavras. Já o acento fonológico relaciona-se com a sílaba percebida como a mais “forte” das palavras<sup>1</sup>. Quase todas as palavras possuem acento fonológico. No entanto, algumas palavras não o possuem, como, por exemplo, os artigos (“o”, “as”), alguns pronomes (“me”, “te”, “se”) e algumas preposições

---

<sup>1</sup> Odden (2005, p. 23) esclarece que o acento envolve os seguintes aspectos: amplitude, pitch, duração e qualidade da vogal.

(“de”, “por”)<sup>2</sup>. Como podemos observar, tais palavras não apresentam acento gráfico, portanto podemos concluir que nenhuma palavra sem acento fonológico receberá acento gráfico. O contrário não é verdadeiro, nem todas as palavras que tenham acento fonológico terão acento gráfico (SIMIONI, 2013).

Para que entendamos a relação entre os acentos, um conceito é essencial: o de marcação. Como esclarece Trask (2011, p. 187), “em termos gerais, é *marcada* qualquer forma linguística que é – sob qualquer ponto de vista – menos usual ou menos neutra do que alguma outra forma, a forma *não marcada*”. Kager (1999, p. 3) explicita que a marcação é um conceito relativo por natureza, no sentido de que só é possível determinar que uma estrutura é marcada na comparação com outras estruturas, ou seja, uma estrutura não é marcada por si só, mas apenas na relação que estabelece com outras estruturas.

É a partir desta noção de marcação que analisaremos os padrões acentuais do PB. Como explica Collischonn (2005), há uma preferência pelo acento na penúltima sílaba quando as palavras terminam em vogal, como em *mesa* e *caneta*. Já no caso de palavras terminadas em consoante, há uma preferência pelo acento recair na última sílaba, como em *colar* e *amor*. Collischonn esclarece que isto ocorre porque uma sílaba terminada em consoante é, em termos métricos, pesada, de maneira que há uma tendência de esta sílaba atrair o acento<sup>3</sup>. Assim, temos os dois casos de acentos não marcados em português: paroxítonas terminadas em vogal e oxítonas terminadas em consoante.

Os outros padrões acentuais são, portanto, marcados: proparoxítonas (*árvore*), paroxítonas terminadas em consoante (*dólar*) e oxítonas terminadas em vogal (*sofá*). Quanto às proparoxítonas, como destacam Collischonn (2005) e Bonilha (2004), a pronúncia auxilia a evidenciar essa marcação, já que em algumas vezes tais palavras sofrem uma redução, por exemplo, “árvore” ~ “arvri” ou “abóbora” ~ “abobra”. Assim, tais palavras passam de um acento marcado (proparoxítonas) para um acento não-marcado (paroxítonas terminadas em vogal). O mesmo ocorre com algumas paroxítonas terminadas em consoante que podem ser realizadas como paroxítonas terminadas em vogal: “jovem” ~ “jovi” ou “repórter” ~ “reporti”.

Para a discussão a ser feita neste trabalho estas noções sobre a atribuição do acento em PB são suficientes. Não nos deteremos, portanto, no detalhamento de diferentes análises sobre

---

<sup>2</sup> Trata-se dos clíticos. Para mais informações sobre os clíticos, sugerimos a leitura de Bisol (2000, 2005) e Simioni (2008).

<sup>3</sup> Para uma análise da estrutura da sílaba a partir de uma perspectiva moraic, sugerimos a leitura de Hayes (1989).

o assunto encontradas na literatura. Aos leitores interessados, sugerimos a leitura de Bisol (1992, 1994), Lee (1994), Bonilha (2004), Collischonn (2005), Araújo (2007) e Magalhães (2010).

Esse conceito de acento marcado e acento não marcado é fundamental para entendermos o acento gráfico, pois palavras com acento fonológico não marcado não receberão acento gráfico. Por sua vez, palavras com acento fonológico marcado receberão acento gráfico (COLLISCHONN, 2005). Portanto, de maneira geral, é possível reduzir as regras de acentuação gráfica ensinadas na escola a apenas duas: 1. não acentuaremos graficamente paroxítonas terminadas em vogal e oxítonas terminadas em consoante; 2. acentuaremos graficamente paroxítonas terminadas em consoante, oxítonas terminadas em vogal e proparoxítonas (SIMIONI, 2013).

O Quadro 1 estabelece uma comparação entre as desnecessariamente complicadas regras da gramática normativa e as regras mostradas acima.

Quadro 1 - Comparação entre as regras normativas de acentuação gráfica e aquelas que consideram a relação entre acento fonológico e gráfico

<b>Regras de acentuação gráfica de gramáticas normativas</b>	<b>Regras que consideram a relação entre acento fonológico e gráfico</b>
São acentuadas as oxítonas terminadas em -o, -a, -e seguidos ou não de -s.	São acentuadas as oxítonas terminadas em vogal.
São acentuadas as paroxítonas terminadas em -l, -n, -r, -x, -i, -is, -us, -ã, -ãs, -ão, -ãos, -um, -uns, -ps e ditongos.	São acentuadas as paroxítonas terminadas em consoante <sup>4</sup> .
São acentuadas todas as proparoxítonas.	São acentuadas todas as proparoxítonas.

Existem algumas particularidades que não se enquadram nas regras que estamos defendendo. São elas que veremos a seguir. Quanto às palavras terminadas em *-em*, *-ens*, *-es*, seria esperado que fossem oxítonas por terminarem em consoante e não deveriam, portanto, ter acento gráfico, entretanto a lógica se inverte e essas palavras receberão acento gráfico quando oxítonas e não o receberão quando paroxítonas. As palavras terminadas em “i” e “u” apresentam acento fonológico não marcado se forem paroxítonas, portanto não deveriam receber acento

<sup>4</sup> No que diz respeito às palavras terminadas em ditongo decrescente, como *verão* e *degrau*, destaca-se o comportamento dos glides como consoantes.

gráfico, mas novamente a lógica se inverte e paroxítonas terminadas em “i” e “u” receberão acento gráfico, enquanto oxítonas terminadas em “i” e “u” não o receberão (SIMIONI, 2013).

O Quadro 2 traz uma sistematização adaptada de Simioni (2013, p. 113-114) sobre as relações entre o acento fonológico e o acento gráfico. Tal quadro dá conta da acentuação gráfica de uma grande parcela das palavras em PB<sup>5</sup>.

Quadro 2 – Relações entre o acento fonológico e o acento gráfico

<b>ACENTO FONOLÓGICO NÃO MARCADO</b>				
	<b>Presença de acento gráfico</b>	<b>Exemplos</b>	<b>Há exceções (com relação ao acento gráfico)?</b>	<b>Exemplos de exceções</b>
Paroxítonas terminadas em vogal	Não	<i>casa, parede</i>	Sim (palavras terminadas em -i e -u)	<i>cáqui, táxi</i>
Oxítonas terminadas em consoante	Não	<i>pomar, funil</i>	Sim (palavras terminadas em -em, -ens e -es)	<i>refém, parabéns, português</i>
<b>ACENTO FONOLÓGICO MARCADO</b>				
	<b>Presença de acento gráfico</b>	<b>Exemplos</b>	<b>Há exceções (com relação ao acento gráfico)?</b>	<b>Exemplos de exceções</b>
Paroxítonas terminadas em consoante	Sim	<i>açúcar, fácil</i>	Sim (palavras terminadas em -em, -ens e -es)	<i>homem, hifens, ourives</i>
Oxítonas terminadas em vogal	Sim	<i>café, robô</i>	Sim (palavras terminadas em -i e -u)	<i>Saci, urubu</i>
Proparoxítonas	Sim	<i>árvore, pássaro</i>	Não	

### 3. Metodologia

A pesquisa foi realizada com alunos do Ensino Médio de uma escola pública da cidade de Bagé (RS). No entanto, é importante salientar que a ideia desta pesquisa surgiu em um minicurso ofertado para alunos do Curso de Licenciatura em Letras da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, Campus Bagé. Os dados desse minicurso serão apresentados como ilustrativos do trabalho. Todavia, os dados que serão de fato analisados foram os gerados pelos

<sup>5</sup> Não são incluídos em nossa análise, por exemplo, os monossílabos e as palavras em que *i* e *u* são tônicos e estão em hiato com uma vogal precedente.

alunos do Ensino Médio. Optamos por analisar com maior profundidade as turmas do Ensino Médio, pois poderíamos comparar duas oficinas que foram ministradas, uma voltada para as regras da gramática normativa e outra voltada para uma nova metodologia baseada na relação entre o acento fonológico e o acento gráfico.

O grupo analisado é composto por alunos de duas turmas de segundo ano do Ensino Médio de uma escola pública da periferia de Bagé. Em uma turma, a oficina expôs as regras de acentuação gráfica a partir da perspectiva da gramática tradicional. Na outra turma, a oficina tinha por objetivo levar os alunos a compreenderem as relações acima mostradas entre o acento fonológico e o acento gráfico. Na primeira oficina começamos pela acentuação de pseudopalavras. Logo após a acentuação, perguntamos aos alunos o que lembravam sobre acentuação gráfica. Em seguida mostramos as regras apresentadas em uma gramática normativa conhecida (CEREJA; MAGALHÃES, 2009), as explicamos e pedimos que acentuassem as pseudopalavras novamente. A segunda oficina, assim como a primeira, começou pela acentuação de pseudopalavras. Também houve a conversa sobre o que lembravam a respeito de acentuação, assim como foram apresentadas as regras. A diferença foi a apresentação da relação entre o acento gráfico e o acento fonológico. Foi apresentado o conceito de acento fonológico e por sua vez o acento fonológico marcado e o não-marcado e qual a relação entre os acentos, fonológico e gráfico. Por fim, os alunos acentuaram novamente as pseudopalavras. Cada oficina contou com 11 participantes.

Foi solicitado, como mencionado anteriormente, a estas turmas que, em momentos distintos, um ao início e outro ao término da oficina, acentuassem algumas pseudopalavras (*andrótilla, concárdida, larfe, conuti, litócir, tomimbo, sápil, pordil, docar, mabô, pomaré, vorem, noci e panvonês*). Trata-se de palavras inventadas, que foram especificamente elaboradas para a presente pesquisa e respeitam a estrutura do PB, no que diz respeito a aspectos segmentais e prosódicos. Estas palavras foram apresentadas aos alunos por escrito. Em cada uma, o acento gráfico foi omitido e a sílaba tônica estava sublinhada. A tarefa dos alunos, então, era verificar se aquelas palavras possuíam ou não acento gráfico. Nos dois momentos do teste, foram apresentadas as mesmas palavras. Cabe ressaltar que a escolha por pseudopalavras se deu porque precisávamos verificar em que medida os alunos conseguiam aplicar as regras que lhes haviam sido expostas. Com palavras reais, esta medição seria prejudicada tendo em vista que os alunos poderiam estar mostrando apenas a grafia memorizada das palavras, e não a aplicação de regras.

A partir dos dois testes, aquele aplicado logo no início da oficina e o outro feito ao seu final, observaremos se houve um aumento no número de acertos no segundo teste, de maneira global, ou seja, de todo o grupo. Também compararemos os testes individualmente para verificar se houve um aumento de acertos no segundo teste de cada participante. A comparação também se dará entre as oficinas, ou seja, verificaremos se houve um aumento maior de acertos na nova metodologia do que o aumento observado na oficina das regras gramaticais. Nossa expectativa inicial era a de que, em ambas as oficinas, houvesse um aumento de acertos na acentuação gráfica entre o primeiro e o segundo teste, mas que, com a nova metodologia, tal aumento seria maior do que aquele observado na oficina que apresentava as regras normativas de acentuação.

A análise quantitativa será feita a partir da comparação entre as porcentagens de acertos obtidas nos testes. A fim de verificar se as diferenças de porcentagens a que chegarmos são significativas, aplicaremos o teste normal padrão para comparação de proporções. Tal teste verifica duas hipóteses: a de que duas proporções são iguais (a hipótese nula) e a de que duas proporções são diferentes. Levando em consideração um nível de significância de 5%, um resultado de Z entre -1,96 e 1,96 aponta para a confirmação da hipótese nula. Resultados de Z fora deste intervalo levam a rejeitar a hipótese nula e, por consequência, a aceitar a hipótese de que as duas proporções são diferentes.

#### **4. Resultados e análises**

O minicurso mencionado anteriormente, em que foi exposta a relação entre o acento fonológico e o acento gráfico, contou com treze acadêmicos do Curso de Letras que acentuaram quatorze pseudopalavras, o que gerou um total de 182 dados em cada teste. Dos 182 dados coletados no primeiro teste, houve 123 acertos. Já no segundo teste houve 148 acertos, ou seja, houve um aumento de 25 acertos. Aplicando o teste normal padrão para comparação das proporções, constatamos que, com um nível de significância de 5%, há evidências de que a proporção de acertos no primeiro teste (67,58%) é estatisticamente diferente da proporção de acertos no segundo teste (81,31%), ou seja, a diferença entre os resultados é significativa ( $Z = -3,00$ ). Isto nos deu indícios para crer que essa metodologia ajuda a compreender a acentuação gráfica. Além disso, dos treze participantes, dez tiveram um aumento no número de acertos na aplicação do segundo teste (L. L., K. M., K. L., E. B., L. N., L. S., L. D., F. M., P. S. e L. F.). O participante D. G. manteve o mesmo número de acertos, no entanto ele havia acertado um

número alto já no primeiro teste, treze acertos, e os manteve no segundo. Dois participantes tiveram uma redução no número de acertos. P. L. teve treze acertos no primeiro teste e onze no segundo. E o participante G. K. teve nove acertos no primeiro teste e oito no segundo. O Quadro 3 apresenta os resultados individuais.

Quadro 3 – Resultados individuais do minicurso aplicado aos alunos do Curso de Letras

	<b>Número de acertos no 1º teste</b>	<b>Número de acertos no 2º teste</b>
L. L.	8/14	13/14
K. M.	7/14	12/14
K. L.	7/14	12/14
E. B.	9/14	13/14
L. N.	10/14	12/14
L. S.	10/14	12/14
L.D.	8/14	10/14
F. M.	11/14	12/14
P. S.	11/14	12/14
L. E.	7/14	8/14
D. G.	13/14	13/14
P. L.	13/14	11/14
G. K.	9/14	8/14
Total	123/182	148/182

Como já foi mencionado anteriormente, dez participantes tiveram um aumento no número de acertos no segundo teste, ou seja, acertaram a acentuação gráfica de mais palavras após o minicurso. Desses dez, alguns tiveram um aumento de um acerto ou dois. Entretanto, três participantes tiveram um aumento de cinco acertos, um aumento significativo comprovado pela aplicação do teste normal padrão para comparação das proporções ( $Z = -2,18$  para L. L.;  $Z = -2,02$  para K. M. e K. L.). Tais resultados nos motivaram a idealizar um teste em que pudéssemos controlar se o aumento no número de acertos se deve à metodologia empregada ou

ao fato de a questão da acentuação gráfica ser discutida imediatamente antes da realização do segundo teste, de maneira que as regras estão facilmente acessíveis à memória.

Foi assim que aplicamos os testes com os alunos do Ensino Médio. As duas oficinas, tanto a das regras da gramática normativa quanto a da relação entre o acento gráfico e o acento fonológico, tiveram onze participantes cada, como foi mencionado anteriormente. Cada participante acentuou quatorze pseudopalavras em cada teste, totalizando 154 dados em cada um. Abaixo trazemos a Tabela 1, que ilustra os resultados obtidos na oficina de gramática tradicional.

Tabela 1 – Resultados individuais da oficina de gramática tradicional feita com os alunos de Ensino Médio

	<b>Número de acertos no 1º teste</b>	<b>Número de acertos no 2º teste</b>
Aluno A	6/14	10/14
Aluno B	7/14	10/14
Aluno C	7/14	9/14
Aluno D	6/14	8/14
Aluno E	8/14	9/14
Aluno F	10/14	10/14
Aluno G	11/14	7/14
Aluno H	9/14	5/14
Aluno I	10/14	8/14
Aluno J	10/14	9/14
Aluno K	4/14	3/14
<b>Total</b>	<b>88/154</b>	<b>88/154</b>

É possível observar que, dos 11 alunos que participaram da oficina, cinco apresentaram um aumento no número de acertos (alunos A, B, C, D e E); um manteve o mesmo número (aluno F); e outros cinco reduziram o número de acertos (alunos G, H, I, J e K).

A Tabela 2 apresenta os resultados obtidos na oficina em que foi explicitada a relação entre o acento fonológico e o acento gráfico.

Tabela 2 - Resultados individuais da oficina sobre a relação entre o acento fonológico e o acento gráfico feita com os alunos de Ensino Médio

	<b>Número de acertos no 1º teste</b>	<b>Número de acertos no 2º teste</b>
Aluno L	6/14	12/14
Aluno M	7/14	11/14
Aluno N	6/14	9/14
Aluno O	2/14	5/14
Aluno P	9/14	11/14
Aluno Q	8/14	8/14
Aluno R	8/14	8/14
Aluno S	9/14	7/14
Aluno T	11/14	10/14
Aluno U	9/14	8/14
Aluno V	8/14	7/14
Total:	83/152	96/152

Dos onze alunos que participaram desta oficina, também cinco apresentaram um aumento no número de acertos (alunos L, M, N, O e P); dois mantiveram o mesmo número (alunos Q e R); e quatro tiveram uma redução no número de acertos (alunos S, T, U e V).

A primeira turma, em que trabalhamos com as regras da gramática normativa, obteve 88 acertos em ambos os testes. A segunda turma, em que trabalhamos com a oficina que relacionava acentuação gráfica à fonológica, obteve 83 acertos no primeiro teste e 96 acertos no segundo. Isso significa que, de forma global, somente a segunda oficina obteve um aumento no número de acertos entre o primeiro e o segundo teste. Entretanto, o teste normal padrão para comparação das proporções nos mostrou que não há uma diferença significativa entre os resultados dos testes ( $Z = -1,51$ ).

Embora o resultado global pareça apontar para a igualdade de resultados entre as duas oficinas, se olharmos para os resultados individuais, encontraremos um dado relevante. Como mostramos acima, o mesmo número de alunos obteve um aumento de acertos no segundo teste, cinco alunos em cada oficina. Se atentarmos para as proporções de aumento, entretanto, verificaremos uma diferença importante entre os cinco alunos de cada grupo. Entre os alunos da primeira oficina que tiveram um aumento no número de acertos (alunos A, B, C, D e E), a

diferença entre o primeiro resultado e o segundo se mostra estatisticamente igual, segundo o teste normal padrão para comparação das proporções. Já no que diz respeito aos alunos da segunda oficina, há uma diferença significativa entre o número de acertos apresentado no primeiro teste e aquele mostrado no segundo para o aluno L ( $Z = -2,36$ ).

## 5. Considerações finais

Embora os resultados a que chegamos tenham sido mais modestos do que esperávamos, acreditamos que a divulgação desta pesquisa cumpra uma importante função: chamar atenção para o fato de que a maneira como a gramática tradicional expõe as regras de acentuação gráfica oculta a lógica evidente que há por trás de tais regras. Seguimos acreditando que, ao contrário de memorizar regras sem sentido, desvendar esta lógica junto com os alunos conduz a um aprendizado significativo, uma vez que leva professores e alunos a perceberem como a língua funciona.

Os resultados mostram que, para 21 dos 22 alunos que participaram da pesquisa, parece não haver diferenças entre as duas perspectivas a partir das quais as regras de acentuação gráfica podem ser apresentadas. Houve, entretanto, um aluno que mostrou uma significativa diferença entre o primeiro e o segundo teste, e este aluno participou da oficina que apresentou as relações entre o acento fonológico e o acento gráfico. Este aluno nos faz acreditar que a nova metodologia que propomos aqui pode e deve seguir sendo testada a fim de que possamos continuar avaliando sua validade. Neste sentido, esperamos ter instigado os professores que atuam na rede básica de ensino a experimentar esta abordagem com seus alunos.

## Referências bibliográficas

ARAÚJO, G. A. de (org.) **O acento em português: abordagens fonológicas**. São Paulo: Parábola, 2007.

BISOL, L. O acento e o pé métrico binário. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 22, p. 69-80, 1992.

BISOL, L. O acento e o pé binário. **Letras de Hoje**, v. 29, n. 4, p. 25-36, 1994.

BISOL, L. O clítico e seu status prosódico. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 5-30, 2000. **crossref** <http://dx.doi.org/10.17851/2237-2083.9.1.5-30>

BISOL, L. O clítico e seu hospedeiro. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 163-184, 2005.

BONILHA, G. F. G. A influência da qualidade da vogal na determinação do peso silábico e formação dos pés: o acento primário do português. **Organon**, v.18, p. 41-56, 2004.

CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. **Português: linguagens**, 6º ano / – 5. ed. refor. – São Paulo: Atual, 2009.

COLLISCHONN, G. O acento em português. In: BISOL, Leda (org.). **Introdução à estudos de fonologia do português brasileiro**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005. p.135-169.

HAYES, B. Compensatory lengthening in moraic phonology. **Linguistic Inquiry**, v. 20, n. 2, p. 253-306, 1989.

KAGER, R. **Optimality theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511812408>

LEE, S. H. A regra do acento do português: outra alternativa. **Letras de Hoje**, v. 29, n. 4, p. 37-42, 1994.

MAGALHÃES, J. S. de. Acento. In: BISOL, L.; SCHWINDT, L. C. (orgs.) **Teoria da Otimidade: fonologia**. Campinas: Pontes, 2010. p. 93-134.

ODDEN, D. **Introducing Phonology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. **crossref** <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511808869>

SIMIONI, T. O clítico e seu lugar na estrutura prosódica em português brasileiro. **Alfa**, v. 52, n. 2, p. 431-446, 2008.

SIMIONI, T. O acento gráfico em português e sua relação com o acento fonológico. GIOVANI, F.; ALVAREZ, I. M. J. (orgs). **Embates dialógicos na formação inicial e continuada**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2013. p.105-115.

TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e linguística**. Traduzido por Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2011. Tradução de: Key concepts in language and linguistics.

Artigo recebido em: 19.02.2015

Artigo aprovado em: 22.05.2015

# Procedimentos para compilação de um *corpus* composto por legendas e construção de uma ferramenta de *corpus on-line*: o *Corpus of English Language Videos*

Procedures for compiling a corpus composed of subtitles and building an on-line corpus tool: the Corpus of English Language Videos

Lucas Maciel Peixoto\*  
Luiz Fernando Afra Brito\*\*

---

**RESUMO:** O Corpus of English Language Videos (CELV) é composto por legendas de vídeos em inglês do YouTube, e tem como objetivo servir como recurso didático para o ensino e aprendizagem da língua por meio de uma ferramenta disponibilizada on-line. Este texto apresenta os procedimentos linguísticos e computacionais que foram realizados para o desenvolvimento do CELV, desde a coleta de textos até a construção da ferramenta. Buscou-se embasamento teórico-metodológico na Linguística Computacional e áreas relacionadas, como a Linguística de Corpus, o Processamento de Linguagem Natural e a Recuperação de Informação. Espera-se que a metodologia descrita no texto apresente detalhes suficientes para demonstrar as etapas mais importantes na construção desse tipo de sistema, permitindo a replicação do processo por outros pesquisadores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Linguística Computacional. Linguística de *Corpus*. Ensino de línguas baseado em *corpora*. Compilação de *corpus*. Ferramentas de *corpora on-line*.

---

**ABSTRACT:** The Corpus of English Language Videos (CELV) is composed of YouTube video subtitles in English, and aims to provide a resource for the teaching and learning of the language by means of an on-line tool. This text presents the linguistic and computational procedures used for the development of CELV, from collecting texts to building the tool. Theoretical and methodological basis was sought for in Computational Linguistics and related areas, such as Corpus Linguistics, Natural Language Processing and Information Retrieval. It is expected that the methodology described in the text presents enough details to demonstrate the main steps for building this type of system, enabling the replication of the process by other researchers.

**KEYWORDS:** Computational Linguistics. Corpus Linguistics. Language teaching based on *corpora*. Compilation of *corpora*. On-line corpus tools.

---

## 1. Introdução

Este artigo apresenta os procedimentos que foram utilizados para a compilação do *Corpus of English Language Videos* (CELV) e para a construção da ferramenta *on-line* que permite buscas nesse *corpus*. No momento da redação deste texto, o CELV está sendo

---

\* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia. Possui Graduação em Letras – Inglês pela mesma universidade.

\*\* Graduando em Sistemas de Informação pela Faculdade de Computação da Universidade Federal de Uberlândia.

desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia. O *corpus* é composto por legendas em inglês de vídeos do site YouTube, selecionadas conforme o país de origem (EUA, Inglaterra, Canadá e Austrália), gênero (tutorial, *vlog*<sup>1</sup> e palestra) e tema (beleza, culinária, música, meio ambiente, política, ciência, tecnologia, viagens e tópicos gerais).

O objetivo do CELV é servir como recurso didático para o ensino e aprendizagem de língua inglesa com base em *corpus*, conforme a abordagem conhecida como Aprendizagem Direcionada por Dados, do inglês *Data-Driven Learning* (JOHNS, 1991). A ferramenta para consulta ao *corpus* foi disponibilizada *on-line*<sup>2</sup>, na forma de um sistema de busca com funções encontradas em outros *corpora on-line*, como o *Corpus of Contemporary American English – COCA*<sup>3</sup> (DAVIES, 2014). Tais funções incluem: buscas simples por palavras ou frases, buscas contendo parâmetros variáveis<sup>4</sup>, buscas contendo etiquetas morfossintáticas<sup>5</sup>, enumeração dos resultados de busca em ordem de frequência, apresentação dos resultados de busca em forma de gráficos comparativos e exibição de linhas de concordância.

Além dessas funções, o CELV possui um novo recurso: é possível acessar os vídeos nos quais se encontram as palavras de interesse, no momento de sua elocução. Tendo em vista o objetivo de se usar essa ferramenta para o ensino de língua inglesa, esse é um recurso que trará novas possibilidades para o trabalho com *corpora* em sala de aula, uma vez que tornará possível analisar as estruturas linguísticas de interesse dentro de um *corpus*, não apenas de forma escrita, mas também ouvindo as palavras e frases sendo enunciadas e assistindo aos vídeos. Sabe-se que esse tipo de recurso audiovisual pode enriquecer o ambiente de aprendizagem de língua estrangeira: segundo Azevêdo (2008, 2009), vídeos oferecem maneiras dinâmicas de aferir conhecimentos gramaticais, ativar *schemata* e realizar atividades de *brainstorming*. De acordo com Quevedo (1994), vídeos são úteis para o ensino de línguas pelo fato de apresentarem elementos da comunicação que não estão disponíveis por meio da escrita, como gestos corporais e expressões e movimentos faciais.

---

<sup>1</sup> Neste trabalho, entende-se por *vlog* o tipo de vídeo no qual o produtor fala diretamente à câmera sobre determinado tema, que pode ser relacionado à sua vida pessoal ou a viagens. Também existem *vlogs* especializados em assuntos científicos.

<sup>2</sup> [www.celvonline.com](http://www.celvonline.com)

<sup>3</sup> <http://corpus.byu.edu/coca/>

<sup>4</sup> Por exemplo: no CELV, “*open the \**” é uma busca que pode encontrar qualquer palavra no lugar do símbolo \*.

<sup>5</sup> Por exemplo: no CELV, “[*v\**] *the door*” pode encontrar qualquer verbo no lugar da etiqueta [*v\**].

Como mencionado anteriormente, este artigo apresentará os procedimentos adotados para a construção do CELV, desde a seleção e coleta de legendas do YouTube até o desenvolvimento da ferramenta de busca, procurando incluir detalhes metodológicos tanto linguísticos quanto computacionais, de maneira que pesquisadores interessados em projetos semelhantes possam replicar os procedimentos demonstrados em suas próprias investigações.

## 2. Opção por arquivos de legenda para compor o *corpus*

Do ponto de vista computacional, legendas são arquivos de texto em formato SubRip (extensão *.srt*), que seguem uma estrutura própria de organização. A concepção do CELV partiu da observação de um desses arquivos, cuja estrutura é como no seguinte exemplo:

```
1
00:00:11,448 --> 00:00:16,259
Hello once again, percussionists of the internet.
In this cajon tutorial we'll be looking at a fairly simple hip hop beat.
```

A primeira linha da estrutura traz uma numeração que estipula a sequência de legendas que aparecerão ao longo do vídeo (neste caso, a legenda acima será a primeira a aparecer). A segunda linha contém uma marcação de tempo que determina o intervalo durante o qual essa legenda será exibida na tela do vídeo (neste caso, a legenda aparecerá na tela no momento 00:00:11,448, e desaparecerá no momento 00:00:16,259). As linhas seguintes contêm a informação textual da legenda propriamente dita.

O motivo da escolha por arquivos de legenda foi a existência das marcações de tempo. Notou-se que essas marcações podem ser usadas para a criação de um *corpus* capaz de exibir informações linguísticas em formato audiovisual. Devidamente formatadas e implementadas em um sistema computacional capaz de recuperá-las, as marcações de tempo permitem a reprodução dos vídeos a partir dos momentos específicos em que cada elocução é feita. Tem-se, assim, um *corpus* no qual a informação textual pode ser visualizada em forma escrita, e, adicionalmente, assistida e ouvida em forma de vídeo.

A escolha pelo YouTube foi feita devido à sua grande seleção de vídeos disponíveis gratuitamente, muitos dos quais contam com legendas escritas por seus produtores. Além disso, o YouTube possui recursos que facilitaram a implementação do sistema, como incorporação de vídeos e reprodução das gravações a partir de momentos específicos.

### 3. Revisão da literatura

A descrição metodológica que será exposta neste texto é, em parte, relacionada à Linguística, e, em parte, relacionada à computação, o que situa o conteúdo em uma área interdisciplinar, a Linguística Computacional. Portanto, nesta seção de revisão da literatura, serão apresentadas referências relacionadas ao trabalho linguístico e computacional necessário para compilação e análise de *corpora* e para a construção de ferramentas computacionais nesta área, focando alguns conceitos da Linguística de *Corpus*, do Processamento de Linguagem Natural e da Recuperação de Informação.

#### 3.1. Linguística de *Corpus*

Segundo autores brasileiros (BERBER SARDINHA, 2004; VIANA, TAGNIN, 2011) e estrangeiros (BIBER, CONRAD, REPPEN, 1998; TOGNINI-BONELLI, 2001), a Linguística de *Corpus* (LC) é a área da Linguística que se ocupa do trabalho com *corpora*, incluindo sua compilação e análise. *Corpora*, por sua vez, são grandes coleções de textos em formato eletrônico, podendo ser abrangentes ou específicos, dependendo do que se pretende estudar. Podem ser classificados conforme o número de línguas (uma única língua ou várias línguas, permitindo análises paralelas e contrastivas). Também podem ser orais e/ou escritos, sincrônicos ou diacrônicos, entre outras classificações. Um pesquisador interessado em usar *corpora* em investigações linguísticas tem a opção de usar *corpora* existentes, como o COCA, ou compilar seu próprio *corpus*, caso os existentes não atendam às suas necessidades.

A LC e a existência de *corpora* de grande tamanho seriam inconcebíveis sem que houvesse o auxílio de ferramentas computacionais, uma vez que a área trabalha com grandes quantidades de informação textual, impossíveis de se processar manualmente com rapidez, mesmo que por grandes equipes. Portanto, são usados programas de análise lexical, como o Wordsmith Tools (SCOTT, 2008) e o AntConc (ANTHONY, 2014), para efetuar operações de processamento da linguagem, tais como contagem de palavras, geração de listas de frequência, geração de listas de palavras-chave e exibição de linhas de concordância.

Linhas de concordância são extratos de texto retirados de um *corpus*. São exibidas a partir de determinada palavra de busca e listadas em uma tela de concordância. Uma linha de concordância “mostra a palavra de busca no centro da listagem ladeada pelas palavras que ocorreram no texto junto com ela” (BERBER SARDINHA, 2004, p. 272). Isso permite que a

palavra de interesse seja colocada em foco, centralizada na tela do computador, facilitando a observação dos padrões lexicogramaticais que ocorrem no cotexto ao seu redor.

De acordo com Viana (2011), a leitura de uma linha de concordância é diferente da leitura comum que se faz, por exemplo, das frases em um texto. Normalmente, lê-se uma frase a partir de seu início, que é marcado, por exemplo, por uma palavra com letra inicial maiúscula, até o seu fim, marcado por algum sinal de pontuação. Essa leitura é feita com o objetivo de entender o significado da frase. Uma linha de concordância, por outro lado, deve ser lida do centro para as extremidades esquerda e direita, observando as palavras que co-ocorrem com a palavra de interesse em busca de formas de uso dessa palavra específica e não do sentido geral da frase. Quando esse tipo de leitura é feito em várias linhas de concordância, listadas uma abaixo da outra, é fácil detectar os padrões lexicogramaticais que emergem e descrever como determinada palavra é usada. Por esse motivo, as linhas de concordância são uma das ferramentas mais importantes da LC e devem sempre figurar entre os recursos disponíveis em sistemas computacionais de análise de *corpora*.

### 3.2. Linguística Computacional e Processamento de Linguagem Natural

Segundo Biemann (2007), a Linguística Computacional (LCO) e o Processamento de Linguagem Natural (PLN) são áreas complementares de estudo que lidam com dados linguísticos e seu processamento por meio de ferramentas computacionais. O que distingue as duas áreas é o foco de cada uma e o tipo de especialista que a desempenha. A LCO é uma subárea da Linguística e, portanto, preocupa-se com a solução de problemas linguísticos, usando ferramentas computacionais para alcançar esse objetivo. O PLN é uma subárea da Ciência da Computação que se encarrega do desenvolvimento dessas ferramentas computacionais. Portanto, há uma relação de complementaridade entre as duas áreas: para utilizar ferramentas computacionais na análise linguística, é interessante que o linguista tenha familiaridade com conceitos computacionais; e para desenvolver sistemas de processamento da linguagem, é necessário que o cientista da computação possua conhecimento sobre o funcionamento das línguas. Nesse contexto, do ponto de vista de um especialista em Linguística, um *corpus* é um repositório de dados linguísticos que serve como objeto de estudo. Do ponto de vista de um especialista em computação, um *corpus* é um material amostral que fornece dados para a construção de sistemas computacionais, a partir do qual regras podem ser derivadas e reaplicadas a novos conjuntos de dados.

Halliday (2005) explica que uma das primeiras aplicações dessas áreas foi a construção de sistemas de tradução automática de línguas. A partir de então, foram desenvolvidos outros tipos de sistema, tais como corretores ortográficos e gramaticais, etiquetadores e ferramentas para extração de termos. A metodologia de desenvolvimento dessas aplicações é predominantemente empírica, isto é:

(...) uma abordagem é empírica se envolve a observação de dados reais, ao invés do uso de exemplos artificialmente construídos ou intuição. O empirismo também é conhecido como um método para levantar ou refutar hipóteses usando observações e experimentos, ou como o raciocínio indutivo (e não dedutivo) baseado nessas observações. (BORDAG, 2007, p. 14)<sup>6</sup>

Uma das atividades de processamento de linguagem focadas neste estudo é a etiquetagem, ou seja, a “atribuição de categorias a porções de texto” (OLIVEIRA, FREITAS, 2006, p. 179). A etiquetagem é importante na análise de *corpora* porque permite que informações linguísticas específicas sejam recuperadas por computador, possibilitando a observação de dados textuais de maneira mais detalhada do que se fosse analisado o texto sem nenhum tipo de categorização.

Um dos tipos mais comuns de etiquetagem automática é a morfossintática (em inglês, *part-of-speech tagging*), que atribui categorias gramaticais a cada palavra de um texto. Uma busca em um *corpus* assim etiquetado pode responder a perguntas gramaticais como, por exemplo, “quais são os substantivos mais comumente usados após o verbo *fazer*?”, ou “qual preposição e artigo devem ser usados na frase *ir \_ cinema*?”. Esses exemplos demonstram a utilidade de um *corpus* com etiquetagem morfossintática para o ensino e aprendizagem de línguas, uma vez que pode ser usado como um recurso didático disponibilizado a professores e alunos para consultas em busca de exemplos de uso de diversas estruturas linguísticas.

### 3.2.1. O Etiquetador CLAWS

Um dos etiquetadores morfossintáticos existentes para a língua inglesa é o CLAWS<sup>7</sup> (*Constituent Likelihood Automatic Word-tagging System*), desenvolvido na Universidade de

---

<sup>6</sup>Todas as traduções contidas neste texto são de nossa autoria. No original: Simply put, an approach is empirical if it involves observing real-world data, as opposed to using artificially constructed examples or intuition. It is also known as a method to construct hypotheses or disprove them using observations and experiments, or as the inductive (contrary to deductive) reasoning or formulation of hypotheses based on such observations.

<sup>7</sup><http://ucrel.lancs.ac.uk/claws/>

Lancaster pelo centro de pesquisa UCREL<sup>8</sup> (*University Centre for Computer Corpus Research on Language*) e usado para etiquetar o COCA.

Garside (1996) explica que o CLAWS aplica a etiquetagem morfossintática seguindo seis etapas, que são:

1. o sistema faz a leitura do texto inserido pelo usuário, com reconhecimento de palavras (*tokens*);
2. é atribuída uma lista de possíveis etiquetas a cada palavra do texto inserido, a partir de um *lexicon* que contém um grande número de palavras do inglês, associadas às classificações gramaticais que podem assumir na língua;
3. é possível que algumas palavras do texto inserido não sejam encontradas no *lexicon*. Portanto, na etapa 3, o sistema segue um conjunto de regras pré-estabelecidas para determinar etiquetas aplicáveis a essas palavras;
4. o sistema analisa o cotexto imediato ao redor de cada palavra do texto e o compara com uma biblioteca de padrões lexicogramaticais previamente construída, ajustando as listas de etiquetas possíveis atribuídas nas etapas 2 e 3 para acomodar melhor os padrões conhecidos;
5. o sistema realiza um cálculo probabilístico de cada combinação possível de etiquetas a serem atribuídas a uma dada sequência de palavras e seleciona a combinação mais provável, com base em dados estatísticos;
6. o texto inserido inicialmente é retornado ao usuário, com cada palavra acompanhada de uma etiqueta gramatical escolhida pelo sistema.

Em suma, o CLAWS considera, inicialmente, todas as palavras do texto de forma isolada e lista todas as etiquetas possíveis para cada palavra (etapas 2 e 3). Nesse ponto, de acordo com Garside (1996), considera-se que a etiquetagem está ambígua, pois há mais de uma etiqueta associada a cada palavra. Para alcançar o objetivo final do processo, que é escolher uma única etiqueta para cada palavra, é feito um procedimento de desambiguação (etapas 4 e 5), no qual o sistema considera o cotexto ao redor de cada palavra para decidir quais combinações de etiquetas são impossíveis, eliminando-as, e quais são possíveis, selecionando a mais provável. As etiquetas mais prováveis são aceitas como corretas e retornadas ao usuário

---

<sup>8</sup><http://ucrel.lancs.ac.uk/>

juntamente com o texto inserido. Segundo o autor, esse processo tem uma precisão de, aproximadamente, 95%, dependendo do tipo de texto inserido.

### 3.3. Recuperação de Informação

A Recuperação de Informação (RI) é uma subárea da Ciência da Computação que se dedica a “encontrar materiais (...) de natureza não estruturada (geralmente textos) que satisfaçam uma demanda por informação, a partir de grandes coleções (geralmente armazenadas em computadores)” (MANNING, RAGHAVAN, SCHÜTZE, 2009, p. 1)<sup>9</sup>. Os autores explicam que materiais de natureza não estruturada são dados que não possuem estrutura clara o suficiente para serem interpretados por um computador. Portanto, cabe ao especialista em RI analisar e organizar esses materiais de maneira a torná-los processáveis por um computador, possibilitando o uso das informações de interesse.

Uma das técnicas envolvidas nesse processo é a indexação, que é a transformação de estruturas textuais em estruturas computacionais, a fim de organizar as informações de maneira otimizada para a implementação de um sistema de busca. Para exemplificar um processo de indexação, considere-se uma coleção de documentos de texto, cada um com um número variável de palavras, armazenada em um computador. A indexação consiste no isolamento de todas as palavras contidas nos documentos, reorganizando-as em uma lista enumerada (índice), na qual cada palavra aparece associada aos documentos em que ocorre. O resultado é uma listagem semelhante a um glossário do tipo que se encontra nas páginas finais de livros técnicos e científicos, no qual os termos específicos que foram usados no livro aparecem listados em ordem alfabética, seguidos das páginas em que aparecem na obra. Essa estrutura de dados permite o acesso rápido a informações específicas, possibilitando a consulta.

Esta seção do texto buscou apresentar as principais referências teóricas e metodológicas relacionadas ao desenvolvimento do CELV, atribuindo especial relevância aos conceitos de linhas de concordância, etiquetagem morfossintática e indexação. Esses conceitos serão necessários para a compreensão dos procedimentos que serão detalhados na seção seguinte.

---

<sup>9</sup>No original: Information retrieval (IR) is finding material (usually documents) of an unstructured nature (usually text) that satisfies an information need from within large collections (usually stored on computers).

#### 4. Metodologia

Conforme previamente mencionado, o trabalho com *corpora* comumente requer o uso de recursos computacionais. Sobre esse assunto, Danielsson (2004) comenta que:

Você não precisa ser um faz-tudo para se tornar um linguista de *corpus*, mas pode ser que você se encontre, depois de anos na área, precisando aprender um pouco de tudo. Além dos desafios teóricos, linguistas de *corpus* enfrentam problemas de ordem prática com editores de texto, ferramentas de concordância, formato de marcação e anotação linguística. (...) Se o trabalho manual não é uma opção, especialmente quando se lida com *corpora* de tamanho muito grande, então outra opção é aguardar até que os funcionários técnicos da sua instituição estejam disponíveis para investigar o problema. Isso geralmente envolve momentos um pouco embaraçosos de dificuldade de comunicação, onde o poder está com aquele que sabe quais tarefas são impossíveis de serem implementadas, enquanto outras tarefas são realizadas quase instantaneamente. (DANIELSSON, 2004, p. 225)<sup>10</sup>

Desse modo, embora o trabalho com *corpora* seja essencialmente linguístico, pode ser útil, para o linguista de *corpus*, familiarizar-se com ferramentas computacionais, de forma a facilitar a comunicação com os profissionais da computação que desenvolverão os sistemas de processamento da linguagem natural. Assim, serão apresentados os procedimentos para o desenvolvimento do CELV, buscando explicitar os aspectos linguísticos e computacionais do processo e demonstrar a parceria interdisciplinar formada para a construção do sistema.

A Figura 1 apresenta as etapas iniciais do trabalho com as legendas, que são arquivos em formato SubRip, posteriormente convertidos para texto não estruturado (em formato *.txt*) e, por fim, transformados em documentos computacionais por meio da indexação. Os subitens seguintes detalharão as etapas do processo: seleção e coleta das legendas; categorização, formatação e etiquetagem; indexação; e o funcionamento do sistema de pesquisa.

---

<sup>10</sup>No original: You do not need to be a Jack-of-all-trades to become a corpus linguist but you may well find yourself, after years in the field, having had to learn a bit of everything. Alongside the theoretical challenges, corpus linguists fight many practical battles with text editors, concordance tools, mark-up format and linguistic annotation. (...) If manual labour is not an option, particularly when working with very large corpora, then another option is often to wait for your organisation's over-worked technical staff to allocate time for investigating the problem. This usually involves some more or less embarrassing moments of mis-communication, where the power is with the one who knows which tasks are impossible to implement, while other tasks are achievable almost instantaneously.

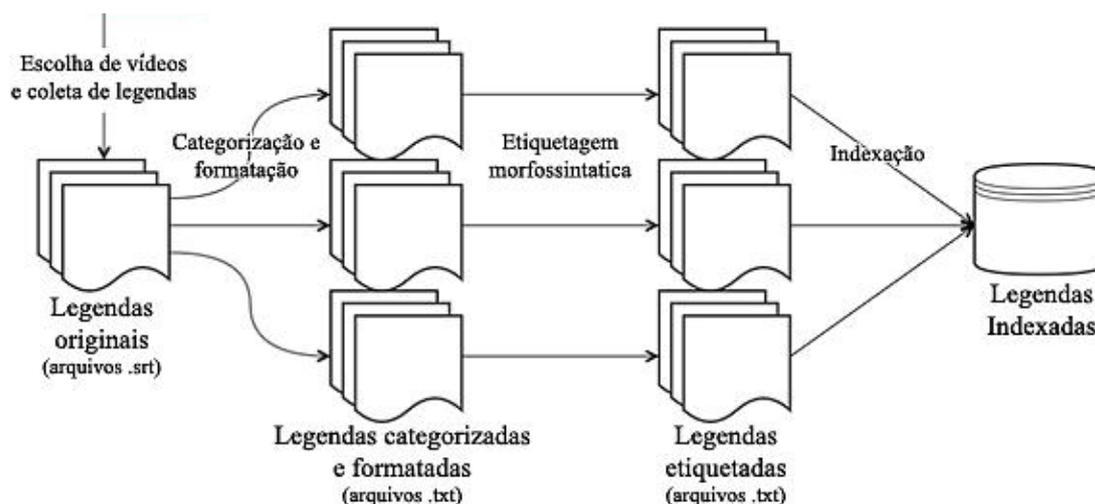


Figura 1. Etapas para compilação do CELV, da coleta à indexação dos textos.

#### 4.1. Procedimentos para seleção, coleta e categorização das legendas

O primeiro passo para iniciar a compilação do CELV foi estabelecer critérios para decidir de quais tipos de vídeo seriam extraídas legendas para compor a amostra. Isso foi feito com base nas recomendações da literatura a respeito do assunto:

(...) um *corpus* que objetiva representar a totalidade de uma língua precisa abarcar uma ampla gama de gêneros discursivos, contextos de produção, participantes (de diversas faixas etárias, origens geográficas, sexos, classes sociais etc.), entre outros. Ao mesmo tempo, a diversidade deve ser temperada com a concepção de equilíbrio. (VIANA, 2011, p. 28)

Considerando-se que a única fonte de textos do CELV é o YouTube, é evidente que não se pretende com esse *corpus* representar a totalidade de uma língua. No entanto, o objetivo traçado foi elaborar uma amostra a mais representativa e diversa possível, dentro dessa limitação. Tendo isso em vista, estudou-se o que o YouTube tem a oferecer para compor uma boa amostra, por meio de pesquisas preliminares por canais que contivessem um número considerável de vídeos com legendas<sup>11</sup>, e selecionaram-se três critérios principais que condizem com as recomendações de Viana (2011):

<sup>11</sup> No YouTube, os produtores de vídeos publicam seu conteúdo em canais, que são associados às suas contas de usuário. Qualquer pessoa navegando pelo site pode acessar o canal de determinado usuário e visualizar uma lista contendo todos os seus vídeos, e os que possuem legendas são identificados por um ícone CC (*Closed Captions*). Essas legendas são, geralmente, escritas pelos próprios produtores dos vídeos, com o objetivo de alcançar um número maior de espectadores, como, por exemplo, pessoas surdas.

- origem geográfica (país): constatou-se que o YouTube possui uma grande quantidade de usuários que produzem vídeos com legendas em (pelo menos) quatro países falantes de língua inglesa: Austrália, Canadá, Estados Unidos, Reino Unido. Os quatro foram incluídos na amostra final;
- gênero discursivo: observou-se que diferentes produtores de conteúdo do YouTube produzem vídeos de diferentes tipos, como tutoriais, *vlogs* e palestras. Cada um desses tipos de vídeo tem sua própria estrutura e formato de apresentação, e os três gêneros foram incluídos na amostra final;
- tema dos vídeos: na amostra selecionada, os temas estão associados aos gêneros, de forma que há: tutoriais sobre culinária, beleza e técnicas musicais; *vlogs* sobre tópicos gerais, viagens e ciência; e palestras sobre meio ambiente, política e tecnologia.

Estabelecidos os critérios, a próxima etapa foi procurar mais canais provenientes de cada um dos países selecionados e especializados nos diversos gêneros e temas escolhidos, incluindo aqueles encontrados nas pesquisas preliminares. Uma vez encontrada uma quantidade de canais que fosse, ao mesmo tempo, de tamanho razoável e relativamente equilibrada entre cada critério, iniciou-se a extração das legendas dos vídeos de cada canal.

A coleta das legendas foi feita com uso do *software* gratuito Google2SRT<sup>12</sup>, que extrai arquivos em formato *.srt* a partir do endereço eletrônico dos vídeos no YouTube, bastando copiar o endereço de cada vídeo e inseri-lo na interface do programa usando os atalhos *Ctrl + C* e *Ctrl + V* do teclado. No entanto, o programa não possui recursos para extrair as legendas de vários vídeos com um único clique, tornando necessária a repetição do procedimento para todos os vídeos que compuseram o CELV.

À medida que as legendas eram coletadas, foram adotados procedimentos para organizar os arquivos *.srt* resultantes do processo. Primeiramente, os arquivos foram renomeados seguindo um padrão de nomenclatura que inclui todas as informações importantes sobre cada texto: país de origem, gênero, tema, canal de origem e endereço eletrônico. Posteriormente, os arquivos foram armazenados em diretórios (pastas no computador) correspondentes aos três critérios de organização escolhidos (país, gênero e tema), de maneira a facilitar o acesso a um

---

<sup>12</sup><http://google2srt.sourceforge.net/pt-br/>

texto específico, caso necessário. A Figura 2 demonstra um exemplo de diretório contendo arquivos de legenda nomeados e organizados.

Name	Date modified	Type
@United States##Talks#Environment and Sustainability#Talks at Google#fVLQhysuuAo.srt	22/11/2014 14:30	SRT File
@United States##Talks#Environment and Sustainability#Talks at Google#TyyIE7dkKpw.srt	22/11/2014 14:30	SRT File
@United States##Talks#Environment and Sustainability#TEDx Talks#_b2qXygFm8U.srt	16/11/2014 17:55	SRT File
@United States##Talks#Environment and Sustainability#TEDx Talks#6JM9JD2iYrk.srt	16/11/2014 17:55	SRT File
@United States##Talks#Environment and Sustainability#TEDx Talks#7ZW8-LQftnY.srt	16/11/2014 17:55	SRT File
@United States##Talks#Environment and Sustainability#TEDx Talks#Au2yOnjgkVA.srt	16/11/2014 17:55	SRT File
@United States##Talks#Environment and Sustainability#TEDx Talks#BDO_UiEh0eY.srt	16/11/2014 17:55	SRT File
@United States##Talks#Environment and Sustainability#TEDx Talks#BwC4WRKi5QY.srt	16/11/2014 17:55	SRT File
@United States##Talks#Environment and Sustainability#TEDx Talks#H8qsGsolJMQ.srt	16/11/2014 17:55	SRT File
@United States##Talks#Environment and Sustainability#TEDx Talks#kLRanIhp2jg.srt	16/11/2014 17:55	SRT File
@United States##Talks#Environment and Sustainability#TEDx Talks#mL-FzBUAHuQ.srt	22/11/2014 13:13	SRT File
@United States##Talks#Environment and Sustainability#TEDx Talks#o8xWaNp_lbl.srt	16/11/2014 17:55	SRT File
@United States##Talks#Environment and Sustainability#TEDx Talks#pGyOwnqpCKk.srt	16/11/2014 17:55	SRT File

Figura 2. Demonstração da nomenclatura e organização dos arquivos SubRip em um diretório.

O resultado dessa etapa foi um *corpus* composto por cerca de 4.100.000 palavras, provenientes de cerca de 5.300 vídeos do YouTube, organizado em diretórios contendo os arquivos originais de legenda em formato SubRip.

#### 4.2. Procedimentos para formatação e etiquetagem das legendas

Os arquivos originais foram formatados com o objetivo de: (i) simplificar e padronizar sua estrutura para que pudessem ser recuperados mais facilmente durante a indexação e (ii) preparar os arquivos para a etiquetagem do CLAWS. Para isso, foram realizados os seguintes procedimentos:

1. conversão do formato *.srt* para *.txt* com padrão de codificação UTF-8<sup>13</sup>;
2. combinação das legendas, formando arquivos maiores e em número menor;
3. inserção de cabeçalhos no início de cada legenda;
4. eliminação da numeração existente nos arquivos de legenda;
5. formatação das marcações de tempo.

<sup>13</sup> Codificação de caracteres é um padrão que permite que caracteres do alfabeto humano sejam armazenados e interpretados por um computador. Um outro exemplo de codificação é o Unicode. A codificação escolhida para determinado arquivo de texto pode interferir na sua compatibilidade com editores de texto e outras ferramentas.

O primeiro programa usado nessa etapa foi o Notepad++<sup>14</sup>, um editor de texto gratuito semelhante ao Bloco de Notas, porém com um número maior de funções.

A conversão de todos os arquivos *.srt* foi feita a partir de um *script* escrito em linguagem de programação Python e executado a partir da interface do Notepad++. O *script* encontra todos os arquivos de texto armazenados em um determinado diretório, e os converte para *.txt* em codificação UTF-8.

Após a conversão, foi usado o programa gratuito TXTcollector<sup>15</sup>, cuja função é combinar vários arquivos em formato *.txt* em um único arquivo de tamanho maior. Essa combinação foi feita com o objetivo de facilitar as etapas seguintes do processo. O TXTcollector possui o recurso de acrescentar, no arquivo final, um separador entre cada um dos arquivos de texto originais. Esse separador pode ser configurado para ser igual ao nome dos arquivos originais. Como o *corpus* original foi previamente organizado seguindo a nomenclatura de arquivos explicada na seção anterior, o resultado dessa etapa é um número menor de arquivos *.txt* de grande tamanho, contendo várias legendas separadas uma da outra por um cabeçalho gerado automaticamente a partir do nome de cada arquivo.

Nesse momento, os arquivos de texto não estruturado de tamanho maior foram acessados, usando novamente o Notepad++, para formatar as marcações de tempo e os cabeçalhos. Essa etapa é mais facilmente visualizada por meio de um exemplo. Considere-se a seguinte legenda:

```
1
00:00:00,190 --> 00:00:05,920
Hey guys it's Joanne from FifteenSpatulas.com,
today we are going to make some cheesecake
```

Após a formatação da marcação de tempo com o uso do Notepad++, essa legenda adquire o seguinte formato:

```
<00:00:00>
Hey guys it's Joanne from FifteenSpatulas.com,
today we are going to make some cheesecake
```

---

<sup>14</sup><http://notepad-plus-plus.org/>

<sup>15</sup><http://bluefive.pair.com/txtcollector.htm>

O número 1, na primeira linha, foi eliminado, pois a informação sobre a sequência de legendas não é importante para o CELV. A marcação de tempo final foi eliminada, porque apenas a marcação inicial é necessária. Por fim, a marcação inicial foi simplificada, eliminando a informação correspondente aos milissegundos (,190), e colocada entre chaves anguladas (< e >). As chaves anguladas são necessárias porque o etiquetador CLAWS é configurado para ignorar informações que estejam entre essas chaves. A informação que se deseja etiquetar é o conteúdo linguístico das legendas, e não as marcações de tempo.

Abaixo, o resultado final da formatação é exemplificado com a legenda demonstrada acima, antecedida por seu cabeçalho:

```
<‡United States‡HowTo‡Cooking‡Fifteen Spatulas‡C6VuNiqVr6w>
<00:00:00>
Hey guys it's Joanne from FifteenSpatulas.com,
today we are going to make some cheesecake
```

Como explicado anteriormente, o cabeçalho foi inserido pelo programa TXTcollector a partir do nome do arquivo. No entanto, também foi necessário inseri-lo entre chaves anguladas, pois essa informação também deve ser ignorada pelo etiquetador. Além disso, foi usado o caractere ‡ para simbolizar o início de cada cabeçalho, e o caractere † para separar as informações de categorização, canal e endereço da legenda. Esses caracteres foram escolhidos por serem incomuns (não aparecem em nenhum outro momento no conteúdo textual dos documentos). Isso possibilita que, durante a indexação, os cabeçalhos sejam facilmente identificáveis e distinguíveis do restante do texto. Qualquer outro par de caracteres esdrúxulos poderia ter sido escolhido para esse fim. Todas essas formatações foram feitas usando expressões regulares<sup>16</sup> no Notepad++.

Por fim, o conteúdo dos arquivos de texto, devidamente formatado, foi inserido na interface *on-line*<sup>17</sup> do CLAWS, que é uma página simples da *internet* contendo algumas opções de etiquetagem e uma caixa de texto para inserção das informações. Essa versão *on-line* do etiquetador etiqueta um número máximo de 100 mil palavras por uso. Considerando-se que o

<sup>16</sup> Expressão regular é um recurso computacional que permite a identificação de padrões textuais ou sequências de caracteres. Por exemplo: as marcações de tempo nos arquivos de legenda seguem o padrão xx:xx:xx,xxx --> xx:xx:xx,xxx, onde x representa um algarismo qualquer que faz parte da informação de tempo. Esse padrão é recuperável pelo processador de expressões regulares do Notepad++, permitindo a formatação de todas as marcações de tempo em um dado documento com um único clique.

<sup>17</sup><http://ucrel.lancs.ac.uk/claws/trial.html>

*corpus* do CELV possui mais de 4 milhões de palavras, foi necessário inserir pequenas porções de texto múltiplas vezes até que toda a amostra estivesse etiquetada. A legenda demonstrada nos exemplos anteriores, quando etiquetada, tem o seguinte formato:

```
<‡United States‡HowTo‡Cooking‡Fifteen Spatulas‡C6VuNiqVr6w>
<00:00:00>
Hey_UH      guys_NN2      it_PPH1      's_VBZ      Joanne_NP1
from_IIFifteenSpatulas.com_NP1      ,_      today_RT      we_PPIS2
are_VBRgoing_VVGKto_TOMake_VVIsome_DD cheesecake_NN1
```

Observa-se que as informações contidas entre chaves anguladas foram mantidas intactas, e foi inserida uma etiqueta gramatical após cada palavra do texto. A lista de todas as etiquetas usadas (e seu significado) é chamada de *tagset*, e está disponível *on-line*<sup>18</sup>.

#### 4.3. Procedimentos para indexação das legendas

Conforme explicitado na seção de revisão da literatura deste texto, a indexação produz uma lista, chamada de índice, que contém as informações de interesse e onde encontrá-las em determinada amostra. Nessa etapa, cada legenda do CELV é chamada de documento, e não está mais associada a um tipo de arquivo como *.srt* ou *.txt*. O índice produzido lista todas as palavras contidas nesses documentos e em quais deles cada palavra pode ser encontrada<sup>19</sup>. Todas as informações que devem ser recuperadas pelo sistema foram indexadas e associadas a cada documento. Há seis tipos principais de informação: país, gênero, tema, canal, endereço na *internet* e conteúdo. A Figura 3 exemplifica um documento contendo essas informações:

<sup>18</sup><http://ucrel.lancs.ac.uk/claws7tags.html>

<sup>19</sup>O processo de indexação do CELV, e também os processos de pesquisa, foram implementados utilizando a biblioteca para consulta textual Lucene (<http://lucene.apache.org/core/>), escrita em linguagem de programação Java e sob licença Apache (<http://www.apache.org/licenses/LICENSE-2.0>).

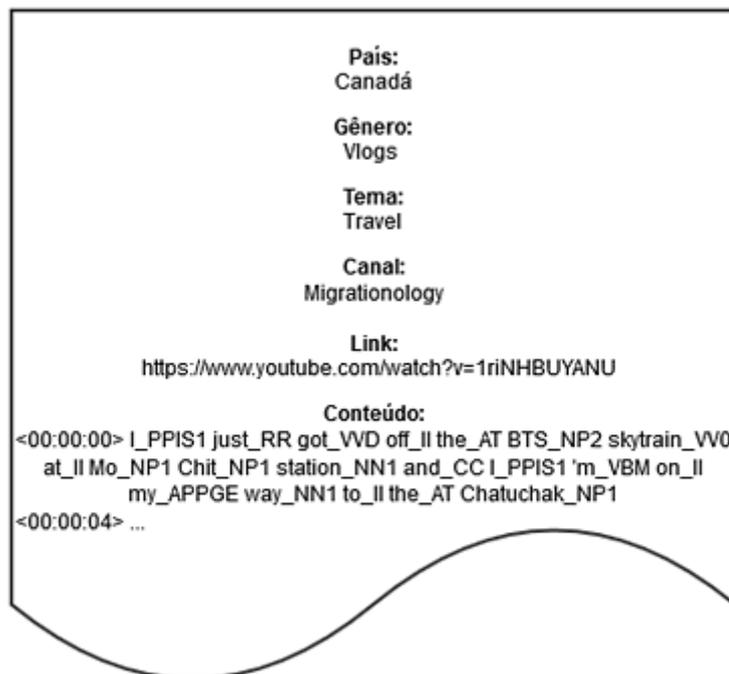


Figura 3. Informações associadas a cada documento após a indexação

Outras informações armazenadas no sistema com a finalidade de otimizar o processo de busca foram: frequência de cada palavra em cada legenda, total de palavras no escopo “país”, total de palavras no escopo “gênero”, total de palavras no escopo “tema” e uma lista de lemas e seus lexemas correspondentes<sup>20</sup>, em língua inglesa.

#### 4.4. Funcionamento do sistema de pesquisa

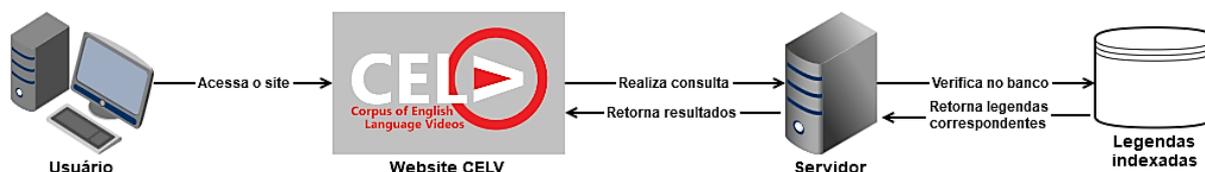


Figura 4. Interação dos elementos do sistema durante o processo de busca.

A Figura 4 demonstra o funcionamento básico do sistema de busca do CELV. Primeiramente, o usuário realiza a sua consulta na página do sistema e envia uma requisição ao servidor. O servidor processa a requisição recebida e busca por legendas compatíveis à consulta

<sup>20</sup> Disponível em [http://www.lexically.net/downloads/BNC\\_wordlists/e\\_lemma.txt](http://www.lexically.net/downloads/BNC_wordlists/e_lemma.txt).

no banco de legendas indexadas. A seguir, serão brevemente descritos os tipos de consulta possíveis e as opções de pesquisa disponíveis.

Consultas no CELV podem ser simples ou complexas. Esses dois tipos de consulta possuem limite de até cinco palavras. Essa restrição é necessária para que não haja sobrecarga do servidor, uma vez que o tempo de processamento aumenta conforme a quantidade de palavras na consulta. A consulta simples é a forma mais básica de consulta, usando somente palavras ou sintagmas. Consultas complexas permitem a utilização de parâmetros avançados de pesquisa, que podem ser inseridos no campo de pesquisa por meio de quatro símbolos ou operadores:

- \* - qualquer palavra (exemplo: *do* \* faz uma busca pelo verbo *do* seguido de qualquer palavra);
- | - uma ou outra palavra (exemplo: *a/an* faz uma busca por *a* ou *an*);
- {} – permite buscas lematizadas (exemplo: {*break*} encontra *break*, *breaks*, *breaking*, *broke*, e/ou *broken*);
- [] – insere uma etiqueta gramatical do *tagset* do CLAWS. (exemplo: *work* [*v\**] faz uma busca pelo verbo *work* seguido de qualquer verbo);

O CELV possui dois modos de pesquisa: lista e gráfico (Figuras 5 e 6). No modo lista, os resultados da pesquisa são listados em ordem decrescente de frequência. Escolher um dos resultados gera uma tabela contendo linhas de concordância. No modo gráfico, os resultados são exibidos em forma de gráficos de barras, que informam a distribuição de ocorrências da palavra consultada entre os países, gêneros e temas da amostra. Assim como no modo lista, selecionar uma das barras do gráfico gera uma tabela contendo linhas de concordância. Nas tabelas de linhas de concordância geradas por qualquer um dos modos de pesquisa, é possível escolher uma das linhas para reproduzi-la em vídeo.

Outras funcionalidades do CELV incluem: filtros de busca, possibilitando limitar os resultados da consulta por gênero, país, tema e canal do YouTube (Figura 7); ordenação alfabética de linhas de concordância a partir de até três palavras à esquerda ou à direita da palavra de busca (*sort* L1, L2, L3, R1, R2, R3); especificação de um número máximo de vídeos para visualização de legendas; especificação de um número máximo de exemplos a serem retirados de cada vídeo; e especificação do momento de início da reprodução dos vídeos. A

próxima seção descreverá, de forma simplificada, os algoritmos usados para a implementação das principais funcionalidades do sistema.



Figura 5. Exemplo de busca com o modo Lista do CELV: os três primeiros resultados da busca por “*get the \**”. O número de ocorrências de cada resultado aparece entre parênteses.

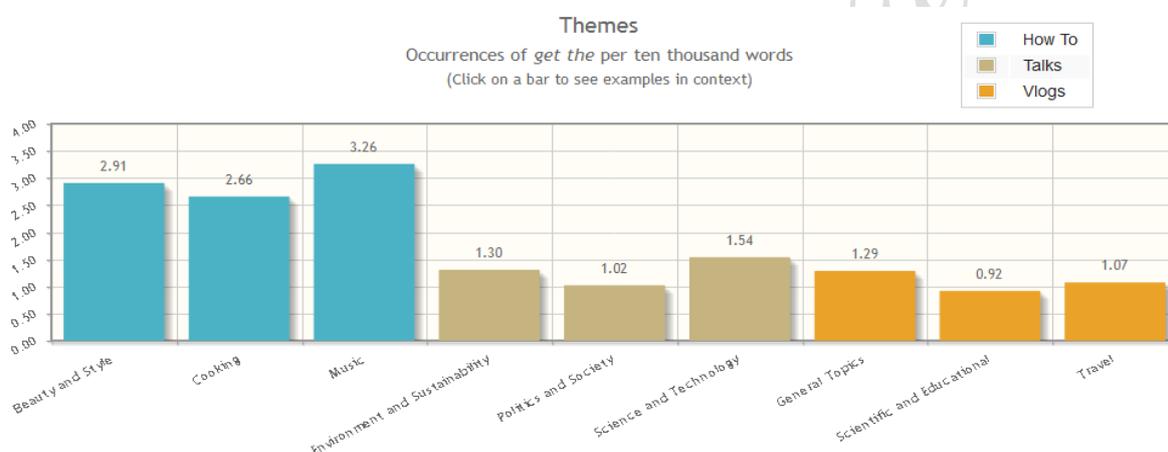


Figura 6. Exemplo de busca com o modo Gráfico do CELV: distribuição de ocorrências de “*get the*” entre os temas que compõem a amostra do *corpus* (a cada dez mil palavras).

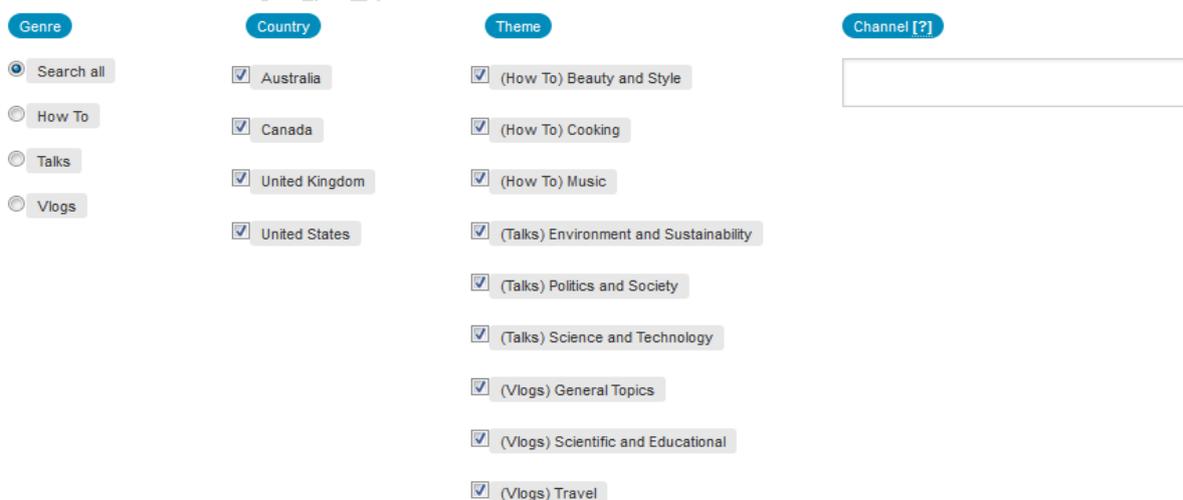


Figura 7. Filtros de busca: gênero, país, tema e canal.

#### 4.4.1. Implementação das funcionalidades de pesquisa

Para que o usuário possa utilizar as funcionalidades mencionadas, foram implementados algoritmos<sup>21</sup> que fazem uso da base de legendas indexadas. Alguns dos principais algoritmos para o funcionamento do sistema são: contagem de frequência, geração de linhas de concordância, ordenação de linhas de concordância e criação de expressões *booleanas*. Esta seção do artigo descreverá esses algoritmos.

O algoritmo de contagem de frequência é utilizado quando uma busca é requisitada pelo usuário e possui quatro etapas de funcionamento:

1. **Pesquisa por termos** - Essa etapa é necessária para consultas complexas, pois esse tipo de consulta possui mais de um resultado a ser retornado. O texto inserido na consulta é decomposto e transformado em uma expressão regular. Posteriormente, são coletadas as ocorrências que correspondem à expressão regular formada. Caso a consulta feita pelo usuário seja simples, essa etapa não é necessária, pois há um único resultado fixo.
2. **Criação de expressão booleana<sup>22</sup> para filtros** - Os filtros selecionados pelo usuário são transformados em uma expressão booleana para que, posteriormente, seja utilizada a estrutura de documento construída na indexação. Desse modo, para uma pesquisa restrita ao país *Canadá*, por exemplo, verifica-se se a informação *país* contém esse valor (*Canadá*). O algoritmo de criação de expressões booleanas para filtros é explicado posteriormente.
3. **Contagem e coleta de frequências** - Nesta etapa é feita a contagem de frequência dos termos encontrados na etapa 1 (ou o termo simples inserido pelo usuário, caso a consulta seja simples), utilizando a expressão booleana criada na etapa 2. O cálculo feito nesta etapa depende do modo de pesquisa selecionado pelo usuário:
  - a. **Modo lista** – Para cada termo encontrado, é feita uma consulta na base de legendas indexadas, somando-se a quantidade de vezes em que o termo aparece em cada legenda encontrada. Após essa etapa, obtém-se uma lista com os termos

---

<sup>21</sup> Na computação, um algoritmo é uma sequência de etapas especificadas por um programador para se realizar uma tarefa. (SOUZA, 2008)

<sup>22</sup> Expressões booleanas utilizam operadores como  $\vee$  (ou),  $\wedge$  (e) e  $\neg$  (negação) para expressar determinada operação lógica a ser desempenhada por um computador. (SOUZA, 2008)

de busca, acompanhados por suas respectivas frequências encontradas na base de dados e exibida em ordem decrescente.

**b. Modo gráfico** - Assim como no modo lista, a base de legendas é consultada. Entretanto, neste modo, as frequências dos termos são agrupadas com base nos filtros escolhidos pelo usuário. Para cada tipo de filtro (gênero, país e tema) será feita a soma das frequências dos resultados encontrados na etapa 1 para consultas complexas, ou a frequência do resultado único para consultas simples. Posteriormente, cada valor encontrado é normalizado utilizando a fórmula  $\frac{f}{ft} \times 10000$ , onde  $f$  representa a frequência dos resultados que satisfaçam uma opção de filtro e  $ft$  o número total de palavras presentes nas legendas correspondentes. As quantias obtidas pela fórmula representam a quantidade de vezes em que os resultados aparecem em legendas que satisfaçam determinado filtro a cada dez mil palavras. Após essa etapa, são gerados gráficos de barra que correspondem aos tipos de filtro e às respectivas frequências normalizadas obtidas pela fórmula.

4. **Retorno ao usuário** - A informação obtida na etapa 3 é retornada ao usuário. Para o modo gráfico, além do gráfico de barras, também serão retornados os resultados obtidos na etapa 1 em consultas complexas ou, para consultas simples, o resultado único da busca feita pelo usuário. Esses resultados são armazenados, pois, posteriormente, serão utilizados na geração de linhas de concordância.

O algoritmo de geração de linhas de concordância é utilizado após o usuário selecionar um dos resultados obtidos no modo lista, ou após o usuário selecionar uma das barras apresentadas geradas no modo gráfico. Esse algoritmo possui seis etapas:

1. **Coleta de lista de termos** - Esta etapa somente é necessária em buscas do modo gráfico. Os termos encontrados no algoritmo de contagem de frequência, apresentado anteriormente, são armazenados para a execução deste algoritmo.
2. **Criação de expressão booleana para filtros** - Assim como no algoritmo de contagem de frequência, os filtros selecionados pelo usuário são transformados em uma expressão booleana para que, posteriormente, seja utilizada a estrutura de documento construída na indexação.

3. **Busca de legendas** - Nesta etapa, a base de dados é consultada em busca de legendas que satisfaçam a expressão booleana de filtros obtida na etapa 2. A forma como essa consulta é realizada depende do modo de pesquisa selecionado pelo usuário:
  - a. **Modo lista** - No modo lista, somente uma consulta é realizada, correspondendo ao resultado selecionado pelo usuário na listagem de frequência. Após esta etapa, será obtida uma lista de legendas recuperadas.
  - b. **Modo gráfico** - No modo gráfico é feita uma consulta para cada termo presente na lista de termos obtida na etapa 1. As legendas obtidas em cada consulta são agrupadas em uma única lista. Após esta etapa, será obtida uma lista de legendas recuperadas por todas as consultas feitas.
4. **Extração de linhas de concordância** - Para cada legenda encontrada na etapa 3, procura-se pelo termo consultado e armazena-se a posição relativa para que futuramente o termo de pesquisa seja destacado. Posteriormente, o contexto ao redor do termo de pesquisa é reduzido para que caiba em uma linha.
5. **Ordenação de linhas de concordância** - Esta etapa somente é necessária caso o usuário escolha parâmetros de ordenação. Após esta etapa, é obtida uma lista de trechos ordenada alfabeticamente de acordo com os parâmetros escolhidos. Essa ordenação possui seu próprio algoritmo, explicado abaixo.
6. **Retorno ao usuário** - A informação obtida na etapa 4 (ou, caso o usuário escolha parâmetros de ordenação na busca, na etapa 5) é retornada ao usuário e apresentada em forma de tabela.

O algoritmo de ordenação de linhas de concordância é utilizado juntamente ao algoritmo de geração de linhas de concordância quando necessário. Esse algoritmo possui quatro etapas:

1. **Recebimento de argumentos** - É recebida uma lista de linhas de concordância contendo a posição do termo consultado.
2. **Atribuição de parâmetros** - Em cada linha de concordância, encontram-se as três palavras mais próximas do termo consultado à esquerda e à direita. Atribui-se o parâmetro L1 à primeira palavra à esquerda da palavra central, e o parâmetro R1 à primeira palavra à direita da palavra central. Seguindo a mesma lógica, atribuem-se os valores L2, L3, R2 e R3 às demais palavras ao redor da palavra central. Caso não

existam palavras para atribuição de algum parâmetro, é atribuído um valor para representar a falta de palavra.

3. **Ordenação** - Nesta etapa, verifica-se os parâmetros de ordenação selecionados pelo usuário. As linhas de concordância são ordenadas alfabeticamente, de acordo com esses parâmetros.
4. **Retorno** - Por fim, a informação obtida na etapa 3 é retornada ao algoritmo de geração de linhas de concordância.

O algoritmo de criação de expressões booleanas para filtros é utilizado nos algoritmos de contagem de frequência e de geração de linhas de concordância. Esse algoritmo possui quatro etapas:

1. **Recebimento de argumentos** – É recebida uma lista de opções referentes aos três filtros disponíveis no CELV (gênero, país e tema).
2. **Formação de disjunções** – Formam-se disjunções (que são operações lógicas com uso do operador  $\vee$ , que significa “ou”) para cada lista de opções de filtros. Exemplos de disjunções obtidas nesta etapa são: Talks $\vee$ Vlogs, Austrália $\vee$ Canadá, Cooking $\vee$ Travel, etc. O operador lógico  $\vee$  tem o significado de união, ou seja, para Talks $\vee$ Vlogs serão buscadas tanto legendas do gênero Talks quanto do gênero Vlogs.
3. **Formação de conjunções de disjunções** – Forma-se uma expressão *booleana* conjuntiva para cada disjunção obtida na etapa 2 utilizando o operador lógico  $\wedge$  (que significa “e”). O operador lógico  $\wedge$  tem o significado de interseção, ou seja, para Vlogs $\wedge$ Austrália, por exemplo, serão buscadas somente legendas que sejam do gênero Vlogs e também do país Austrália. Um exemplo de expressão obtida nesta etapa é: Talks $\vee$ Vlogs $\wedge$ Austrália $\vee$ Canadá $\wedge$ Cooking $\vee$ Travel. Nesse exemplo o sistema buscaria as legendas que: sejam dos gêneros Talks ou Vlogs, dos países Austrália ou Canadá e nos temas Cooking ou Travel.
4. **Retorno** - A informação obtida na etapa 3 é retornada e usada nos outros algoritmos anteriormente descritos.

## 5. Considerações finais e perspectivas futuras

Este texto buscou demonstrar os procedimentos adotados durante a etapa de desenvolvimento do CELV, visando esclarecer pesquisadores interessados no funcionamento

de sistemas de Linguística Computacional. Espera-se, com isso, colaborar com a propagação da Linguística de *Corpus* como metodologia para investigações linguísticas de base empírica, e incentivar a familiarização com recursos computacionais por parte dos linguistas, uma vez que essa relação interdisciplinar entre a Linguística e a Computação tem se demonstrado cada vez mais útil para a análise, descrição, ensino e aprendizagem de línguas.

O desenvolvimento do CELV foi feito a partir da colaboração entre especialistas em linguística e especialistas em computação. Coube aos linguistas a concepção da ferramenta e o levantamento do *corpus*, incluindo o estabelecimento de critérios para seleção de legendas e a sua categorização, formatação e etiquetagem. Os especialistas em computação se encarregaram da indexação da informação textual do *corpus* e do desenvolvimento do sistema de busca, incluindo sua transferência para a *internet* e a elaboração da interface da página do CELV.

A principal dificuldade encontrada no processo de desenvolvimento do CELV foi relacionada à disponibilidade de legendas. O material necessário para a composição do *corpus* tem características bastante específicas: foi necessário buscar vídeos com fala em língua inglesa e legendas também em língua inglesa. A prática de disponibilizar legendas para os vídeos no YouTube é relativamente recente, uma vez que esse recurso passou a existir no *site* a partir de 2007, e, portanto, ainda há um número relativamente pequeno de canais cujos donos se dedicam à produção dessas legendas.

O propósito linguístico da ferramenta, embora não tenha sido o foco deste texto, é o uso do CELV no contexto de ensino-aprendizagem de língua inglesa, servindo como recurso de consulta para que professores e alunos possam obter exemplos de uso de estruturas linguísticas, tanto na forma escrita quanto na forma audiovisual. Propostas para a implementação do CELV nesses contextos serão expostas em trabalhos futuros.

Pretende-se realizar melhorias tanto para o *corpus* quanto para a ferramenta, com a inserção de novos recursos. Serão coletados novos arquivos de legenda para integrar o *corpus*, aumentando seu número total de palavras, e também será feita uma revisão qualitativa das legendas em busca da correção de possíveis erros de digitação, ortográficos ou de formatação, que podem prejudicar o funcionamento do CELV ou limitar seu uso. Também serão acrescentados recursos que possam tornar a ferramenta mais útil para professores e alunos, como um gerador automático de exercícios a partir das linhas de concordância.

## Referências Bibliográficas

ANTHONY, L. **AntConc 3.4.3**. Tokyo. Waseda University, 2014. Disponível em: <<http://www.laurenceanthony.net/software/antconc/>>. Acesso em: 21 Fev. 2015.

AZEVÊDO, C. **Movie Segments to Assess Grammar Goals** [Internet]. Brasília: Claudio Azevêdo. 2008. Disponível em <<http://moviesegmentstoassessgrammargoes.blogspot.com.br>>. Acesso em: 14 Jul. 2013.

\_\_\_\_\_. **Movie Segments For Warm-Ups and Follow-Ups** [Internet]. Brasília: Claudio Azevêdo. 2009. Disponível em <<http://warmupsfollowups.blogspot.com.br>>. Acesso em: 14 Jul. 2013.

BERBER SARDINHA, T. **Linguística de Corpus**. Barueri, SP: Manole, 2004.

BIBER, D.; CONRAD, S.; REPPEN, R. **Corpus linguistics: investigating language structure and use**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.  <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511804489>

BIEMANN, C. **Unsupervised and Knowledge-free Natural Language Processing in the Structure Discovery Paradigm**. 199f. Tese (Doutorado em Ciência da Computação). Faculdade de Matemática e Ciência da Computação, Universidade de Leipzig, Leipzig, 2007.

BORDAG, S. **Elements of Knowledge-free and Unsupervised Lexical Acquisition**. 263f. Tese (Doutorado em Ciência da Computação). Faculdade de Matemática e Ciência da Computação, Universidade de Leipzig, Leipzig, 2007.

DANIELSSON, P. Simple Perl programming for corpus work. In: SINCLAIR, J. (Org.) **How to Use Corpora in Language Teaching**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins B. V., v. 12, 2004, p. 225 – 246.

DAVIES, M. **The Corpus of Contemporary American English: 450 million words, 1990-present**. 2008. Disponível em: <<http://corpus.byu.edu/coca>>. Acesso em 25 de ago. 2014.

GARSIDE, R. The robust tagging of unrestricted text: the BNC experience. In: THOMAS, J., SHORT, M. (Orgs.) **Using corpora for language research: Studies in the Honour of Geoffrey Leech**. Londres, Inglaterra: Longman, 1996, p. 167 – 180.

HALLIDAY, M. A. K. **Computational and Quantitative Studies**. v. 6. Londres, Inglaterra: Continuum, 2005.

JOHNS, T. F. Should you be persuaded: Two samples of data-driven learning materials. In: JOHNS, T.F.; KING, P. (Orgs.) **Classroom Concordancing**. Birmingham: ELR Journal, v.4, 1991, p. 1 – 16.

MANNING, C. D.; RAGHAVAN, P.; SCHÜTZE, H. **Introduction to Information Retrieval**. Cambridge, Inglaterra: Cambridge University Press, 2009. Disponível em: <<http://nlp.stanford.edu/IR-book/>>. Acesso em 22 de fev. 2015.

OLIVEIRA, S., FREITAS, M. C. Classes de palavras e etiquetagem na Linguística Computacional. In: **Calidoscópico**. São Leopoldo, RS. Unisinos. v. 4, n. 3, 2006, p. 179 – 188.

QUEVEDO, A. G. Video use possibilities in autonomous learning. In: LEFFA, V. J. (Org.) **Autonomy in Language Learning**. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1994, p. 89 – 94.

SCOTT, M. **WordSmith Tools**. Versão 5. Oxford: Oxford University Press, 2008.

SOUZA, J. N. **Lógica para Ciência da Computação**: Uma introdução concisa. Campinas, SP: Campus, 2008.

TOGNINI-BONELLI, E. **Corpus linguistics at work**. Amsterdam: John Benjamins, 2001.  
**crossref** <http://dx.doi.org/10.1075/scl.6>

VIANA, V.; TAGNIN, S. E. O. (Orgs.) **Corpora no ensino de línguas estrangeiras**. São Paulo, SP: HUB Editorial, 2011.

VIANA, V. Linguística de Corpus: Conceitos, Técnicas & Análises. In: VIANA, V.; TAGNIN, S. E. O. (Orgs.) **Corpora no ensino de línguas estrangeiras**. São Paulo, SP: HUB Editorial, 2011.

Artigo recebido em: 28.02.2015

Artigo aprovado em: 03.06.2015

## Resenha

VILLALVA, Alina; SILVESTRE, João Paulo. **Introdução ao estudo do léxico**: descrição e análise do Português. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, 247 p.

Daniela Faria Grama \*

É notório que não são todos os professores de línguas ou pesquisadores que se dão conta do quão importante é a Lexicologia e a Lexicografia. Entretanto, todos lidam profissionalmente com a palavra. Nessa perspectiva, é fundamental que o estudioso da língua e, sobretudo, da área do Léxico lancem mão dos conhecimentos introdutórios e das problemáticas que envolvem essa área. Esta resenha refere-se ao livro **Introdução ao estudo do léxico**: descrição e análise do Português dos autores Aline Villalva e João Paulo Silvestre, que abordam essas questões.

Alina Villalva, professora da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e atuante no Laboratório de Psicolinguística do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, fez seu doutorado em Linguística pela mesma universidade e realiza pesquisas nas áreas da Morfologia e do Léxico. João Paulo Silvestre, doutor pela Universidade de Aveiro, em Portugal, também trabalha no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa como investigador nos campos da Lexicologia, da Filologia e da História da Lexicografia.

Entre as várias publicações dos estudiosos, destaca-se que **Introdução ao estudo do léxico**: descrição e análise do Português não foi o primeiro trabalho realizado por ambos. **Mutações Lexicais Românicas**: alguns casos particulares (2012); *Participles from a morphological point of view* (2012) e **De bravo a brabo e de volta a bravo**: evolução semântica, análise morfológica e tratamento lexicográfico de uma família de palavras (2011)<sup>1</sup> foram outras publicações de autoria conjunta dos linguistas.

Nas páginas iniciais do livro **Introdução ao estudo do léxico**: descrição e análise do Português, há a explicação de que este faz parte da **Coleção de Linguística** (interrompida na década de 1980 e retomada em 2014) da editora Vozes e de que esta, por meio da divulgação

---

\* Mestranda em Linguística, ILEEL/UFU.

<sup>1</sup> Referências disponíveis em <http://www.clul.ul.pt/pt/investigador/139-alina-villalva> Acesso em: 5 fev. 2015.

de grandes estudiosos internacionais e nacionais, como Chomsky, Halliday, Mattoso Câmara e Mário Perini, contribuiu naquela época para a consolidação da Linguística como campo de pesquisa e disciplina no Brasil.

A obra de Villalva e Silvestre estrutura-se em quatro capítulos: “Léxico”; “Palavras e unidades lexicais”; “Problemas de categorização” e “Lexicografia e descrição do léxico”. Todos se subdividem em subtítulos, o que colaborou para a organização e o esclarecimento do conteúdo proposto. É válido ressaltar que há uma dinâmica interessante de leitura, uma vez que, ao final de cada capítulo, os autores apresentam um resumo do que foi dissertado. Isso e a diversidade de esquemas e quadros relativos ao léxico da língua portuguesa tornam a obra mais didática, embora o conteúdo abordado seja de caráter complexo. Ademais, após cada resumo, há recomendações bibliográficas para o leitor que se interessa pelos tópicos discutidos em cada capítulo. No final do livro, encontram-se ainda 24 exercícios de aprofundamento e pesquisa.

A primeira seção, “Léxico”, inicia-se com a menção de que os autores falarão sobre as características do léxico, de forma a evidenciar as línguas, as variedades de uma língua, os dialetos, o léxico individual de um falante e o léxico enquanto constituinte de uma gramática. O que chama a atenção nesse primeiro capítulo é que os linguistas discutem sobre o léxico de forma minuciosa e bastante ilustrativa ao fazer comparações entre o Português Brasileiro (PB) e o Português Europeu (PE) sob as perspectivas semântica, morfológica e fonológica.

A perspectiva social e política é considerada por Villalva e Silvestre quando se reportam ao reconhecimento do léxico de uma língua. Para eles, isso pode sofrer mudança em função do que se define como língua ou dialeto, ou seja, o que se define como o repertório lexical de uma língua é coberto de posicionamentos ideológicos. E, para descrevê-lo, de acordo com os autores, pode-se ou não levar em conta, por exemplo, registros orais, menos formais ou de menor admiração.

Os estudiosos também abordam a questão do léxico individual, denominado léxico mental, e diferenciam os conceitos relativos a léxico ativo e passivo. Eles salientam que o conhecimento lexical do indivíduo, tanto o ativo como o passivo, sofre variações constantes e, por isso, é difícil de ser determinado. Aliado a essa questão, eles chamam a atenção ao saber etimológico das palavras. Segundo os autores, parece que, para os usuários de uma língua, a informação etimológica de uma palavra é opcional, o que se interpreta como de pouca importância. No entanto, nota-se que, para Villalva e Silvestre, esse conhecimento histórico é valioso para o falante e pode auxiliá-lo na tarefa de compreender as palavras como unidades

que estão relacionadas. Com o intuito de exemplificar isso, os linguistas lançam mão de exemplos, um deles é o radical do verbo “meter” que está presente em outras formas: prometer, remeter, submeter. Assim, é perceptível que o léxico é tratado como uma rede de palavras interligadas.

Em seguida, informações históricas sobre o léxico da língua portuguesa são descritas, de modo a discorrer sobre a constituição e consolidação desse repertório lexical. De maneira mais extensa, é abordada a variação lexical entre o PB e PE. Nessa parte, o leitor se inteira sobre algumas das diferenças lexicais existentes dentro de uma mesma língua em virtude das distintas regiões geográficas em que é usada. Os autores trazem exemplos de variação diatópica ou de usos lexicais no PE e no PB. Um deles remete-se ao verbo “botar”, que não é utilizado de maneira predominante em Portugal como o é no Brasil, lá há a utilização do verbo “por”. A diferença de escolha lexical também ocorre entre os verbos “jogar” e “atirar/deitar”, pois em Portugal diz-se “deitar o lixo na lixeira”, e no Brasil fala-se “jogar o lixo na lixeira”. Este representa um exemplo relativo a palavras que são usadas em circunstâncias bem diferentes, visto que no Brasil o verbo “deitar” ocorre frequentemente em situações que designam a posição corporal ou a posição de um objeto.

Outra diferença lexical entre PB e PE mencionada pelos autores diz respeito à natureza morfológica de algumas palavras, tais como: prestativo (PB) e prestável (PE), fumantes (PB) e fumadores (PE). Além disso, os linguistas dizem que a variação brasileira do Português possui palavras de origem indígena e africana que não pertencem ao léxico do Português europeu. Eles esclarecem que essas variações existem, são identificáveis e representam a riqueza e a complexidade do repertório lexical do Português de maneira geral.

Essas e outras questões mais profundas presentes no livro, mais do que representarem o estudo descritivo e analítico do Português, realizado cuidadosamente pelos autores, talvez possam confirmar que a língua portuguesa não acontece de uma única forma, mas de várias no cotidiano de diversos falantes que estão imersos em culturas diferentes.

No segundo capítulo, “Palavras e unidades lexicais”, os autores atêm-se, inicialmente, em explanar sobre a definição de palavra. De acordo com os linguistas, essa definição dependerá do ponto de vista que se está estudando a palavra, se é da perspectiva morfológica, fonológica, sintática ou semântica. Para eles, o que os estudos morfológicos indicam ser uma palavra “neste” pode não ser no que se alude, por exemplo, aos estudos sintáticos “em+este”. Os autores afirmam que, dentro dos estudos do léxico, as diferentes formas de se considerar a

palavra são importantes, porque todas as informações que se referem a ela permitem ao estudioso da língua conhecer quais são as possibilidades de comportamento dela.

Em seguida, Villalva e Silvestre trazem à tona a discussão sobre o uso das palavras. Consoante o pensamento deles, só se pode dizer que uma palavra existe caso haja uma maneira de verificar se ela é usada pelo falante. Pelo fato de isso ser extremamente difícil de ser “capturado”, não é possível ter a noção exata do léxico total de uma língua. Os linguistas acrescentam que, embora o dicionário seja um instrumento valioso responsável pela reunião do léxico de uma língua, ele não consegue abarcá-lo em sua totalidade, visto que a língua está em constante ação, isto é, está sendo usada diariamente e está sujeita a mudanças. Villalva e Silvestre, além desta, ponderam outras fragilidades em torno da tão prestigiada obra de consulta: nem tudo que está registrado no dicionário é usado pelos falantes; as palavras escolhidas para compô-lo passam por critérios do dicionarista, das editoras, entre outros.

Os autores fazem uma crítica importante em relação ao comércio dos dicionários: cada vez mais tem sido aceita a presença de palavras derivadas ou de cunho terminológico com o intuito de chamar a atenção do comprador em relação ao número de entradas. De acordo com eles, palavras terminológicas de uso restrito de uma ciência são dispensáveis em um dicionário geral. Nesse caso, cabe lembrar um critério bastante usado para a seleção da nomenclatura de um dicionário: a frequência de uso.

Villalva e Silvestre mencionam os *corpora* lexicais e textuais já disponíveis em ambiente virtual, além de pesquisas na internet, todos como formas de realizar buscas em relação ao léxico da língua, assim, neste século, não apenas o dicionário é visto como um recurso auxiliar do consultante. Em seguida, os linguistas debruçam-se sobre as partes das palavras, trazendo reflexões e informações de cunho morfológico e ainda discutem outras questões sobre a lexicalização das palavras.

Na terceira seção “Problemas de categorização”, os autores explicam sobre as dificuldades que há em categorizar as palavras e fazem críticas em relação à vigente classificação das palavras do português; especificamente abordam as categorias: verbo e nome; substantivo e adjetivo. Neste capítulo, os linguistas remontam, de maneira breve, porém bastante significativa, a aspectos históricos da formação da gramática da língua portuguesa, a fim de discutir questões terminológicas e de explicar as mudanças pelas quais passou. De acordo com os autores, seria mais adequada a recuperação do termo “nome”, classe que incluiria

substantivos e adjetivos. Além disso, eles se posicionam em relação à necessidade de reflexões e discussões que abarquem a atual classificação das palavras do Português.

Villalva e Silvestre também falam acerca do gênero como um caso bastante complexo e importante. Eles esclarecem que na língua materna existem critérios semânticos e formais que auxiliam a estabelecer o gênero. Entretanto, eles mencionam que, apesar de no Português existir a tendência de estipular o gênero feminino para substantivos com referência animada (pessoas e animais) e com índice temático em *-a*, há os denominados comum de dois gêneros, como “jornalista”, que fogem ao critério. Outra questão apontada pelos autores refere-se aos casos de substantivos masculinos que, em uso, aludem a um ser de sexo feminino, como no exemplo: “A Paula é um mulherão”. Estes e outros exemplos analisados pelos linguistas demonstram certa instabilidade da língua no que diz respeito ao gênero do Português e trazem inquietações ao leitor.

No último capítulo “Lexicografia e descrição do léxico”, os linguistas abordam a definição de Lexicografia e Lexicologia. Eles acreditam que, de certa forma, a Lexicografia pode ser vista como consequência da Lexicologia Aplicada, ou seja, nota-se que os autores ressaltam a forte ligação que há entre essas práticas, pois o trabalho lexicográfico depende de um trabalho lexicológico.

Na sequência, Villalva e Silvestre discutem várias questões relativas aos dicionários de língua portuguesa. Destaca-se que os autores apoiam a tendência de se elaborar critérios para a descrição da língua ancorados em estudos lexicológicos e sustentados pela ciência computacional. Os estudiosos lembram que as obras de consulta se constituíram, durante muitos anos, sob a perspectiva do lexicógrafo, denominado como “autoridade normalizadora”, o que permitia descartar elementos da língua que realmente eram usados por grande parte dos falantes em favor daquilo que era considerado conveniente pelo autor do dicionário. Os linguistas ressaltam que o trabalho dicionarístico deve ser pautado não sob a escolha pessoal do lexicógrafo, mas subsidiado por *corpus* que dê a possibilidade de abarcar a língua efetivamente em uso, levando-se em consideração a frequência de uso.

Em seguida, os autores falam sobre as tipologias lexicográficas, e vários termos e conceitos relativos à Lexicografia são explicados, tais como: macroestrutura, nomenclatura ou nominata, microestrutura, verbete, forma-lema, glosa, lema, lexema e lematizar. Villalva e Silvestre aludem às opções de organização de um dicionário, tanto no sentido macroestrutural

quanto no microestrutural, trazendo à luz questões minuciosas relativas às relações sintagmáticas e paradigmáticas.

Por fim, não se pode deixar de mencionar que os exercícios sugeridos pelos autores no final do livro podem ser trabalhados, por exemplo, com discentes da graduação em Letras e abordam o léxico de várias maneiras: comparação entre línguas diferentes a partir da análise de tradução de palavras; comparação entre o léxico do português europeu e do brasileiro; comparação entre dicionário etimológico e geral com o intuito de realizar análise de significados, lematização, análise morfológica, entre outros.

Esta obra deve ser apreciada pelos estudiosos das Ciências do Léxico, uma vez que trata de questões fundamentais e, por vezes, densas relativas ao léxico da língua portuguesa. Além disso, o livro parte da perspectiva de autores portugueses que explanam sobre as diferenças entre o léxico europeu (PE) e o brasileiro (PB), o que, sem dúvidas, traz contribuições profícuas aos estudos dos linguistas brasileiros.

De maneira objetiva, os autores apresentam conceitos imprescindíveis para os especialistas do léxico e, de forma questionadora, discutem sobre o modo de enxergar a língua, ainda pautado em tradições e heranças que simplesmente são aceitas sem questionamentos profundos. Acrescenta-se que o livro possui um conteúdo histórico da língua portuguesa importante, com informações que devem fazer parte da formação de qualquer docente dessa língua.

Resenha recebida em: 17.02.2015

Resenha aprovada em: 04.05.2015